

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JOHMARA ASSIS DOS SANTOS

**UM LAGO DE HISTÓRIAS: DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLÍTICA ÀS LUTAS
DAS COMUNIDADES RURAIS DO LAGO DE TEFÉ-AM (1940- 1990)**

TESE DE DOUTORADO

MANAUS – AM

2024

JOHMARA ASSIS DOS SANTOS

**UM LAGO DE HISTÓRIAS: DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLÍTICA ÀS LUTAS
DAS COMUNIDADES RURAIS DO LAGO DE TEFÉ-AM (1940 a 1990)**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR

Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Doutorado, Instituto de Filosofia, Ciências humanas e Sociais – IFCHS/UFAM, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof.Dr. Davi Avelino Leal

MANAUS – AM

2024

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- S2371 Santos, Johmara Assis dos
Um lago de histórias: da organização social e política às lutas das comunidades rurais do lago de Tefé-AM (1940-1990) / Johmara Assis dos Santos. - 2024.
235 f. : il., p&b. ; 31 cm.
- Orientador(a): Davi Avelino Leal.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2024.
1. comunidades rurais. 2. Organização sociopolítica. 3. Experiências. 4. Memórias. 5. Lutas. I. Leal, Davi Avelino. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título
-

JOHMARA ASSIS DOS SANTOS

**UM LAGO DE HISTÓRIAS: DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL e POLÍTICA ÀS LUTAS
DAS COMUNIDADES RURAIS DO LAGO DE TEFÉ-AM (1940 a 1990)**

TESE DE DOUTORADO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História- Doutorado, Instituto de Filosofia, Ciências humanas e Sociais – IFCHS/UFAM, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em 27 de junho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davi Avelino Leal. – Orientador/Presidente
(Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM)

Profa. Dr^a. Mônica de Medeiros Xavier. – Membro externo
(Universidade Estadual do Amazonas– CESP/UEA)

Prof. Sidney da Silva Lobato. – Membro externo
(Universidade Federal do Amapá – DH/UNIFAP)

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo. – Membro externo
(Universidade Federal do Amazonas – PPGEOG/UFAM)

Profa. Dr^a. Patrícia Silvia. – Membro interno
(Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM)

Dedico esse trabalho em memória do meu avô César Francisco de Assis e a todos/as os moradores/as do Lago de Tefé-AM, especialmente à Deoclécio Monteiro da Silva, Maria José Rodrigues e Raimundo de Oliveira, atores sociais que faleceram ao longo e depois da escrita desta tese.

AGRADECIMENTOS

Contei com muitas pessoas ao longo da elaboração desta tese, pessoas com quem aprendi tanto no conteúdo quanto no exercício da escrita. A lista de agradecimentos é extensa, e omitir qualquer uma delas seria uma injustiça.

Antes de tudo, agradeço a Deus, cuja graça e sabedoria me conduziram ao longo desta trajetória acadêmica. Sua presença constante concedeu-me saúde física e mental, força, inspiração e resiliência para cursar o doutorado, conciliar o trabalho e atravessar o período da pandemia, superando as incertezas que marcaram esse contexto adverso. Sou grata pela vida, pela serenidade que possibilitou a escrita e defesa deste estudo.

Agradeço à minha família, Marcos e Johana, pelo apoio, incentivo e paciência demonstrados ao longo da vida, bem como pela confiança depositada em mim, independentemente das iniciativas acadêmicas que empreendi. Sou grata por estarem ao meu lado e compreenderem os desafios cotidianos que envolvem a conciliação dos papéis de mulher, trabalhadora e mãe. Este trabalho acadêmico é resultado direto do suporte recebido ao longo dessa trajetória. Marcos, sua parceria e os cuidados expressos em gestos cotidianos como o preparo de cafés e almoços, bem como a organização da casa nos períodos em que me dediquei integralmente à reflexão e à escrita foram fundamentais. Johana, sua contribuição com o uso das mídias auxiliou desde a organização de mapas até o suporte técnico para a realização da defesa em formato on-line.

Ao orientador Davi Avelino Leal, expresso minha profunda gratidão por sua orientação e sensibilidade em cada etapa desta tese. Seu apoio, conhecimento e disponibilidade foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço por ter acolhido meu projeto de pesquisa, pelas valiosas orientações e diálogos que forneceram o arcabouço teórico necessário a esta investigação. Obrigada, por sua paciência, generosidade intelectual e compromisso em me guiar ao longo deste estudo. Sua dedicação, humildade, conhecimento e incentivo inspiraram-me a buscar um nível de excelência na pesquisa histórica.

À Patrícia da Silva, que me orientou no mestrado e continuou me apoiando no doutorado, sou grata por acreditar em meu potencial e por suas valiosas orientações, especialmente no campo da história oral. Seu apoio, sabedoria e leveza nas orientações foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e pessoal. Agradeço por acreditar em meu potencial e ter dado a oportunidade para uma jovem de Tefé cursar um mestrado, quando ela duvidava, mas tinha muita vontade de vencer na vida por meio dos estudos. Suas orientações no campo da história oral foram valiosas. Você me ensinou a olhar as fontes orais não como

meras fontes para obtenção de dados, mais com um olhar humanizado a procura de homens e mulheres que trazem nas bagagens suas subjetividades. Obrigada pela orientação, generosidade intelectual e encorajamento desde o mestrado, por todo o suporte e inspiração que você me proporcionou.

À professora Mônica Xavier de Medeiros, cuja tese me serviu de referência. Ao ler seu trabalho me senti ouvida e compreendida nos estudos das comunidades rurais amazônicas. Era como se eu tivesse ganho uma amiga que já havia experienciado todas as angústias e dilemas que eu estava sentindo ao lidar com a falta de referências sobre comunidades rurais no Amazonas. Sua tese me trouxe segurança para defender argumentos, insights e aspectos que tive durante a elaboração da minha. Serviu como um guia valioso, que ofereceu reflexões e respostas que enriqueceram minha pesquisa. Grata pela sua contribuição no campo de estudo das comunidades rurais e por me proporcionar uma base sólida sobre a qual pude me amparar. Sua pesquisa foi uma influência positiva no meu percurso acadêmico.

Obrigada ao professor Dr. Sidney Lobato da Universidade Federal do Amapá (Unifap), cuja participação na minha qualificação e presença na defesa da tese foram de extrema importância. Seu conhecimento, perspicácia e valiosas contribuições enriqueceram este trabalho. Agradeço a leitura profunda e sugestões de referências para correções e futuros artigos desta pesquisa.

Ao professor Dr. Nelcionei José de Souza Araujo, agradeço de coração por aceitar participar da banca de defesa desta tese. Foi muito bom ouvir sua arguição e suas experiências empíricas das comunidades pesquisadas e os sujeitos sociais de Tefé. Agradeço o tempo dedicado à leitura e análise criteriosa.

Aos agricultores e agricultoras das comunidades pesquisadas expresso minha sincera gratidão por me receberem em suas casas, quintais, roçados e sedes comunitárias, concedendo tempo, confiança para realização das entrevistas e compartilhando suas histórias, experiências e saberes. A hospitalidade, a generosidade e a disposição em colaborar tornaram possível a escrita sobre o Lago. As narrativas de vida e a riqueza das informações sobre os modos de viver e sentir no interior foram fundamentais para captar os vividos e sentidos, os sentimentos, os não ditos na documentação oficial. Que continuem resistindo e defendendo os modos de vida tradicionais.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Agradeço o suporte acadêmico e administrativo que recebi ao longo do meu percurso. As oportunidades de aprendizado, pesquisa e crescimento proporcionadas pelo programa foram essenciais para a realização desta tese. Gratidão aos docentes pelos saberes compartilhados, aos

coordenadores e colegas que, com seu conhecimento e dedicação, contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal. Este trabalho reflete a excelência e o compromisso dos docentes do programa com a pesquisa e formação de seus graduandos.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus) na pessoa da professora Aldrey Noronha Ramos Oliveira, responsável pelo Programa Qualifica, pela concessão da licença para estudo. Esse período foi fundamental para reflexão, busca e leitura de fontes, bem como à escrita da tese. Agradeço pelas orientações e dúvidas sobre os documentos e relatórios necessários. Sou profundamente grata pelo compromisso do Programa Qualifica com o desenvolvimento profissional dos docentes da SEMED.

À querida Isabel Saraiva, colega do mestrado, do doutorado e da vida. Sua presença constante, apoio inabalável e generosidade foram fundamentais em minha trajetória. Mesmo exausta após semanas intensas de trabalho, você dedicou um dia inteiro para auxiliar na formatação da tese conforme as normas da ABNT, evitando inúmeras correções formais. Expresso gratidão pela amizade e por tudo o que fez por mim desde minha chegada a Manaus.

À amiga Ediane Cruz, amiga da adolescência que reencontrei após anos. Se antes trocávamos cartas, hoje trocamos reflexões acadêmicas, você no mestrado em Letras, e eu finalizando o doutorado. Gratidão pela leitura minuciosa e correção ortográfica deste trabalho em tempo recorde.

A Danilo Assis dos Santos Cavalcante, meu irmão, agradeço pelas idas e vindas às comunidades em cada viagem a Tefé. As conduções de moto pelos ramais, repletas de desafios e aventuras (atravessar caminhos enxarcados de lama, passar por cima de cobra até sair às pressas fugindo da chuva que do nada formava), foram essenciais para o acesso às comunidades, para a escuta dos sujeitos sociais de Ipapucu. Obrigada pela assistência.

Aos colegas e familiares que, ao perguntarem “Como vai o doutorado?” e oferecerem palavras de incentivo diante da resposta “está indo -lentamente”, deixo meu agradecimento. Toda pesquisadora enfrenta momentos de solidão e incerteza durante a escrita de uma tese, e uma palavra gentil é, muitas vezes, suficiente para renovar as forças.

Por fim, dedico este espaço ao reconhecimento da mulher que, inconformada com a realidade que vivia, decidiu transformá-la por meio dos estudos. Esta trajetória foi marcada por renúncias, desafios e constantes superações. A persistência, a dedicação e a resiliência foram essenciais para a conclusão desta tese. Agradeço por não ter desistido, pela teimosia, curiosidade em aprender e pelo compromisso. Esta tese é a materialização do esforço e da determinação empregados ao longo dessa caminhada.

"Que possamos nos colocar no lugar de pontes
de processos que possibilite travessias de
reflexões profundas."

(Lau Patrón)

RESUMO

Este estudo investiga a organização social e política de cinco comunidades rurais do Lago de Tefé (Médio Solimões), com base nas memórias e experiências de trabalhadores/as rurais, que defendem suas territorialidades. A metodologia adotada é qualitativa, incluindo a análise de fontes orais coletadas nas comunidades e de documentos escritos arquivados, como os registros do Movimento de Educação de Base (MEB-Tefé), do Arquivo Estadual do Amazonas, e da Hemeroteca Digital, que contém publicações e processos do período de 1970 a 1985. O estudo revela como os sujeitos sociais da região vivenciaram uma nova modalidade de organização social e política na década de 1980, impulsionada pelo declínio das atividades extrativistas e pela introdução do MEB. Até a década de 1960, a região era habitada por homens e mulheres descendentes de povos indígenas, negros e migrantes maranhenses e cearenses que exploravam os castanhais e outros recursos naturais. As comunidades, formalmente constituídas apenas após 1971, surgiram como resultado da queda do preço da castanha e desvalorização da farinha de mandioca, o que provocou deslocamentos para áreas urbanas. As famílias se organizaram especialmente por meio do MEB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e passaram a lutar por direitos sociais como educação e saúde, além da defesa de suas territorialidades, como as águas e lagos da região, ameaçadas pela pesca predatória. As conclusões destacam que a maior mudança não foi física, mas identitária: os moradores se reconheceram como agricultores responsáveis pela gestão de suas terras e águas. Embora o processo de organização sociopolítica tenha dinamizado a região a partir de 1980, ele atualmente se encontra em um momento de adormecimento. Este trabalho contribui para o debate historiográfico sobre a História das comunidades rurais amazônicas, abordando lacunas na historiografia da região de Tefé/AM. As reflexões sugerem novas possibilidades de investigação sobre os sujeitos históricos da região.

Palavras-chave: comunidades rurais; organização sociopolítica; experiências; memórias; lutas.

ABSTRACT

This study investigates the social and political organization of five rural communities in the Lago de Tefé (Médio Solimões), based on the memories and experiences of rural workers who defend their territorialities. The methodology adopted is qualitative, including the analysis of oral sources collected from the communities and written documents from archives, such as records from the Movimento de Educação de Base (MEB-Tefé), the State Archive of Amazonas, and the Digital Hemeroteca, which contains publications and records from the period between 1970 and 1985. The study reveals how the social actors of the region experienced a new form of social and political organization in the 1980s, driven by the decline of extractive activities and the introduction of MEB. Until the 1960s, the region was inhabited by men and women descended from indigenous peoples, black individuals, and migrants from Maranhão and Ceará who exploited the nut groves and other natural resources. The communities, formally established only after 1971, emerged as a result of the fall in the price of nuts and the devaluation of cassava flour, which led to the displacement of people to urban areas. Families organized themselves, particularly through MEB and the Pastoral Land Commission (CPT), and began to fight for social rights such as education and healthcare, in addition to defending their territorialities, such as the waters and lakes of the region, which were threatened by predatory fishing. The conclusions highlight that the greatest change was not physical, but rather identity-related: the inhabitants recognized themselves as farmers responsible for managing their lands and waters. Although the process of sociopolitical organization energized the region from 1980 onwards, it is currently in a dormant phase. This work contributes to the historiographical debate on the history of rural Amazonian communities, addressing gaps in the historiography of the Tefé/AM region. The reflections suggest new possibilities for research on the historical subjects of the region.

Keywords: rural communities; sociopolitical organization; experiences; memories; struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa das Comunidades do Lago de Tefé-AM

Figura 2: Frente da comunidade Bacuri

Figura 3: Diagrama da família de Luiz e Lourença

Figura 4: Comunidade São Sebastião do Turé

Figura 5: Deoclécio Monteiro da Silva, 80 anos, morador da localidade: Turé

Figura 6: Prelazia de Tefé vende 300 hectares de terras e desapropria agricultores

Figura 7: Prelazia contribui no despejo de produtores/ 27-05-1980

Figura 8: Treinamento de monitores (década de 1980)

Figura 9: Alunos estudando na sua comunidade (década de 1980)

Figura 10: Lázaro Rodrigues no centro da foto.

Figura 11: Organização Social das Comunidades Rurais Católicas

Figura 12: Casas do Lago de Tefé -AM (1970-1990)

Figura 13: Casal Deoclécio Lopes da Rocha e Maria Naide Rocha

Figura 14: Casa de farinha equipada com máquina elétrica

Figura 15: Frente da comunidade São Benedito do Igarapé-Açu

Figura 16: Escola Municipal Rural Bom Jesus do Bacuri

Figura 17: Entrevista com Raimundo Menezes

Figura 18: Pesca predatória

Figura 19: Lei Municipal nº 090/85 de 04/12/1985

Figura 20 – Título Definitivo da Comunidade Bom Jesus do Bacuri

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Levantamento do patrimônio da Prelazia de Tefé (1977)

Quadro 2 – Safra da castanha (1930-1939)

Quadro 3 – Problemas enfrentados pela população do Lago de Tefé (1970)

Quadro 4 – Atividades educacionais do MEB

Quadro 5: Script Curso Radiofônico Educação para o Lar MEB- Tefé

Quadro 6- Aulas radiofônicas do MEB Tefé: Educação Alimentar

Quadro 7 - Relatório de Educação para o lar -MEB 1979

Quadro 8 - Proposta dos ribeirinhos para preservação dos Lagos em Tefé

LISTA DE SIGLAS

ACAR - ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL
ANPO- ANIMAÇÃO POPULAR
ASACOMB - ASSOCIAÇÃO AGROEXTRATIVISTA
COMUNITÁRIA DO BACURI CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL
CEBs- COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CNBB- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CGLA- CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-
AMERICANO
CPT-COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
COVID-19- DOENÇA DO CORONAVÍRUS
EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
ECO-92 - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBAMA- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS
ICMBIO-INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
IDAM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO FLORESTAL
SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS
INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REASSENTAMENTO DE LAVRADORES E PELO
PROCESSO DE PEDIDOS DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS.
FLONA- FLORESTA NACIONAL DE TEFÉ
GPD- GRUPO DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
MOBRAL- MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
SEDUC- REDE ESTADUAL DE ENSINO
SEMED- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEPROR – SECRETARIA DO ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL
SNI- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
SPF – SECRETARIA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA DO AMAZONAS

SOCFINCO- EMPRESA ESTRANGEIRA BELGA AGROINDUSTRIA, COMÉRCIO E
REPRESENTANTES LTDA

ONGs- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PIPMO- PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA

RESEX- RESERVAS EXTRATIVISTAS

SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

UCS- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UEA- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1 “NAQUELE TEMPO NÃO ERAM COMUNIDADES, ERAM LOCALIDADES”: OCUPAÇÃO, MIGRAÇÃO NAS LOCALIDADES DO LAGO DE TEFÉ-AM.....	43
1.1 Meu avô quando chegou aonde é a comunidade, aquilo tudo era de Luís Pinheiro.....	52
2 DE LOCALIDADES ÀS COMUNIDADES RURAIS: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E SUAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO NO LAGO DE TEFÉ (1964-2002).	81
2.1 Igreja Católica em Tefé- Breve contextualização.....	85
2.2 Movimento de Educação de Base: Educação – Uma luta das comunidades rurais do Lago.	94
2.3 MEB e Estado: promoção humana a libertação ou desenvolvimentismo?.....	106
3 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NO LAGO DE TEFÉ-AM: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS COMUNIDADES RURAIS.	131
3.1 “Não era comunidade, só era localidade, morava umas dez famílias”: Comunidade Bom Jesus do Bacuri (1971-2002)	131
3.2 Comunidade Santa Luzia do Curupira: “Começou dali do Bacuri, o Bacuri que veio formar essa comunidade aqui” – Santa Luzia do Curupira (1988).....	137
3.3. Santo Antônio do Ipapucu- “Tá na hora da gente formar a comunidade aqui, vamos deixar o pessoal pra li” (2002).....	146
3.4 Formação da Comunidade São Benedito do Igarapé Açu	150
3.5 Comunidades formadas: organização política dos moradores do Lago de Tefé-AM.	157
4 LUTAS DAS COMUNIDADES RURAIS: PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E LUTA PELA TERRA.....	160
4.1 “As comunidades foram levantando a bandeira, porque é difícil confrontar, pro cara perder a vida assim, os caras eram muito revoltados, então era difícil”.....	160
4.2 “A gente precisa defender e preservar o peixe”: surgimento do movimento de defesa do peixe nas comunidades do Lago de Tefé -AM	169
4.3 CPT- Ampliação do debate sobre a preservação dos recursos pesqueiros no Amazonas	175
4.4 Luta pela terra: “Foi com muita confusão, fazendo reunião, brigando”: Bacuri- territorialização, demarcação e titulação da comunidade.	186
4.5 A gente travou uma batalha sobre a terra pra poder vim um benefício pra dentro da comunidade.....	192
4.6 “Esse negócio foi feio eu não gosto nem de me lembrar”: Táticas do conflito.....	196
4.7 Resistindo: os mediadores da luta	201

4.8 Contradições da luta: “Tem muita gente que diz: esse terreno é meu, mas não é, você não demarcou, não pagou nada de terra, como é seu?”	209
4.9 A conquista da terra: “Nós conseguimos, agora tá na mão o documento”	211
4.10 Fragilização da organização das comunidades rurais no Lago de Tefé	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	222

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Caro leitor (a), a Johmara Santos, pesquisadora que vos fala é mulher negra, mãe da Johana, professora do Ensino Básico¹ advinda das camadas mais pobres da população, beneficiada pelos programas de redistribuição de renda dos governos petistas. As ideias centrais desta tese surgiram após a defesa da minha dissertação, apresentada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2016² quando comecei a refletir sobre a organização das comunidades do Lago de Tefé e os desafios enfrentados pelos agricultores/as. Ao analisar os resultados obtidos, novas questões começaram a emergir: Como as comunidades vizinhas a Bom Jesus do Bacuri, no Lago de Tefé, se organizou? Havia aspectos comuns a essas comunidades? Quais lutas foram protagonizadas pelos agricultores/as? Além da luta pela terra, existiam outras demandas relevantes? Essas questões passaram a me inquietar e impulsionaram a busca por um entendimento mais amplo sobre as comunidades do Lago de Tefé e as trajetórias históricas e políticas dos sujeitos sociais dessa região.

A partir desse cenário, e com o desejo de expandir minha compreensão sobre as comunidades do Lago, bem como sobre o impacto das mudanças que marcaram essas localidades, surgiu a ideia de buscar um doutorado.

Em 2018, essa possibilidade tornou-se realidade, graças aos esforços dos membros do PPGH/UFAM, que ao elevar a nota do programa junto a CAPES, possibilitou a criação da primeira seleção de doutorado da UFAM, por meio do Edital nº 077/2018. Com essa oportunidade, submeti a proposta desta tese que foi aprovada em março de 2019, resultando em uma dupla felicidade: a continuidade da minha formação acadêmica sem a necessidade de migração para outro estado e, a oportunidade de ser orientada pelo professor Dr. Davi Avelino Leal, historiador renomado no campo da historiografia Amazônica, profissional competente e humano, que participou da minha banca de qualificação e defesa do mestrado e, cujo apoio tem sido fundamental para o desenvolvimento deste trabalho uma vez que demonstrou compreender a temática pesquisada.

Esta pesquisa, focada na organização social e política das comunidades rurais do Lago de Tefé, está profundamente conectada ao meu lugar de fala, marcado pelas minhas vivências

¹ Professora da Secretaria Municipal de Educação - SEMED onde atua no Centro de Formação Oficinas em Serviço-OFs. Também é docente pelo Serviço Social da Indústria -SESI-AM, onde trabalha com a Educação de Jovens e Adultos.

² SANTOS, Johmara Assis dos. *Comunidade Rural Bom Jesus do Bacuri: memórias, experiências e luta pela terra 1971-2013*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

e ao meu percurso acadêmico. Sou neta de César Francisco de Assis, um agricultor que, após mais de 40 anos de trabalho na região do Lago de Tefé como freguês no sistema de aviação de produtos extrativistas (sova, seringa e castanha), migrou para a zona urbana de Tefé com a queda do preço da castanha e a decadência das atividades extrativistas.

Esse processo de migração e as dificuldades enfrentadas por ele, estão profundamente entrelaçadas com a história que estudo nesta pesquisa, pois em razão do declínio dos castanhais, abandonou seu sítio (terras de trabalho) no lago e migrou para a zona urbana de Tefé, compondo a massa de trabalhadores e trabalhadoras pobres que saíram do campo em direção ao centro urbano da cidade de Tefé³ em busca de uma vida digna para suas famílias. Na cidade, conseguiu trabalho como vigilante escolar, todavia continuou trabalhando como agricultor em outro pedaço de terra devoluta situada na estrada do Curupira nos dias de folga. Trabalhou até seus 65 anos, quando foi acometido da diabetes e teve que amputar a perna esquerda. Na época eu, aos 14 anos, passei a morar com ele para cuidar de sua alimentação, ministrar seus medicamentos e organizar sua casa. Foi então, que diariamente na calçada de sua residência, presenciei trabalhadores e trabalhadoras rurais (ex- fregueses, ainda agricultores em muitas comunidades rurais) do Médio Solimões, lhe visitando. Alguns paravam por minutos para pedir um copo com água enquanto aliviavam-se do calor e depois seguiam para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na frente da sua casa.

Outros, ao passar e vê-lo sentado na cadeira de roda na calçada, paravam para conversar. Puxavam uma cadeira e a prosa começava, às vezes duravam horas tomando muitos rumos. Suas memórias voltavam para o tempo da juventude, de quando eram jovens e cheios de energias e chegavam a remar dias inteiros para participarem das festas realizadas no interior. Falavam dos mundos do trabalho (principalmente do cotidiano na roça) e da abundância de recursos naturais (peixes, quelônios, caças e pirarucu) existentes na época em que moravam na região do Lago de Tefé, e que não se via mais.

Também, tinha aqueles que vinham à cidade esporadicamente resolver algum problema (tratar da saúde, comprar o rancho do mês, ou resolver conta bancária, aposentadoria, pensão, reunião sindical ou com fins religiosos), nessas ocasiões, pediam abrigo na sua residência. Até os 18 anos de idade presenciei esse movimento de ida e vinda destes homens e mulheres do

³A cidade de Tefé fica no Médio Solimões, à beira do lago de Tefé. Tefé fica a 516 km de Manaus e a 663 km por via fluvial. A maneira mais usual de chegar a Tefé é pelos “recreios”, grandes barcos a motor que transportam passageiros e cargas através de linhas regulares que ligam Manaus a Tabatinga, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, e servem as cidades ribeirinhas do Solimões (Fonte Boa, Tefé, Coari e Codajás) e seus afluentes, como Japurá, Içá, na margem esquerda e Juruá, Jutai, Tefé, Purus e Madeira, na margem direita. Ver: FAULHABER, Priscila. *O Lago dos espelhos: Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/AM*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

campo para a zona urbana de Tefé. Inclusive tive o privilégio de conviver com muitos por dias e meses, estabelecer amizade sem entender a riqueza das experiências e das lutas que traziam.

A casa do meu avô César de Assis, sempre cheia de agricultores e agricultoras do Médio Solimões, como ele viveu mais de três décadas no interior do Lago, não negava um pedido de estadia, pois sabia da importância e do significado de acolher aquelas pessoas que não dispunha de residência na área urbana do município. Cesar Francisco de Assis foi uma inspiração e exemplo de acolhimento e solidariedade durante sua existência. Sua residência foi um local de constante troca de experiências e memórias sobre o Lago de Tefé. Nesse ambiente eu era testemunha das histórias de vida desses sujeitos. Essas conversas me marcaram profundamente, e, ao longo dos anos, se tornaram a base das questões que emergiram em minha pesquisa.

Eu sabia que ao contar a História das comunidades rurais do Lago, estava montando peças de uma história regional e ao mesmo tempo global pautada no mundo do trabalho e nas questões ambientais, sociais, políticas e econômicas das comunidades amazônicas. Tais questões canalizavam para as memórias, experiências e lutas de sujeitos subalternizados que vivenciaram a falta de investimentos públicos (em educação, saúde, transporte, crédito rural, política de preços mínimos para produtos agrícolas). E, as estratégias de expropriação destes trabalhadores pelas políticas capitalistas desenvolvidas na região amazônica. Todavia, foi somente no final do mestrado⁴ e durante o doutorado que, ao olhar novamente para as fontes orais tomei consciência que ao estudar a História das comunidades rurais estava contando indiretamente uma história da qual pertencço.

A construção desta tese, no entanto, foi desafiada pela chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil, que deu início à maior tragédia sanitária ocorrida nos últimos séculos. A má gestão federal, estadual e municipal resultou em milhares de mortes e paralisou, em grande parte, as atividades acadêmicas. O descaso do governo pela vida e a ausência de medidas efetivas no combate à COVID-19 ceifaram cerca de 230.452⁵ vidas em 2020. No final de dezembro de 2021, o número de mortes chegou a aproximadamente 617 mil no país. Nestes dois anos de tragédia humanitária, Manaus foi epicentro da pandemia. Devido ao caos sanitário no País, a necessidade de distanciamento social como forma de prevenção da doença e condições psicológicas para garantir a “vida”, as atividades do PPGH- UFAM foram paralisadas no mês de março de 2020.

⁴ Ano de conclusão 2016.

⁵ LEVI, Bel. *Estudo analisa registro de óbitos por Covid-19 em 2020*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2021. Portal Fiocruz de notícias. Disponível em: <https://www.portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-registro-de-obitos-por-covid-19-em-2020>. Acesso em: 31 maio 2024.

Em meados deste ano, em plena pandemia e sob isolamento social, não foi possível viajar para as comunidades para realizar entrevistas. A primeira onda da pandemia atingiu seu pico, e Manaus foi duramente afetada pela rápida disseminação do vírus e pelo colapso do sistema de saúde. Para conter a propagação, os portos fluviais foram fechados e os aeroportos suspenderam suas operações.

A necessidade de distanciamento social e a interrupção das viagens para as comunidades impediam a realização das entrevistas presenciais. Nesse cenário de incertezas, medo e apreensão, isolada na minha casa, busquei compensar a impossibilidade de campo por meio da pesquisa em arquivos digitais. Utilizando a Hemeroteca Nacional, o Arquivo virtual da SUDAM e outros bancos de dados digitais, (Arquivo Nacional, o banco de teses e dissertações do CNPQ), consegui acessar fontes que me ajudaram a avançar na pesquisa, fornecendo um alicerce crucial para o estudo das comunidades e suas dinâmicas sociopolíticas.

O uso de arquivos digitais foi um alento e tornou-se assim, uma alternativa importante durante o isolamento social permitindo-me acessar informações e documentos importantes diretamente de casa, muitos dos quais, eu, desconhecia. Por meio desses arquivos, foi possível acessar documentos históricos que detalhavam as mudanças sociais, políticas e econômicas da região nas décadas de 1980 e 1990, ajudando a preencher algumas lacunas na pesquisa.

Na Hemeroteca Digital Brasileira, um portal de periódicos nacionais que oferece ampla consulta ao seu acervo de jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas, deparei-me com processos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI)⁶ que tratavam da política capitalista desenvolvida pelo e para o Estado na Amazônia nas décadas de 80 e 90. Encontrei processos que denunciavam a Igreja Católica de Tefé de ser uma grande latifundiária na região do Lago.

Nesse portal de periódicos, também identifiquei fontes da imprensa, especificamente os jornais do Comércio das décadas de 80 e 90, que continham recortes sobre conflitos envolvendo

⁶ Concebido pelo general Golbery do Couto e Silva, o Serviço Nacional de Informações (SNI) é criado pela Lei nº 4.341 com a finalidade de assessorar o presidente da República e o Conselho de Segurança Nacional. O SNI se tornou o principal órgão de espionagem da ditadura e peça-chave do Sistema Nacional de Informações (Sisni). O SNI articulava-se com os ministérios militares, que tinham seus próprios serviços de informação – o Cenimar (Marinha) e, mais tarde, o CIE (Exército) e o Cisa (Aeronáutica) –, a Polícia Federal, os Dops estaduais e os serviços secretos das polícias militares, ocupando o centro da malha da chamada "comunidade de informações". Nos ministérios civis, em empresas públicas e estatais, foram instaladas as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que eram braços do sistema responsáveis pela vigilância política de funcionários e mesmo de ministros. O SNI monitorou as atividades dos cidadãos dentro e fora do Brasil. Os agentes do "Serviço", como o SNI era chamado, operavam nas embaixadas do país por meio do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), criado em 1966 dentro do Itamaraty. Em pouco tempo, o SNI tornou-se uma vasta teia de espionagem, intrigas políticas e negócios ilegais, a ponto de se atribuir ao general Golbery a frase "Criamos um monstro", quando o regime militar estava nos seus estertores. Ver: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sni-nasce-monstro-da-espionagem>. Acesso em 17 de maio de 2024.

trabalhadores rurais e pescadores profissionais em relação às suas territorialidades. Considerei essa documentação um achado valioso, peças de um quebra-cabeça que estava sendo montado gradualmente. Os jornais me proporcionaram, enquanto pesquisadora, a oportunidade de captar a visão da sociedade da época, ou parte dela, além de evidenciar os interesses econômicos e religiosos presentes no cotidiano de Tefé. Segundo Neves⁷, a leitura de jornais da época permite ao pesquisador compreender “eventos históricos no seu cotidiano”.

Em resumo, a acessibilidade aos arquivos digitais foi fundamental para o avanço da pesquisa, suprimindo a impossibilidade de viagens e entrevistas presenciais durante a pandemia. Esses documentos históricos, não apenas enriqueceram a compreensão dos eventos investigados, mas também, forneceram uma perspectiva valiosa sobre as dinâmicas sociais, econômicas e religiosas em Tefé nas décadas de 80 e 90, contribuindo significativamente para a construção desta tese.

No ano de 2021, o cenário da pandemia não havia mudado, o início deste ano demonstrou que a tragédia sanitária seria muito maior que o ano anterior. Um dos momentos mais críticos ocorreu em janeiro de 2021, quando a cidade sofreu uma devastadora segunda onda da COVID-19. Nesse período, Manaus enfrentou uma escassez aguda de oxigênio medicinal, o que resultou em muitas mortes evitáveis e, em um cenário de caos nos hospitais e nas unidades de saúde.

A capital do Amazonas, novamente epicentro da pandemia, registrou cerca de seis mil mortes apenas no mês de janeiro. Em meio à crise de oxigênio e a experiências com medicação sem comprovação científica, o mundo olhava assombrado para o filme de terror que se desenrolava na capital amazonense. Porém, ainda no início daquele ano, uma esperança se apresentou a todos, trazendo alívio e demonstrando mais uma vez a importância da ciência para a humanidade, após aprovação do uso emergencial da Corona Vac pela Anvisa, a enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil, no dia 17 de janeiro de 2021. Nesse cenário esperançoso que se desenvolvia, as atividades não presenciais foram retomadas.

No campo da educação, enquanto professores, trabalhamos em dobro, numa corrida para se adaptar a uma situação que pegou a todos de surpresa. Passamos a ministrar aulas online que era novidade para mim, e produzir material às pressas para que os alunos da rede municipal e privada pudessem acompanhar as aulas e assim, dá suporte a eles. Foram inúmeros os desafios.

⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia. 2002.

O *home office*, Google Meet, Zoom, passaram a fazer parte do nosso cotidiano, além do aumento considerável das chamadas de vídeo via WhatsApp, uso de máscaras, álcool em gel e saídas restritas. Assim como todos nesse planeta, tentamos manter a fé, em dias melhores e, a sanidade mental.

Nesse contexto caótico, a inquietação em ir às comunidades ouvir os trabalhadores e trabalhadoras rurais e, entender seus modos de vida, organizações e lutas, tornou-se latente, diante da necessidade e dos prazos da qualificação. Com o avanço da vacinação e a abertura gradual das atividades, consegui viajar para Tefé-AM, em maio, e realizar entrevistas presenciais nas comunidades que estavam no escopo da pesquisa. Visitei quatro comunidades. Em todas, fui bem acolhida pelos moradores/as, consegui entrevistar moradores e líderes comunitários que compartilharam suas histórias, suas vivências e suas lutas emaranhadas à ocupação e organização política da região.

Durante essa viagem pude perceber, com tristeza, que muitos dos sujeitos que eu procurava já haviam falecido em razão da idade e do acometimento de doenças, levando consigo suas experiências de vida e as memórias do que foi o Lago de Tefé-AM, na época que viveram. Durante a visita no Igarapé-açu, por exemplo, fui informada sobre uma moradora que vivenciou os processos analisados nesse estudo, mas, naquele momento, ela já não estava em condições de relatar suas experiências, pois sua memória e lucidez havia se perdido e fisicamente já estava muito fragilizada até mesmo para articular o que conseguia lembrar. Infelizmente sua história vivida permanecerá não contada. Essa situação evidenciou a importância de capturar as histórias enquanto ainda são acessíveis. Caso eu tivesse a encontrado e entrevistado anos antes, talvez isso não teria acontecido. Alessandro Portelli⁸, salienta que o momento da vida em que a história é contada é um fator crucial na sua modelagem e acrescenta: o que falhou “não foi a sua memória”, mas o fato de termos perdido o tempo oportuno, pois o tempo influencia as circunstâncias do relato.

Mesmo diante desses desafios encontrados na busca por colaboradores, realizei 17 entrevistas, em quatro comunidades. Somadas às 21 realizadas durante o mestrado, totalizei 38 entrevistas transcritas e analisadas. Os entrevistados incluíam principalmente idosos, entre 60 e 90 anos de idade, mas também alguns homens e mulheres na faixa etária dos 30 aos 50. Durante as conversas, esses atores sociais compartilharam aspectos de suas vidas, histórias que ouviram de seus pais e avós, e casos que presenciaram. As entrevistas remontam ao passado,

⁸ PORTELLI, Alessandro. *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 296–313.

alcançando até a década de 1920. Embora a pesquisa tenha o recorte temporal de 1940 a 1990, deixei as falas fluírem sem interrupções, pois a entrevista é um documento especial⁹ que revela as experiências de vida sempre marcada pela contingência, acaso e individualidade. De acordo com Cristina Wolff, essa experiência proporciona a possibilidade de dar sentido às vivências. Ela oferece uma inteligibilidade ao passado à luz do presente e da troca de experiências com o coletivo, por meio de narrativas, histórias e convivências. Além disso, expressa uma leitura do passado, já que ao narrar acontecimentos guardados na memória, o entrevistado dá sentido a eles através do encadeamento dos fatos.

Esses momentos foram mais que entrevistas; foram conversas realizadas nas salas de suas residências, nos quintais e na sede comunitária. Em cada encontro, os participantes reviveram suas experiências, fornecendo testemunhos particulares sobre a existência das localidades. Eles destacaram os eventos mais significativos de acordo com suas trajetórias de vida, enfatizando suas práticas ordinárias, quase invisíveis, que geralmente não deixam vestígios, mas apenas traços na memória.

Durante nossas conversas, os sujeitos do Lago, não apenas compartilharam fragmentos de suas vidas, mas também entoaram canções, tocaram instrumentos, honraram a memória de seus pais, e consolidaram sua posição de líderes. Essas interações, revelaram uma variedade de narrativas complexas e entrelaçadas, influenciadas tanto pela memória dos moradores quanto pelo presente, incluindo as questões feitas pela pesquisadora.

Neles, as narrativas sobre o passado da região, transmitidas pelos pais e avós dos entrevistados, foram recontadas com notável semelhança por alguns moradores, às vezes até nos detalhes, especialmente quando se tratava da ocupação do Lago. A memória, com sua seletividade baseada no coletivo, explicaria a repetição frequente de histórias em muitas entrevistas. Essas histórias formam uma espécie de "tradição oral" local. No entanto, cada narrador as moldou à sua maneira, conectando esses relatos com experiências pessoais ou familiares, vinculando-os a pessoas conhecidas ou parentes.

Desse modo, essas entrevistas não só forneceram dados históricos valiosos, mas também registraram vivamente as memórias e experiências dos habitantes do Lago de Tefé. A partir dos relatos coletados, foi possível elaborar uma narrativa abrangente sobre a ocupação e a estruturação política das comunidades, destacando os aspectos sociais, econômicos e culturais que moldaram a região. A convergência das histórias individuais, muitas vezes semelhantes em seus detalhes, confirma a existência de uma tradição oral rica que atravessa gerações. Esse

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

processo de coleta e análise permitiu uma compreensão mais profunda da dinâmica das comunidades, ressaltando a importância da memória coletiva na preservação da identidade e histórias locais. Mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia, a pesquisa alcançou seus objetivos, enriquecendo significativamente o conhecimento sobre a região e estabelecendo uma base sólida para futuras investigações.

Após visitar as comunidades, aproveitei a oportunidade em minha passagem pela cidade de Tefé, para retornar ao arquivo do MEB local e pesquisar a documentação da CPT e catalogar os conflitos e lutas das comunidades rurais da região. Nessa ocasião, percebi que a documentação do MEB e da CPT, foram colocados numa única sala no segundo andar da Rádio Rural de Tefé-AM, no prédio da Prelazia, em dois armários de ferro, sendo cada um voltado para um movimento social que existiu na cidade. Nos anos anteriores, o acervo do MEB, ficava no primeiro andar da rádio rural numa sala própria que servia de arquivo para guarda dessa documentação.

Nela, encontram-se relatórios produzidos pelos coordenadores e supervisores do Movimento que visitavam as localidades. São relatórios mensais, trimestrais e anuais que versam sobre as ações da educação radiofônica e organização social e política realizada com os moradores nas comunidades em que o movimento atuava. Essa documentação, hoje, encontra-se no Arquivo da Prelazia de Tefé. E, trata-se de documentos mimeografados, manuscritos e digitais (relatórios, cadernos de atividades, livros de matrícula e imagens do Movimento de Educação de Base). Tive contato com esses documentos em várias ocasiões¹⁰, no ano de 2009 e 2010, em razão de um projeto de iniciação científica quando era graduanda na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e durante o mestrado e posteriormente no doutorado retornei algumas vezes ao arquivo.

¹⁰ No ano de 2009 a 2010 por meio de um projeto de Iniciação Científica que desenvolvi na graduação de História pela UEA-Tefé-AM. O projeto intitulava-se: Confronto Pedagógico MEB e MOBREAL realizado via Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM. Nesse período, um grupo de bolsistas, orientados pela Professora Leni Rodrigues Coelho do CEST-Tefé, atuamos em duas frentes: na pesquisa e na higienização, catalogação e organização da documentação do MEB. Essa documentação conta a trajetória do Movimento na cidade no período de 1963 a 2003 momento que encerrou suas atividades no município. Na época essa documentação tinha um princípio de organização, entretanto ela passava por um processo de degradação, pois estava armazenada numa sala da Prelazia de Tefé, sem ventilação, com presença de agentes biológicos (insetos, fungos e roedores) e agentes físicos (a documentação estava organizada com presilhas metálicas, grampos e cliques). Este ambiente estava provocando danos irreversíveis aos documentos e comprometiam a durabilidade dessas fontes. Atualmente, graças à continuidade das primeiras sementes germinadas, a prelazia de Tefé em convênio com a universidade do Amazonas-UEA, e através do trabalho de outros bolsistas de iniciação científica vem conseguindo organizar o arquivo do MEB, atualmente os documentos estão organizados em uma sala, com melhores condições físicas de armazenamento, conta com um ambiente climatizado, e documentos catalogados, sendo realizado um trabalho de digitalização.

Essa nova disposição da documentação, demanda também um tempo maior de pesquisa. E, foi durante essa busca e com dificuldades de encontrar documentos da CPT¹¹ que trouxessem as lutas na região, que me deparei com os manuscritos do livro do padre Antônio Maria Jansen, (religioso membro da congregação do Espírito Santo), que se tratava de 17 cadernos escritos manualmente por ele, eram rascunhos de um livro que não chegou a ser publicado em razão de seu falecimento¹².

Fiquei maravilhada com a documentação, por se tratar de registros detalhados da História da Igreja Católica de Tefé do início do século XX, das ações de um clero europeu, dos projetos realizados, das mudanças, da relação da instituição com o Estado e desafios, desta instituição religiosa que teve uma influência muito forte na organização da própria cidade. Nos escritos, percebe-se uma igreja dividida em relação às ações realizadas pelos religiosos conservadores, progressistas, errantes, uma igreja ambígua em seus interesses, marcada por inúmeros desafios e tensões quando estava distante do púlpito e dos fiéis.

Ao longo da tese, utilizei parcialmente esses escritos, priorizando as fontes citadas neles. Isso ocorreu porque, embora tivesse autorização para acessar, fazer a leitura e fotografar essa documentação, fui orientada a não fazer referências diretas aos manuscritos de Antônio Jansen, devido a questões autorais. Durante a visita, constatei que a Prelazia de Tefé-AM estava intermediando a digitação dos manuscritos com a historiadora Raimunda Gil e havia solicitado permissão aos familiares do padre para publicação. Até aquele momento em que estive no arquivo, a prelazia não havia recebido autorização para publicá-lo. Desse modo, decidi citar alguns fragmentos desses manuscritos, pois eles proporcionam uma visão detalhada e inédita da história eclesiástica de Tefé, ao evidenciar as nuances das disputas internas e as relações da Igreja com o Estado.

Apesar das restrições em utilizar diretamente esses manuscritos, as informações neles contidas, enriqueceram significativamente a minha pesquisa, oferecendo uma compreensão mais profunda dos conflitos e das lutas das comunidades locais. Essa experiência sublinhou a importância do acesso, da preservação documental e do estudo cuidadoso das fontes históricas para a construção de uma narrativa abrangente e multifacetada.

¹¹ Ao contrário da documentação do MEB, os documentos da CPT foram colocados no armário sem obedecer a uma organização. São documentos soltos colocados em caixas de plásticos. O que demanda tempo de pesquisa.

¹² O sacerdote morreu em consequência de um câncer no pâncreas. Pe. Antônio, como era carinhosamente conhecido, chegou no Amazonas em 1960, onde iniciou suas atividades religiosas em Fonte Boa, Tefé, Manaus e Carauari. Após 53 anos de dedicação ao Amazonas, com 80 anos, voltou para Holanda em 2013, para cuidar da saúde e descansar.

A riqueza das informações reunidas nos manuscritos e nas demais fontes citadas, constituiu um robusto corpo documental para a construção desta tese, intitulada *"Um Lago de Histórias: Da Organização Social e Política às Lutas das Comunidades Rurais do Lago de Tefé-AM (1940 a 1990)"*.

Ela, objetivou compreender a organização sociopolítica das comunidades rurais no Lago de Tefé, no período de 1940-1990, decorrentes da expansão capitalista na Amazônia por meio das memórias, experiências e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Bem como, entender como esse modelo de organização denominado de “comunidade” modificou e impactou os modos de vida desses sujeitos sociais. E, engendrou lutas em defesa de seus territórios.

O estudo foi delimitado a cinco comunidades: Santo Antônio do Ipapucu, Bom Jesus do Bacuri, Santa Luzia do Curupira, São Benedito do Igarapé Açu e do São Sebastião do Turé, situadas no Lago de Tefé, no Médio Solimões. Este lago, localizado na parte baixa do Rio Tefé desemboca no médio curso do Rio Solimões. Possui cerca de 45 km de extensão e é considerado de grande porte para os parâmetros regionais. O lago tinha muitas localidades em seu entorno que, a partir de 1970, passaram por transformações sociais, econômicas e políticas.

A escolha dessas comunidades foi motivada por suas citações na documentação do Movimento de Educação de Base como campos de ações de organização sociopolítica realizadas pelo movimento entre 1970 a 1990. A proximidade entre elas também foi um fator considerado na escolha, pois facilitava a visita e a realização da história oral com seus moradores. Em termos de delimitação, o recorte temporal deste trabalho são as décadas de 1940 a 1990, período que o mundo rural na Amazônia viveu uma série de transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista no campo e avanço da fronteira capitalista¹³. No Lago de Tefé, por exemplo, presenciou-se o declínio das atividades extrativistas, principalmente dos castanhais, e a invisibilidade do Estado, marcada pela ausência de políticas públicas. Posteriormente, no contexto ditatorial houve a implementação de políticas territoriais pelo Governo para a Amazônia. Esses processos trouxeram consequências significativas para essas populações, tensionando suas diversas maneiras de viver.

¹³ CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

A historiadora Mônica Xavier Medeiros¹⁴ afirma que esses processos alteraram significativamente os ambientes de trabalho, viabilizaram formas de resistência, lutas pela sobrevivência, provocaram transformações nos modos de vida e levaram à ruptura da invisibilidade social e política, configurando uma forma de organização social: as comunidades.

Os trabalhadores e trabalhadoras do interior, organizados em um novo formato de organização social: as Comunidades, estabeleceram alianças com a Igreja Católica e instituições públicas, acionando um novo nível de identidade coletiva para alcançar uma vida digna. Utilizaram como principal plataforma de apoio os movimentos sociais, como o MEB e a CPT, que os articularam a outras comunidades com pautas de luta semelhantes. Nesse período, a população do lago se organiza coletivamente para resolver conflitos e defender seus modos de vida, direitos e territórios.

No final da década de 1990, esse modelo de organização sociopolítico entrou em declínio devido a vários fatores, a saber: o crescimento urbano, expansão das religiões protestantes nas comunidades, ao desenvolvimento tecnológico urbano de Tefé e Capital e a expansão das políticas ambientais na Amazônia/Amazonas.

Desse modo, com base nesta temporalidade, buscamos compreender como os atores sociais vivenciaram, participaram, interpretaram e deram sentido às suas vidas diante das mudanças capitalistas ocorridas na região, principalmente após o declínio dos castanhais, da expansão capitalista da pesca profissional embarcada, das ações do MEB, CPT e, do Estado no interior. Nosso objetivo foi entender como esses processos impactam o cotidiano dessas comunidades a partir da década de 1940.

Cabe salientar que, embora esse estudo se concentre no período de 1940 a 1990, as fontes documentais e orais nos levaram além desse recorte temporal, tanto para o passado quanto para o presente. As disputas em torno da memória¹⁵ das comunidades nos obrigaram a retroceder até o início do século XX para compreendermos a ocupação da região estudada, e as mudanças demarcadas pelos sujeitos do lago por meio do uso local dos termos "comunidade" e "localidade."

Tomando como base esse recorte delineamos um percurso historiográfico que revelasse além das questões estruturais às experiências de vida dos homens e mulheres reais do lago, pois

¹⁴ MEDEIROS, Mônica Xavier. *Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

¹⁵ Disputa em memória é um conceito do sociólogo Michel Pollak para designar a relação entre a memória coletiva e memória subterrânea, onde o silêncio e o esquecimento se tornam mecanismos de resistência à memória coletiva. Ver: POLLAK, Michel. *Memória, silêncio e esquecimento*. *Estudos históricos*, v.2, n.3, Rio de Janeiro: FGV, 1989, p.3-5.

a experiência é a possibilidade de dar sentido à vivência, proporcionando inteligibilidade ao passado à luz do presente e da troca de experiências com o coletivo, através de narrativas, histórias e convivências.

Nosso entendimento de experiência é um conceito central na obra de Edward Thompson¹⁶, particularmente na sua abordagem da história social e da formação da classe operária. Thompson define experiência como o conjunto das vivências e práticas concretas dos indivíduos dentro de um contexto histórico específico. Ele argumenta que a experiência é fundamental para compreender como as classes sociais se formam e se desenvolvem ao longo do tempo. O autor considera a experiência como o processo através do qual as pessoas interpretam e dão sentido às suas condições materiais de vida, suas relações sociais e os eventos históricos que vivenciam. Ele enfatiza que essas experiências são moldadas pelas estruturas sociais, mas também influenciam e transformam essas estruturas.

No seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson descreve como as experiências dos trabalhadores durante a Revolução Industrial foram cruciais para a formação de uma consciência de classe. Ele argumenta que não são apenas as condições objetivas (como a economia ou as relações de produção) que definem a classe, mas também as experiências subjetivas e as práticas culturais dos trabalhadores.

Para Thompson, a experiência é dialética, envolvendo uma interação contínua entre a prática vivida e a consciência desenvolvida. Ele também destaca a importância das tradições e da cultura popular como mediadores da experiência, contribuindo para a formação de identidades coletivas e práticas de resistência. Em resumo, para Edward Thompson (1981), a experiência é um conceito que integra o vivido e o interpretado, o material e o cultural¹⁷, servindo como um elo vital para compreender a formação e a dinâmica das classes sociais na história¹⁸.

Os estudos e a categoria de experiência defendida pelo autor deram base teórica para uma compreensão mais rica da organização social e das lutas das comunidades do Lago de Tefé, reconhecendo a importância das experiências individuais e coletivas na construção da memória e da identidade dessas comunidades.

Através da lente de Thompson, valorizamos as vivências cotidianas, contribuindo para uma visão mais detalhada e empática das dinâmicas sociais e dos processos históricos dessas

¹⁶ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁷ Ele enfatiza que a experiência está ligada à cultura, sendo vivenciada não apenas como ideias, mas também como sentimentos que são negociados através de normas, obrigações familiares, reciprocidades e valores culturais. A experiência molda e é moldada pela cultura.

¹⁸ THOMPSON, 1981, p. 15

populações. Pois é por meio da experiência que homens e mulheres respondem aos desafios e transformações de suas vidas, configurando novas formas de organização social e resistência. Ainda de acordo com o autor:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença¹⁹.

Essas experiências de vidas e lutas ficaram registradas na memória dos sujeitos do interior. Para acessá-las e compreendê-las, nos cercamos das reflexões de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, de Michael Pollak sobre a memória como campo de disputa, e de Alessandro Portelli sobre a memória socialmente compartilhada como suporte teórico.

De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs a memória é a reconstrução do passado. Ela é coletiva e o presente interfere nas formas de se lembrar os fatos pretéritos, pois são os fatos do presente que estimulam a Memória, com finalidades sempre ligadas às estruturas concretas e objetivas da sociedade. O autor questiona a existência de uma essência individual na Memória, para afirmar que não existem lembranças sem correlações com a coletividade. Para ele as lembranças, não emergem fidedignas aos acontecimentos do passado, são reconstruções de um indivíduo que se lembra enquanto membro de um grupo. Neste sentido, para Halbwachs cada memória individual é um ponto de vista sobre a Memória coletiva que dependendo das situações do presente, muda conforme as relações exercidas pelo indivíduo neste grupo.

No primeiro capítulo do seu livro póstumo “*Memória coletiva*”, publicado em 1949, discorre sobre a impossibilidade de existir uma Memória individual e afirma que todas as nossas lembranças permanecem coletiva, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos²⁰. Ele acredita nas relações sociais como fator determinante na construção da Memória. Ela não emerge somente do interior do indivíduo, mas é suscitada pelo presente, externos ao sujeito, na interface sujeito-espaco coletivo. Esses aspectos da teoria da Memória Coletiva halbwachisana continua sendo instigante para nossos estudos históricos.

¹⁹ Ibid., p. 17.

²⁰ HALBWACHS, 1990, p.26.

O artigo “Memória, silêncio e esquecimento”, do sociólogo Michael Pollak²¹, também nos deu contribuições importantes sobre a memória, ao inserir o esquecimento como fator constituinte da memória. Segundo Pollak, a memória coletiva, defendida por Halbwachs, é uma memória estruturada, hierárquica e com classificações que fundamentam e reforçam os sentimentos de pertencimento e fronteiras socioculturais.

Para o autor, em vez de criticar esse tipo de Memória, Halbwachs acentua as funções positivas desempenhadas por esta “Memória comum”, cuja função é de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão efetiva do grupo. Pollak vem afirmar que esse tipo de Memória não é positivo pois possui um caráter destruidor, uniformizador e opressor, e, por isso, deve ser questionada pela sociedade. Aqueles que se negam a participar dessas Memórias coletivas estariam constituindo o que Pollak chamou de “Memórias subterrâneas”, cujo trabalho subversivo é o silêncio ou o não compactuar com a memória nacional em suas narrativas. Para o autor, essas relações entre “Memória coletiva” e “Memória subterrânea” colocam a categoria “Memória” em disputa, onde o silêncio e o esquecimento se tornam mecanismos de resistência à memória coletiva.

Ou seja,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Para Pollak, a Memória é produzida num processo de dominação, com objetivos e interesses que não são, simplesmente, uma necessidade tradicional de “representar” o passado pelo presente. Há também os interesses de um futuro que se quer construir através da conservação de certas Memórias em detrimento de outras que devem ser esquecidas. Suas reflexões alinhadas ao referencial metodológico da História Oral serviram de escuta das “Memórias subterrâneas”, citadas por Pollak, a fim de dar visibilidade aos fatos e acontecimentos que foram silenciados pela Memória oficial. Se o Estado e a Igreja se valeram de dados da História para organizar e enquadrar as Memórias coletivas, no intuito de impor o que devia ser lembrado pela sociedade, a História oral se valeu do recurso da escuta das Memórias subterrâneas para trazer outras vozes” aos acontecimentos “esquecidos”.

Portelli, ao se envolver nas questões e discussões da Memória, assinalou que ela é sempre uma construção feita a partir do presente²², com base nas vivências do passado. Logo,

²¹ POLLAK, 1989, p. 2-5

²² PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*, n. 15, abril, São Paulo: EDUC, 1997. p. 13-33.

o diálogo entre tempos é inevitável. Também salienta que a memória é compartilhada socialmente, porque as experiências e os tempos são compartilhados. Ele tem em mente a complexidade dos embates políticos, a experiência e a elaboração dialética que dá forma ao conteúdo expresso pelas pessoas. Entende que existe uma intencionalidade naquilo que é falado, ainda que se trate de pessoas que tenham convivido com o mesmo fato histórico. Com essa formulação, o autor nos ajuda a compreender que existe uma disputa para elaborar os conteúdos que devem integrar as chamadas versões do passado. São disputas intermediadas pela cultura, pelas questões políticas e cotidianas do grupo. São intermediações situadas nos poderes constituídos. Sua formulação orienta uma militância quanto à composição dos conteúdos no campo da história oral.

Em resumo, as reflexões desses autores, contribuíram para a compreensão das memórias presentes tanto nas narrativas gravadas e escritas produzidas com as pessoas que tive contato no cotidiano como na documentação escrita da pesquisa. Essas memórias presentes nas narrativas por exemplo, foram entendidas dentro do pressuposto de que fazem parte de um fenômeno social, permeadas por questões individuais e coletivas, que emergiram num momento de comunicação discursivas, com objetivos e interesses que refletem inúmeras relações de poder existentes dentro de uma sociedade.

Além disso, essas memórias passam por vários filtros, que vão desde a entrevistadora, que seleciona as perguntas, dirige o diálogo, até as interpretações dos leitores e daqueles que se debruçam sobre as falas constituídas pelas Memórias. Além do mais, nesses momentos de diálogos e da narrativa, as subjetividades também vão se constituindo, diante das emoções, sentimentos e imagens daquele que narra e daquele que ouve.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada a partir do diálogo entre documentação escrita e fontes orais, respeitando-se a especificidade de cada fonte. Alessandro Portelli²³ defende que a credibilidade de fontes escritas e orais é diferente e não são excludentes, cada uma possui funções únicas que a outra não pode preencher. Ressalta ainda que, não há fonte oral falsa, nos contrastes busca-se o simbólico. As fontes orais, por exemplo, assim como todas as fontes, não são objetivas, são fontes construídas. Nessa construção o narrador não é mais o que viveu o acontecimento, pois ele sofre interferência do seu presente e de suas vivências.

²³ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997, p. 31

Essa construção é resultado de um trabalho entre entrevistador e entrevistado, em um processo no qual o entrevistador deve estar disposto a ouvir o depoente e intervir pontualmente. Por ser oral, sempre será uma narrativa singular, podendo ser interessante repetir a mesma entrevista em outro momento. Desse modo, supervalorizar uma fonte em detrimento da outra pode resultar na perda das qualidades específicas que cada uma oferece. Assim, ambas foram fundamentais para a realização desta tese.

Para produzir fontes orais, adotamos a metodologia da História Oral na perspectiva de Alessandro Portelli²⁴. Em seu argumento a História Oral abrange não apenas os eventos, mas também a memória e a interpretação desses eventos por meio da memória. Ele elenca uma série de elementos que as caracterizam e constituem, como o seu caráter vivo, pois não trata de coisas que falam, mas de pessoas, de vidas, além de serem fontes orais. Por mais óbvia que possa parecer essas afirmações, elas são essenciais para se pensar a especificidade dessa metodologia e de suas fontes, pois as transcrições dessas fontes acarretam reduções e manipulações, tendo em vista que a oralidade e a escrita são constituídas por códigos diversos, é preciso dar atenção às linguagens expressas na oralidade, como os gestos, os tons e o ritmo da fala que podem ser extremamente reveladores e, normalmente, perdem-se na escrita. Logo, ela é carregada de subjetividade. Ela é legítima para acessar os acontecimentos e a memória compartilhada socialmente. Sua análise, permite uma imersão no cotidiano²⁵ das pessoas anônimas, valorizando suas trajetórias, revelando as tramas de vida encobertas, o pulsar da vida ordinária, a ambiguidade e pluralidade de suas experiências e interpretações.

Maria Izilda Matos afirma que essa abordagem, ao desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, evita dualismos e polaridades, questionando as dicotomias tradicionais²⁶. Portanto, as fontes orais foram fundamentais para resgatar a história do Lago de Tefê e de seus moradores. Na historiografia tradicional, esses sujeitos são invisibilizados, aparecendo apenas como dados quantitativos que ocultam suas experiências e lutas.

Desse modo, a História Oral nos permitiu dar visibilidade a grupos sociais que, segundo Portelli, estão excluídos pelos meios de comunicação e pela tecnologia. O autor destaca que, mesmo no século XXI, há pessoas que não sabem ler ou escrever, ou que não manejam o computador, mas cujas vozes podemos captar por meio da oralidade. Pois a oralidade é um meio de comunicação universal, controlado por todos os seres humanos. Nela, encontramos a

²⁴ PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.18.

²⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

²⁶ MATOS, 2002.

forma de expressão dos excluídos e marginalizados na mídia e no discurso público. Influenciados pelos estudos do autor, entendemos a importância das fontes orais e o potencial que elas trazem.

Assim, nosso exercício de História Oral foi escutar as vozes desses sujeitos sociais, que existem há mais de 52 anos com uma intencionalidade clara, trazer o narrador para a história, que suas vozes alcancem o discurso público²⁷ e acadêmico. As memórias encontradas nas narrativas versam sobre a ocupação do Lago, os diversos atores que compuseram a região com suas vivências, lutas, formas de organização política e sociabilidades. Elas permitiram ver esses trabalhadores/as como sujeitos ativos, fazendo história, ajustando-se à dominação, burlando normas e regras, negociando melhorias, e usando relações de parentesco para resolver conflitos e mediar suas lutas.

Esses sujeitos sociais, ao falarem de si e da vida nas comunidades, não o fazem aleatoriamente. Eles formam discursos para expressar o que sentem, qualificando suas experiências como sujeitos em um mundo em mudança. Para Portelli, quando os sujeitos sociais falam, ocorre uma interpretação e uma intencionalidade no que é dito, mesmo entre pessoas que viveram o mesmo fato histórico. As experiências desses sujeitos em comunidades são o ouro que garimpamos e continuamos a garimpar. Suas lembranças são preciosas e carregadas de significados, pois ao falarem do passado, também falam do presente.

Assim, fizemos um exercício de leitura dessas histórias, dos símbolos e das lógicas subjacentes, atentando para seus significados profundos e fazendo justiça à complexidade das vidas e experiências históricas daqueles que as contam. Afinal, como Portelli destaca, as fontes orais nos contam não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo, e o que agora pensam que fizeram²⁸.

Portanto, as fontes orais tiveram uma contribuição ímpar no estudo das comunidades. Seus moradores tomaram a palavra, anunciando-se como sujeitos e contando suas histórias, histórias que correm o perigo de se perder, como diria Benjamin. Este trabalho teve o compromisso de evitar que as histórias do interior e de seus sujeitos caiam no esquecimento. Portelli enfatiza a importância²⁹ de valorizarmos as pessoas que entrevistamos, afirmando que a entrevista é uma experiência de aprendizado: o pesquisador pode ter títulos acadêmicos, mas é o narrador, por mais que seja analfabeto, que possui o conhecimento que buscamos.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*. Rio de Janeiro. v.6, n.2, p. 2-13. 2010. p. 3.

²⁸ PORTELLI, 1997, p. 31.

²⁹ PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010.p.213.

Quanto aos documentos escritos, são oriundos do arquivo do Movimento de Educação de Base de Tefé-AM, da imprensa, dos arquivos digitais e públicos de Manaus. Outra fonte analisada foi a da imprensa, o Jornal do Comércio, disponível no Arquivo Nacional. Nele encontrei jornais do período de 1970 a 1985), que traziam os conflitos de pesca, envolvendo moradores das comunidades do Lago, pescadores profissionais e empresas que vinham praticando a pesca predatória na região.

No Arquivo Nacional, encontrei outros documentos interessantes, como aqueles produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a cidade de Tefé. Trata-se de processos de denúncias que ajudaram a compreender a atuação da igreja como uma instituição ambígua, de muitas faces, imersa em conflitos latifundiários com a elite local e com empresas estrangeiras que buscavam instalar-se na região interessadas na compra de terras na cidade de Tefé-AM.

Além dos documentos do SNI, pesquisei no Arquivo Público do Estado do Amazonas, onde encontrei alguns relatórios da Associação de Comerciantes do Amazonas (ACA) da década de 1940 a 1950, que me permitiram sustentar a argumentação de que o Lago de Tefé, era um lago de castanhais ativos principalmente após o declínio da borracha nos seringais de Juruá e Japurá. Por meio dessa documentação, demonstrou-se que após a queda do preço da borracha a castanha foi um produto aceito no mercado exportador, permitindo a ocupação do lago de Tefé-AM, bem como a demarcação de terras que antes eram devolutas e de uso comum.

Outros documentos analisados, foram as atas de reuniões da comunidade Bacuri. Elas ficam em posse da diretoria da comunidade e correspondem ao período de 1971 a 2013. São documentos construídos durante as reuniões dos moradores. Todavia, as informações que constam nelas são limitadas, algumas chegam a ter somente a pauta de reunião do dia e nos informam pouco sobre os elementos políticos da comunidade. Quanto às atas das demais comunidades não tivemos acesso, pois no momento que as visitamos, as lideranças responsáveis pela guarda da documentação estavam ausentes. Na Comunidade Igarapé Açu, o presidente estava na comunidade, porém estava adoecido, esse motivo impediu que eu tivesse um diálogo com ele e solicitasse as atas dessa comunidade. Já na comunidade São Sebastião do Turé, o presidente havia viajado para a cidade.

Apesar de não termos acesso às atas das demais comunidades, conseguimos reunir outras fontes: documentos dos arquivos físicos e digitais (processos, jornais, relatórios), as entrevistas e imagens, que nos permitiu, como disse Samuel Benjamim “aos mortos falarem aos vivos e, aos vivos, falarem aos mortos.”. Por se tratar de fontes diversas, buscamos situá-

la em seu tempo, procurando interpretar o que esses discursos revelam para o presente que nos situamos.

Esse corpo documental foi analisado levando em consideração as reflexões de Jacques Le Goff. O autor nos ensina que o documento não é inocente, é parcialmente determinado por uma época e seu meio. Antes, é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, dura, e o testemunho, o ensinamento que traz deve ser analisado desmistificando seu significado aparente.¹⁶

Diante das observações de Le Goff, não podemos esquecer que os registros escritos, têm caráter institucional, reproduzem falas do poder, portanto devem ser analisados de forma crítica e contextualizada, fazendo uma leitura a contrapelo³⁰, de modo a identificar as contradições presentes no discurso oficial, àquilo que muitas vezes se tenciona escamotear, esconder ou negar. Nessa direção Durval Albuquerque Júnior afirma “nada é evidente em si mesmo, antes deve ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato”.

Desse modo, diante dessa documentação, tentamos exercer a habilidade de uma tecelã que diante de sua matéria-prima em mãos, busca dar forma e significado para sua arte. Ou as habilidades do detetive como diria Marc Bloch, buscando dar significado para os vestígios, indícios encontrados nos documentos, reconstruir os discursos, as tramas a respeito do passado das comunidades e de seus trabalhadores e trabalhadoras no tempo (passado e presente)³¹.

Nesse grande mosaico, formado de partes totalmente diferentes, tecemos esta tese, que ficou organizada em quartos capítulos, a saber: O capítulo I: “Naquele tempo não eram comunidades, eram localidades”: Ocupação, migração nas localidades do lago de Tefê-AM, foi escrito a partir de uma fala do morador do lago, Orlando Rodrigues, que afirmou que, até a década de 60 não havia comunidades. Mediante a afirmação resgato as memórias e representações construídas referentes a estas duas expressões no espaço rural.

Discuto o significado de cada termo no cotidiano destes sujeitos. Interessante dizer que, essa afirmação nos conduziu à ocupação das localidades do Lago de Tefê-AM, no momento de queda do preço da borracha, onde os seringueiros, majoritariamente imigrantes nordestinos que

³⁰ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. v. 1: Magia e técnica, arte e política.

³¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 55.

viviam nos castanhais do Juruá e Japurá saíam dos seringais falidos e buscavam locais próximos da sede de Tefé para viver e trabalhar. Muitas aliás tinham rumo certo, escolhiam intencionalmente o Lago de Tefé, em busca de terras ricas em castanhais. E, nelas se apropriam da floresta, diversificam a produção para sua subsistência, caçam, pescam e plantam. Abordo que as motivações que levaram muitos a migrar do Nordeste foram inúmeras e obedeceram a decisões individuais, como a fuga de Tertuliano.

Vimos que no Lago, não existiu uma única forma de ocupação, mas uma diversidade de territorialidades que se encontraram, indígenas já viviam na região, e outros sujeitos (ocupantes, migrantes) que chegavam, foram ocupando as terras devolutas do Lago de Tefé. Muitos, inclusive, se casam com mulheres indígenas. E, aos poucos, vão constituindo as localidades. A forte contribuição de imigrantes cearenses e maranhenses foi identificada nas cinco comunidades estudadas. Algumas localidades ainda eram terras devolutas quando esses sujeitos chegaram, ocuparam e foram demarcando no curso do século XX, enquanto uma (Turé) era propriedade da Igreja Católica, demarcada junto ao Governo do Estado.

Inclusive, neste capítulo, chamamos atenção para o fato da igreja se constituir como uma grande latifundiária na região e exploradora da mão de obra dos posseiros até meados da década de 1970. O interesse da igreja pelas terras se deu muito em razão das atividades extrativistas praticadas na região (principalmente da coleta da castanha) que ganhou destaque no Lago após o declínio da borracha nos Rios Juruá e Jutai, e da proximidade com a sede do Município de Tefé.

No capítulo II intitulado: De Localidades às Comunidades Rurais: O Movimento de Educação de Base e suas formas de mobilização no Lago de Tefé (1964-2002). Analisamos o papel da Igreja Católica no Lago de Tefé, demonstrando que a instituição participou ativamente na constituição das cinco comunidades rurais estudadas, incentivando o nuclearmente das famílias e a organização social e política delas que ficou conhecido como: Organização de Comunidades. Percebeu-se que este trabalho só foi possível mediante a inclinação da igreja católica para uma ala mais progressista paulatinamente na década de 70 e 80, por conta da Teologia da Libertação e da opção preferencialmente pelos pobres.

Nesse processo, destacou-se a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) no interior, inicialmente com o trabalho de alfabetização radiofônica. A recepção das escolas radiofônicas foi positiva, pois, a falta de escolas era uma das queixas dos moradores. Os jovens e adultos para conseguirem estudar eram obrigados a migrar para sede de Tefé, à custa de muitas dificuldades (falta de moradia, passar por humilhações na casa de conhecidos). O Lago de Tefé,

estava imerso na invisibilidade política e na ausência de políticas públicas (educação, saúde). A educação, tornou-se assim, a primeira pauta de luta da população do interior do Lago.

Entretanto, ao longo da escrita deste capítulo, demonstramos que a igreja apresentou diversas faces e constituía-se como “braço” do Estado; se de um lado era uma instituição engajada na “luta” contra as injustiças sociais e a favor dos indígenas e da população regional “sofrida”. E inspirada por esta causa, cria diversos mecanismos que subsidiavam a nova forma de ordenamento territorial: as comunidades rurais. De outro, reforçava o vazio demográfico, o preconceito e colocava em prática as ações do Estado nas comunidades, por meio das formações e treinamentos efetivados pelo MEB e instituições públicas municipais e estaduais (parceiras) nas comunidades. Nesse projeto, a igreja de Tefé contribui com seu projeto educacional e seu modelo de organização de comunidades. E, mesmo defendendo um modelo educacional libertador, intencionava manter o controle sobre os sujeitos do lago. Todavia, estes ganharam autonomia, ressignificam suas experiências e sofrimentos criando estratégias para sobreviver diante da ausência de ação do Estado na região.

No capítulo 3: A formação das Comunidades no Lago de Tefé AM: Organização Social e Política das Comunidades Rurais de Tefé-AM, apresentamos como os moradores e moradoras do lago estreitaram relações com a Igreja, para evidenciar suas demandas por bens sociais imediatos e organizaram suas comunidades. A constituição social de comunidades ficou caracterizada por uma série de mudanças vivenciadas e protagonizadas pelos moradores do lago. A partir dessa aliança com a igreja, diversas melhorias foram percebidas como resultantes desse modelo de organização sociopolítica. Entre as principais, destacadas pelos próprios moradores está a adesão de um novo modelo arquitetônico nas comunidades, com a construção de casas novas com banheiros e latrinas no fundo dos quintais e, aquisições coletivas feitas pelas associações de moradores, como a compra de canoas para escoamento da farinha, para condução de comunitários adoecidos para o hospital da cidade e motor gerador de energia.

Outra mudança perceptível vivenciada nas cinco comunidades diz respeito a criação de associações juridicamente constituídas, uma exigência formal da igreja e posteriormente do Estado para a distribuição de incentivos fiscais que não chegaram nas comunidades analisadas. Eram no interior das associações locais que os moradores se reuniam para debater seus problemas e chegar a possíveis soluções. Nas associações, houve o fortalecimento dos trabalhos dos ajuris, (trabalho coletivo realizado mesmo antes da intervenção da igreja).

Os colaboradores da pesquisa, perceberam a constituição de associações como algo positivo, pois deu visibilidade a eles e direitos (benefícios sociais) e as políticas públicas que o Município e o Estado trouxeram para suas comunidades (escola, bens coletivos como canoas,

baleeira, motor gerador de energia). A maior mudança identificada nesta tese no que tange à configuração territorial do Lago de Tefé, entretanto, não é física, mas indenitária. Os moradores passaram a se autodeclarar (consciência de sua identidade) como agricultores, moradores de comunidades e reconhecer-se como responsáveis pela fiscalização e gestão de suas terras e águas de trabalho. A categoria de comunidade possibilita a esses sujeitos uma identidade política. A partir da análise da documentação, concluímos também que o processo de organização de comunidades não teve efeitos na produção e comercialização da farinha (fonte principal, (quase que exclusiva) de renda das comunidades estudadas). Nestes espaços, homens e mulheres “pobres” tornaram-se protagonistas, assumiram funções de lideranças, ou seja, passaram a representar uma classe de sujeitos políticos que lutam por seus direitos territoriais, e resistiram às investidas do Estado de torná-los bons trabalhadores para o desenvolvimento da nação.

No cotidiano vivido e sentido das comunidades, eles também protagonizaram lutas que são analisadas no capítulo IV: Lutas das Comunidades Rurais: Preservação dos Recursos e Luta pela Terra. Lutas por políticas públicas (educação e saúde), luta pela preservação e gestão dos lagos e luta pela terra. Essas lutas foram protagonizadas pelos moradores do lago e são consideradas resultados desse modelo de organização social, coletiva e política vivenciado no período estudado. No que tange à Luta pela preservação dos Lago, ao longo do texto, apresentamos um relato, detalhado das mudanças e conflitos vivenciados pelos trabalhadores rurais do Lago de Tefé, destacando a progressiva escassez de recursos pesqueiros e as tensões decorrentes da pesca predatória e comercial. Inicialmente, descrevemos a transição da pesca de subsistência para a comercialização intensiva impulsionada pelo crescimento urbano e pela demanda por peixes nas cidades amazônicas.

Esse processo resultou na invasão dos territórios de pesca tradicionais pelos pescadores profissionais embarcados, causando conflitos pela apropriação dos recursos aquáticos. Para o povo do interior esse território é parte essencial da identidade sociocultural que representa a vida, o espaço de moradia, do trabalho e da sociabilidade. Nos relatos evidenciamos a devastação ambiental causada pela pesca predatória, com o uso de explosivos e técnicas proibidas, além do desperdício de peixes. Os moradores do lago, afetados, enfrentaram sérias dificuldades para garantir sua subsistência, culminando em confrontos e denúncias públicas na tentativa de proteger seus meios de vida. A imprensa e membros da Igreja Católica também se envolveram na denúncia dessas práticas e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. O texto descreve como o crescimento da pesca comercial desencadeou uma série de

consequências socioambientais, destacando a resistência e mobilização das comunidades locais diante desses desafios.

O texto narra também o surgimento do movimento de defesa do peixe nas comunidades do lago de Tefé, no Amazonas. Esse movimento emergiu devido à preocupação com a pesca predatória e os conflitos vivenciados. Inicialmente liderado por Falco Michiels, um padre holandês da Prelazia de Tefé, o movimento visava apoiar os trabalhadores rurais e garantir a preservação dos recursos naturais, especialmente dos peixes.

Falco Michiels, também conhecido como Piet Micheles, defendia a organização e união das comunidades em torno de interesses coletivos, enfatizando a importância de "defender o peixe na mesa" para a sobrevivência das populações locais. Ele foi pioneiro na conscientização ambiental em Tefé, coordenando a Pastoral da Terra e mobilizando a população para proteger os lagos e estabelecer Acordos de Pesca Comunitários.

O movimento propôs a categorização dos lagos em áreas de manutenção, procriação e livre uso, visando garantir o acesso dos ribeirinhos aos recursos aquáticos essenciais para sua subsistência. Os comitês de pesca foram formados nas comunidades para delimitar e proteger essas áreas, enfrentando desafios como a pesca ilegal por parte de grandes barcos pesqueiros e a resistência de alguns moradores locais.

As estratégias de proteção variam, desde a vigilância dos lagos até abordagens não violentas aos invasores, embora as dificuldades persistam, especialmente devido à falta de apoio das autoridades competentes. Apesar disso, o movimento se expandiu para outros municípios ao longo do rio Solimões, com a criação da Comissão Pastoral da Terra, buscando promover o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais em toda a região.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 em resposta aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais na Amazônia durante a ditadura militar, expandiu seu foco para incluir questões de preservação dos recursos pesqueiros no Amazonas. Em contraste com seu trabalho em outras regiões do Brasil, onde lidava principalmente com questões agrárias, na Amazônia, a CPT concentrou-se na apropriação e uso dos recursos aquáticos, especialmente a pesca.

A partir de 1983, a CPT começou a abordar a preservação dos recursos pesqueiros, culminando no 1º Encontro de Ribeirinhos em Tefé, Amazonas. Durante esse encontro e os subsequentes, as comunidades discutiram a preservação dos lagos e a defesa dos peixes, resultando na proposta de uma política de pesca e na formação de comitês de pesca. Apesar dos avanços, encontram-se obstáculos legais e conflitos com colônias de pescadores e proprietários

de barcos industriais. A mobilização continuou com a Eco-92, que fortaleceu o movimento ambientalista.

O Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) de Tefé, emergiu como um agente importante, implementando medidas de vigilância e conscientização ambiental. Esses esforços levaram ao reconhecimento dos órgãos governamentais e à criação de reservas extrativistas na região de Tefé. No entanto, apesar dos desafios, o movimento conseguiu gerar uma nova consciência sobre a proteção dos recursos pesqueiros na Amazônia, culminando na criação de reservas extrativistas para preservar os lagos e assegurar o sustento das comunidades ribeirinhas.

Quanto à luta pela terra é resultado do amadurecimento da organização coletiva dos sujeitos do Lago, especificamente dos comunitários do Bacuri. Essa luta carrega uma especificidade, ela foi pensada, articulada e protagonizada pelos moradores da comunidade Bom Jesus do Bacuri sem a mediação da Igreja. Os moradores e moradoras (desta comunidade desenvolveram táticas de resistência para não serem expropriados da terra onde sempre viveram e trabalharam. Eles desenvolveram discursos ocultos e públicos. Partiram do diálogo ao enfrentamento direto, e o resultado foi a titulação coletiva da terra a favor da comunidade no ano de 2013.

Tendo sido conquistadas algumas lutas por políticas públicas de educação, direito à terra e a preservação dos lagos, no interior das comunidades presencia-se o esmorecimento deste processo de organização no Lago de Tefé. Muitas associações estão inativas. As reuniões comunitárias são realizadas com um número cada vez menor de moradores que sentem a necessidade de manterem os nomes nas atas da associação para atenderem às imposições das instituições federais, estaduais e municipais, que incorporaram a linguagem dos movimentos sociais.

Muitos são os fatores para esse esmorecimento, novos anseios surgidos no final da década de 90, fragilizando o modelo de organização social tão latente nas décadas de 70 e 80, o crescimento urbano do município de Tefé e o desenvolvimento tecnológico. O resultado dessas mudanças ocasionou uma forte migração do campo para o centro urbano da cidade. O crescimento das religiões protestantes também é apontado como um dos principais fatores desta fragilização.

O crescimento do movimento ambientalista na Amazônia e no Amazonas³² impactou também para o esmorecimento do movimento de lutas na década de 90. De acordo com

³² O Estado do Amazonas é o segundo da Amazônia Legal em número (71 UCs), sendo 30 federais e 41 estaduais) e em extensão territorial de UCs (27% da área total do Estado). Nele, ainda se registra uma inovação sustentável

Becker³³, a política de unidades de conservação de uso sustentável adquiriu visibilidade com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, o qual registrou a resistência das populações à expropriação da terra, somando-se a isso a pressão ambientalista internacional e nacional de defesa das florestas e de seus povos.

Dessa forma, a Amazônia alterou seu significado, pois começou a ser pensada como estratégica para a sobrevivência humana, assim como sua manutenção passou a ser considerada um capital natural (floresta em pé), sobretudo das florestas, da mega biodiversidade e da água. Em consequência do movimento ambiental, foi demarcando Unidades de Conservação (UCs), Flonas e Floresta Nacional. E, a garantia desses territórios como unidades de Conservação acabou dando certa tranquilidade para a população que se sentiu mais bem amparada por essas legislações.

Ao que nos parece, nas comunidades estudadas, atualmente está havendo uma espécie de retomada à organização informal existente antes do aparecimento das ações do MEB. Neste modelo de organização, não menos importante, os moradores das comunidades dão preferência a uma ausência de formalidade, observada principalmente no cotidiano desses trabalhadores, em especial no trabalho na roça e na manutenção do seu modo tradicional de viver.

A organização informal baseia-se nas necessidades imediatas das famílias. Na maneira como desenvolvem seus trabalhos eles demonstram um modelo de organização própria, dado a partir das relações sociais face a face, no caminho da barraca de farinha, no momento da produção da farinha, nos momentos das refeições que, continua a existir as relações de sociabilidade, nos momentos dos ajuris cujas relações de solidariedade são evidenciadas e na própria divisão sexual do trabalho. Consideramos que ambos os modelos de organização (informal e formal) continuam a existir e são modos de resistências diante das dificuldades e dos sofrimentos enfrentados cotidianamente pelos moradores. Mas acima de tudo é uma resistência para permanecer em suas territorialidades.

Acompanhar a trajetória das comunidades estudadas nesta tese significou ressignificar o olhar sobre o mundo rural, entender que esses trabalhadores e trabalhadoras vivem em

(UUS), que é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Essa categoria e tipologia admite a presença de populações humanas em seu interior, pois objetiva compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela de seus recursos naturais, o que é o oposto da primeira categoria denominada de Proteção Integral (UPI), sendo esta a mais antiga, a qual não permite a interferência humana de forma direta. Ver: AMAZONAS. *Tribunal de Contas do Estado. Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*. Manaus, 2015; MOURA, E. A. F. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas, Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

³³ BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53, p.71-86, abril. 2005.

territorialidades dinâmicas, cujas formas de organização são diversas. Nelas, eles travam lutas por dias melhores e condições mais dignas de sobrevivência.

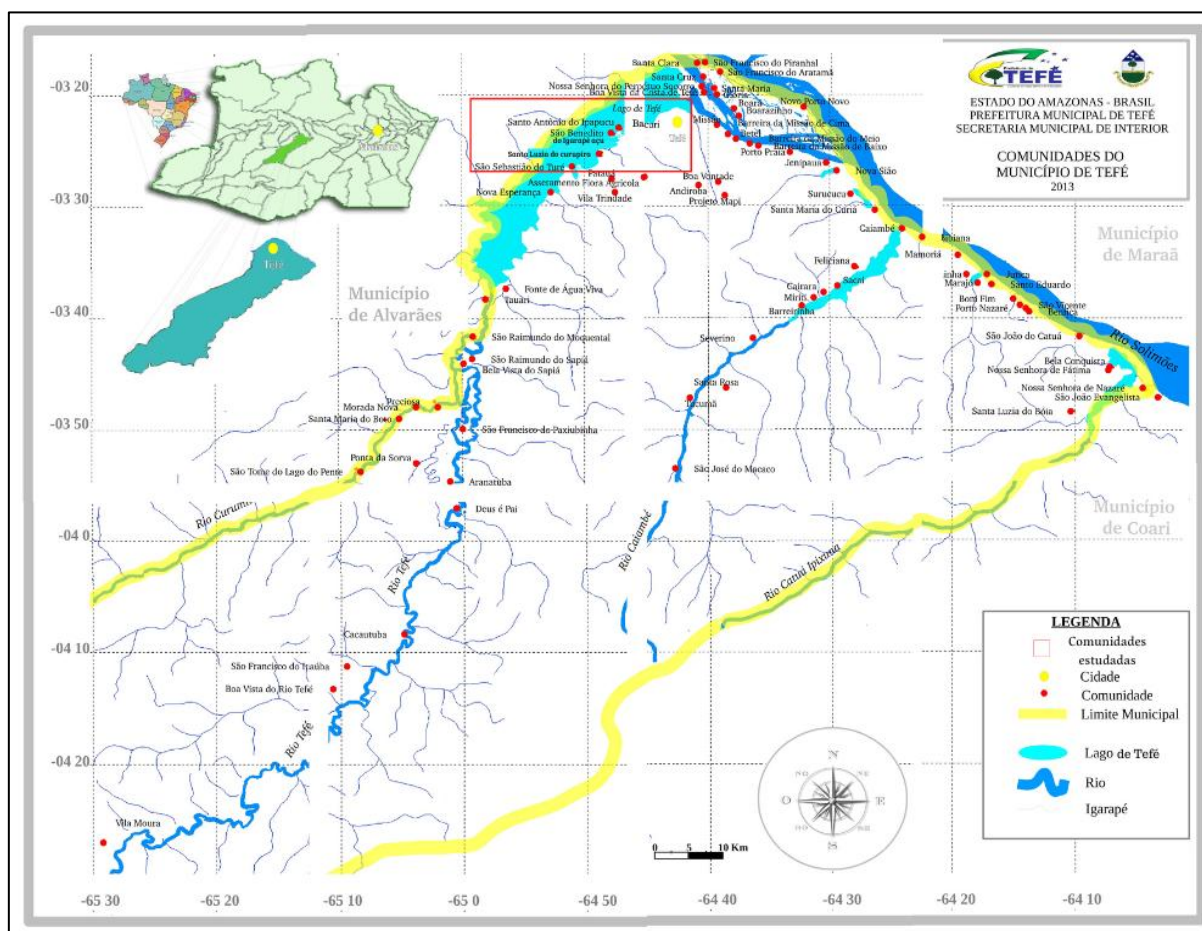
Portanto, esperamos que a tese sobre as comunidades do Lago tenha alcançado os objetivos propostos. Tenha conseguido rastrear o emaranhado de experiências de vidas, a organização social, política das comunidades do Lago de Tefé, bem como as lutas dando o protagonismo aqueles e aquelas que viveram e lutaram cotidianamente por dias melhores em suas territorialidades, aos homens e mulheres do interior. Sujeitos que resistiram às tentativas capitalistas do Estado pensadas para a região do lago de torná-los bons trabalhadores. Sujeitos que continuam resistindo para manter seus modos de vida e de trabalho no interior. Esperamos ter iluminado algumas lacunas historiográficas no Lago de Tefé/AM. E, que as reflexões que chegamos no final desta tese incomode, tragam novos questionamentos ao ponto de suscitar futuras reflexões sobre estes sujeitos históricos, pois existe um campo de possibilidades a serem exploradas.

Boa leitura, vamos lá?

1 “NAQUELE TEMPO NÃO ERAM COMUNIDADES, ERAM LOCALIDADES”: OCUPAÇÃO, MIGRAÇÃO NAS LOCALIDADES DO LAGO DE TEFÉ-AM.

Este capítulo analisa a ocupação do Lago de Tefé, focalizando os diversos sujeitos que habitam e interagem com o território, incluindo suas práticas e relações sociais, econômicas e culturais. Chamo atenção para os processos territoriais diversos, como a imigração maranhense e cearense e para as relações de patronagem estabelecidas em razão do extrativismo da castanha. Essa história começa no Lago de Tefé, localizado no Médio Solimões (Figura 1), território antes habitado pelos povos indígenas³⁴ das tribos Juris, Coretus, Jurimáguas, Cambebas, Miranhas, Ticunas, Jumas Ibanomas, Coretys, Jurimáguas, Ticunas, Ibanomas, Muras, Tupepas ou Tapibás³⁵.

Figura 1 – Mapa das Comunidades do Lago de Tefé-AM.



Fonte: Comunidades do Lago de Tefé, 2013.

Autoria: Prefeitura Municipal de Tefé-AM.

³⁴ SANTOS, 2016, p. 25.

³⁵ QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de. *História de Tefé para estudantes*. Manaus: Gráfica Manaus, 2018. p. 37.

O Lago de Tefé possui uma importante dimensão histórica, social, econômica e política. Faz parte de uma região caracterizada pelas disputas político-administrativa e de exploração de recursos naturais (borracha, castanha, pirarucu e ovos de tartarugas), como da força de trabalho de indígenas e de migrantes nordestinos³⁶.

Ao longo de sua história, o Lago de Tefé, se constitui de localidades habitadas por diversos habitantes da floresta, indígenas, negros, migrantes nacionais e estrangeiros e regatões.

No início do século XIX, enquanto a vocação dos rios, Jutai e Juruá era a exploração massiva da borracha, no Lago de Tefé, a produção do látex era baixa. As principais produções baseavam-se no extrativismo da castanha da Amazônia, sôva e na pesca do Pirarucu³⁷. Rodrigues³⁸ (2011) identifica no município de Tefé as comunidades de Caiambé, Jutica, Marajó, Catuá, Lago de Tefé como áreas produtoras de castanha no século XIX.

A atividade econômica se concentrou ao longo de seus lagos e igarapés, que representavam a comunicação na região e com o resto do mundo. Segundo Silva *apud* Tastevin³⁹, os grandes portos de exportação e abastecimento de pirarucu seco eram Tefé, Caiçara (atual Alvarães) e Coari. Comerciantes enviavam mais de cem toneladas de peixe a Manaus e Belém, milhares de hectolitros de castanhas saíam por safra (período de dezembro a maio), no momento de colheita⁴⁰. Nesse território de atividades de exploração de recursos naturais as localidades Ipapucu, Bacuri, Curupira, Igarapé Açu e Turé, foram formadas na sua margem esquerda e ocupadas por milhares de posseiros. Por se tratar de um território com muitos castanhais⁴¹, antes ocupado por povos indígenas, posteriormente tornou-se o local de moradia e trabalho de maranhenses e cearenses que chegavam na região e embrenharam-se no

³⁶ SILVA, Katiane. *Parente é serpente: ambientalismo, conflitos sociais e uso de recursos naturais no Auaí-Paraná, Amazonas*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio Janeiro, 2015.

³⁷ A economia tinha por base a pesca do pirarucu, colheita da castanha, extração da borracha e outros produtos. Todo território da região de Tefé era coberto por um imenso castanhal. Onde havia a presença da população indígena, lá existiam castanhais. QUEIROZ, 2018. p. 64.

³⁸ SILVA, A. D. *Geotecnologias e a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé, AM*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. p. 29.

³⁹ SILVA, 2015.

⁴⁰ As áreas de maior produção no município de Tefé eram: Caiambé, Jutica, Marajó, Jenipaua, Merinim, Centenário, Santo Isidoro, Caiçara, Lago de Tefé e Japurá. Pessoa (2007)

⁴¹ A castanha foi uma das riquezas naturais da Amazônia. Depois da borracha, configurou como a indústria mais explorada e de maior peso na balança comercial da região. Quando a exploração da borracha diminuiu a partir dos anos de 1880, em virtude do colapso nos mercados internacionais, foi à castanha que livrou a frágil economia amazônica de um total desmoronamento. No entanto, a literatura, esquadrihando os domínios da goma elástica, pouco se ateu à castanha, aos seus problemas, à sua decorrência social, aos aspectos de sua florescência e exploração. A castanha foi uma das riquezas naturais da Amazônia. Depois da borracha, configurou como a indústria mais explorada e de maior peso na balança comercial da região. Ver: TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9. ed. Manaus: Editora Valer, 2000. p.184.

interior das matas, do curso do lago e igarapés considerados locais bons de se viver, pela abundância de terras devolutas, pela presença de castanhais e proximidade com a cidade de Tefé. Dessa forma, a história de ocupação do Lago de Tefé não se restringe apenas aos indígenas que ali viviam, mas também aos migrantes que, ao longo dos anos, contribuíram para formar as localidades que conhecemos hoje. Entre essas migrações, destacam-se os nordestinos, cujas trajetórias e motivos de deslocamento são fundamentais para entender a dinâmica territorial da região

Grande parte das terras do Lago eram devolutas, livres de titulação embora uma minoria já possuía titulação de propriedade privada. A maioria foi habitada por gerações com disputa e conflitos. Nesta viagem pelo Lago de Tefé no século XX, convido você leitor, a voltar para as primeiras décadas deste século e conhecer a formação das localidades que dão origem a este estudo, por meio de trechos dos relatos de alguns moradores.

Para entender a sua ocupação, convidamos três moradores, dona. Maria José da Silva Rodrigues, o Sr. Raimundo de Oliveira, dona Deusdeth de Castro Santos e dona. Lícia de Castro para falarem da ocupação das localidades do Lago antes da década de 1980, quando as comunidades rurais foram criadas. Aproveito para esclarecer que as narrativas dos trabalhadores/as do Lago serão apresentadas no corpo do texto, com recuo, na fonte itálico 10, como uma escolha metodológica. Lendo as entrevistas transcritas, recusei-me a renunciar a elas, optei por deixar que eles mesmos falassem, não queria para mim a responsabilidade de falar por eles. Assim, abro amplos espaços para a reprodução de suas narrativas, deixando que falassem sobre si e suas vidas com suas próprias palavras e do seu próprio jeito. Também abri um espaço para mim mesma, fazendo-me uma voz presente, que por vezes contextualiza o que eles dizem, problematiza temas e questões teoricamente pertinentes, ou manifesta discordância. Há múltiplas vozes, portanto nessa conversa.

Trabalhei com histórias de vida narradas pelos próprios biografados, ou no caso, das pessoas falecidas, pelos seus descendentes em primeira geração.

Relato 1– Maria José da Silva Rodrigues⁴² 71 anos.

⁴² Maria José da Silva Rodrigues, 71 anos, casada, mãe de 7 filhos, agricultora, professora aposentada, parteira e agente comunitária do Bacuri. Maria José, de origem humilde nasceu no Bacuri em 1951, morou até junho de 2022, quando faleceu. Nesse ínterim saiu aos 9 anos para morar em Manaus, retornando aos 12 anos de idade. Depois, aos 16 anos, viajou para Brasília retornando em 1971 onde casou dois anos depois e fixou residência. E, começou a trabalhar juntamente com seu esposo na agricultura. E, também se tornou uma liderança ativa na comunidade, influenciada pelo exemplo da mãe que atuava como professora do MEB.

Antes de conversar com Maria José da Silva Rodrigues, a conhecia de vista. Por diversas vezes vi chegando da comunidade Bacuri. Sua casa na cidade, situada no bairro Santa Rosa, ficava na frente da residência do meu avô. Mas, desconhecia sua atuação enquanto liderança. Em 2014, em razão do mestrado e busca de fontes, tomei

Minha mãe, Jair Amélia da Silva, era da localidade **Santa Luzia do Curupira**, ela nasceu lá, mudou para Bacuri depois do casamento com meu pai. Ela era filha de nordestino, o pai dela era do Maranhão. Vieram primos, irmãos em busca de trabalho, aí foram se alojaram no Curupira, que não era comunidade, só era chamado de Curupira. Porque na época que minha mãe morava lá, ainda vivia curupira e batia sapupenha e tudo. O meu pai (Venceslau) nasceu no Bacuri, os pais dele moravam lá, porque era filho de maranhense, que era meu avô Raimundo, meu bisavô Izidoro Rodrigues Martins. Meu bisavô era o Rodrigues, que veio do Ceará. O avô que veio do Ceará se casou com a minha avó. Lá era uma aldeia Pixuna, quem morava lá era os índios. Então meu pai disse que quando veio o padre Samuel Fritz, levou quase todos, ficou só uma família indígena lá. Mas com isso, já ficou cruzando a família do meu bisavô e já foram se casando. (Maria José Rodrigues, comunidade Bacuri).

Relato 2 – Raimundo Oliveira⁴³, 76 anos, vinda de seu avô.

O meu pai (Aristaque de Oliveira), não era daqui. O pai dele era do Maranhão e os pais da minha mãe (Raimunda Barbosa), eram do Ceará. Não era tronco velho daqui não.

Johmara: Eles vieram de lá por quê?

Sei lá (risos). Mas eu digo que o cara que vive num lugar bom e come bem, não sai de lá não. Meu avô, foi doze irmãos que vieram. Aí eles chegaram aqui, o meu avô se casou com minha avó. Ela só pôde ter dois filhos. E, mataram meu avô. Eu fico pensando: ele aprontou lá, meu avô veio dificultado, o que ele não aprontou por lá? Ele

conhecimento que Maria foi uma liderança ativa na comunidade Bacuri. Realizei a primeira entrevista com ela, no Porto Fluvial de Manaus. Naquele ano, cursava a disciplina Tópicos de História Oral, ministrada pela professora Dra. Patrícia Silva. Nela, realizamos um trabalho de análise de entrevista. Estava longe de Tefé, e indagava: o que fazer? Naquele momento, tomei conhecimento que Maria José estava em Manaus. Viajou para visitar sua filha (Dejane), mas já iria voltar para sua casa, ou melhor, onde reside boa parte do tempo, a comunidade Bacuri.

Consegui seu contato e liguei para explicar a pesquisa e lhe pedir uma entrevista e da sua importância para a pesquisa enquanto sujeito histórico. Respondeu que viajaria no dia seguinte, após o jogo do Brasil, fatídico jogo que a seleção brasileira perdeu de 7X1. Perguntei se eu poderia ir ao barco conversar com ela. Ela aceitou. Sorrindo, respondeu que o barco não sairia do porto mesmo. Após o jogo, rumei para o porto fluvial de Manaus. Maria José, já estava aguardando, me recebeu com um largo sorriso. Estava feliz e ansiosa para falar das suas experiências enquanto liderança. Alessandro Portelli, nos aponta que a interação entre historiador e a fonte cria uma forma completamente nova de contar histórias. Uma pessoa pode ter contado sua história toda a vida, mas talvez pode nunca ter sido solicitada a passar uma tarde inteira ou fim de semana contando-a para um ouvinte profissional receptivo, embora talvez inquiridor. Naquele final de tarde, improvisamos um local para conversar. Coloquei um pedaço de papelão no chão, sentei-me na frente da sua rede, onde ela estava sentada também. Aos sons de muitos barulhos, passageiros conversando, cargas sendo arrumadas no porão, e dos olhos curiosos dos passageiros à nossa volta, conversamos aproximadamente duas horas. Apesar do ambiente conturbado, a entrevista foi muito rica. Maria José abordou sobre a história de ocupação e organização social e política da comunidade Bacuri, cotidiano e trabalho dos homens e mulheres, o papel da igreja e do Estado com as políticas de incentivos fiscais na década de 80 e 90 e a luta pela terra protagonizada pelos moradores da comunidade.

⁴³ Raimundo de Oliveira, 81 anos, filho de agricultores, católico, casado, pai de 12 filhos, agricultor aposentado, nascido na localidade Bacuri. Meu contato com ele foi na tarde do dia 07/10/2014, na primeira viagem a Bacuri. Meu objetivo na ocasião era entrevistar as pessoas mais velhas da comunidade. Tinha alguns nomes na mente indicados por Maria José. Seu Raimundo Oliveira foi uma destas pessoas. Ao chegar na sua casa, bati palmas torcendo que alguém atendesse. Um dos seus filhos apareceu na janela. Perguntei por Raimundo, o qual chamou prontamente, dizendo que uma mulher queria falar com ele. Seu Raimundo ao se dirigir a mim, estava sério, aparentemente chateado. Logo, pensei que recusaria a entrevista. Para minha surpresa, aceitou, afirmando que pegaria uma camisa para começarmos. Colocou a camisa no ombro e seguimos para um banco de madeira no quintal do seu terreno, pois estava ventilado, com uma bela visão para o igarapé. Ao sentar-se do seu lado, me apresentei como neta do César, ex-morador do Bacuri e seu colega de trabalho. Neste momento, o gelo foi quebrado. Raimundo sorriu, perguntou sobre ele. E assim começamos o diálogo. Usando a frase: “então, somos parentes” conversamos uma tarde inteira. Quase não parava de falar. De uma simplicidade e um modo peculiar de rir das dificuldades, com suas subjetividades, vieram à tona memórias da ocupação do Bacuri, saltou a migração cearense e maranhense na constituição da sua família, o orgulho dos filhos que conseguiram formar e atuavam como lideranças, a falta de políticas públicas (saúde e educação) no interior, as dificuldades do trabalho na roça, a rejeição a vida na cidade e a valorização do interior.

chegou aqui, quis marcar e mataram ele. Porque o cara, aonde ele chega, é uma boa pessoa, chega naquele local, quem vai fazer malvadeza pra ele? Eles vieram do Ceará, já vieram pra ficar no **Igarapé açu**. (Raimundo de Oliveira, comunidade Bacuri).

Relato 3 – Deusdeth de Castro Santos⁴⁴, 72 anos

O **papai** (João Batista) era filho de **maranhense**, dos Pinheiros e a mamãe (Lícia Rodrigues de Castro) era filha também de maranhense. Meus avós eram Raimundo Tertuliano Martins e Isadora Martins. Os meus avós, vieram em busca de trabalho. Vieram da senzala, fugiram porque naquele tempo a escravidão era forte. Eles vieram para Tefé, foram para Belém e de Belém foram trabalhar na seringa. Outros foram para o Juruá, outros pro Japurá e o certo é que vieram pro Bacuri. Vieram no motor de linha. Fizeram um grupo de conterrâneos em busca de trabalho. E, quando chegaram lá aonde é o Bacuri, um ficou no **Curupira** (o velho Cirilo ficou lá, pai do Jair e da *Helena*), e o velho **Brígido** veio para o Bacuri e o velho **Zé Grosso** veio para o Igarapé açu que era um igarapé, onde não tinha moradores, **era uma aldeia de índios**, de lá que veio os brancos, eles civilizados que foram transformando a gente. (Deusdeth de Castro Santos, ex-moradora da comunidade Igarapé Açú).

Relato 4 – Lícia de Castro, 96⁴⁵ anos

⁴⁴ Deusdeth de Castro Santos, 79 anos, filha de agricultores, mulher negra, viúva, mãe de 12 filhos e professora aposentada. A forma como cheguei a ela, foi desafiadora pois ela morava na cidade de Iranduba. Seu nome foi indicado pela minha mãe em uma das conversas que tive sobre a pesquisa. Indagava quem eram os moradores mais velhos do lago. Consegui seu contato, liguei, expliquei sobre a pesquisa e a convidei para participar da entrevista. Ela aceitou imediatamente. Então, em julho de 2015 marcamos o dia e o horário. Por volta das 9 horas fui para Iranduba, cheguei às 11:00 da manhã na sua residência. Quando cheguei, Deusdeth já estava no meu aguardo. E, para minha surpresa, fui recebida com um largo sorriso de quem parecia me conhecer a tempos, e um almoço maravilhoso que ela havia preparado. Deusdeth é extremamente comunicativa, estava ansiosa para falar. Orgulhosa, foi logo apresentando sua casa, construída com muitas dificuldades ao longo de sua vida. Depois apresentou seus filhos e filhas que estavam nos cômodos, demonstrando um profundo orgulho por ter conseguido formar todos. Então, sentamo-nos na sala de sua casa e iniciamos a entrevista. Quando começou, não queria parar. A entrevista foi finalizada com um convite de Deusdeth para eu voltar outras vezes, mas na próxima visita para participar de um passeio de barco.

⁴⁵ Lícia é mulher, mãe de 8 filhos, católica, viúva e aposentada, filha de maranhense. Nasceu no Lago de Tefé, na localidade Bom Jesus do Bacuri, em dezembro de 1926. Ao casar-se migrou para a comunidade Igarapé açu onde morou até seus 45 anos. No ano de 2000 mudou para Manaus, onde vive atualmente. Na manhã do dia 04/08/2015 fui à casa onde Lícia Rodrigues de Castro morava, localizada no bairro do Manoa na cidade de Manaus. Meu contato com ela se deu por meio de sua filha Deusdeth de Castro, que entrevistei uma semana antes na cidade de Iranduba. Seu nome foi indicado pelos moradores mais velhos do Bacuri entrevistados no final de 2014. Lembro que tive dificuldade de localizar a residência de Lícia, pois estava pouco tempo em Manaus. Ao encontrar sua casa, fui recebida por Deusdeth, que veio de Iranduba para acompanhar a entrevista da mãe. Na ocasião, Lícia, em razão da idade e dos recursos médicos dispostos na capital, morava com a sobrinha. Quando cheguei, por volta das nove horas da manhã, Lícia tinha tomado café, estava no quarto penteando os cabelos, me aguardando. Fui recebida por Deusdeth na sala, onde havia duas cadeiras brancas preparadas para a entrevista. Deusdeth, anunciou a Lícia que eu já estava ali pronta para escutá-la, afinal minha contribuição enquanto historiadora da oralidade, meu trabalho é recolher sua voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Vi Lícia pela primeira vez saindo do quarto em minha direção. Fiquei encantada com aquela mulher, alta, olhos azuis, voz mansa, cabelos brancos e com um forte sotaque nordestino. Parecia frágil, mas não era, sua força e vitalidade apareceram assim que começamos conversar. Ao me dirigir a Lícia, ela me tratou com simpatia, perguntando sobre minha avó, ex-moradora do Lago de Tefé e amiga de anos, o que facilitou a realização da entrevista. Após o momento descontraído da apresentação, sentei-me ao lado de Lícia, pedi permissão para gravar a conversa. Com o gravador de voz na mão e uma câmera filmadora próxima, conversamos aproximadamente por 3 horas. Durante praticamente toda a entrevista, Deusdeth ficou do nosso lado, como a guardiã da memória da mãe, levantando-se algumas vezes para atender o telefone ou pegar água para Lícia. Ao perceber que Lícia saía das questões, esquecia nomes e datas, em razão dos seus 88 anos, relembrava da história conduzindo Lícia voltar para o enredo. A entrevista dela foi importante, através dela consegui reconstruir a genealogia dos primeiros ocupantes das comunidades do Lago de Tefé, a migração maranhense e cearense como um elemento expressivo na constituição

Meu pai (Antônio Tertuliano Martins) era maranhense. O pai dele morreu ainda no Maranhão e ele ficou trabalhando. A mãe dele estava doente, ele tinha 17 anos e ficou órfão, trabalhando. Ele não bebia. Aí foi ajudar um homem que tinha um bar para ganhar o pão de cada dia (no maranhão). E, tinha um valentão que chegava no bar abusado, jogando cachaça na cara dos outros. Vários dias ele chegou insultando o meu pai, gritava, abusava mesmo. Era valentão. Quando foi um dia, ele disse: “Hoje você vai beber”, meu pai respondeu: “não bebo, você sabe”. Então, ele jogou uma cachaça na cara do meu pai e deu um tapa. Meu pai foi embora, mas ficou com aquele sentimento (raiva). Chegou lá, amolou um cerrotão, passou o resto do dia amolando até a noite. Quando foi no outro dia, enrolou em um papel e foi embora pro bar decidido. Nem bem chegou lá, o valentão apareceu. “Hoje você vai beber”. “Já disse que não bebo”. “Hoje vai beber, por bem ou por mal”. “Nem por bem, nem por mal”. Aí quando ele colocou a mão assim pra dar na cara do meu pai, meu pai o puxou e furou”. Diz ele que fez isso e saiu. Aí o patrão dele (Raimundo) disse: Vai embora atrás do seu tio que ele está no Amazonas”, que era o (Brígido). Ele veio, mas custou, diz ele que sofreu muito, porque sabia que o Amazonas era muito longe. Pegou um pau de arara e ficou em Bragança. De Bragança foi trabalhar no Pará, mas diz que lá tem muita gente metido a besta. De lá veio e chegou no Amazonas. Ele foi ser comandante de um tabuleiro sozinho, depois foi cortar seringa no Juruá. Então ficou doente e subiu para o Juruá, porque sabia que tinha umas pessoas lá que podiam fazer o bem pra ele. Era uma senhora.... com o senhor Martim que tiveram pena dele. Já era tempo de baixar, então baixaram, ele veio de canoa, remando. Chegando no Alvarante, faltou farinha. Então foram comprar farinha na casa de Quitéria, que era uma preta velha do Maranhão, que conhecia meu avô... e disse: "Vish, eu conheço teu avô, está dentro do Lago de Tefé, rico". Aí ele ficou com meu avô. Não demorou, meu pai chegou, ela se engraçou e quando meu avô (Brígido) viu, ficou alegre. Porque era sobrinho, fez tudo por ele.

As narrativas apresentadas são das senhoras Deusdeth Castro, Lícia Castro, Maria José Rodrigues e do Sr. Raimundo Oliveira, todos inicialmente moradores do lago de Tefé e são netos, bisnetos dos primeiros moradores das localidades pesquisadas. As narrativas apontam para os elementos que as aproximam como sujeitos sociais e históricos dessa pesquisa. Neles procurei reaver o passado das localidades, reconstruindo fragmentos de memórias, na medida do possível, através de suas próprias falas. Nelas, o processo de ocupação do Lago é apresentado, como seus bisavôs chegaram no Lago de Tefé formando as primeiras localidades. Nelas, insere-se uma forte migração nordestina como elemento formador das localidades e os migrantes como sujeitos ativos. A historiadora Patrícia Regina de Lima Silva⁴⁶, assevera que a migração é um evento complexo imbuído caráter interdisciplinar, de elementos temporais,

das localidades, as redes de solidariedade que envolveram essas migrações e a relação desses sujeitos históricos com o trabalho nos castanhais coletivos e privados no Lago de Tefé nas primeiras décadas do século XX. Festas do interior, trabalho na agricultura, casamento, preconceito, decepções familiares, protagonismo feminino, organização da comunidade Igarapé açu, ausência de políticas públicas (educação, trabalho), relações de gênero, políticas de incentivos fiscais foram temas que sua entrevista me permitiu analisar.

⁴⁶ VER: SILVA, Patrícia Regina de Lima. *Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX*. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

espaciais, simbólicos, culturais, afetivos e principalmente de significados que marcaram e marcam a vida dos sujeitos envolvidos em seus processos migratórios.

A migração pode ser pensada como um processo articulado com vários elementos que possibilitam os deslocamentos de homens e mulheres e não apenas como algo que, dependendo do local de saída ou chegada, seja visto como pólos de atração ou expulsão. A referida autora, assevera a necessidade de pensar a migração como um fenômeno social, levando em consideração as ações dos sujeitos a partir.

As três narrativas analisadas têm em comum, o fato de que a ocupação das localidades do lago de Tefé foi marcada pela migração de maranhenses e cearenses que se fixaram na região no início do século XX. A primeira narrativa, de Maria José Rodrigues elucida a saga de seu bisavô, que migrou para o Amazonas motivado pelo desejo de adquirir terras, o que se configurou como sua principal razão para deslocar-se até o Lago de Tefé. Ao que tudo indica, a vinda dele ocorreu no contexto das migrações incentivadas e financiadas via Estado durante o período áureo da borracha.

Entretanto, outras trajetórias revelam movimentos migratórios de caráter espontâneo, isto é, não induzidos pelos poderes públicos. Esse é o caso do pai de Lícia, cuja decisão de migrar não esteve vinculada a políticas estatais, mas a circunstâncias pessoais e sociais. Ainda assim, os testemunhos convergem ao apontar que a saída do Nordeste⁴⁷ esteve associada ao anseio de melhorar de vida.

Com este objetivo, por exemplo, o senhor Aristaque de Oliveira migrou acompanhado de onze irmãos. O que permite compreender esses sujeitos como agentes ativos de suas próprias decisões, movidos por expectativas e projetos de vida.

A expressão “melhorar de vida” recorrente nas narrativas, revela múltiplas motivações para o deslocamento, indo além das questões estritamente econômicas. No contexto deste trabalho, percebe-se que tal desejo estava fortemente relacionado à possibilidade de acesso à terra, entendida como meio de subsistência, trabalho e estabilidade. Assim, migrar significava, para muitos a chance de construir um novo modo de vida fora do Nordeste.

Outro aspecto recorrente nas narrativas é a constituição de redes de afetivas de apoio e solidariedade, fundamentais para sobrevivência e fixação dos migrantes na região. Esse elemento aparece de forma marcante na trajetória de Antônio Tertuliano Martins, pai de Lícia. Sua narrativa evidenciou a importância dos laços afetivos nos arranjos sociais estabelecidos ao longo da experiência migratória. A descrição detalhada do percurso de sua viagem convida o

⁴⁷ SILVA, 2017.

leitor a acompanhar as dificuldades enfrentadas, comuns a muitos sujeitos que deixaram suas terras natais rumo a espaços como o Lago de Tefé.

O acolhimento por pessoas que “tiveram pena”, a ajuda de conhecidos e, sobretudo, o reencontro com familiares configuram-se como elementos centrais dessa experiência. A figura de Quitéria, representando a memória compartilhada, a oralidade e a conexão entre o passado e presente, além de funcionar como elo entre diferentes trajetórias migratórias.

O relato de Antônio Tertuliano constitui-se como uma narrativa de memória familiar marcada por experiências de violência, migração forçada, trabalho precoce e redes de solidariedade, aspectos recorrentes nas histórias de trabalhadores pobres do Norte e Nordeste do Brasil ao longo do século XX. Sua saída foi atravessada por sentimentos de dor pela perda do pai, culpa pelo crime cometido e medo de ser preso. O episódio ocorrido no bar revela uma situação de violência simbólica e física, protagonizada por um “valentão”, figura associada à imposição da força, do álcool e da humilhação pública. A insistência em obrigá-lo a beber, apesar de sua recusa, expressa uma tentativa de dominação moral, cuja agressão final funcionou como gatilho para a reação extrema, narrada com forte carga emocional. O relato não busca justificar o ato cometido, mas contextualizá-lo a partir das condições de opressão vividas.

Após o ocorrido, a orientação do patrão para que Antônio fugisse evidencia a necessidade de resolver conflitos por meio da fuga. Nesse sentido a migração não se apresenta como escolha livre, mas como estratégia de sobrevivência. Esses acontecimentos traumáticos, constituem um marco em sua trajetória individual levando-o a deixar sua terra de origem em busca de um novo lugar para viver. O percurso descrito Maranhão, Pará, Amazonas ilustra as rotas históricas de migração interna, especialmente em direção à Amazônia, associadas ao trabalho braçal, ao extrativismo e à esperança de recomeço.

A experiência prévia de ver o tio partir primeiro em direção ao Amazonas foi um fator determinante na decisão de migrar. O fato de esse familiar residir no Lago de Tefé favoreceu sua vinda e permanência na região, uma vez que o acolheu, ofereceu moradia, trabalho, e sobretudo, conforto afetivo para enfrentar as saudades e a perda do seu genitor. O reencontro com o tio Brígido marca o fechamento do ciclo narrativo, transformando uma história de dor, fuga e sofrimento em uma narrativa de acolhimento, pertencimento e reconstrução de laços familiares. O tom final é de alívio e reconhecimento, evidenciando o papel central da família e a solidariedade na constituição da identidade e na sobrevivência dos migrantes.

Nesse sentido, a historiadora Patrícia Regina Lima Silva⁴⁸, corrobora com a ideia de que as redes afetivas são constituídas antes, durante e depois dos processos migratórios. Tais redes favorecem a manutenção dos vínculos entre os que partem e os que permanecem no lugar de origem, além de criarem condições para novos deslocamentos de parentes, vizinhos, amigos e conhecidos em momentos posteriores. A possibilidade de amparo e conforto obtida por Antônio Tertuliano por meio dessa rede afetiva configurou-se como elo fundamental de comunicação e fixação, não apenas para ele, mas para tantos outros sujeitos que decidiram partir e se estabelecer no Lago de Tefé.

Assim, como Antônio Tertuliano, homens e mulheres, com sua coragem, capacidade decisória e iniciativa de buscar em outro espaço novas possibilidades, vieram, se reinventaram e se transformaram. Trouxeram consigo as marcas das experiências vividas, experiências estas que refletiam seus anseios, angústias, medos e lutas que tiveram que vencer. D. Deusdeth Castro, contou que quando estes sujeitos chegavam no Lago, escolhiam terras devolutas. A ocupação destas terras era a maneira mais comum de conseguirem uma propriedade, até porque este tipo de terreno, por lei, pertencia ao Estado e não podia ser titulado a particulares. Havia também os castanhais do município, onde qualquer pessoa que quisesse, após matricular-se na prefeitura, poderia coletar a castanha⁴⁹ uma vez que eram terras abertas a todos. Terra do povo, uma terra que é de uso de todos, no entanto não se constitui numa terra pertencente ao povo, no sentido de haver uma propriedade coletiva de um grupo, de uma comunidade ou várias comunidades em conjunto⁵⁰.

Constatou-se que a fixação dos migrantes nestas terras não ocorria de forma aleatória. Segundo Silva *apud* Marandola afirma que:

Migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar. No entanto, a fixação do migrante no local de destino tem algumas restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e espacial. O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente.⁵¹

Levando em consideração a afirmação do autor e as narrativas, concluímos que existiam fatores para a fixação daqueles migrantes que chegavam na região, os laços afetivos foram

⁴⁸ Ibid., p.45.

⁴⁹ CARNEIRO, Aldair José Dias. *Castanhais, agricultores e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do médio Tocantins (1948-1980)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

⁵⁰ CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 8

⁵¹ Ibid., p.83.

essenciais nesse movimento de chegada e fixação. No Lago de Tefé, a escolha do lugar a se morar se dava a partir da identificação de terras devolutas dispostas em suas margens. Nelas estes sujeitos constituíram famílias, estabeleceram relações de parentesco, compadrio, solidariedades e formaram as localidades, as quais conheceremos a partir de agora.

1.1 Meu avô quando chegou aonde é a comunidade, aquilo tudo era de Luís Pinheiro.

Luiz Pinheiro era desse Bacuri [local], e meu avô quando chegou aonde é a comunidade, aquilo tudo era dele (Luís Pinheiro). Meu avô (Brígido) comprou dele, tudinho o Bacuri, era uma casa de farinha, era só um sitiozinho, já meu avô colocou tudinho ali, fizeram uma rua só de cearense, o velho Francisco Amorim, vinha muitos! Quando vinham se enxurravam no Juruá, iam cortar seringa, muitos eram seringueiros. As filhas do velho Luiz eram: Tereza, Maria, Carolina, Epifania, Vergina e o Merquides que era o caçula. O Merquides se casou com a Vicença da família dos Felícios, Maria se casou com Hilário um maranhense, o segundo casamento dela já foi com João Ramos, a Tereza se casou com Gregório, a Vergina se casou com Francisco de Oliveira e Carolina com o velho Plácido também maranhense. E a Epifania se casou com Brígido maranhense, veio do maranhão junto com Hilário pessoal do Cirilo, era uma migração de maranhense, veio também o Martinho Ferreira, o velho Cláudio, o Zé grosso e o de Castro (Lícia de Castro, ex-moradora do da comunidade Igarapé açu)⁵².

A narrativa de Lícia de Castro, ajudou a entender o processo de ocupação de Bacuri, uma das primeiras localidades do Lago de Tefé.

Figura 2 Frente da comunidade Bacuri.



Fonte: Santos, 2015.

⁵² Entrevista de pesquisa concedida em 04 de agosto de 2025, na cidade de Manaus.

Ao lembrar da sua infância no Lago, nos levou a pensar sobre o lugar da memória diante de um fato vivenciado por ela. O local de fala de Lícia é completamente diferente do que fora vivenciado antes. Ela fala a partir do seu referencial de presente olhando para o passado, trazendo uma questão relevante, a imbricada relação entre tempo, história e memória.

Pierre Nora⁵³ asseverou que memória e história estão longe de ser sinônimos. A memória é viva, sempre carregada por grupos vivos. Neste sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado.

Pierre Nora, chamou atenção para os lugares em que a memória está enquadrada. Diante do espaço lembrado e vivido por Lícia, destaca-se que a ocupação de Bacuri iniciou na primeira década do século XX. Está assentada sua história oficial na memória⁵⁴ da família de Luiz da Costa Pinheiro, um dos moradores tradicionais da região. Luiz Pinheiro morava no Lago de Tefé-AM, no sítio onde hoje é a comunidade. Era casado com Lorença⁵⁵, filha de uma catarinense que veio para o Amazonas. E, juntos, tiveram seis filhos, a saber, Carolina, Vergina, Tereza, Epifânia, Maria e Merquides. Ali trabalhavam na roça, na caça, pesca e criavam animais.

⁵³ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 09.

⁵⁴ Ao buscarmos entender as reflexões acerca da memória, logo vem em mente estudiosos como Michael Pollack e Maurice Halbwachs. Estes embora apontem aproximações e divergências sinalizam para as possibilidades do estudo da memória, compreendida neste trabalho como a presença do passado, é uma reconstrução psíquica, intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, na qual experiências individuais entrelaçam-se com as memórias do grupo que pertencem. Para Halbwachs, toda memória é coletiva, os sujeitos compartilham de uma memória que é coletiva na medida em que estão inseridos em diferentes grupos da sociedade e se identificam e uma vez compartilhando dessa memória estão sujeitos a influenciar como se deixam influenciar. Nessa direção Pollack chama a nossa atenção para o fato de que toda a memória é construída, seletiva, através de um processo de dominação com objetivos e interesses de um futuro que se quer construir por meio da conservação de certas memórias em detrimento de outras que devem ser silenciadas. Por isto, é preciso atentar para as memórias subterrâneas que num jogo de disputas foram silenciadas. Ver: POLLACK, Michel. Memória e identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212; HALBWACHS, 2004.

⁵⁵ Não foi possível recuperar o sobrenome de dona Lourença.

Amazônia em busca de novas alternativas de vida. O que ocorreu foi que o boom da borracha terminou por impor um novo sistemático ritmo a esta migração, que passou a ser apoiada e incentivada por agentes externos no sentido de fazer seu redirecionamento para os seringais amazônicos.

O transporte dos imigrantes para os recém-constituídos seringais foi financiado pelas casas aviadoras de Belém e Manaus, responsáveis pela exportação da borracha. Calcula-se que entre 25.000 a 50.000 novos seringueiros migraram para a Amazônia, a cada década, entre 1880 e 1910. Desse modo, a intensidade dessa ocupação, resultou na ocupação do Vale Juruá em apenas uma década e na sua transformação, desde então, numa das principais áreas de seringais nativos da Amazônia⁵⁷.

Todavia, com a entrada no mercado, em 1912, da produção gomífera dos seringais de cultivo da Malásia, em maior quantidade e com custos de produção significativamente mais baratos, a borracha da Amazônia conheceu a sua primeira crise, levando a um afrouxamento dos laços de subordinação dos seringueiros aos seus patrões⁵⁸. Também com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a bem-sucedida economia gomífera passará por um período de letargia e estagnação, resultando na diversificação das atividades extrativistas (principalmente castanha e madeira) e agrícolas adotada pelos moradores- principalmente por parte dos seringueiros.

De acordo com Witkoski⁵⁹ esse período de letargia não significou uma crise generalizada a toda população, pois quem era pobre, continuou pobre com o fim da era da borracha, a letargia estancou parte significativa do fluxo migratório de nordestinos para a região, provocou em menor escala a migração de retorno dos nordestinos ao local de origem, aliviando a pressão sobre as fontes alimentares, por fim, a diversificação da prática extrativista. Fato é que foi neste contexto de estagnação e letargia que muitos seringueiros abandonaram os seringais falidos, desceram o rio Solimões e escolheram o lago de Tefé para viver.

A economia da região diversificou-se, e Tefé passou a contar com a exploração de outros produtos, principalmente castanha, pesca do pirarucu e agricultura para produção da farinha de mandioca. Estes produtos como castanha, pirarucu com exceção da farinha, passam a ser exportados do Lago para Manaus. Os seringueiros transformam-se assim, a partir dos anos de

⁵⁷ FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. 2001. 508f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001. p. 103

⁵⁸ FRANCO, 2001, p. 121.

⁵⁹ WITKOSKI, 2010.

crise do início do século XX, não em coletores especializados, mas sim num “campesinato florestal” apto a diversificar suas atividades econômicas e a sobreviver a crises setoriais⁶⁰.

No grupo, encontrava-se o maranhense Brígido Franklin Rodrigues⁶¹, que migrou para o Amazonas, segundo as narrativas, com o objetivo de comprar terras na região. Isso nos leva a refletir sobre o papel econômico incutido na decisão que o levou a sair da sua cidade. Ao chegar no Amazonas estabeleceu-se no Rio Juruá⁶² como seringueiro. A partir de 1916 desceu o Solimões chegando no Lago de Tefé. Conforme a documentação analisada indica, na medida que descia o rio, tomava posse de terras devolutas, *“ia fazendo pique, passando, medindo, depois ia na repartição de terra, contou quantas metragens tinha, foi lá, avisou e juntava testemunha.*

O velho Brígido, como ficou conhecido na memória daqueles que o conheceram e com ele conviveram, como um homem sabido, inteligente e de iniciativa, que alcançou boa posição no Lago de Tefé. Ao chegar no lago, encontrou a família de Luiz residindo em um pequeno sítio. Interessou-se por Epifânia Rodrigues, (filha de Luiz), com quem se casou. Segundo as fontes orais, ele comprou a terra do sogro no mesmo ano. Enquanto, Luiz Pinheiro, mudou-se para outra localidade. Assim como Epifânia, suas irmãs também se casaram com os imigrantes que chegaram, inclusive com os companheiros de viagem de Franklin. Carolina casou-se com Plácido (maranhense), Tereza com Gregório (maranhense), Vergina com Francisco de Oliveira (maranhense) e Maria com João Ramos (maranhense).

O casamento das filhas de Luiz Pinheiro possibilitou a constituição das primeiras famílias da localidade Bacuri e a formação das outras localidades tradicionais como Ipapucu, Igarapé açu e Turé, cujos descendentes formaram as famílias que vivem nestas comunidades. Após os casamentos, os casais escolhiam terra devolutas nas margens do Lago, para viverem e trabalharem, resultando assim na dispersão das famílias que eventualmente se encontravam nas festas do interior.

Atualmente é possível reconhecer os descendentes destas famílias pelos sobrenomes: Costa, Oliveira, Rodrigues, Pinheiro, sendo a Rodrigues e Pinheiro as mais numerosas. De posse destas terras, Brígido viu a possibilidade de ter uma renda garantida por meio do comércio. Construiu um barracão no Bacuri e convidava os migrantes que chegavam para

⁶⁰ PANTOJA, Mariana Ciavatta. As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento local dos Seringueiros: o Caso do Alto Juruá. *Raízes* – Revista de Ciências Sociais e Econômicas, ano XVI, n. 15., dez, 1997.

⁶¹ SECRETARIA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. Processo do Título em nome do requerente Brígido Franklin Rodrigues. Processo n. 29847. 1929.

⁶² Dados retirados dos processos de títulos em nome do Requerente Brígido Rodrigues Francalino, disponível na Secretaria de Estado de Política Fundiária.

trabalhar para ele, na pesca do pirarucu, coleta de castanha e sova e retirada de madeira. Ali, tornou-se patrão.

D. Lícia, na época uma criança, acompanhava o trabalho de Brígido e teceu o seguinte relato a respeito:

Quando ele comprou a casa de farinha, fez um campo, foi colocando gente, porque ele era muito caridoso [...] chegou uma turma de cearense, meu avô colocou tudinho ali, fizeram uma rua de cearense. Vinha muitos, minha filha. Quando vinham se enxurravam no Juruá, iam cortar seringa, muitos eram seringueiros. Quando chegavam tiravam lenha, outros trabalhavam na roça, pescaria, era assim, tudo que tinham vinham trazer, entregavam para o patrão que era ele, agora tinha aquele dia que vinham trazer ou receber. Era muita gente.

Quando eles vinham no dia, que chegava uma embarcação, vinham todos (fregueses) que era para conduzir pro barco que ficava no meio, não encostava, vinha os fregueses também pra conduzir para o navio o produto e trazer a mercadoria. Agora quando era o dia do embarque, era muito pirarucu, minha filha aquele monte de pirarucu, lenha, era tudo. Era um monte, pirarucu, ia de monte, eu subia na castanha e não arreava. [Johmara: E eram os fregueses que pegavam?], era! Papai era um, tio Deolino, tio César, todo esse pessoal trabalhava pra ele, ele colocou os parentes dele. Ele pagava, quando chegava aqueles navios, era aquele monte de mercadorias, eu ainda lembro, era jabá, aqueles montes, cachaças que eram vendidas nas torneirinhas, nuns baldinhos. Muita coisa, muita coisa. Meu avô era rico, rico de tudo. Dentro do quarto dele tinha dois cofres deste tamanho, quando ele abria aquilo pulava em cima dele, (dinheiro) tudo amarradinho, amarrava com umas linhazinhas, caia em cima dele, chega fedia.

Ouvir o relato de Lícia Rodrigues e Deusdeth é atentar-se para a subjetividade das fontes orais e para a importância que lhe deve ser dada. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais. Segundo Portelli⁶³ “é através da subjetividade que o sujeito atribui significado a sua experiência. Não é o fato ocorrido em si, mas o significado atribuído a sua experiência”.

É necessário ampliar o olhar e perceber o momento da chegada desses sujeitos. D. Lícia chama atenção para a diversidade de atividades desenvolvidas por estes sujeitos quando chegavam no lago e se tornavam fregueses do seu avô. Os produtos oriundos do trabalho dos fregueses eram retirados do Lago via navegação a vapor pelos grandes navios movidos a lenha. Estes possuíam roda d’água e subiam o Amazonas levando mercadorias das capitais Belém e Manaus, para os comércios espalhados nos vários portos às margens do Rio Solimões. Estes navios de brasileiros e estrangeiros desciam os rios e lagos levando produtos fruto das atividades extrativistas, proporcionando sua ocupação, moldando as relações sociais, econômicas e a forma de ocupação da terra até o início de 1970, quando as políticas de expansão das fronteiras amazônicas começaram a ser implantadas.

⁶³ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

O movimento do navio chegando, parando no meio do Lago, e a circulação dos fregueses carregando os produtos extrativistas retirados da mata para o interior e descarregando as mercadorias, criava em Licinha um clima de prosperidade, traduzido por ela como animação. Havia nela a sensação de estar ligada a outras cidades da Amazônia através das mercadorias que chegavam. D. Lícia contou que os negócios do avô prosperaram, permitindo a ele anos mais tarde a compra de seus motores próprios. O primeiro motor era pequeno, a volga, coberto de palha de caranã conduzido a remos grandes, já o segundo era grande, permitindo levar uma capacidade maior de produtos extrativistas (castanha, sova, pirarucu) e captar mais recursos.

Nos depoimentos de seus parentes, o padrão é recordado como um homem caridoso que abrigou contrerrâneos refugiados dos seringais e lhes oferecia trabalho e moradia. Mas também como “um homem grande”, destemido, enérgico, aventureiro e “brabo” que não levava desaforo. Conta-se que ele maltratava aqueles que lhe confrontava pelo pulso, agarrando pelo pescoço, suspendia e jogava no chão.

Brígido, além do estereótipo de brabo, era tido pelas pessoas que o conheceram como uma pessoa sábia, conforme citado anteriormente, e que dominava o mundo letrado, inclusive que gostava de ler, “era metido a professor”, inclusive foi a pessoa que ensinou seus netos a lerem. *“Ele era formado, tinha uma biblioteca que vinha de fora para ele, os coletores de Tefé iam para a localidade no final de semana ler os livros, abriam aqueles livros”*. Conta-se que não dormia com mulher, dormia sozinho ou com os netos. E, sua esposa sem entender o motivo, perguntava se ele tinha algum pacto.

Brígido chamou atenção, ao desconstruir a imagem estereotipada do migrante nordestino “coitado”, “pobre” e “miserável” socialmente construído, fruto de uma vasta historiografia tradicional. E, também de imagens e propagandas veiculadas pela mídia. O trabalho do historiador Alexandre Isidio é fundamental para compreensão de que o perfil de imigrantes nordestinos extrapola o que, durante muito tempo foi e continua sendo difundido, o migrante como o sujeito alheio aos seus desejos e principalmente às decisões.

Fazendo um diálogo do trabalho do autor com a análise das fontes orais, é possível visualizar as ações de Brígido, expressando suas vontades. Chegando e tendo que aprender estratégias e costumes do homem amazônico para poder sobreviver na floresta. As fontes apontam que ele tinha posses. Chegou com recursos para comprar terra e investir o dinheiro na compra de terras devolutas, logrando êxito no comércio dos produtos extrativistas, principalmente do pirarucu e da castanha. Brígido distingue-se financeiramente do grupo que vem com ele e dos que chegam depois. Conta-nos Lícia de Castro que Brígido acumulou capital financeiro e simbólico, tornou-se uma pessoa influente entre seus contrerrâneos e parentes.

Diferenciava-se dos demais pelo domínio da cultura letrada (o gosto pela leitura e por ter na sua casa uma vasta biblioteca). Sua esposa se distinguia das demais mulheres trabalhadoras do lago, pelo uso de suas roupas: usava avental de renda e saias rodadas, “blusas lindas” e sapatilhas compradas na cidade de Manaus, nitidamente uma forma de demonstração do poder aquisitivo adquirido.

No ano de 1926, Franklin Rodrigues solicitou a demarcação ao Governo do Estado do Amazonas, requerendo a compra do lote de terras “Bom Jesus”, situado no município de Tefé, com uma área de dimensão territorial de 3.000 metros de frente por 3.000 metros de fundo, conseguindo a titulação em 1929. Analisando o espelho do processo, chamou atenção um requerimento de protesto movido contra ele por seu vizinho Raimundo Brás de Vasconcelos. O documento aponta que Brígido demarcou a terra, aproveitando “da boa fé” de uma das famílias, moradora da região conforme transcrito abaixo:

Exmo. Sr. Dr. Epitigênio Ferreira de Sales, presidente do Estado do Amazonas. O Sr. Raimundo Brás de Vasconcelos, morador do lugar denominado “Nazareth” no Igarapé do Bacuri, Lago de Tefé, por si e por seus irmãos menores, herdeiros de Vasconcelos, vem protestar perante Vossa. Excelência contra a pretensão de Brígido Franklin Rodrigues, ao lote de terras denominada Bom Jesus situada no lago de Tefé pelo fato que passa expor: Seu falecido pai Antônio Pereira Vasconcelos comprou de Barbara Rosa de Oliveira em 04 de 1906, um sítio com barraca e diversas benfeitorias no lugar Bacuri, cujo lugar denominou de “Nazareth” e onde os moradores têm morada habitual e cultura efetiva desde aquela data.

Bárbara por sua vez houve dito que seu marido falecido Esperidião da Costa Oliveira que comprou em 09 de junho de 1885 de Geraldo Antônio do Nascimento, estando, portanto, com 42 anos, e acha-se regularizado pela lei, transcrito no registro de imóveis desta comarca e pago os impostos territorial, conforme tudo prova com os documentos juntos.

Acontece, porém, que o cidadão Brígido Franklin requereu por compra ao Governo do Estado, o lote de terras Bom Jesus, tendo sido designado a medi-lo e demarcá-lo o agrimensor Antônio de Matos Grangeiro e no dia marcado para a demarcação comparecemos e verificamos que o lugar tinha ficado dentro da demarcação, como de fato ficou, protestei diante do referido profissional contra a demarcação e apresentei-lhe os meus documentos, tendo ele examinado eles, e em seguida mandou chamar Brígido que imediatamente compareceu e disse-nos o seguinte: “Moço o senhor não precisa protestar, pois logo eu irei a Tefé e lá passarei perante o tabelião uma declaração ressaltando seus direitos ao lugar que lhe pertence”, e eu na boa fé concordei, mas ô decepção. Até hoje a tal declaração não foi feita e tendo eu procurado o Sr. Brígido para que tomasse efetiva a sua promessa, me foi dito que ainda era cedo para tal e só daria depois do título definitivo. O Sr. Brígido com a sua promessa queria tão somente enganar a minha boa-fé, até que fosse afixado o edital de compra e decorrido o prazo da lei, sem que eu protestasse e assim sem protesto obter título definitivo e depois mandar às favas. O Sr. Brígido é meu vizinho, tendo seu terreno no máximo mil metros, no entanto requereu três mil e tantos metros já com o fim de ficar com o nosso lugar, por quê? **Somente com ambição nas castanheiras nativas e plantadas que temos no referido terreno.**

O suplicante pede para que sejam tomado na devida consideração o seu protesto e anulação da referida demarcação e não expedição do título.

Pede deferimento em 12 de dezembro de 1927.

Raimundo Brás de Vasconcelos morava no seu sítio localizado ao lado de Brígido. No documento pediu, com urgência, o cancelamento do pedido de demarcação e titulação da terra solicitada por Brígido ao governo do estado, alegando, que a demarcação era ilegal e ultrapassava os limites de seu terreno, ou seja, tratava-se de uma invasão as terras de Raimundo Brás. A conclusão do protesto favoreceu Brígido. Conforme o documento, Raimundo Brás de Vasconcelos desistiu da ação no dia 22 de janeiro de 1929. Os motivos que levaram Raimundo a desistir não são mencionados no espelho do título, se houve um acordo ou compra. Mas, o documento trouxe, um aspecto importante, a presença de famílias morando naquele local que foram expropriadas de seus direitos, quando Brígido demarcou uma área com dimensões territoriais maior que seu terreno.

O documento dá indícios de que ele conseguiu demarcar a terra, e se apossar da propriedade de Raimundo Brás de Vasconcelos, visto que a área titulada foi de 52.641,250 m², muito superior à área solicitada ao Estado que era de 3.000 metros de frente com 3.000 ditos de fundos. O que representa uma forma de grilagem. A terra era habitada por famílias em pequenas propriedades ao longo do igarapé. O fato de Rodrigues se tornar dono legal, não anula o fato de a área já ter sido ocupada por agricultores, que constituíram sua vida naquele espaço, trabalhando na agricultura, pesca e na coleta de frutos, raízes, óleo, resinas e sementes das matas e. E que certamente resistiram para permanecer nas suas terras.

Além da terra de Bom Jesus, Brígido ocupou outros lotes de terras dispostas nas margens do Lago de Tefé em um curto tempo. Demarcou e registrou junto ao Governo do Estado do Amazonas as terras Limoeiro (1916), Goiabal I e Goiabal II (1917), “Bom Jesus” (1926) e “Patauá” em 1927⁶⁴. A localidade Igarapé Açu também foi outra terra explorada por Brígido Rodrigues e demarcada em 1917. Deusdeth de Castro Santos rememora que o Igarapé Açu era terra devoluta que tinha muitas castanheiras e seringueiras nativas.

Ao contrário das terras de Bom Jesus do Bacuri, adquirida pela compra, o lote Igarapé Açu foi ocupado e tratava-se de uma terra devoluta. Quando Brígido Rodrigues chegou “*era tudo castanhal e seringal*” conforme Deusdeth de Castro asseverou:

Brígido entrou para dentro do Igarapé Açu, pegou uma serra daqui, e aviou. O vovô Cláudio, foi. Um bocado de gente, o Manoel da Costa. O pessoal do Bacuri, os antigos, foi pra dentro do Igarapé Açu. Ele foi explorar essa terra todinha, de um lado e do outro, até o Cão, tudo é dele. Era tudo castanhal e seringal. As primeiras produções de dentro do Igarapé açu vieram de canoa, a remo, era uma coisa horrível de grande, ele levava para Manaus. Quando ele voltou já foi com o Dutra I (motor), era pequeno, mas fazia tu, tu, tu. Depois, quando foi de novo, comprou o Dutra II (motor), o motor

⁶⁴ Processos de títulos em nome do Requerente Brígido Rodrigues Francalino encontrados na Secretaria de Estado de Política Fundiária.

apitava parecia um cachorro. Aí os fregueses já estavam com as canoas cheias, carregando pra botar no motor. Os fregueses dele eram o papai João Batista de Castro, o Deolindo, o Raimundo Aristaque Caetano, o Evídeo, tudo era freguês que moravam no Bacuri⁶⁵.

A ocupação de terras devolutas na região do Lago e o arrendamento foi um método utilizado por seringueiros, posseiros, comerciantes, patrões para a conquista e exploração de um território farto e lucrativo. Todavia a ocupação no século XX, não foi um movimento pacífico, conforme observamos no relato de Deusdeth.

Semana Santa ele (Brígido) ficava com a avó, lá dentro do goiabal. E ainda foi o pessoal lá da cidade pra matar ele lá, só que ele tinha um capanga, o Raimundo não sei o quê. Aí quando viu ele chegar com o capanga lá na canoa, ele veio entregar o ofício pra ele sair de lá das terras, porque as terras eram devolutas. Não sei o quê, não sei, ele disse: Tá bom, amanhã eu vou lá, mas hoje estou passando a semana santa. Aí o senhor disse: O senhor tem que ir. Aí ele foi chegando pra perto do homem, quando deu fé, ele deu um chute no homem, que o homem caiu lá dentro da canoa, que quase se acaba. Aí o outro ia atirando no meu avô, aí o capanga do meu avô atira nele. Tu quer ir embora ou tu quer morrer? Ele estava lá dentro do mato né, aí ele disse: não rapaz, eu quero que ele vá porque ele bateu. Ele bateu porque ele veio com ignorância, ele já tinha dito que ia no outro dia. No outro dia ele ia lá. Eles foram pra prender e levar ele amarrado. Mas, ele não foi. Aí no outro dia, ele foi lá resolver. Registrou essas monstras terras, e não ficou só com o igarapé açú, nem o Bacuri. Ficou com o Aracati e Manauã. (Deusdeth de Castro Santos, Igarapé açu).

Acompanhando a narrativa de ocupação das terras do igarapé açu, percebe-se que no momento da demarcação das terras devolutas no Lago de Tefé conflitos ocorriam envolvendo aqueles que chegavam (posseiros, proprietários e arrendatários). Uma vez ocupada estas terras, Brígido estabelecia a relação de patronagem. A patronagem é uma relação contratual informal entre pessoas com condição social diferente. Essa relação impõe obrigações entre as partes. A proteção e o favor entre as partes, e a lealdade da outra⁶⁶.

Nas terras do Lago identificamos diferentes impressões sobre a patronagem, por meio da educação, da dominação violenta e do recrutamento de imigrantes recém-chegados para o trabalho nos castanhais. Na maioria das vezes a patronagem de Brígido ocorria com o recrutamento e a exploração do trabalho dos seus contrerrâneos para a Labuta nas terras adquiridas. Além de ter sido considerado dono de áreas ricas em castanhais do Lago de Tefé, exercia o poder de forma autoritária, possuía barracão, o monopólio do transporte e o escoamento da produção e das mercadorias. O barracão localizava-se estrategicamente na saída do igarapé do Bacuri, que dava acesso ao lago de Tefé, onde a comunidade que recebe o mesmo nome foi formada. A posição de patrão lhe aferiu respeito, o título de chefe, e a obediência de

⁶⁵ Entrevista de pesquisa concedida em julho de 2015, na cidade de Iranduba na sua residência.

⁶⁶ SILVA, 2015, p.31.

seus fregueses. Em diversas ocasiões, Brígido fazia questão de demonstrar atos de coragem e valentia diante de seus fregueses como o anseio de intimidá-los e impor sua dominação e de conhecidos que o visitavam aos finais de semana.

Ao que parece, a memória de um patrão-pai que ajudou os fregueses constituiu-se enquanto versão oficial da história de ocupação de Bacuri e do Igarapé Açu. Portanto, a população inicial da localidade assim como de outras, constituiu-se pelas relações de patronagem e parentesco.

A formação de localidades a partir da migração maranhense, não ficou restrita à localidade Bacuri e Igarapé açu, estendeu-se para outras localidades que compõem o Lago de Tefé, como Curupira. Para o Curupira, por exemplo, seguiu-se Manuel Lopes dos Santos, Quintino, Maurício e o Cirilo, todos maranhenses. Segundo o Sr. Etevaldo dos Santos, 79 anos, morador do Curupira, seu avô Manuel Lopes dos Santos, chegou no Igarapé do Curupira e foi o primeiro ocupante. Manuel dos Santos, também veio do Maranhão trabalhar como seringueiro na deflagração da economia da borracha. Segundo Etevaldo: *“Veio 3, 4 famílias juntas, era o Manuel Lopes, meu avô, ficou aqui, ele veio cortar seringa. Quando terminou, o caldo se colocou aqui. Veio o Quintino, mora ali olha, onde tem uma ponta, e veio o Cirilo que morou aqui, é o avô do Doca”*⁶⁷.

No depoimento, seu Etevaldo ressaltou que estes imigrantes chegam com suas famílias, cujas trajetórias são perdidas quando se desfaz o grupo inicial. A presença de outros moradores, que vivenciaram juntos o passado da localidade, funciona como um reforço e veículo estimulador de uma lembrança coletiva. Ainda de acordo com Etevaldo:

Quando chegava o tempo da borracha, de cortar seringa, que tinha muita seringa e dava dinheiro, por isso que eles saíram da terra deles e vieram procurar a melhoria por aqui. E encontraram, porque depois que eles ficaram nesses locais aqui, esse aqui, pronto, aí ficou tudo bom pra eles. Aqui tinha um igarapé muito bonito, ainda tem. E aí começou assim, o meu avô chegou aqui, se meteu aqui, construiu família, meu pai construiu família, e nós, e aí foi que surgiu essa comunidade”. (Etevaldo dos Santos, comunidade Curupira).

A escolha da terra de moradia do avô não foi feita aleatoriamente. Segundo Manuel Lopes, o local era “bonito”, disposto em terra firme, uma referência não apenas à paisagem geográfica, mas principalmente à existência de recursos naturais fartos. Disse ele: *“aqui era*

⁶⁷ Etevaldo dos Santos, 79 anos, morador da comunidade Santa Luzia do Curupira. É Filho de Lourenço Lopes dos Santos e Rosa Lopes dos Santos. No terreno onde mora atualmente era do seu avô Lourenço Lopes (maranhense). O senhor Etevaldo se autodenomina agricultor, mas durante 20 anos de sua vida trabalhou na casta da castanha do terreno do seus pais. É católico, casado com Elina Santos a qual numa festa da comunidade Bacuri. D. Elina antes de casar-se vivia na comunidade Catuiri-Manuá. O casal constituiu uma família de 12 filhos. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2020 a beira do igarapé do Curupira, onde o encontrei roçando. Ao perguntar seu nome e me apresentar sentamos no tronco de uma árvore caída e conversamos bastante.

um castanhal muito grande”. As castanheiras dispostas no terreno atraíram Manuel Lopes, pois lhe daria meios de obter renda. Além da presença de castanheiras nativas, o terreno situava-se na terra firme, ou seja, não alagada durante a cheia dos rios. Localizava-se nas margens de um igarapé próximo das margens do rio principal, facilitando o transporte, o escoamento da produção, bem como possibilitava obter apoio de um patrão. Segundo Etevaldo, o Curupira tinha um igarapé bonito, farto de peixes que suprimiu a necessidade de água e alimentação.

Em volta, possuía uma mata que forneceria um conjunto significativo de produtos para consumo e/ou venda: madeira, plantas medicinais e um conjunto de frutos: açaí do mato, tucumã, castanha, bacaba. E, também a caça, uma das formas de extrativismo animal que serviria para complementar a dieta alimentar da família. Por isto, seu avô demarcou seu espaço na floresta sem necessariamente haver uma demarcação definida por metros. E, sim, pelos marcos naturais. Neste território, constituiu família, trabalhou toda sua vida na roça, na coleta de castanha que eram vendidas para os patrões Arthur Bezerra e Sabá Bezerra que viajavam pelo Lago de Tefé. De acordo com ele, esses patrões:

Tinham um motor grande, Espírito Santo era o nome do barco. Encostava no porto de nossa casa, comprávamos açúcar, sabão, querosene, leite, bolacha, rosca, nescau, manteiga, tecido, chapéu de carnaúba, terçado, machado, enxada, alguns medicamentos, como: melhoral, cibalena, óleo elétrico, como pagamento nós vendíamos a castanha, farinha em alqueire (empanado no pano), tudo ele comprava de nós. Era muito bom pra nós porque a gente adquiria a mercadoria. Graças a eles nós podíamos ter um rancho para podermos tocar o trabalho, principalmente da agricultura. Muito importante, também porque a gente tinha em casa, os remédios necessários para certas doenças. (Etevaldo Lopes dos Santos, comunidade Curupira).

O Sr. Etevaldo ao tecer a narrativa de ocupação do Curupira, se reportou à época do comércio centralizado no regatão, que recebia a produção em troca do aviamento de mercadorias necessárias ao consumo.⁶⁸ A lembrança dos regatões no Médio Solimões aparece como um importante referencial na memória coletiva. De acordo com David Macgrat⁶⁹ o regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas. Na percepção do autor, o regatão foi uma força decisiva em vários períodos da história econômica e social da Amazônia, pois ajudou a construir, manter e, mais tarde, dismantelar o sistema mercantil que dominou a região até meados do século vinte. Com o desenvolvimento da economia da borracha e a introdução de

⁶⁸ Sobre o sistema de aviamento na Amazônia. Ver: SANTOS, 1980 e WEINSTEIN, 1983.

⁶⁹ MCGRATH, David. *Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, 2009.

navios a vapor e de grandes empresas na segunda metade do século XIX, os regatões foram incorporados à estrutura comercial em evolução de várias maneiras.

No comércio de longa distância, no nível do atacado, os regatões, abastecidos pelas casas aviadoras urbanas, trabalhavam principalmente com os comerciantes do interior, donos de barracões e de seringais, e suas operações eram pouco diferentes dos navios a vapor e das próprias empresas. Outros regatões operavam principalmente no nível do varejo, comercializando com seringueiros e outros coletores de produtos florestais e animais. Alguns destes foram aviados pelas casas aviadoras enquanto outros eram abastecidos pelos comerciantes do interior e pelos donos dos barracões.

Artur Bezerra e Sabá, eram regatões que viajavam pelo Lago. Aviados pelas casas aviadoras dispostas na sede de Tefé. Dentre as firmas aviadoras estabelecidas no centro do município, havia a J.G. Araújo; I.B Sabbá; Mansur Cheuam, Hatem & CIA, do libânes Jospe Hatem, com a casa Jerusalém⁷⁰. Posteriormente tornaram-se donos de comércios na sede também. Estes subiam o rio na época das chuvas⁷¹ vendendo mercadorias (bens de consumo, principalmente estiva em geral), a preços pré-determinados. Suas viagens duravam 20 a 30 dias nos rios. Após chegarem ao seu destino, retornavam recolhendo os produtos regionais, correspondentes ao pagamento das entregas efetuadas anteriormente⁷². Os produtos eram vendidos para as firmas aviadoras de Manaus⁷³.

Interessante observar no relato de Etevaldo Santos, a relação estabelecida com os regatões, tendo em vista que Etevaldo não via o regatão como elemento negativo no comércio, nem como um homem controlador que mantinha um vínculo de dependência e exploração pelo sistema de aviamento. Para ele o regatão, a quem se refere orgulhosamente de “meus patrões”, atendia suas necessidades de adquirir mercadorias necessárias ao consumo e até medicamentos sem que precisasse se deslocar ao centro urbano de Tefé.

Na sua percepção, a ida do regatão ao seu local de moradia era uma economia de dinheiro e ganho de tempo para dedicar ao trabalho da roça. Apesar da visão positiva tecida pelo Sr. Etevaldo, não podemos deixar de evidenciar que nessa relação com o agente de comercialização, de uma maneira ou de outra os regatões acabavam se apropriando dos excedentes do seu trabalho. A visão positiva, é refutada pela Igreja Católica, que passou a

⁷⁰SOUSA, Arinaldo Martins de. “*Arribando aos Mururus*”. Os pescadores de Tefé na fronteira de Desenvolvimento Sustentável. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2008.

⁷¹ Período que havia menos regatões em atividade.

⁷² RELATÓRIO SUDAM, 1982, p. 38. Disponível no Arquivo da SUDAM-Pará.

⁷³ SOUSA, 2008.

denunciar fortemente a partir da década de 1950, o regatão como a face mais cruel da dependência camponesa. Para a igreja, o regatão era o elemento causador da pobreza dos moradores do Lago e, portanto, devia ser combatido e banido do Lago.

No que tange a ocupação da localidade Ipapucu, que histórias seus moradores contam? Na visita a Ipapacu, encontramos o Sr. Raimundo Menezes Pinheiro⁷⁴, ou Pinheirinho como é conhecido pelos parentes e vizinhos. Ele é um dos moradores mais velhos e uma liderança ativa na comunidade onde mora e, também nas outras citadas em razão da sua forte atuação que teve desde novo nos movimentos sociais da Igreja Católica. Sobre a ocupação do Ipapucu, teceu o seguinte relato:

Minha filha, isso aqui era mata virgem, não tinha nada de capoeira, era mata, muita saúva se encontrava nesse terreno, aí meu pai (Mário) começou abrir e fazer a roça, porque nós trabalhávamos até seis horas, seis e meia da tarde. Aí ele decidiu que ia fazer a casa próxima, aqui perto. A primeira casa que ele fez ficou aqui no terreiro de casa, a roça, aí a gente trabalhava até escurecer, isso aqui só era mata virgem. Meu pai era do Bacuri e minha mãe era daqui do Ipapucu. Aos 16 anos minha mãe se casou com ele. Aí ele morava aqui, se passou pra casa do meu sogro e depois ele morou alguns tempos no outro lado da ressaca. E aí ele fez uma casa, com o tempo meu **sogro** deu esse terreno para ele, aí ele veio trabalhar pra cá e até hoje estamos aqui. Morreu, e deixou aqui para nós. São pessoas da mesma família. (Raimundo Pinheiro Menezes, entrevista realizada em 08 de maio de 2021).

Ao ouvir o Sr. Raimundo Pinheiro, e realizando as entrevistas para montagem deste quebra cabeça que é a reconstrução da localidade, dei -me conta que não tive a mesma sorte. Não tive a oportunidade de conversar diretamente com figuras centrais, como os moradores mais velhos do Ipapucu, como os pais de Raimundo, o sogro e suas mulheres, primeiros ocupantes daquela terra, todos já falecidos quando cheguei. As informações sobre eles são fragmentos de memórias registradas nos relatos de seus parentes, amigos e conhecidos. Não há fotos deles a serem vistas. Mesmo quando alfabetizados, não deixaram registro escrito sobre suas vidas e ideias. Tive, contudo, a sorte de conhecer e conversar com Raimundo Pinheiro e seus irmãos sobre a ocupação de Ipapucu.

A localidade Ipapucu localiza-se do lado esquerdo da comunidade Bacuri, dentro de um igarapé que recebe o mesmo nome. Sabe-se que os igarapés foram essenciais para ocupação indígena da Amazônia, e eram estrategicamente escolhidos pela falta de correnteza e mansidão de suas águas que estão associadas com as oscilações diferenciadas dos rios relacionados com

⁷⁴ Raimundo Pinheiro Menezes, 57 anos, nasceu na comunidade Ipapucu, na terra do avô. Filho de Mário de Oliveira e Celina Mesquita de Menezes. Ele se auto reconhece como agricultor e Auxiliar de Serviços Gerais (concursado) da Escola Bom Jesus do Bacuri. É casado com Elizioneide Padilha dos Santos, que também é agricultora e exerce a função de Agente de Saúde (ACS) na comunidade onde mora. São pais de 3 filhos. Raimundo trabalhou no Grupo de Preservação, ainda hoje é considerado uma liderança forte para os moradores do Lago. Todo praticamente o conhece pelo trabalho que desenvolve ainda pela na igreja católica. Sua Entrevista realizada em maio de 2021 no quintal da sua residência.

sua face de transbordamento. Eles representam limpeza, higiene pessoal, preparação dos alimentos e da terra, além de fornecer os peixes essenciais na alimentação regional⁷⁵.

Ipapucu foi ocupada pelo Sr. João Mesquita e sua família. Assim como o Curupira, o Igarapé Açú, Ipapucu também era terra devoluta, quando João escolheu trabalhar e morar com a família. João Mesquita procede da família de Merquides Pinheiro com Emília. Da união do casal, nasceu a filha Celina Mesquita, que se casou com Mário de Oliveira Pinheiro. Após o casamento, Mario recebeu do sogro parte do terreno para viver e trabalhar.

Com o falecimento de João Mesquita, o casal Mario e Celina tornaram-se donos legais da terra. Nela constituíram uma família de 12 filhos, dos quais oito vivem ainda na comunidade. De acordo com Raimundo Pinheiro, filho mais velho do casal acima citado, seus pais trabalharam toda sua vida na agricultura da mandioca. Labuta pesada a seu ver, mas que possibilitou seus pais criarem os filhos. Ao que nos parece os pais de Raimundo Pinheiro assistem o declínio das atividades extrativistas, principalmente do valor comercial da castanha e tem suas atividades direcionadas principalmente para a agricultura. Conforme mencionamos, com o declínio das atividades extrativistas houve a diversificação da prática extrativista. Assim como houve com o declínio da borracha o redirecionamento para o extrativismo da castanha na região do lago, com o baixo valor da castanha, houve o direcionamento para a agricultura de mandioca que perdura até os dias de hoje.

No final da visita ao Ipapucu, embarcamos na lancha em direção a comunidade do Turé. Outra localidade do Lago.

Figura 4 – Comunidade São Sebastião do Turé.

⁷⁵ SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961- 1981)*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.



Fonte: Santos, 2021.

Nela conheci o Sr. Deoclécio Monteiro da Silva, 80 anos de idade, católico, viúvo e agricultor aposentado⁷⁶. Nascido no Açaituba (localidade situada no Rio Tefé). Filho de Maria Monteiro da Silva e Manuel Virginio de Moraes. Aos seus 30 anos casou-se com Maria Praia da Silvia formando uma família com três filhos. Sua entrevista foi realizada no dia 09 de janeiro de 2021 na comunidade do Turé, na sua residência. Quando passei na frente da sua residência, encontrava-se sentado na rede atada na sala, uma ótima ocasião para conversarmos.

Figura 5 – Deoclécio Monteiro da Silva, 80 anos, morador da localidade: Turé.



Fonte: Santos, 2021.

⁷⁶ Sua entrevista foi realizada no dia 09 de janeiro de 2021 na comunidade do Turé, na sua residência.

A imagem é uma representação da primeira e última conversa que tivemos, pois no ano de 2021, Deoclécio da Silva faleceu deixando fragmentos de suas memórias e experiências. Durante a visita, sentei-me na sua frente para ouvir as histórias de sua vida e aprender sobre a ocupação e organização do Turé que também estão entrelaçadas com o trabalho árduo na agricultura e suas lutas. Ao ouvi-lo viajei pelo interior do Lago, onde viveu toda sua vida.

Deoclécio nasceu em 1941, era filho de agricultores pobres. Até seus 13 anos de idade morava na localidade Açaituba. Perdeu o pai na adolescência e passou a ser criado pela mãe. Sendo o filho mais velho, tomou para si a responsabilidade de cuidar da mãe e dos irmãos. Aos 13 anos, em 1954, após o falecimento do seu genitor decidiu mudar para o Turé. Em sua narrativa tece os motivos que o levaram a sair daquela localidade para o Turé, dentre eles destacou: a morte do pai e principalmente as enchentes vivenciadas na localidade. Narrou ele:

Deoclécio:[...] nasci no Açaituba.

Johmara: E como era a sua infância lá no Açaituba?

Deoclécio: Um sofrimento sem fim. É que ninguém não tinha paz, ninguém podia plantar uma coisa assim para colher com ano ou mais de anos. Podia plantar, só não podia colher... a gente sofremo muito lá...o sofrimento me expulsou de lá pra cá. Quando a enchente era grande, a gente tinha de arrancar verde mesmo, porque a água matava.

Deoclécio: Tinha fartura, tinha peixe, mas farinha? O caboclo se não tiver a farinha ele tá perdido.

Apesar da fartura caracterizada pela abundância de peixes, o Açaituba ficou marcada em sua reminiscência como um lugar de sofrimento sem fim, devido às alagações sofridas nas suas terras de trabalho. O local onde Deoclécio da Silva, pais e irmãos viviam e trabalhavam era um sítio localizado na várzea no Rio Tefé, que permitia a plantação de ciclos curtos como bananas e melancias. Não era possível fazer um roçado de mandioca para produzir farinha. Como enfatizou Deoclécio, o fato de a propriedade situar-se na várzea, suas terras podiam ser trabalhadas somente na época da vazante.

Apesar das tentativas de adaptação na Várzea, Deoclécio da Silva e família decidiram mudar. Afirmou ele: *“todos os anos tinha que começar tudo de novo”* demonstrando a singularidade do ambiente de várzea. Segundo o historiador Franco Lindemberg Paiva dos Santos⁷⁷, os terrenos de várzea são cobertos (parcialmente ou totalmente, dependendo da intensidade) pela enchente anual. A enchente é um fenômeno natural presente em todas as partes do mundo onde existem rios, mas que na Amazônia tem um peso enorme na organização

⁷⁷ SANTOS, Franco Lindemberg Paiva dos. *Povo de fibra (mundos do trabalho no universo da juta (Baixo Amazonas: 1940). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.*

e composição da vida de quem mora ao seu redor. Por viverem em lócus com essa particularidade, as populações que vivem na várzea conservam marcas da adaptabilidade aprendidas com seus ancestrais a esta oscilação periódica.

As dificuldades de adaptação de Deoclécio Monteiro da Silva em conviver com as adversidades que a várzea impõe, foi uma das motivações para a sua mobilidade espacial⁷⁸. Sua narrativa fala de plantações completamente destruídas, fazendo-o entrar no círculo vicioso de sempre começar, o que acabou criando as condições para sua expulsão. Usando a frase: “*O sofrimento me expulsou de lá*”, mudou com a mãe Maria Monteiro e seus irmãos pequenos em busca de um lugar na terra firme para morar, onde o fenômeno das enchentes não ocorresse. E, onde pudesse plantar uma roça de mandioca.

A cultura da farinha de mandioca constitui uma tradição que remonta a mais de um século, além de grande valor cultural vinculado ao conhecimento tradicional de herança indígena, se desponha como uma das principais fontes de alimento da população local ao lado do peixe⁷⁹. É cultivada nas áreas de roça da terra firme e serve para alimentação, bem como para trocar por produtos cultivados em áreas de várzea e, também vender nos mercados locais, sendo, portanto, uma alternativa de auferir dinheiro para a compra do que não se produz, como o café, sal ou sabão.

Durante o diálogo, questionei Deoclécio da Silva sobre como era o Turé quando chegou, e obtive a seguinte resposta:

Johmara: O Turé era um castanhal?

Deoclécio: Era! naquele tempo, era um tempo que o povo não tinha tanta ambição e um, que era o Jorge Turco, o Jorge (azengala?) Ele era coligado com o D. Joaquim.

Deoclécio: Aí eles faziam lá um acordo, tiravam a castanha. O Dom era o representante, como o dono do terreno, e aí tiravam a castanha, faziam a venda e rachavam.

Johmara: Rachava. A prelazia de Tefé com o Jorge?

Deoclécio: É!

Johmara: O Jorge era dono dessa terra?

Deoclécio: Ele dizia que era, mas não era não. Que essa terra aqui é uma história meio comprida.

Johmara: Podes falar, quero ouvir!

Deoclécio: não, é que o pessoal já quis tirar (título definitivo da terra), fazer a demarcação pra saber que é uma comunidade aqui que não tem propriedade.

Johmara: Então essa terra não tinha dono?

Deoclécio: Não tinha dono, nem tem... é uma terra devoluta, nós aqui somos os ocupantes.

Johmara: Vocês que ocuparam essa terra?

Deoclécio: Foi!

(Deoclécio Monteiro da Silva, comunidade do Turé).

⁷⁸ Para mais informações sobre mobilidade espacial e as diversidades do ambiente de Várzea. Ver: WITKOSKI, 2010.

⁷⁹ SENA, Raylene Rodrigues de. *Sistema de produção em casas de farinha*: uma contribuição ao processo de consolidação da indicação geográfica da farinha Uarini. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

Deoclécio destacou-se como um fantástico narrador. Seu rememorar se constitui através do relato de casos/ experiências como se fosse uma atividade inseparável do relembrar. Duas questões chamaram atenção no relato apresentado por ele. A primeira exprime que a terra do Turé se tratava de um castanhal da Prelazia de Tefé, conforme mencionado anteriormente, cujos cuidados ficavam na responsabilidade do arrendatário chamado Jorge Turco. A ocupação daquela terra dependia da autorização de Joaquim de Lange, na época, bispo da Igreja Católica.

Deoclécio da Silva, foi um dos primeiros moradores do Turé, depois de pedir um pedaço de terra ao bispo para construir uma casa e fazer um roçado. Esse acontecimento marcou sua chegada. A partir das suas experiências detalhou a localidade quando chegou:

Johmara: Quantas famílias tinha naquela época?

Deoclécio Silva: ...eu acho que era umas quatro.

Johmara: O senhor sabe dizer quem eram essas famílias?

Deoclécio Silva: Era o Esmeraldino que morava lá, tinha o Virgílio Gama também que morava aí, lá mais pra baixo tinha o Sátiro da Costa, tinha o irmão do Delbrando, Augusto Andrade e o Debrando, era o pai do Zé Barbosa. E aí aqui pra cima não tinha ninguém, é eu que vim morar, depois o João Papirino, senhor Monteiro fez a casa dele também aí, Deolindo fez a dele lá na ponta da terra quase.

Johmara: Então era uma casa distante da outra?

Deoclécio Silva: Era, era longe. (Deoclécio Monteiro da Silva, comunidade do Turé).

Quando chegou, o Turé era um território de mata virgem com a presença de castanhais nativos, ocupado aproximadamente por quatro famílias e com terras disponíveis para fazer roça. Na sua narrativa percebe-se como o processo de territorialidade⁸⁰ do Turé ocorreu. Os poucos moradores que viviam e trabalhavam naquela terra, eram pobres e tiveram acesso e ampliaram seus espaços mediante acordos verbais com a Igreja Católica.

O Sr. Deoclécio M. da Silva, escolheu o Turé, porque ali morava o Sr. Manuel Morais, um conhecido, que anos depois casou-se com sua mãe. Ao saber que o Turé era terra da Igreja rumou para a Prelazia de Tefé, foi pedir um *“pedaço de terra para fazer um roçado”*. Sua entrada no terreno ocorreu mediante a apresentação de uma carta assinada por Joaquim de Lange, prova do pedido aceito. No documento, Deoclécio da Silva se comprometeu que ao morar na terra pagaria um alqueire de farinha anualmente ao bispo. O lugar escolhido para construção da sua primeira casa tornou-se alvo de disputa com outro morador, o Sr. Augusto Andrade, que já vivia na localidade. A respeito da disputa, Deoclécio da Silva declarou:

Quando foi um dia, o velho Augusto queria colocar o Deolindo Amorim aí onde eu estava roçando pra fazer a casa, uma barraca pra colocar minha mãe e meus irmãos.

⁸⁰ É usada neste trabalho no sentido utilizado por Alfredo Berno de Almeida, entendido como resultado de diferentes processos sociais de territorialização.

É tu que tá roçando aí?”, eu disse: “eu mesmo, por que?”. Não, porque tu vai ter que sair daqui que o compadre Deolindo já vem pra cá, o Jorge já mandou. Aí eu disse: Ó seu Augusto, sem desmerecer ele, o senhor me desculpa, mas eu não vou sair, já falei com o dono do terreno, eu tô com autorização do dom Joaquim, tá aqui a carta. [DOM JOAQUIM?], sim seu Augusto, eu não entro num canto sem ter autorização, tá aqui, eu dei, pode ler. Ele pegou e leu, aí disse assim: É tu tá seguro aqui mesmo, a carta tá carimbada por dom Joaquim. Aí eu fiquei. (Deoclécio Monteiro da Silva, comunidade Turé).

Deoclécio da Silva revela a diversidade de formas de organização em que vários sujeitos sociais costumam articular para conseguir seus objetivos, mesmo aqueles mais imediatos. Desvela os laços estabelecidos nos projetos cotidianos, desde as suas formas mais simples. Elucida a forma que tais sujeitos se apropriam de recursos, estratégias e táticas para organizar e mobilizar socialmente sujeitos envolvidos no mesmo propósito. Desvenda a pluralidade envolvida nas micro relações, a sociabilidade intrínseca nos espaços de conflito e tensão comum a todos. Bem como ressalta o protagonismo desse trabalhador para conseguir seu pedaço de terra.

A sua narrativa, mais que demonstrar a ocupação da localidade do Turé, chamou atenção de um elemento importante, a Igreja Católica como detentora de castanhais particulares no Lago de Tefé-AM no século XX. Seguindo o rastro desta narrativa, verificou-se que a Igreja Católica mantinha um expressivo latifúndio na região. Este argumento é reforçado pelo autor Raimundo Claudemir Queiroz no seu livro: *História de Tefé para estudantes*, além das terras do Turé, o autor fez um levantamento das propriedades em nome da Prelazia de Tefé na zona rural. E, constatou que:

Na zona rural: Propriedade São Francisco, no Igarapé do Xidarini, ampliou a propriedade Sobrado (barreira das Missões), comprou o Catuiri com mais de dois mil metros de frente por cinco de fundos, adquiriu o castanhal União, São João, Bom Futuro, Maçarico, Retiro Moacir, Primavera, São Miguel, todos localizados no Igarapé do Ananás, Flora Agrícola, no Igarapé Açú, Colônia Ventura no Solimões, na Costa de Tefé um terreno denominado São Rafael, para criação de gado e agricultura, comprou o seringal Coata, no Rio Tefé abrangendo todo o Rio Tefé e vários igarapés.⁸¹

A afirmação de Raimundo Queiroz, é reiterada na documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que localizamos na Hemeroteca digital. No pedido de busca nº 022/19/AC/77 realizado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) à Prelazia de Tefé o SNI, solicitou à instituição o levantamento de suas propriedades no ano de 1977. Observe o quadro a seguir:

⁸¹ QUEIROZ, 2018, p.107.

Quadro 1 – Levantamento do patrimônio da Prelazia de Tefé (1977)

LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO DA PRELAZIA DE TEFÉ (1977)	
Propriedade: São Miguel de Ananaz	Registro: Livro 21, fls Ano: 1936 Natureza do Título: Definitivo Finalidade: Indústria extrativista da Castanha. Área: 15.206.660 m ² Perímetro: 15.948 mls
Propriedade: União	Registro: Livro 21, fls 195 Ano: 1931 Natureza o Título: Definitivo Finalidade: Indústria extrativista da Castanha. Área: 9.000.000 m ² Perímetro: 12. mls
Propriedade: Primavera.	Registro: Livro 21, fls 196 Ano: 1931 Natureza o Título: Definitivo Finalidade: Indústria extrativista da Castanha. Área: 8.934.700 m ² Perímetro: 12. 707 mls Frente: 3.510 mts
Propriedade: Retiro Moacyr	Registro: Livro 21, fls 197 Ano: 1931 Natureza o Título: Definitivo Finalidade: Indústria Agrícola. Área: 40.635.312 m ² Perímetro: 28. 105 mls Frente: 4.775 mts

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI).

O levantamento dá a dimensão do patrimônio da Igreja na região na metade do século XX. E, evidencia a igreja católica, como uma grande latifundiária não apenas no Lago de Tefé (afluente do Solimões) mas também ao longo do Rio Tefé. Os terrenos da prelazia possuíam títulos definitivos datados entre 1931-1936 expedidos pelo Governo do Amazonas. E, destinavam-se ao extrativismo da castanha e da seringa. Vale ressaltar o contexto de aquisição destas terras junto ao Estado. Neste período a castanha representava uma parcela apreciável no quadro das produções brasileiras. Em 1932, quando a queda dos preços da borracha atingiu seu ponto culminante, a castanha adquiriu importância na economia amazônica, pois as safras do produto aumentaram de volume e seus preços subiram notavelmente. Conforme observamos no relatório da Associação Comercial do Amazonas⁸², as safras da castanha eram vendidas para o

⁸² Segundo o Relatório, nos Estados do Pará e do Amazonas e no próprio território Federal do Acre, a castanha passou a constituir o principal argumento da vida, marcando a prosperidade dos rios que a possuíam em abundância, como o Purus e o Madeira e assinalando a pobreza daqueles aos quais a natureza não beneficiou com a presença desse vegetal.

Sul do Brasil e para a Europa, para países como a Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Canadá.

No quadro abaixo, elaborado a partir das informações do relatório da ACA, observou-se um aumento expressivo nas exportações das safras de castanhas principalmente entre 1930-1939, período que converge com os pedidos de titulação das terras pela igreja.

Quadro 2 – Safra da castanha (1930-1939)

Safra da castanha (1930-1939)	
ANO	SAFRA
1930	340.062 hecets
1931	761.306
1932	662.711
1933	810.711
1934	694.554
1935	849.977
1936	711.857
1937	471.416
1938	769.457
1939	717.635

Fonte: Relatório da Associação Comercial do Amazonas (ACA) de 1941.

Segundo o relatório, nos Estados do Pará e do Amazonas e no próprio território Federal do Acre, a castanha nesse período passou a constituir o principal argumento da vida, marcando a prosperidade dos rios que a possuíam em abundância, como o Purus e o Madeira e assinalando a pobreza daqueles aos quais a natureza não beneficiou com a presença desse vegetal. Apesar da documentação da ACA não mencionar o Lago de Tefé, as fontes orais e a documentação do SNI ajudam a inferir que as terras do Lago de Tefé foram bastantes disputadas, em razão da presença de castanhais. Deste modo, em razão do bom preço e da demanda externa por castanhas, a Igreja Católica em Tefé mantinha um sistema de arrendamento de terras a sujeitos interessados no comércio da castanha. Ou arrendava terras as casas aviadoras Hatem& Cia, Mansur Cheuan, de Manaus instaladas no centro da cidade de Tefé, que posteriormente vendiam os produtos extrativistas para a empresa J.G Araújo.

A partir da década de 1980, assistiu-se ao declínio desta atividade extrativista no Lago de Tefé. E, as terras antes arrendadas que geravam lucros para a Igreja, tornaram-se improdutivas, passando a gerar impostos e despesas. Assim, a instituição passou a tomar uma série de medidas para livrar-se do pagamento dos impostos. Na localidade Turé e outras localidades, a igreja mantinha um acordo verbal com os trabalhadores pobres que aceitavam trabalhar em suas terras, em contrapartida entregavam anualmente uma saca de farinha (80

quilos), cujo dinheiro arrecadado com a venda destinava-se ao pagamento das taxas sem causar ônus para a prelazia.

Outra medida para resolver o pagamento dos impostos foi a venda das terras para empresas estrangeiras. A negociação das propriedades passou a ser realizada no ano de 1975, com a Sociedade Agrícola do Alto Amazonas- subsidiária por uma empresa multinacional: SOCFINCO DO BRASIL- Agroindústria, Comércio e Representantes LTDA de capital Belga, que foi responsável pela implantação do Projeto de Produção de óleo de Palma (dendê) em Tefé.

Sobre estas negociações Antônio Grutye escreveu:

Dom Joaquim e D. Mário queria que os milhares de hectares de terra, pertencentes à Prelazia, terras que só custavam dinheiro, fossem colocados a serviço do desenvolvimento social na região de Tefé. Não ficava bem a Prelazia de Tefé, figurar entre os grandes latifundiários do país.

Em 1975, apareceu em Tefé um certo Maurice Rossin, um engenheiro francês ou belga que trabalhava para a Sociedade de Financiamento e Cooperação Internacional (Socfinco), com sede em Bruxelas. A empresa fundada em 1909 na Bélgica, no tempo em que esse minúsculo país era uma potência colonialista, detinha extensas plantações de palmeiras oleaginosas na África e procurava terras no Norte do Brasil em que pudesse expandir seus negócios.

O plano era adquirir 200.000 hectares e produzir neles um milhão de toneladas de óleo de dendê por ano. Na primeira fase, seriam ocupados 6000 hectares, perto de Manaus 11.000 hectares no Pará e 33.000 hectares na região de Tefé, num total de 50.000 hectares.

Maurice Rossin entrou em contato com Cornélio Kavelars da ACAR- Tefé, onde conseguiu dados climatológicos e da qualidade do solo. Em seguida, Rossin conversou com D. Joaquim, preocupado com os problemas fundiários da Prelazia, que deveria ser encaminhado a uma solução antes da chegada do seu sucessor.

Na Missão, as terras estavam sendo invadidas entre os moradores e no igarapé-açu havia uma agrovila. D. Joaquim e Rossin combinavam que a Socfinco arrendaria por enquanto as terras de Catuiuri, com uma eventual opção de compra mais tarde. No Catuiuri seria desenvolvida uma primeira experiência, junto com os moradores (ainda não consultados). A plantação de mudas de palmeiras de dendê seria combinada com sementeiras de uma planta produtora de nitrogênio, para corrigir a acidez do solo.

Depois deste primeiro contato, membros da diretoria da Socfinco e funcionários do ministério da Agricultura apareceram em Tefé. Em 1976, a Socfinco ocupou uma casa na Estrada do Aeroporto, em frente ao campo Jiquitaia das antenas da RERT. Quem tomava conta da casa/escritório era o português Manuel, que tinha trabalhado em Angola. E continuaria depois trabalhando (1983) no novo projeto EMADÉ.

No ano de 1978, na assembleia da Prelazia de 26 a 29 de janeiro, na qual foi introduzida a CPT (Pastoral da Terra), houve reações negativas contra o projeto do dendê no Catuiuri: seria uma invasão de uma multinacional que queria explorar os agricultores em prol de uma monocultura rendosa.

Em 1979, D. Joaquim combinou com os moradores de Catuiuri que eles pagariam o imposto territorial, contribuindo cada família com uma saca de farinha por ano. Em seguida, o bispo viajou à Holanda, deixando seu vigário geral, Antônio Jansen, encarregado dos negócios prelaticios. No dia 10 de julho de 1979, Jansen deveria assinar o contrato entre Prelazia e Socfinco referente à cessão das terras de Catuiuri ao projeto do dendê. Alarmados os agricultores insuficientemente informados e preparados a respeito do uso dos terrenos ocupados por eles, o padre Antônio não quis assinar. Os próprios padres tão pouco tinham sido informados em profundidade. Uma empresa internacional com experiência na África e na Ásia, ocuparia as terras, deixando apenas 10% delas para as roças dos trabalhadores! Estes seriam empregados

da empresa, cada família cuidaria de um lote de 6,5 hectares de área plantada com dendê, ao passo que a mesma família, para poder sobreviver, necessitava de 50 hectares para o cultivo da mandioca. O positivo seria o salário, pago pela Socfinco. Jansen informou o sobrinho do bispo padre João de Lange, o responsável pela CPT na Prelazia. Escreveu-lhe: “Não duvido das boas intenções do bispo, mas eu defendo que uma determinada parte da terra continue reservada aos moradores que há tanto tempo moram naquela região”. (04 set 1979).

João de Lange decidiu viajar à Holanda para conversar lá sobre a questão com seu tio. Ele, como Jansen e o irmão Falco, achava que a Socfinco devia deixar para o uso próprio das famílias a metade do terreno, e não apenas 10%.

A questão ganhou repercussão na imprensa de Manaus, e não faltavam advertências contra as ameaças internacionais contra a região amazônica. Também os moradores se sentindo ameaçados, faziam barulho. Pouco ou nada entendia do objetivo do projeto, como o bispo tinha pensado. Uma vergonha, entregar um pedaço do Amazonas, com os moradores a uma empresa estrangeira! E, isto estava sendo feito pela igreja que tanto vociferava contra as injustiças praticadas pelo latifúndio!⁸³

A citação descreve a negociação de parte das propriedades da Prelazia de Tefé com a empresa belga interessada nas propriedades para monocultura do dendê no município. A tentativa de arrendamento das propriedades Catuiri e Vila Jurema iniciou no dia 05 de maio de 1979, tornou-se alvo de disputa e conflitos dentro do próprio clero da própria Igreja, igreja com trabalhadores rurais que viviam naquelas terras e com a elite latifundiária local da cidade de Tefé, como por exemplo: o Grupo J. Alves & Irmãos, uma firma aviadora de extração da borracha, castanha e a pesca do pirarucu, fundada pelos descendentes de portugueses Abel Rodrigues Alves, Antônio Alves e José Rodrigues Alves.

Segundo Pessoa⁸⁴, a firma Abel & Irmãos era um dos empreendimentos comerciais antigos de Tefé. O Grupo J. Alves & irmãos, detentor de castanhais na região, pretendia adquiri-la e anexá-la a sua fazenda. Desde então, Abel Alves, fez articulações com as lideranças regionais do PMDB, desencadeando uma campanha contra a instalação de multinacionais na Amazônia, especificamente em Tefé. No início da década de 1980, o Jornal do Comércio evidenciou o conflito com a seguinte chamada⁸⁵.

⁸³ Caderno de anotações de Antônio Jansen, disponível no Arquivo da Prelazia de Tefé.

⁸⁴ PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Teresa D'Avila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo, 2002b.

⁸⁵ "A Prelazia de Tefé constitui-se num dos maiores latifundiários do Amazonas e como se não bastasse isso, acaba de vender 30 mil hectares de terra à Sociedade Agrícola do Alto Solimões Ltda. cujo gerente é o francês Maurice Rossin sendo que a área toda é ela agrícola e posse vintenária de quase 600 famílias". Estão sendo despejadas através do pagamento de suas benfeitorias no valor de 20 mil cruzeiros, o que vem provar o esbulho do posseiro pela empresa compradora que não pretende outra coisa senão a especulação imobiliária e roubar a terra de quem nela trabalha e cuida, disse a deputada. O governo poderia pagar e distribuir a terra aos seus colonos que ali viveram toda a sua vida, todo o seu suor, todo o seu sofrimento". Acrescentou ainda que não seria necessário recorrer a empréstimos porque o próprio orçamento do Estado dispõe de uma verba da ordem de 400 milhões de cruzeiros destinados à execução da reforma agrária em nosso Estado. A deputada solicitou que a Prelazia desfaça a transação com o grupo agrícola com requerimento encaminhado à Mesa, pediu que a Assembleia denuncie o fato ao governador José Lindoso para tomar as medidas devidas. Elizabeth Azize informou também que os agricultores que aceitaram a indenização, voltassem atrás, orientados pela Fetag e devolverem o dinheiro recebido. Segundo a denunciante, as áreas foram compradas por preços justos, à base de 140 cruzeiros o hectare, e acrescenta: "preço que o Governo poderia pagar e distribuir a terra aos seus colonos que ali viveram toda a sua vida, todo o seu suor,

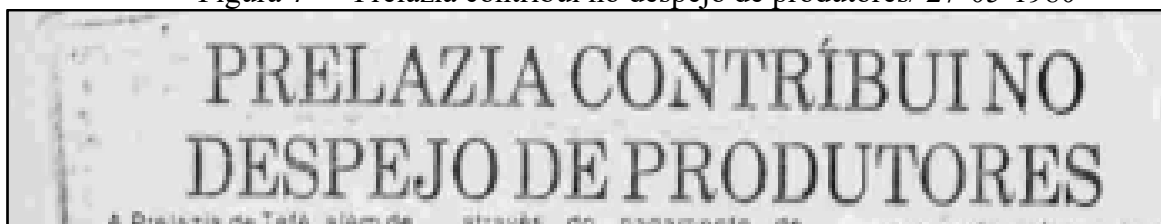
Figura 6 – Prelazia de Tefé vende 300 hectares de terras e desapropria agricultores



Fonte: Pedido de busca Serviço Nacional de Informações/ anexo jornal do comércio.

A matéria trazia⁸⁶ o pronunciamento de Beth Azize, deputada e líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Naquela ocasião a deputada, acusava a Prelazia de Tefé de vender para a empresa SOCFINCO do Brasil, uma área habitada por 600 famílias que em consequência da transação, estavam sendo ameaçadas de despejo. Beth Azize tecia duras críticas às ações da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmando que a comissão vinha combatendo o latifúndio, todavia o latifúndio na ocasião representava a própria igreja.

Figura 7 – Prelazia contribui no despejo de produtores/ 27-05-1980



Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI).

As denúncias alcançaram repercussão nacional. Em 23 de abril de 1980, o jornal de São Paulo usou o tema das terras da Prelazia de Tefé para atacar o lado progressista da igreja/ “a igreja da libertação”. De acordo com o jornal, a instituição mantinha um discurso ambíguo, pois

todo o seu sofrimento”. Acrescentou ainda que não seria necessário recorrer a empréstimos porque o próprio orçamento do Estado dispõe de uma verba da ordem de 400 milhões de cruzeiros destinados à execução da reforma agrária em nosso Estado.

A deputada solicitou que a Prelazia desfaça a transação com o grupo agrícola e em requerimento encaminhado à Mesa, pediu que a Assembleia denuncie o fato ao governador José Lindoso para tomar as medidas devidas.

⁸⁶ Cf. A Prelazia de Tefé, além de constituir um dos maiores latifundiários do Estado ao celebrar um contrato de compra e venda de 30 mil hectares de terras com a Sociedade Agrícola do Alto Solimões Ltda. está contribuindo para o despejo de centenas de famílias com posses até vintenárias, mediante o pagamento das benfeitorias de suas propriedades. Esta denúncia foi feita ontem na Assembleia Legislativa pela deputada Elizabeth Azize, que reclamou a intervenção do governador do Estado no problema com a finalidade de evitar o despejo dos agricultores e a própria especulação imobiliária que se desenvolve no município de Tefé. Disse a deputada que a transação de terras foi feita com o sr. Maurisse Rossin no dia 09 de abril do ano passado, todos os lotes de terras que compõem os 30 mil hectares vendidos são áreas agrícolas e posses vintenárias de quase 600 famílias, conforme denúncia da Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

ao passo que defendia a reforma agrária, expulsava pobres posseiros de suas próprias terras. Dizia o jornal na matéria do dia 23 de abril de 1980:

...de volta em casa, ele (bispo) vendeu 22.144 hectares a uma multinacional e pisou aos pés dos direitos de 3500 agricultores e suas famílias” e chegou ao absurdo de registrar na ata da promessa de venda, que as 600 pessoas que moravam naquelas terras não teriam direito a indenização pelos beneficiamentos realizados nelas⁸⁷.

Em resposta à imprensa a CNBB, defendeu-se afirmando que a venda era legal e seria efetivada. Enquanto a prelazia de Tefé, contestou a denúncia ressaltando o exagero no número de famílias afetadas. Segundo os dirigentes da prelazia, a soma dos moradores do Lago de Tefé não chegava a 3.500. Em sua defesa, teceram uma narrativa de que a vinda da SOCFINCO iniciou quatro anos antes do documento da CNBB (1980). E, que não se tratava de “venda das terras com seus moradores”, mas de um arrendamento de parte das terras (a maior parte) para iniciar uma plantação experimental de palmeiras de dendê. E, que as 40 famílias não estavam sendo ameaçadas de despejo, pois os membros destas tornariam trabalhadores assalariados com seus direitos trabalhistas garantidos (carteira assinada e pagamento de um salário-mínimo). Ressaltava que uma das condições para a uma futura venda com a empresa belga, era a permanência dos agricultores em suas terras, trabalhando para a empresa. Segundo a prelazia a SOCFINCO não era uma “multinacional” qualquer, tinha um forte componente social e cooperativismo nos seus projetos”.

Apesar das críticas acirradas e da resistência dos agricultores, a negociação com a empresa multinacional continuou nos bastidores. Em 09 de abril de 1979, a Prelazia, firmou o contrato de compra e venda de dez castanhais com a Sociedade Agrícola de Alto Amazonas S/C LTDA⁸⁸, totalizando 22.148, 148, 1500 hectares e o castanhal Vila Jurema com 1.835,0340 hectares. Insatisfeito com a venda, o Grupo Alves resistia, dificultando a demarcação das terras por meio de invasões. No ano de 1984, a SOCFINCO denunciava Abel Alves como o líder responsável por invadir suas terras afirmando: *“Até o momento a empresa se limitou a demarcar as suas terras, com o apoio do Projeto Rondon. O serviço de demarcação está sendo prejudicado por Abel Rodrigues Alves, que vem promovendo a invasão de terras no município de Tefé e Alvarães*⁸⁹.

Apesar de firmados os contratos de compra e venda, Antônio Grutyes registrou que os próprios padres da Prelazia suspenderam a implantação do projeto, e a SOCFINCO retirou-se de Tefé. A sala que a empresa ocupava no prédio da Rádio, passou para o Movimento de Educação de Base (MEB). Sua narrativa finaliza em tom melancólico. Concluiu ele: *“No*

⁸⁷ Cf o editorial: “Do Sermão de Itaiçá à Aliança com Belial”. Estado de São Paulo. 23/04/1980, p.03

⁸⁸ Dossiê do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 19 de junho de 1980,

⁸⁹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Viagem ao Município de Tefé. Manaus, 1987. p. 2.

Catuiiri, os agricultores continuavam plantando mandioca e produzindo a farinha d'água com um método pré-histórico aprendido dos índios. Quem sabe se eles, com o êxito do projeto do dendê (como no Pará e em Benjamin Constant), tivessem alcançado um nível de vida e de produção mais elevado”.

Apesar das denúncias na imprensa, das resistências dos trabalhadores e das invasões fomentadas pelo grupo Alves, D. Mário sucessor de Joaquim de Lange entre abril de 1986 e julho de 1989 fez novas tentativas de vendas dos terrenos.

No dia 30 de abril de 1986, ele aproveitou uma estadia no Rio de Janeiro para entrar em contato com a Socfinco. Queria saber se a empresa ainda estava interessada na compra dos terrenos. Três anos depois, no dia 17 de julho de 1989, esteve novamente no Rio. Anotou o seguinte na sua agenda: “Socfinco- D. Mário encontra-se com o embaixador Pio Corrêa sobre as terras da Prelazia/ Socfinco em Tefé.

Três meses depois, no dia 16 de outubro de 1989, D. Mário anotou na sua agenda: “Socfinco – chega carta da Socfinco, não aceitando a declaração de D. Mário acerca da promessa de compra e venda dos terrenos da União. A prelazia decide pagar os impostos (NCz 7.800,00), e mais tarde, pedir a devolução pela Socfinco, caso ela compra os terrenos. D. Mário pensa em encarregar Marcos Evangelista Lima com os cuidados pelas propriedades fundiárias da Prelazia, e visita com ele “Catuiiri” em 1989⁹⁰.

Sem êxito nas tentativas de venda, a igreja para livrar-se dos impostos, das ameaças de invasões da elite local e responder os inúmeros ataques sofridos da imprensa, iniciou a reforma agrária das propriedades, doando a trabalhadores rurais (antigos posseiros) que viviam na área de várzea e que vinham sofrendo as enchentes. A propriedade Catuiiri, principal área de litígio naquele momento foi loteada e entregue a vinte famílias que viviam nas margens do rio Solimões (várzea). No discurso de doação, o bispo alegou que a venda não seria feita a quem não precisava. Segundo os documentos analisados, as famílias que receberam a propriedade eram vítimas das enchentes, que estavam migrando para o centro urbano de Tefé, em busca de novos lugares e melhores condições de vida⁹¹.

Passados três anos, em 1977, irmão Falco, criou o projeto⁹² Flora Agrícola (AGROVILA), no centro do Igarapé Açu. O projeto consistiu na distribuição de terras para 50 destas famílias. Sobre o projeto, Falco registrou:

Começamos em terras da Prelazia, a 17 quilômetros daqui a formação de uma agrovila. Neste ano, vinte famílias derrubaram 37 hectares de floresta, e já estão plantando manivas. O projeto prevê o estabelecimento de 50 famílias nessa primeira vila, e cada família terá à sua disposição 2 hectares. As famílias moram juntas, perto de um igarapé, um pedacinho pequeno, mas com o passar dos anos se tornará sempre

⁹⁰ Tombo Geral 1980-2000 da Prelazia de Tefé.

⁹¹ LIMA, Mara dos Santos de. *Comunidade Agrovila: História(s) de mudanças, sonhos, organização e transformação de (1997- 2007)*. 2016. Monografia (Graduação em História) – Centro de Estudos Superiores de Tefé, Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2016.

⁹² QUEIROZ, 2018 p.155.

mais largo, como um leque que vai se abrindo. O que queremos é fixar os agricultores em sua terra com produção e criação de animais diversificados, à sua profissão, a sua família e comunidade. Creio que está aí a base da promoção humana dessa gente que até agora, por causa de uma agricultura predadora, nunca se fixou numa propriedade que pudesse ser seu lar. O plano é que eles, ao lado de suas roças de mandioca, plantem árvores frutíferas e pastagens para gado, para que dentro de poucos anos, possam dispor de mais hectares para suas atividades⁹³.

Segundo a historiadora Mara Lima⁹⁴, as famílias beneficiadas ouviram na Rádio Rural o anúncio da reunião que aconteceria em Tefé para a doação das terras. Foram várias as famílias que se propuseram a essa nova empreitada. Depois da vinda das primeiras, estabeleceram-se outras 26 e a Agrovila começou a funcionar. No ano de 1979, um salão comunitário foi inaugurado, servindo provisoriamente de capela e sala de aula. No ano de 1998 a Prelazia repassou as terras da Agrovila para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão do governo federal. A partir desse momento a Agrovila deixou de ser uma comunidade, em termos (pois pertencia aos comunitários) e foi transformada em assentamento sob administração do INCRA. Os moradores que até então não pagavam a terra onde moravam e trabalhavam, passaram a pagar uma taxa de dez reais mensalmente. Desde então as terras começaram a ser vistas pelo INCRA com interesse econômico e não apenas para a sobrevivência e geração de renda para seus moradores.

Pode-se afirmar até aqui que a igreja não logrou êxito nas vendas das propriedades, mas conseguiu se exonerar do pagamento dos impostos, quando doou partes de suas terras para as famílias acometidas pelas enchentes, tanto para o Município como para o Estado. Diante da leitura das fontes, percebeu-se que a Igreja até a década de 70 era uma grande “dona de castanhais” e fazia parte de um esquema de controle e exploração da mão de obra dos trabalhadores do lago, que se mantinham imobilizados pelos endividamentos. Como diz Alfredo Wagner de Almeida⁹⁵ o controle não se dava necessariamente pela terra, mas pelo crédito concedido pelo aviamento. Adiantaram-se recursos para as pessoas exercerem suas atividades. Nas décadas seguintes a igreja mantinha um papel ambíguo na região como veremos adiante.

Até aqui nos reportamos a maneira como ocorreu a ocupação das localidades do Lago de Tefé. Vimos que a primeira onda migratória do Nordeste brasileiro para os seringais amazônicos em razão dos anos auges da borracha bem como o declínio dessa atividade

⁹³ Cf. Boletim da Prelazia de Tefé, janeiro, 1980, n.p.

⁹⁴ LIMA, 2016.

⁹⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio. 2004.

contribuiu para ocupação do lago, cujas terras eram ricas em castanhais. As motivações de migrar podiam ser inúmeras como as políticas pensadas pelo Estado para a Amazônia como as decisões individuais, como a fuga de Tertuliano para o Amazonas, após cometer um crime.

Com esta afirmação queremos dizer que não existiu uma única forma de ocupação, mas uma diversidade de territorialidades tendo em vista que indígenas que já viviam nesse território e outros sujeitos (ocupantes, migrantes) que chegaram na região e ocuparam as terras devolutas do Lago de Tefé. A forte contribuição de imigrantes cearenses e maranhenses foi identificada nas cinco comunidades estudadas. Algumas localidades ainda eram terras devolutas que foram demarcadas no curso do século XX na medida que estes sujeitos foram chegando e ocupando estas terras.

Enquanto duas eram propriedades particulares, demarcadas junto ao Governo do Estado. A localidade do Turé pertencia a igreja católica, grande latifundiária na região e exploradora da mão de obra dos posseiros até meados da década de 1980. O interesse da igreja pelas terras se deu muito em razão das atividades extrativistas praticadas na região (principalmente da coleta da castanha) que ganhou mais destaque no Lago após o declínio da borracha nos Rios Juruá e Jutai, e da proximidade com a sede do Município de Tefé.

2 DE LOCALIDADES ÀS COMUNIDADES RURAIS: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E SUAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO NO LAGO DE TEFÉ (1964-2002).

O declínio dos castanhais é apontado como uma das razões para a formação das comunidades rurais na década de 70 e 80. A formação das comunidades foi incentivada por setores da igreja Católica, como veremos a seguir. Entretanto, é preciso enfatizar que foram os trabalhadores e trabalhadoras rurais que protagonizaram a organização de suas comunidades, tecendo alianças com a igreja e o poder público municipal e estadual.

Na década de 70, com o declínio do preço da castanha, os moradores do lago que haviam se fixado, adaptado à região adquirindo o conhecimento sobre o espaço, estabeleceram novas formas de sobrevivência, criando mecanismos de resistências. Muitos com suas famílias abandonaram o interior pela ausência de políticas públicas em direção ao centro urbano em busca de trabalho, educação e saúde na cidade.

Aqueles que não quiseram trocar a miséria relativa ao campo pela miséria absoluta da cidade permaneceram no interior estabelecendo novas relações com os recursos naturais, uma nova modalidade de relação com a terra⁹⁶ passando a dedicar-se principalmente à agricultura familiar. Os moradores passaram a se dedicar principalmente ao “roçado de mandioca” e a “farinhada”. A farinha tornou-se o único produto de maior comercialização. Neste momento Tefé, tornou-se o principal fornecedor de farinha para Manaus. A produção no município atingiu na década de 80, seis mil toneladas, gerando um valor de 36 milhões de cruzeiros. Cerca de 80% do total produzido se destinava ao mercado da capital, atendendo a aproximadamente metade do seu consumo. Entretanto, a falta de políticas públicas governamentais de incentivo ao pequeno produtor, reduziu a atividade da agricultura a subsistência, e o seu excedente era comercializado a regatões e comerciantes dispostos na cidade.

No jornal de Tefé do dia 04 de fevereiro de 1982 os agricultores denunciavam as péssimas condições de trabalho a qual estavam submetidos em razão da ausência do Estado na construção de uma estrada para escoamento da farinha produzida para a cidade de Tefé. O Jornal trazia a seguinte nota:

Os agricultores também precisam mostrar às autoridades o quanto é difícil produzir alimentos, como quer o presidente Figueiredo. Precisam dizer que quando produzem um saco de farinha de 60 quilos tem que andar com ele na costa por mais de 15

⁹⁶ ALMEIDA, 2004.

quilômetros para chegar em Tefé. Seria tão simples fazer uma estrada para melhorar a produção de farinha em Tefé⁹⁷.

A falta de estradas acarretava um desgaste humano no transporte de seus produtos até os locais de comercialização. Segundo Witikoski⁹⁸ ao camponês que somente possui a canoa a remo, meio de locomoção imprescindível para realizar a multiplicidade de seus trabalhos, em sua unidade de produção, torna-se extremamente penoso utilizá-la, em virtude do grande consumo de energia humana para realizar tal tarefa, logo o desgaste humano não compensava tal jornada.

Deste modo a falta de estradas e transportes para o escoamento acentuava a exploração dos agricultores e os deixava à mercê dos agentes de comercialização como regatões, atravessadores e casas flutuantes instaladas na sede do município para a compra desse produto a preços irrisórios. As dificuldades de acesso ao mercado local deixavam os trabalhadores dependentes de atravessadores que compravam a farinha a baixos preços e vendiam para Manaus a preços elevados. Essa exploração, é percebida através da narrativa de Maria de Fátima Moraes⁹⁹ a respeito do valor da farinha e da quantidade produzida pela sua família para pagar um motor de combustão. Sobre isto, afirmou:

A gente fazia de dez a trinta sacos de farinha. Quando meu marido era vivo, a gente nunca vendia de dois ou três sacos, só era de tonelada que a gente vendia. A gente vendia para o Japonês, ele tinha um flutuante na frente de Tefé. Era melhor, porque o dinheiro rendia mais. Quando a gente vendia em grande quantidade dava pra comprar o rancho, roupas para as crianças. Teve uma época antes de meu marido morrer, até o Osvaldo que mora ali foi nosso avalista, a gente comprou um motor Honda, um oito ali no Japonês. Tu sabes quantas toneladas de farinha fizemos pra pagar esse motor a cinquenta centavos o quilo da farinha? três toneladas! Meus filhos dormiam pra lá (barraca de farinha), pra não roubarem, a gente ia fazendo e lotando” (Maria de Fátima. Entrevista realizada em maio de 2021).

A morte do esposo de Maria Fátima demarca o tempo vivido de exploração na venda da farinha e as estratégias usadas pelos moradores do Lago para conseguir dinheiro e poder comprar aquilo que não produziam, mas eram indispensáveis às suas vidas e ao sustento da família. Maria de Fátima se reporta a década de 90, quando sua família passava semanas inteiras

⁹⁷ Relatório da SUDAM, anexo: Jornal de Tefé (1982)

⁹⁸ WITKOSKI, 2010. p. 392.

⁹⁹ Mara de Fátima Moraes. Mora na comunidade São Benedito do Igarapé Açu a 22 anos. Nasceu no Acaituba (Rio Tefé), mas saiu após o falecimento de seu pai Manuel Virgínio de Moraes, migrando para o Turé. Após casar-se foi morar no Bacuri e depois no Igarapé Açu. Hoje possui casa na cidade de Tefé, onde fica mensalmente quando vai receber sua aposentadoria ou cuidar da saúde. Maria de Fátima se autodenomina agricultora e aposentada. Seu pai era Manuel Virgínio de Moraes, seringueiro nas terras devolutas do Rio Tefé, e sua mãe Bernatina era cearense, veio pequena com os pais. Casou-se com Alberto Lopes Rodrigues com quem teve oito filhos. Entrevista realizada no dia 08 de maio de 2021 na sala de sua casa na comunidade do Igarapé-Açu.

produzindo farinha. E, vendia a um único comprador de farinha: Roberval Takafaji, o “japonês”, o que contribuía para a crise dos preços. Japonês¹⁰⁰, também conhecido na região como o “Rei da farinha” a quem Maria de Fátima se referiu, era o comprador da farinha e fornecedor de produtos industrializados, considerados de necessidades básicas. Este instalou um comércio flutuante¹⁰¹ na frente de Tefé onde os agricultores do lago vendiam diretamente sua produção formando uma cadeia de escambo e de crédito que raramente envolvia dinheiro em moeda, em um sistema semelhante ao aviamento, que vigorou na Amazônia durante o auge da economia da borracha, responsável pelo abastecimento da região pelo caminho do rio. Japonês comprava a farinha a um preço irrisório afirmou Deoclécio Lopes Rocha:

Era muito barata a farinha, demais, demais. No Japonês era quase a mesma coisa, ele não queria que você saísse dele. Ele dizia: tu quer isso? Leva isso, leva aquilo. E, aí você já levava e já ficava (devendo). Quando você chegava com a farinha, entregava e ficava com o resto do (dinheiro) que sobrava”. Podia vender a farinha para outro comprador, mas ele vendia as mercadorias mais em conta. Às vezes a gente comprava geladeira, motor, tudo. Ele facilitava pra gente. Quem quisesse pagar parcelado, pagava. Se não, quando levasse a farinha, tirava, descontava e o que sobrava, ele ficava todinho¹⁰².

Com o dinheiro da venda, os agricultores compravam no próprio comércio alimentos industrializados, pequenas mercadorias e motores rabeta a prazo. Na maioria das vezes, os agricultores ficavam com saldo devedor pois o valor adquirido na venda da farinha nunca fechava a favor dos agricultores, criando um círculo vicioso de dependência e uma massa de agricultores descapitalizados que eram forçados a vender sua produção a qualquer preço estabelecido pelos agentes de comercialização.

Maria de Fátima corrobora com a narrativa de Deoclécio Lopes da Rocha: “a farinha não tinha valor”, o quilo era vendido a R\$0,50 (cinquenta centavos). E, uma das estratégias de subsistência dela e de outros agricultores da região para conseguir uma renda suficiente para comprar um motor de combustão era produzir toneladas de farinha.

¹⁰⁰ Seu nome é Roberval dos Santos Takafaji.

¹⁰¹ Flutuantes são casas de moradia ou comércio – na sua maioria comércio- construídas sobre um estrado, sustentado por um conjunto de troncos de madeiras que possuem capacidade de flutuar. Situam-se, geralmente, nas estradas de paranás, furos, lagos, ou mesmo, em menor quantidade, na calha principal do rio. Quando o flutuante é um comércio, nele também coexiste a moradia do proprietário. Quando isso ocorre, na frente do flutuante fica o comércio e na parte de trás a moradia de seu proprietário. Ver: WITKOSKI, 2010. p. 33.

¹⁰² Deoclécio Lopes da Rocha. É morador da comunidade Curupira desde que nasceu. Homem negro, se autoreconhece como agricultor aposentado. A terra onde mora pertencia a sua avó maranhense a quem se referiu na entrevista como Lopes. Filho de uma família de sete irmãos. Casou-se com Naíde Menezes da Rocha moradora do Igarapé-Açu. Eles tiveram dez filhos, onde somente uma vive com eles. Os demais moram em Manaus e na zona urbana de Tefé. Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade Curupira na sua residência.

Em razão do declínio das atividades extrativistas e do baixo valor de venda da farinha, muitos moradores do interior decidiram abandonar o campo e migrar para os centros urbanos, procurando na cidade melhores condições de trabalho, educação e saúde. Tefé¹⁰³, destacavam-se como uma cidade importante da região, dentro da sub-região do triângulo Jutai/Solimões/Juruá, representando a quinta maior cidade do Estado. Sua localização geográfica proporcionou-lhes o papel de sede de alguns serviços urbanos um pouco mais desenvolvidos e sobretudo concentradores da atividade comercial da região¹⁰⁴. Alguns serviços, como os escolares, respondiam razoavelmente na sede do município.

Além da busca por empregos na cidade, (motivo imediato das mudanças), a busca de escola para os filhos foi apontada como o segundo motivo da mobilidade social para a cidade. Assim, Tefé assistiu diariamente a vinda de famílias inteiras, sobretudo do interior, de municípios vizinhos, expressão concreta da falência do extrativismo tradicional. Nas décadas de 90, o núcleo urbano de Tefé inflou ganhando seus novos bairros. Entretanto, não dispunha de uma ampliação das atividades econômicas. O desemprego e subemprego era uma realidade, a capacidade de trabalho ociosa canalizava aqueles que chegavam na direção da agricultura de subsistência nos arredores da cidade e da pesca artesanal nos rios próximos. A falta de perspectivas econômicas que dominava a cidade não favoreceu a fixação da população migrante¹⁰⁵. Muitos sem empregos, buscavam a capital do estado onde esperavam colocar-se no mercado de trabalho, onde a Zona Franca ganhava destaque.

Manaus apresentava-se como único grande centro que dispunha de estrutura de trabalho assalariado, embora já com muitas dificuldades de absorção de toda essa confluência de novos trabalhadores. Não havia empresas empregando pessoas, e poucos eram os trabalhos com "carteira assinada". De qualquer forma, a falta de oportunidades de emprego urbano, as dificuldades enfrentadas no árduo trabalho da agricultura e desvalorização da farinha são dados da realidade local que condicionaram a mobilidade populacional que não encontrava em Tefé motivos para permanecer.

De acordo com Medeiros¹⁰⁶, a falta de políticas públicas vividas pelos trabalhadores rurais, afetou a vida destas pessoas, que passaram a lutar por educação, saúde, regularização fundiária e crédito rural como forma de resistência aos projetos políticos econômicos. Enquanto

¹⁰³ Tefé e Coari assim como Coari destacavam-se como cidades importantes da região, dentro da sub-região do triângulo Jutai/Solimões/Juruá, representando a quarta e quinta maiores cidades do Estado.

¹⁰⁴ Relatório SUDAM. 1982, p.38.

¹⁰⁵ Ibid., p.103.

¹⁰⁶ MEDEIROS, 2017.

outros inseriram-se na pesca comercial como alternativa, que gerou mudanças nos modos de se relacionar com a natureza.

Essas lutas protagonizadas pelos trabalhadores¹⁰⁷ do interior foram travadas e tecidas por meio de alianças com a Igreja Católica que já tinha uma forte presença e influência na região em razão do seu histórico de evangelização.

2.1 Igreja Católica em Tefé- Breve contextualização

A Igreja é uma instituição com forte presença na região desde os primeiros anos de colonização, existindo uma paróquia em Tefé desde 1749, criada pela política de Marquês de Pombal. Ela possui um histórico de catequização em toda a região do Médio Solimões. Na praça da matriz de Santa Tereza D' Ávila, em Tefé, existe um marco edificado no qual se lê “Ao senhor Jesus Cristo a Prefeitura de Tefé”. Refere-se ao fato de que em Tefé a Igreja Católica instituiu, no passado, uma prefeitura apostólica, após uma série de ações voltadas à construção de hospitais e escolas, todos sob a responsabilidade de padres e freiras¹⁰⁸.

Em 11 de maio de 1950, o Papa Pio XII elevou a Prefeitura Apostólica de Tefé a Prelazia “Nullius”, a pedido de Pe. Joaquim de Lange e, dois anos mais tarde, no dia 26 de abril de 1952, o observatore Romane anuncia que o Papa Pio Monsenhor de Lange, bispo titulat de Fotice e Prelado “Nullius” de Tefé¹⁰⁹.

No entanto, o histórico de atuação missionária é repleto de ambiguidades. Observa-se a atuação de missionários espíritanos que tinham como incumbência a administração da Prelazia e de um clero com formação europeia. Isso corrobora a existência de projetos divergentes de setores que ora se aproxima dos explorados (trabalhadores do interior) e os explora também, ora dos exploradores (pecuaristas e grandes comerciantes).

Segundo a historiadora Mônica Xavier, não é possível ter uma visão monolítica a respeito da igreja. É preciso perceber essa entidade confessional sendo constituída por sujeitos sociais permeados em disputas internas e, portanto, tensionada frente às desigualdades sociais.

¹⁰⁷ As lutas serão analisadas no capítulo 4 da tese.

¹⁰⁸ Por decreto da Congregação Consistorial de Pio X, de 23 de maio de 1910, a paróquia de Tefé tornou-se sede de uma prefeitura Apostólica e, em 16 de agosto do mesmo ano, a Santa Sé nomeou o francês espíritano Monsenhor Alfredo Michael Barrat, Prefeito Apostólico de Tefé, conferindo-lhe a “*Facultas Administrandi*”. Este chegou em Tefé no dia 6 de novembro, sendo recebido com grande alegria e simpatia pelo povo e autoridades. Monsenhor Barrat, mesmo residindo na missão, tratou de fazer na cidade de Tefé a casa da Prefeitura Apostólica, um prédio colossal. Foi iniciado em 1913. Sua inauguração data de 15 de junho de 1919, por ocasião da festa da Santíssima Trindade. Até hoje esse prédio conserva sua arquitetura barroca e francesa, servindo de ponto turístico da cidade, haja vista sua beleza física misturada com a beleza do lago. No dia 19 de março de 1920, foi fundado o Seminário Menor de Tefé, com a finalidade de acolher rapazes do Alto Juruá e Tefé.

¹⁰⁹ FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth. (org.). *Tastevin e a Etnografia indígena: coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008. p.161-162.

Paulo Vitor de Souza Pinto¹¹⁰ reforça este argumento, ao apresentar a igreja como uma instituição heterogênea, permeada por diferentes ramificações a partir de 1960 e trabalhou com a ideia de grupos/alas que operavam de modos distintos. No seu estudo, identifica quatro alas no interior desta instituição: a Conservadora, que vinculava suas ideias aos da classe dominante, com uma lógica excludente e elitista; a Progressiva, que lançava crítica aos resultados perversos do capitalismo e do modo de produção dominante; a Libertadora, crítica da hierarquia da Igreja Católica e defensora da Teologia da Libertação, tendo como representantes destas ideias os teólogos Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff e a Moderada, transição em que os conservadores passaram a interagir de forma mais direta com os progressistas.

Em diferentes posições da igreja católica em Tefé explica-se “tanto desdobramento de virtualidades internas à instituição com relação aos processos econômicos, sociais e políticos mais abrangentes da sociedade brasileira¹¹¹. Desde os anos 40 do século XX, “o irregular, mas crescente envolvimento da Igreja na problemática no país levou a cisões internas no Episcopado, entre os que prosseguiram enfatizando dimensões chamadas espirituais, e os que valorizavam a responsabilidade social do catolicismo”¹¹²

Os setores conservadores e progressistas da Igreja Católica debatiam sobre as mazelas da sociedade brasileira e, através de sua Doutrina Social, teciam tímidas críticas ao capitalismo:

Mas é certo que, também dentro da linha tradicional da igreja do pensamento social dela, aqui e ali desponta a recusa do direito absoluto e limitado à propriedade privada para a qual a igreja postula uma indefinida “função social”. Como também é certo que se lamenta a “desmedida ganância que maneja o capital” e se reprova o individualismo anárquico que preside a vida econômica e entrava a distribuição mais equitativa dos frutos do progresso técnico¹¹³.

Embora a Doutrina Social da Igreja desfira críticas ao capitalismo, sua posição mais acirrada era em relação ao comunismo/socialismo/bolchevismo que ampliava sua influência entre os trabalhadores pauperizados do campo e da cidade, além da preocupação com o rápido crescimento do protestantismo. Assim, nos anos 50 do século XX, a “igreja se reafirma disposta a colaborar com o Estado”, oferecendo aos poderes públicos sua cooperação efetiva em áreas onde o Estado não era expressivo e atuava de forma debilitada. “Em troca de sua colaboração, a Igreja pede plena liberdade de movimento para ampliar sua rede de influência em áreas de

¹¹⁰ PINTO, Paulo Vitor de Souza. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2021.

¹¹¹ Fausto et al., 2007, p. 422.

¹¹² Ibid., 2007, p. 423.

¹¹³ Ibid., 2007, p. 424.

saúde, onde, até então, ela reinara absoluta, detendo o controle das instituições de ensino, saúde, assistência e, até mesmo, de comunicação”.

Não por acaso, a igreja católica de Tefé nas décadas de 50 e 60 atuava fortemente na evangelização, prestação de serviços educacionais e na saúde. Entretanto, os missionários espíritanos que atuavam na cidade, eram razoavelmente tradicionais e envoltos a muitas disputas internas. O trabalho como um todo desenvolvido por eles baseava-se na celebração dos sacramentos, expansão e consolidação do catolicismo. Estes ofereceram não apenas uma assistência espiritual aos moradores, mas política com o fortalecimento de serviços (escolas, postos de saúde e hospitais) nesta região carente de políticas públicas. Inclusive foi a igreja católica responsável pela construção do primeiro hospital, escolas e educandários de formação profissional no município¹¹⁴.

Após o golpe de 1964 que institui a ditadura civil-militar, o envolvimento de agentes da igreja católica com questões como censura, presos políticos, tortura, concentração fundiária, arrocho salarial, defesa das condições de vida de trabalhadores rurais e direitos dos povos indígenas às suas terras na Amazônia suscitou o surgimento de ideologias e práticas católicas diferenciadas e, por vezes dispare.

Em Tefé percebeu-se que os missionários que atuavam no interior da Igreja até por volta da década de 70 eram conservadores e moderados, ora atuavam ao lado dos patrões e comerciantes, ora se aproximavam das reivindicações dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários que encontraram em organismos como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) apoio político e jurídico. Alguns implantaram inovações pastorais com os camponeses e índios, dialogando e colaborando fortemente com o Estado. Insere-se neste contexto, a figura de Dom Joaquim de Lange.

As fontes do MEB são importantes para problematizar a formação das comunidades rurais do Médio Solimões¹¹⁵. Também elucidam a chegada de Joaquim de Lange e seu apostolado na Prelazia de Tefé (1963- 1982). Além do trabalho enquanto bispo da prelazia,

¹¹⁴ Ao longo de seus caminhos numa constante luta pela hegemonia. Seu foco foi mudando e uma parcela significativa de bispo passaram a firmar um compromisso “preferencialmente pelos pobres”. Acerca da atuação da Igreja Católica na região Norte, mais especificamente a amazonense, Mainwaring (2004) ressalta que a mais notável transformação de uma Igreja regional entre 1964 e 1973 ocorreu no Amazonas. Por volta de 1973, os bispos do Amazonas e do Nordeste eram os mais progressistas do país. Embora outros fatores tenham contribuído para a evolução da Igreja amazonense, o mais significativo foi a rápida transformação do capitalismo pós-1964, que desencadeou muita violência contra os camponeses e impulsionou a Igreja a intensificar o seu compromisso para com os pobres (2004, p. 106).

“Na fase da libertação” a atitude mudou: constantemente, as pessoas eram incentivadas a assumirem elas mesmas, a responsabilidade de um engajamento político consciente (Manuscrito. Caderno 19, p. 1738)

¹¹⁵ Na zona rural, a organização de comunidades e agrovilas pretendia estabelecer uma territorialidade católica que disputasse as práticas de religiosidade populares na região do Médio Solimões.

acompanhou a formação das comunidades do Lago na condição de presidente do Movimento de Educação de Base (MEB)¹¹⁶.

Joaquim de Lange chegou a Tefé em 02 de abril de 1947. Nos primeiros anos ao assumir a Prelazia, tomou consciência dos desafios enfrentados nos campos da religião, educação, saúde, cultura, comunicação e transporte. A partir de 1950, pensou formas de conduzir o trabalho da Igreja Católica e aproximar-se da população. Desde que chegou, acompanhou de perto as discussões e decisões ocorridas dentro e fora da Igreja, no âmbito local, regional, nacional e internacionalmente, utilizando como base para suas ações as encíclicas papais. Participou do Concílio Ecumênico Vaticano II¹¹⁷, da II Conferência em Medellín e do Encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém. O Concílio Vaticano foi um evento considerado um marco histórico, sobretudo para a ala progressista da Igreja Católica. A grande novidade que o Concílio Vaticano introduziu na História da Igreja foi sem dúvida a abertura desta para o mundo. É a igreja que vai ao mundo, é também o mundo que irrompe dentro da igreja. O Vaticano II significou como afirmou Karl Rahner a “desouperização da igreja”.

Segundo Leni Rodrigues Coelho:

Na fase preparatória do Concílio, final da década de 1950, D. Joaquim de Lange encaminhou suas sugestões e se fez presente em todas as seções, ou seja, ele foi um dos bispos que representou a Igreja Católica brasileira, em especial a do Amazonas,

¹¹⁶ Falaremos no próximo tópico.

¹¹⁷ O Concílio Vaticano II esteve sob a orientação do papa João XXIII e modificou mundialmente o pensamento católico. Foi pensado em um momento de tensão em que a igreja lutava pela manutenção da sua hegemonia e se vivia a segunda guerra mundial, o início de um temor generalizado. O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos de todos os continentes para discutir e regulamentar questões ligadas à Igreja e a sua relação com o mundo. Ao longo das discussões do Concílio foram publicadas quatro constituições, nove decretos e três declarações. O concílio produziu uma dialética que reaparece nas várias instâncias da igreja católica. A mudança se iniciou a partir da base, mas tomou impulso somente quando foi legitimada pela cúpula. As discussões do Concílio Vaticano II ocorreram em quatro sessões entre 1962 e 1965 e abordaram temáticas como, por exemplo, mudanças nas relações entre Igreja Católica e o povo, o respeito às diferenças culturais e teológicas, a importância do leigo para a instituição, educação e formação sacerdotal e a comunicação social. Os documentos foram resultados de muitas discussões e divergências, que se iniciaram com a abertura da primeira sessão em 11 de outubro de 1962, pelo Papa João XXIII, e após sua morte, o Papa VI deu continuidade às três sessões, finalizando-as em 07 de dezembro de 1965. Foi um divisor de águas para a Igreja Católica, pois foram quebrados paradigmas seculares, que estavam mais preocupados em manter a hierarquia e ostentar o poder e a riqueza. O Concílio Vaticano II faz ruir antigos esquemas de compreensão de uma igreja triunfalista, soberana, dona da verdade, termos estes muito presentes em um período da Igreja que viveu o contexto da cristandade, como Igreja extremamente piramidal, a uma igreja ministerial, dialogante com o mundo e no mundo, referenciando-se na tradição das primeiras comunidades cristãs, exatamente como descrevem os evangelhos. Foi a partir do Concílio Vaticano II que os bispos da América Latina começaram a amadurecer as ideias e a pensar em uma Igreja mais progressista. O Concílio não significou apenas o despertar de um longo sono em que viviam a Igreja convencida, ao longo de vinte séculos, de que extra ecclesiam nulla salus (fora da igreja não existe salvação). Com ele, surgiu uma revolução silenciosa que levaria alguns a desejar que nunca tivesse existido, e outros, a sonhar com uma radicalização. Estes últimos procuraram realizar tal radicalização com concílios particulares. A América Latina promoveu o seu primeiro logo depois do Vaticano II, como um aprofundamento e aplicação dessas reformas em nosso continente. Para aprofundar a leitura ler: KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederic. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 2015; LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II*. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005. COELHO, 2022.

em Roma. Também esteve presente na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CGLA) em Medellín, na Colômbia¹¹⁸, e no encontro dos Bispos da Amazônia em Santarém, no Estado do Pará (1972). Neste evento os bispos reuniram-se com o objetivo de discutir as questões que afligiam a Amazônia e Joaquim de Lange foi uma das lideranças importantes presentes.¹¹⁹

A Conferência de Medellín ocorreu dois anos após o Concílio Vaticano na Colômbia. E reuniu o Episcopado americano. E, foi importante, pois até Medellín, a igreja reproduz e reflete simplesmente o modelo da igreja europeia. A igreja do Continente americano era desprovida de identidade, apenas fazia adaptações que eram decididas no centro da Catolicidade. Era uma igreja que se colocava em posição secundária, de delegada, uma Igreja menor.

O concílio tornou possível Medellín como um encontro de países da igreja, envolvido numa eclesiogênese verdadeiramente latino-americana, com sua originalidade. Para estes homens irrompeu aqui também o Pentecostes, que chegou a nós com uma marca inconfundível: a libertação. Há um ponto fundamental nesta abertura para o nosso continente de maioria pobre, de índios, negros e camponeses. Aconteceu a famosa “opção preferencial pelos pobres”. Ora, a Igreja sempre se relacionou com os mais pobres mediante as obras de misericórdia. Aqui, porém, ocorreu uma profunda virada. Pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história.¹²⁰

Assumindo uma postura moderada durante sua gestão e inclinado ao lado progressista da igreja, durante quatro décadas, Joaquim de Lange promoveu várias ações¹²¹ na Prelazia de Tefé. Dentre elas, a criação de uma rede de paróquias nos arredores da Prelazia de Tefé, para melhor assessorar a extensa área que dispunha de muitas localidades isoladas, sem assistência da Igreja e do Estado¹²². A área da prelazia de Tefé foi subdividida nas paróquias de Carauari (1947), Alvarães (1948), Missão e Jutai (1950), Itamarati (1958), Uarini (1969), Juruá-Caitaú (1971) e Maraã (1981),¹²³ localizadas nas proximidades do Rio Solimões, Jutai, Juruá, Japurá,

¹¹⁸ Realizada entre 24 de agosto a 06 de setembro de 1968.

¹¹⁹ COELHO, 2022, p. 73

¹²⁰ A ação da Igreja Católica e o Desenvolvimento Rural. Estudos avançados 15 (43), 2001.

¹²¹ Segundo Leni Rodrigues Coelho, dentre as ações realizadas por D. Joaquim, uma delas foi a criação da Rádio Educação de Tefé em 1963. Na área da saúde, D. Joaquim, por meio de parcerias, criou em 1968, o Hospital São Miguel para atender a população da cidade e do interior. A construção e funcionamento do hospital dependiam de recursos angariados de instituições católicas da Alemanha e da Holanda, bem como da colaboração de padres e irmãs, além de recursos financeiros que D. Joaquim recebia. D. Joaquim também estabeleceu parcerias com a ACAR, Projeto Rondon, propagou as ações das CEB's, atuou na Comissão Pastoral da Terra criada em Tefé no ano de 1975). E, se envolveu na preservação das reservas extrativistas (RESEXs). Ver: COELHO, Leni Rodrigues. Educação de adultos no cenário amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1982). 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

¹²² COELHO, 2022. p. 72.

¹²³ MARINHO, Maria Dirce Batalha. Jornada Missionária de Dom Joaquim de Lange, no município de Tefé, suas maiores inspirações no setor educacional de evangelização In: SCHAEKEN, Raimunda Gil; QUEIROZ, Raimundo Gil; QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de (org). *As obras e os desafios de Dom Joaquim de Lange*. Manaus: Editoração Eletrônica, 2017, p.194.

todas distantes. Segundo documentos da igreja, levava-se meses para percorrer de barco a extensão territorial da prelazia. Nas primeiras viagens de reconhecimento da Prelazia, Protásio Lopes¹²⁴, ressaltou que Joaquim de Lange “deparou-se com uma população pobre, analfabeta, abandonada pelos patrões, esquecida pelo poder público e carente de atividades pastorais”. Percebeu não apenas a extensão territorial da prelazia que assumiu, mas também uma série de problemas a serem superados. Os problemas levantados pela Prelazia de Tefé na gestão de Joaquim de Lange, enfrentados pela população do lago foram sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Problemas enfrentados pela população do Lago de Tefé (1970)

PROBLEMAS	DESCRIÇÃO
Esquecimento/poder público	Ausência de políticas para o interior. O descaso dos políticos com a população causa o êxodo rural.
Abandono dos antigos patrões	Declínio das atividades extrativistas.
Abandono/Saúde	Vítimas de desnutrição, verminoses, malárias, entre outras doenças.
Falta de escolas/ Educação	Grande índice de analfabetismo, ausência de professores e falta de formação.
Exploração dos regatões	
Falta de energia elétrica	Em consequência da má distribuição da companhia de eletricidade.
Má administração dos recursos públicos	As prefeituras, em geral planejam e não prestam contam.
Economia	Produção não tinha valor comercial deixando os à mercê dos regatões.

Fonte: Quadro produzido a partir dos relatórios do MEB 1970-1985.

Joaquim de Lange, preocupado com a situação de descaso¹²⁵ que encontrara e pensando sobre como a Igreja Católica atuaria junto à população rural na sua gestão, denunciou o desemprego, o subemprego, as condições precárias de moradia, a falta de saneamento básico, de escola e saúde da população e relacionava estes problemas à desigualdade social. As categorias “população pobre” “esquecida pelo poder público”, “imensidão de rios, paranás,

¹²⁴ Memorialista e ex-supervisor do Movimento de Educação de Base (MEB).

¹²⁵ Ver: COELHO, L. R; SILVEIRA, C da. Educação de Jovens e Adultos: Movimento de Educação de Base em Tefé, Amazonas (1963-1980). *Revista de Educação Popular*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. DOI: 10.14393/REP-v12n12013-art02. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20314>. Acesso em: 16 ago. 2022.

furos, igarapés, lagos e centros de extração dos produtos naturais¹²⁶, “nenhuma forma de organização política” são pontuadas e denunciadas na documentação do MEB/Tefê.

Na busca de alternativas no campo educacional, o bispo inspirou-se em duas experiências educacionais exitosas. A primeira ocorreu na cidade de Medellín, na Colômbia, no início da década de 1960, pelo monsenhor José Salcedo, que implantou ações educacionais e religiosas em regiões montanhosas de difícil acesso, visando aproximar a população da sua prelazia por meio de programas radiofônicos. E, a segunda, quando Joaquim de Lange teve acesso aos resultados do trabalho educacional desenvolvido na Diocese de Aracaju no Nordeste do Brasil para alfabetizar adultos via escolas radiofônicas.

Logo D. Joaquim no início de 1960, partiu destas experiências e solicitou ao governo federal, licença para criação e instalação da Rádio Educação Rural de Tefê¹²⁷ na sede do município com o objetivo de para encurtar a distância e levar as ao ar os programas radiofônicos do Movimento de Educação de Base (MEB)¹²⁸ na sua prelazia.¹²⁹ intencionava por meio do MEB/Tefê alfabetizar, educar para “libertar” as populações ribeirinhas do “jugo” dos patrões e da dependência dos regatões. No movimento este assumiu a função de presidente local do MEB/Solimões e tinha como atribuição:

Lavar convênio com a direção nacional do MEB, constituir a equipe local, animar, acompanhar e participar ativamente dos trabalhos da equipe local, escolher em caso de vacância, entre as pessoas selecionadas, apresentadas pela equipe local, os membros do departamento, em consonância com os critérios da entidade e a natureza das tarefas a serem assumidas, apresentar ao presidente do MEB, para nomeação, o coordenador do departamento, manter permanente diálogo com o DCN e equipe nacional, para que o MEB prossiga dentro de uma perspectiva de evangelização e comunhão eclesial: firmar convênios com entidades oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras, no interesse de seu departamento solicitar [...] encerramento dos trabalhos do MEB, em sua Diocese mediante carta oficial ao Presidente.¹³⁰

Cabe destacar que nesse contexto, a Igreja Católica firmara um acordo¹³¹ com o governo federal para alfabetizar adultos por meio de um projeto nacional recém-criado, o Movimento de Educação de Base (MEB). Este foi gestado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pela União para desenvolver um programa de educação de base

¹²⁶ PESSOA, Protásio Lopes. *Da educação radiofônica à educação política*: assim é contada a nossa história. Caderno do MEB, Tefê, 2002a.

¹²⁷ COELHO, 2022, p. 91-92.

¹²⁸ Três anos depois da Criação da Rádio, as ações do MEB foram postas em prática.

¹²⁹ MEDEIROS, 2017.

¹³⁰ SOUZA, Cláudia Moraes de. *Pelas ondas do rádio*: cultura popular, camponeses e o rádio nos anos 1960. São Paulo: Alameda, 2013.

¹³¹ Esse acordo foi firmado por meio do Decreto n. 50.370 de 21 de março de 1961, entre a Igreja Católica e a União. Esse decreto estabelecia um plano quinquenal (1961-1965), podendo ser prorrogado. Para execução das atividades, o governo federal disponibilizaria bimestralmente cerca de cento e cinquenta milhões de cruzeiros para a CNBB criar em torno de quinze mil escolas radiofônicas (MEB, 1966).

por meio de escolas radiofônicas, destinado às populações pobres das regiões Nordeste, Centro Oeste e Norte¹³².

A ideia de criar escolas radiofônicas para desenvolver as atividades do MEB ocorreu a partir do momento em que o candidato à presidência da República Jânio Quadros (1961-1965) realizou visita eleitoral a Sergipe e conheceu as ações. Esta tinha como objetivo ensinar adultos camponeses a ler e a escrever. Na ocasião, Jânio Quadros e Dom José Távora, responsáveis pelas escolas radiofônicas, discutiram a possibilidade de criar um programa educativo via rádio, a fim de proporcionar às classes menos favorecidas o direito à educação¹³³

Embora o movimento tenha sido criado em 1961, começou a ser pensado no final do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), marcado pela ideologia desenvolvimentista, que via a ampliação do sistema educacional como importante, já que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), revelaram que havia, no Brasil, cerca de 39% da população, com 15 anos ou mais, desprovida de escolaridade, sendo este fato considerado uma “vergonha nacional”¹³⁴.

No convênio, Jânio Quadros se comprometeu a custear o plano de alfabetização no interior por meio de aulas via rádio. O MEB nacional iniciou suas atividades, com a transmissão de programas educativos pela emissora católica da Diocese de Natal (RN), ampliando-se para os Estados do Ceará, Alagoas e Sergipe. Por meio do decreto nº 50.390, essa experiência educacional foi disseminada para os estados do Amazonas, Pará, Piauí, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão, Goiás, Paraíba e Minas Gerais.

Na década de 1970 na região Norte o MEB tinha três conselhos: O conselho de Coordenadores do Solimões: (Carauari, Coari, Fonte Boa, Manacapuru, São Paulo de Olivença e Tefé); o Conselho de Coordenadores do Médio Amazonas (Monte Alegre, Parintins e Santarém) e o Conselho de Coordenadores Central do Pará (Bragança Conceição do Araguaia e Marabá)¹³⁵. As prioridades do MEB foram à alfabetização da população, formação de lideranças pastorais e formação sindical, principalmente em locais com histórico de relação de patronagem. No próximo tópico analisaremos detalhadamente essas ações.

Pode-se afirmar que neste momento a Prelazia local inclinava-se a “opção preferencial pelos pobres” traçada na CNBB. Dando continuidade às ações missionárias Dom Mário Clemente Neto, sucessor de D. Joaquim em novembro de 1980, entregou diversas obras sociais

¹³² FAVERO, Osmar. *Uma pedagogia da Participação Popular: análise da prática pedagógica do MEB-Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

¹³³ KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

¹³⁴ PAIVA, Rosa Maria Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular de adultos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

¹³⁵ Ibidem, p. 54.

e prédios da Prelazia para administração do Estado e Município e atuou fortemente com os grupos desfavorecidos. Para o religioso Antônio Maria Jansen¹³⁶, membro da Congregação do Espírito Santo esse momento representou uma virada de fase. Segundo os escritos do padre Antônio Jansen a igreja católica em Tefé rompia paulatinamente a fase de promoção humana e seguia na direção de uma fase de libertação. Segundo o padre Jansen:

Na fase da promoção humana, o povo assistia de longe a tudo que os padres e o bispo estavam realizando com dinheiro e, muitas vezes com o pessoal de fora: Rádio, hospital, serraria, escolas, centros sociais e tirava proveito dessas obras e das distribuições mensais de farinha de trigo, de milho e de leite em pó. Na fase da libertação a atitude mudou: constantemente, as pessoas eram incentivadas para assumirem elas mesmas, a responsabilidade de um engajamento político consciente¹³⁷.

Percebe-se que dentro de uma correlação de forças entre conservadores, moderados e progressistas, a igreja local inclinava suas ações ao lado progressista timidamente nas décadas de 80. A instituição saía de uma fase “colonizadora”, latifundiária em que o clero atuava como patrões, para libertadora das populações marginalizadas. Teodoro Van Zoggel ressaltou que em 1975, foi de correção de rumo para a igreja local, esta direcionou atenção de forma mais incisiva para os grupos sociais oprimidos¹³⁸. Nos encontros¹³⁹ realizados seus missionários refletiam sobre as práticas dos dez anos anteriores.

Na assembleia do mês de janeiro de 1981 realizada em Tefé, o padre Albano Ternus, a luz do documento de Puebla, fazia um exame de consciência com os religiosos presentes:

Colocamos nossas propriedades a serviço da libertação do povo? O que se poderia fazer com as terras e os terrenos da igreja na perspectiva da libertação? E, os prédios que temos, servem apenas para ganhar dinheiro com eles, um bom dinheiro, ou usamos a renda para sustentar nossas atividades libertadoras? É urgente que examinemos em que medida as nossas escolas, hospitais, paróquias estão efetivamente a serviço da libertação dos pobres. Numa palavra, será que estamos trabalhando na direção certa e do jeito de Jesus? Acima de tudo devemos verificar se nós mesmos somos livres, pobres e vivemos entre nós em comunhão e participação¹⁴⁰.

Já o padre Teodoro Van Zaggel padre teceu a seguinte reflexão:

¹³⁶ Pe. Antônio, como era conhecido, chegou no Amazonas em 1960, onde iniciou suas atividades religiosas em fonte Boa, Tefé, Manaus e Carauari. Após 53 anos de dedicação ao Amazonas, com 80 anos, voltou para Holanda em 2013, para cuidar da saúde e descansar. Ver: Raimundo Gil site: <https://tefenews.com.br/cidade/pe-antonio-jansen-conheca-a-historia-do-sacerdote-que-dedicou-sua-vida-religiosa-ao-amazonas.html>

Pe. Antônio era cidadão tefeense, título outorgado pela Câmara Municipal de Tefé, em 2011. Recebeu em seu país, como reconhecimento pelos 50 anos de trabalho sacerdotal na Amazônia, Praemium Internationally Amilcar de Azevedo, II Edição, 2019.

¹³⁷ Manuscrito do Padre Antônio Jansen, caderno 19, p. 1738

¹³⁸ Índios e seringueiros, CPT, CIMI.

¹³⁹ 1970, 1975, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1989 e 1990.

¹⁴⁰ Boletim da Prelazia de Tefé, janeiro de 1980, n.p.

Devemos nos libertar de pecados individuais de egoísmo, ambição e falta de responsabilidade no nosso trabalho. Devemos nos despojar de nossos preconceitos negativos em relação ao nosso povo e de nossas ideias europeias. Devemos nos perguntar se estamos trabalhando de maneira paternalista, de modo que as pessoas fiquem ainda mais dependentes de nós. É, necessário que participemos da vida do povo¹⁴¹.

Após estes encontros houve uma aproximação com o povo e a compreensão do contexto social local direcionou os padres a abrirem os portões da Igreja à objetividade do mundo social. Essa aproximação deu novo entendimento da realidade, proporcionou uma nova experiência à comunidade cristã. Passaram a fazer críticas à expansão capitalista. Dentro deste movimento de reflexão e tomada de consciência, a Prelazia de Tefé se dedicou à formação de agentes da pastoral e de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) por meio da formação de líderes em diversos cursos. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram pensadas por movimentos populares e eclesiais com o objetivo de defender os direitos das classes populares que viviam à margem da sociedade, passando a se engajar nas causas dos injustiçados e explorados por um sistema dominante e capitalista que produzia a desigualdade social. Tratava-se da nova abordagem pedagógica para a sustentação da Igreja na região.

A palavra-chave desta nova abordagem seria libertação, *“da consciência fatalista e serviu dos poderosos políticos e econômicos, e do domínio do clero”*. A ideia era estimular as pessoas a assumirem responsabilidades e serviços nas suas comunidades. Inclusive, através do engajamento político. Leigos assumiam o culto dominical, as cooperativas e o esporte. As propostas e desenvolvimentos das CEB's e dos cursos de formação foram possíveis com a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) no interior de Tefé desde 1963.

2.2 Movimento de Educação de Base: Educação – Uma luta das comunidades rurais do Lago.

*“Não tinha professora formada pelo interior, só na cidade, naquele tempo o negócio era ruim”.*¹⁴²

O MEB, em Tefé, foi criado no cenário de expansão do Movimento. Como dito anteriormente, foi um movimento social popular que conjugava alfabetização de adultos, formação política de lideranças comunitárias e atuou auxiliando na organização dos moradores de comunidades rurais. Mas, afinal como esse projeto foi colocado em prática e quais ações foram desenvolvidas na região do Lago? A partir deste momento analisaremos a luta dos

¹⁴¹ Boletim da Prelazia de Tefé, janeiro de 1981.

¹⁴² Deoclécio da Silva. Entrevista de pesquisa concedida em 09 de janeiro de 2020 na comunidade do Ipapucu.

moradores do lago para terem acesso à educação e a ações educacionais desenvolvidas pelo Movimento no interior de Tefé. Para compreendermos, observemos os três relatos a seguir:

I

Johmara: O senhor estudou?

Deoclécio Rocha: Até a 3ª série, graças a Deus!

Johmara: Porque o senhor parou na 3ª série?

Deoclécio Rocha: Porque não tinha mais, porque meus pais não tinham condições de me colocar para estudar na cidade. Agora essa minha irmã mais velha, ela estudou porque colocou ela lá, aí ela trabalhava e mandava as coisas pra lá, foi até a dona Armila, e ela aprendeu, basta dizer que ela dava aula né. E, nós ele (pai) ainda foi lá, um estava com 14 anos, o outro estava com 13 parece, na missão, ele nos deixou lá, mas o padre não quis porque nós já estávamos grandes, podia fugir para festa. Aí não aceitou mais, aí ficava difícil. Aí parei. (Deoclecio Rocha, 79 anos, comunidade Turé).

II

Johmara: O senhor foi estudar com quantos anos?

Raimundo de Oliveira: Eu estava com uns doze anos por aí. E, foram dois anos que teve aula, daí fechou e se acabou. Eu estudei no Igarapé Açu, que tinha aula lá, era só a professora mesmo. Não tinha professora formada aqui pelo interior, era só mesmo na cidade naquele tempo, naquele tempo o negócio era ruim. Aí não estudei mas, não teve mais aula. Quem já pegou (estudou), já meus irmãos, ele já estudou, mas, era mais novo. Eu era o filho mais velho. (Raimundo de Oliveira, 76 anos, comunidade Bacuri).

III

Raimundo Pinheiro: Meus pais me deram a oportunidade de estudar e eu fui para Tefé. Morei na casa da Jajá. Ela me acolheu e passei muitos anos lá estudando, procurando uma formação, porque meu pai nunca foi na escola, não aprendeu. Mas tudo que ele oferecia pra gente, valeu a pena. Eu fui, estudei até a 8ª série, porque é muito difícil morar na casa de família de pessoas na cidade, sem ter casa, não é fácil, a gente tem que se adaptar. Então passei por processos, saí da casa deles, depois fui pra casa de um tio meu, daí fui pra casa do meu avô e assim eu fiquei. Até que a gente se enjoou e deixei (Raimundo Pinheiro, 57 anos. Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade Ipapucu).

Quais aspectos as narrativas trazem? Primeiro, Deoclécio da Silva, Raimundo de Oliveira e Raimundo Pinheiro são moradores do Lago de Tefé, oriundos de famílias pobres, que não concluíram os estudos pela falta de escolas na zona rural na década de 70. O Sr. Deoclécio da Silva afirmou ter estudado até a 3ª série, aprendeu assinar o nome, durante o pouco tempo que a comunidade teve uma professora na gestão do prefeito Túlio Azevedo (1956-1960)¹⁴³.

As três afirmações dos depoentes fazem parte dos muitos relatos da falta de escolas e irregularidade das aulas no interior (quando uma vez ou outra a prefeitura encaminhava uma professora para as localidades). Os relatos ressaltam o desejo destes sujeitos de assinar o próprio nome, aprender ler, o esforço empreendido pelos pais e filhos em busca de formação escolar na área urbana de Tefé.

Em relação à falta de escolas, a irregularidade das aulas no interior e a responsabilidade com o trabalho levaram Deoclécio da Silva, Raimundo Oliveira e Raimundo Pinheiro

¹⁴³ Prefeito eleito para o quadriênio de 1956-1960.

desistirem dos estudos pela falta de condições financeiras para se manterem na zona urbana para estudarem. Isto aponta para uma época em que o dinheiro começava a ser uma necessidade principalmente para custear as despesas dos filhos estudando na cidade.

A questão da educação levou tempo para ser resolvida como uma política pública do Estado. A utilização de algumas estratégias foi protagonizada pelos moradores do Lago. A precariedade na área da educação se materializa no olhar e nas palavras de Deoclécio da Silva quando ressalta com tristeza que sua irmã, foi a única dos irmãos que conclui o ensino médio, mas também ao citá-la, se orgulha, pois, depois de muitas dificuldades ela tornou-se professora e voltou para lecionar na zona rural. Na experiência vivida e compartilhada por Deoclécio da Silva, ele comentou que sua irmã teve acesso à escola graças a preocupação e os esforços que seus pais tinham com a educação dos filhos. Eles nutriam a esperança de vê-los formados. Assim pediram a D. Armila (conhecida e moradora da zona urbana) um abrigo na sua casa para a filha estudar.

A falta de moradia na cidade é uma das dificuldades pontuadas por Deoclécio da Silva e quase unanimidade entre os sujeitos do lago. Buscar um conhecido ou parente que morava na cidade, deixar os filhos como internos para estudarem na Missão de Tefé ou Seminário de Tefé, eram estratégias de muitas famílias pobres do Lago que tinham uma expectativa na educação escolar como mudança de vida. Em 1957, por exemplo, o número de internos no internato da Missão era de 50 alunos. Alguns meninos e meninas promissores eram pedidos pelos padres quando realizavam as desobrigas nas localidades, ou eram oferecidos pelos próprios genitores para estudarem na Missão, junto com filhos e filhas de famílias católicas abastadas do Município de Tefé. Geralmente as famílias pobres do interior pagavam os estudos dos filhos com os alimentos in natura retirados da floresta.

A educação era um anseio das famílias do Lago, e foi uma das primeiras lutas desses sujeitos no início da década de 1970, quando passaram a reivindicar da prefeitura a instalação de escolas na zona rural. O acesso à educação não era para todos, não era uma questão social, mas de privilégios, a exemplo do que ocorre no restante do país. Poucos tinham acesso e direito à educação. Ela passou a ser um direito para todos somente a partir da Constituição de 1988¹⁴⁴. Nesse sentido, o clamor pela educação era um anseio desses sujeitos.

¹⁴⁴ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino,

A falta de escola no interior foi sanada em parte pelas ações do Movimento de Educação de Base (MEB/Tefé). O movimento iniciou suas atividades no campo em 1963, com aulas radiofônicas transmitidas pela Rádio Rural de Tefé¹⁴⁵. Segundo Pessoa¹⁴⁶, a Rádio foi criada em 1963 e utilizada para levar ao ar os programas radiofônicos do Movimento de Educação de Base. Esse movimento foi posto em prática em Tefé pelo D. Joaquim de Lange¹⁴⁷ conforme citado anteriormente e instituído oficialmente em 01 de junho de 1963.

A partir dessas atribuições, o bispo formou sua equipe¹⁴⁸ para discutir e elaborar um planejamento no qual se pensou a formatação dos programas e aulas radiofônicas. Pensou também nas estratégias a serem adotadas, a seleção das comunidades que seriam atendidas pelo Movimento, bem como os líderes comunitários, a instalação de salas de aulas, e para conhecer cada comunidade do interior, foi feita uma sondagem da realidade de cada uma para atuar a partir de suas necessidades. Essa sondagem, foi denominada de “estudo de área”, e considerada fundamental para o início das ações, seu objetivo era obter o maior número de informações sobre os moradores e seus modos de vida, tais como o número de:

[...] habitantes, por sexo, idade, procedência, ocupação, recursos naturais da área, solos, água, florestas, minerais, culturas, possibilidade de exploração, riquezas não exploradas e outras fontes de renda, como a caça e a pesca; infraestrutura econômica, transportes, comunicações, energia e economia local [...], facilidade de mercado de compra e venda, forma de estocagem de produto, reservas e volume de produção, instituições de crédito - facilidades de transações bancárias de crédito - serviços

garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”. Ver: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹⁴⁵ Sobre a instalação da Rádio Educação de Tefé ler: Coelho, 2022.

¹⁴⁶ PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Tereza de D' Avila dos Tupebas - Tefé*. Manaus: Novo tempo Ltda, 2005.

¹⁴⁷ Joaquim de Lange nasceu em 05 de março de 1906, em Sint Nicolasga, na Holanda. Aos 26 anos fez votos temporários para o noviciado em Orly, na França. Estudou filosofia (1926-1927) em Gennepe, na Província de Limburgo e Teologia (1930-1930) em Gemert, ambos interrompidos por dois anos para lecionar no “Seminário Menor da Congregação dos Padres do Espírito Santo”, na cidade de Wert. Ordenou-se sacerdote em 25 de julho de 1933, sendo enviado como missionário no período de 1933 a 1946 para a Vila da Ponte, Cuango, em Angola, no sul da África, onde trabalhou como padre e desenvolveu ações na tribo dos negros “Bantus”. Sua nomeação para Prefeito Apostólico de Tefé foi publicada em Roma, no dia 12 de junho de 1946. No entanto, sua chegada a Tefé ocorreu apenas em 02 de abril de 1947, junto com um grupo de missionários pertencentes à Congregação do Espírito Santo. Ver: BEOZZO, José Oscar. *Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.

¹⁴⁸ A equipe formada por D. Joaquim de Lange era composta de um coordenador, que atuava no escritório da sede de Tefé, os supervisores que percorriam as comunidades com o objetivo de acompanhar as atividades e com os monitores que pertenciam a cada comunidade.

públicos, instituições escolares, de saúde pública e assistência médica e social. Outros recursos sociais - habitações, igrejas, mercados públicos, abastecimentos domésticos e meios de recreação[...]. Inclui-se no estudo: a vida familiar, religiosa, associativa, social, cívica e cultural.¹⁴⁹

A partir do estudo de área, o MEB/Tefé buscava conhecer as dificuldades e as potencialidades de cada localidade. E, só depois desse conhecimento, decidia quais seriam as ações prioritárias. A coleta dos dados era feita com os moradores. Assim, como a deliberação sobre os indivíduos disponíveis a se envolverem, na maioria das vezes de forma voluntária, nas atividades elaboradas. Segundo o Relatório do MEB Nacional, as equipes locais, ao realizarem o estudo de área deveriam:

[...] ao mesmo tempo, motivar para participarem da ação educativa do MEB, enquanto a equipe colhe os dados para a seleção de futuros animadores voluntários da comunidade. Delimitada a área de atuação, a equipe local treina os futuros animadores e planeja com eles o trabalho a ser executado. Iniciada a ação, a equipe mantém contatos constantes com as comunidades em que se desenvolve o programa, supervisionando e coordenando todo o trabalho¹⁵⁰.

O MEB acreditava que a educação era o meio de desestabilizar a rede de dependência existente na região, levar o *“ribeirinho” a descobrir por si mesmo os meios de dominar a situação de abandono e ser capaz de mudar a sua vida, tornando-se um verdadeiro cidadão*. Desta forma, essa população passou a receber visitas dos supervisores que mobilizaram as comunidades que desejavam organizar turmas de alunos para receber a escola radiofônica, bem como orientavam na escolha do monitor. De acordo com o livro de matrícula de alunos MEB/Tefé (1966)¹⁵¹, em 1964, primeiro ano de atividades do movimento, no Lago de Tefé 27 escolas passaram a funcionar com um total de 523 alunos, ampliando o número gradativamente. Em 1966 existiam 98 escolas ativas totalizando 1.889 alunos, evidenciando um trabalho efetivo de alfabetização no campo.

As prioridades da atuação do MEB nas décadas de 1970 e 1980 para o interior, foram a alfabetização da população, formação de lideranças pastorais, formação sindical e organização de comunidades principalmente em locais de relação de patronagem.¹⁵² Ou seja, o MEB atuava em várias vertentes conforme observar-se no quadro a seguir. E, procurava propiciar à população a reflexão sobre a realidade que viviam. Neste sentido, o movimento buscava discutir

¹⁴⁹ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*. Tefé, 1966, p. 6-7. Arquivo da Prelazia de Tefé - Amazonas.

¹⁵⁰ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório Nacional*. Tefé, 1963, p. 03. Arquivo da Prelazia de Tefé - Amazonas.

¹⁵¹ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Livro de matrícula dos alunos nº 6*. Tefé, 1966. Arquivo da Prelazia de Tefé - Amazonas.

¹⁵² *Ibidem*, p. 73.

questões sociais, culturais e religiosas, e a partir disso, sensibilizar a população acerca da importância comunitária e do trabalho coletivo como veremos no próximo capítulo.

Quadro 4 – Atividades educacionais do MEB

ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO MEB	
Higiene e Saúde	Dar os primeiros rudimentos de saúde
Puericultura	Ensinar a maneira correta de cuidar da criança.
Educação Social e Política Brasileira	Fazer com que o homem se sinta um verdadeiro cidadão útil à prática
Educação moral e cívica	Dar os primeiros rudimentos de como se cumpre as leis de um país.
Religião	Preparar leigos e fazer com que sintam o calor de verdadeiros cristãos e responsáveis pela Igreja.
ATIVIDADES DE PROMOÇÃO HUMANA	
Clubes de mães	Organizar um grupo de mães no sentido de melhorar os trabalhos.
Clube de Jovens	Dar oportunidade aos jovens de formar um ambiente onde possam divertir-se sadiamente.

Fonte: Sistematização das atividades do MEB. Fonte: Relatório de Planejamento Global 1974- 1975. Arquivo da Prelazia de Tefé, realizada pela professora Katiane Silva na sua tese de doutorado.

No Lago, os supervisores, ao chegarem nas localidades, visitavam as residências, marcavam reunião com os moradores à noite, para discutir e escolher coletivamente os líderes comunitários, os monitores, catequista, agente de saúde, a casa onde funcionaria a escola radiofônica, o número de alunos a serem matriculados e o levantamento do nível de escolaridade da população residente em cada localidade. Esse trabalho inicial era importante para que a equipe do MEB/Tefé divulgasse a proposta do Movimento, e conhecessem as demandas da população.

Assim, a equipe técnica do MEB/Tefé, desenvolveu cursos, aulas que eram transmitidas via Rádio Rural e regidas por monitores locais: “em cada lugar um monitor” ajudava seus alunos a assimilarem as aulas transmitidas”¹⁵³. D. Lícia de Castro, na época moradora do Igarapé açu, foi monitora do movimento e relatou sua experiência da seguinte forma:

Eu comecei dar aula depois de um dia que meu marido reclamou que eu gastei o dinheiro dele, que eu não tinha dinheiro, eu fiquei sentida com que ele me disse, aí eu disse: eu vou continuar meus estudos. Quando nem menos espero meu irmão que era padrinho do meu filho mais velho me chamou, porque ele recebeu o convite, mas não

¹⁵³ Jornal Poronga, Fonte Boa, n. 31. Localizado no Arquivo da Prelazia de Tefé-AM.

aceitou, disse que não tinha jeito para essas coisas. Daí eu fui, matriculei o povo todinho lá do Igarapé Açu.

Eu dava aula em casa, na época toda feinha, de manhã para as criancinhas e à noite para os adultos. Eu sabia muito pouco, pois aprendi a ler com meu avô, no início eu e os alunos a gente aprendia junto, depois fui pedindo ajuda pra Jajá. Os alunos tinham vontade de aprender, vinham todas as noites, enfrentavam viagens de canoa, pois alguns moravam longe da comunidade. Os que moravam perto levavam seus tambores, cadeiras de suas casas para se sentarem, pois não tínhamos cadeiras para todos (Lícia de Castro Rodrigues, comunidade Igarapé Açu).

A narrativa mostra a inserção de Lícia como monitora do MEB. A sua inquietação sobre a forma como o orçamento doméstico era gerido pelo marido, lhe gerava descontentamento. A decisão de sair da dependência financeira foi sua principal motivação. Esse novo momento criou condições para que Lícia tivesse possibilidade de administrar dentro do orçamento familiar recursos que atendesse seus anseios enquanto mulher. Trabalhar como monitora apresentou-se como possibilidade de galgar melhorias econômicas já que o MEB pagava uma gratificação às pessoas que aceitavam o cargo de monitores. Logo, a renda ganha da atividade foi percebida como uma oportunidade de acessar outros itens/bens que almejava.

Naquele momento, Lícia trabalhava na agricultura, mas o dinheiro ganho na venda da farinha, garantia somente o acesso aos bens básicos da reprodução familiar, principalmente, alimentação. Segundo Marília Souza¹⁵⁴ as mulheres são parte integrante e importante na organização social do trabalho agrícola, sobretudo, relacionadas às atividades do roçado e, no contexto local do cultivo da mandioca para a produção da farinha amarela que combinado com peixe, consiste no item principal da dieta alimentar destes grupos sociais.

Esta atividade era/é regida por uma lógica de produção onde “o fazer junto” e “estar juntos”, estabelece uma interação doméstica permanente entre homens e mulheres e filhos/as no bojo das unidades domésticas. Ou seja, a farinha era produzida pela família, mas quem comercializava e decidia sobre a gestão orçamentária era o homem, em alguns casos o casal.

No caso de Lícia, a gestão dos recursos era do marido. E, recorrer aos recursos, resultava em brigas entre o casal. Ao solicitar dinheiro ao marido, ouvia insultos seguido da seguinte resposta: “pra que tu queres esse dinheiro?”. De acordo com ela, essa pergunta sempre causava incômodo. Tal postura do marido era concebida como uma espécie de humilhação, que a colocava em situação de constrangimento, pois precisava “pedir”, apesar da sua participação direta na produção agrícola.

¹⁵⁴ SOUSA, Marília de Jesus da Silva. *Teçumes e Teçumeiras: etnografia da construção de identidade política das artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã* – AM. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. p. 47.

Sua trajetória revela força, determinação e mais, diz que as mulheres não são mais somente aquelas que esperam e seguem obedientes os passos dos maridos. Permite questionarmos o estereótipo socialmente construído de mulher frágil e dependente. Nota-se uma mudança de atitude significativa em relação à postura de Lícia enquanto mulher, esposa e mãe. Ela se colocou como sujeito totalmente ativo, mesmo tendo que cuidar da casa e dos filhos, aceitou a primeira oportunidade de emprego, ser monitora em 1971.

Seguindo o relato de Lícia, Protásio Lopes, (supervisor) chegou à localidade e convidou Clodoaldo¹⁵⁵ para assumir a função de monitor. O convite foi recusado devido ao trabalho na caça¹⁵⁶ que este desenvolvia. Atividade que lhe deixava dias fora da localidade. Porém, na ocasião, indicou Lícia para a função. A indicação não foi realizada de forma aleatória. Lícia atendia aos critérios de seleção do movimento. Era moradora da localidade, sabia ler e escrever, (pouco) mais o suficiente para ser selecionada, já que naquele momento a maioria das pessoas eram analfabetas), tinha um relacionamento bom com os vizinhos, afinal o monitor seria o elo da comunidade com o movimento.

O relatório do MEB de 1971 ressaltou que além do domínio da leitura e da escrita, o papel do monitor era: *“dar incentivo, ser atencioso, resolver problemas junto com o povo, orientar os alunos, organizar os trabalhos, saber conversar, ser comunicativo, ser humano, respeitoso, exemplar e educar o povo”*.

Inicialmente as aulas eram transmitidas pelo rádio¹⁵⁷, aparelho doado pelo MEB às comunidades. Um aspecto interessante do rádio doado era o fato dele ser cativo, isto é, programado pelos técnicos do movimento para funcionar apenas com a programação da rádio rural e impedir que a população desviasse o foco com a programação de outras emissoras.

Alguns elementos do processo educativo presentes na narrativa de Lícia são reforçados nos relatórios do MEB/Tefé, por exemplo, os monitores que atuaram pelo MEB no Lago, não tinham formação na área de alfabetização de adultos, o nível dos estudos era baixo¹⁵⁸. A maioria tinha no máximo a 4ª série do primeiro grau. O critério “saber ler e escrever” era um dos mais importantes na escolha dos monitores, todavia nem sempre era possível atendê-lo.

Desta forma, os relatórios e imagens do acervo do MEB/Tefé, ressaltam que os coordenadores e supervisores para sanar a falta de formação, orientavam, treinavam os

¹⁵⁵ Irmão de Lícia Rodrigues.

¹⁵⁶ A caça, é uma das formas de extrativismo animal, é uma fonte de proteína animal complementar à proteína da ictiofauna, a caça é praticada essencialmente para a subsistência, comercializando parte insignificante) Ver: WITKOSKI, 2010. p. 33.

¹⁵⁷ Os alunos eram obrigados a ouvir as orientações, aulas e a programação da emissora.

¹⁵⁸ Sobre o processo educativo do MEB em Tefé, ler os trabalhos de Leni Rodrigues Coelho, Johmara Assis dos Santos.

monitores e possibilitavam formação continuada para que adquirissem as competências e habilidades suficientes para alfabetizar seus alunos. Conforme observamos na figura (9), os treinamentos eram realizados no Seminário de Tefé, localizado no município e ocorriam durante seis dias. Neles os monitores aprendiam a manejar a sala de aula, com apoio do rádio¹⁵⁹.

Figura 8 – Treinamento de monitores (década de 1980).



Fonte: Arquivo do MEB Tefé. Treinamento de monitores (década de 1980).

Além da falta de formação, D. Lícia apontou que as aulas funcionavam com uma estrutura precária. Como na localidade não tinha escola, ensinava na sua casa, na casa dos vizinhos ou debaixo das árvores da localidade, dependendo das condições do tempo: *“quando comecei a dar aula não tinha escola, eu dava aula para as criancinhas de manhã em casa, numa mesa toda feia, às vezes tava muito quente, então eu ia dar aula debaixo das árvores”*. Além da precariedade das condições físicas da escola, faltavam materiais escolares.

Jovens e adultos, trabalhadores da localidade e de localidades próximas estudavam à noite, pois durante o dia trabalhavam na agricultura. À noite, enfrentavam a falta de energia, pois não existia eletricidade nas comunidades do Lago nesse período. O estudo era feito sob a luz de lamparinas. Os alunos traziam bancos, ajudavam a formar um ambiente mais parecido com uma sala de aula. A imagem a seguir é a representação da sala de aula do MEB, e indica que a aula estava sendo realizada na casa do monitor, já que tem como pano de fundo, redes

¹⁵⁹ PESSOA, 2002, p. 8.

armadas, objeto utilizado na região amazônica, especialmente pelos moradores que vivem na zona rural.

Figura 9 – Alunos estudando na sua comunidade (década de 1980)



Fonte: Arquivo do MEB Tefê.

Eles dispunham de pouco material didático, quase sempre caderno e lápis. Para aqueles alunos que vinham das localidades vizinhas, a distância era um empecilho e motivo de desistência, porque à noite faziam a travessia do rio, enfrentando a escuridão, chuva e os tempos de seca. Apesar das dificuldades apresentadas, os moradores do Lago valorizavam as aulas, tinham muita vontade de aprender a ler e escrever.

Para muitos conseguir assinar o nome, ler uma carta recebida dos parentes, calcular os valores dos produtos era uma realização pessoal e motivo de orgulho. Por isso, alguns sacrificavam seus momentos de descanso, após uma jornada exaustiva de trabalho braçal, remavam de 30 a 60 minutos à noite para chegar à casa do monitor e acompanhar os 45 minutos de aula radiofônica com a professora a distância¹⁶⁰. As aulas ocorriam de segunda a sexta das 7h30 à 10h e das 19h30 às 20h e os domingos, até o meio-dia¹⁶¹. A força de vontade os fazia superar o cansaço do corpo, indicando que os moradores não estavam satisfeitos com seus

¹⁶⁰ PAIVA, Marlúcia Medeiros de. *As escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos* (1958-1966). Brasília: Liber Livro/UFRN; Natal: 2009, p. 53.

¹⁶¹ SCHWAMBORN, Thomas. *Rádio Educação Rural de Tefê: evangelizando e comunicando*. Tefê: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2013.

modos de vida e apostavam na melhoria de suas vidas, acreditando que por meio da educação formal essa melhoria seria alcançada.

Para muitos moradores, aprender a ler e escrever não se efetivou na prática. D. Lícia ressaltou que embora tenha aprendido a ler com seu avô, sua formação era mínima para ensinar. Isto implicou superar limitações de diferentes ordens. Tais limitações compreendiam as restrições relativas à escolaridade. Todavia, desenvolvia seu trabalho com dedicação, aproveitava os treinamentos do MEB e os momentos de ensino em sala de aula para adquirir mais conhecimentos. Enquanto monitora seguia as orientações dos professores-locutores e procurava ajudar os alunos a compreenderem os conteúdos ministrados, demonstrando seu esforço e os desafios enfrentados para ensinar diante da falta de instrução.

Para a realização das aulas radiofônicas, a equipe técnica do MEB, (coordenadores e professores), elaborava a programação das atividades desenvolvidas (scripts, avisos, convites, melodias e lições). Esta equipe em 1973 realizou a transmissão de 200 aulas que foram dirigidas nas diversas comunidades. A programação era repassada aos monitores de cada comunidade e deste para a população ribeirinha. Em cada uma havia um monitor responsável pelo acompanhamento e retransmissão das aulas radiofônicas aos alunos. Após a escuta das aulas, o monitor permanecia duas horas para complementar a discussão do conteúdo. Os programas radiofônicos eram planejados a partir de temáticas que ocorriam nos cursos de alfabetização, pós-alfabetização e em programas especiais. Havia a escolha de assuntos relacionados à linguagem, cálculo, história, geografia, educação moral e cívica, higiene, saúde, instrução religiosa e aos conhecimentos gerais. Não havia a intenção de trabalhar disciplinas estanques. Explorava-se a formação de sílabas de palavras e a elaboração de frases e textos. As aulas tinham como ponto de partida uma palavra geradora e partir dela buscava-se estabelecer relação com a problemática social, política, econômica e cultural da população¹⁶².

O MEB Tefé escolhia palavras geradoras que faziam parte do contexto dos estudantes e as problematizam para que eles compreendessem o jogo de poder que envolvia as relações sociais. Por meio desses conhecimentos, esperava-se que eles unissem forças contra as desigualdades sofridas os abusos de poder exercidos pelos seus opressores¹⁶³.

O estudioso Fabrício Silva ressalta que o uso de uma linguagem simples e problematizadora eram princípios norteadores da educação do MEB. Estes princípios visavam conscientizar, gerar discussões e soluções dos problemas vivenciados. O programa dessas aulas

¹⁶² MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório de Atividades MEB/Tefé. 1973, p. 1. Arquivo da Prelazia de Tefé – AM.

¹⁶³ COELHO, 2022.

não se limitava apenas ao ensino das disciplinas de português e matemática. Associado às atividades de educação, era realizado reuniões para organização comunitária, formação de agentes pastorais e “animadores de setor”¹⁶⁴. Era também composto por um trabalho de animação popular e promoção humana, com cursos de higiene, puericultura, economia doméstica, agricultura, pecuária, dentre outros.

Fabício Valentim Souza da Silva, estudioso do MEB em Tefé, ressaltou que o método era colocado em prática da seguinte forma:

Davam início à discussão mostrando uma gravura aos alunos e logo em seguida sua palavra geradora, fazia perguntas, fazendo com que eles refletissem sobre a imagem, logo após mostrava a família de cada sílaba, “desafiando-os” a gerarem outros termos a partir da palavra geradora. Como exemplo, a palavra comunidade era apresentada na ficha, a qual era associada a uma imagem representando a simbologia da expressão e sua forma silábica. Assim os monitores a partir dessas fichas iniciavam a discussão, proporcionando um debate entre os educandos, por meio de perguntas simples que familiarizava o tema: Por que estas pessoas estão reunidas aí? Em que ocasiões o povo da comunidade se reúne? Por que as pessoas se reúnem? Quando um parente ajuda o outro? Por que os homens fazem ajuri?¹⁶⁵

Na documentação, verificou-se a exaltação a metodologia utilizada no processo de alfabetização que era baseada nos princípios de Paulo Freire¹⁶⁶, e visava transpor o ato de alfabetização, tornar o aluno um sujeito crítico e emancipado, por meio da educação política. Percebe-se o tamanho do esforço da equipe MEB Tefé e dos monitores para relacionar os conteúdos à realidade vivenciada pelos alunos. Todavia, este modelo educativo crítico e emancipador proposto enquanto metodologia do MEB não alcançou a todos os estudantes, nem incutiu a educação política pretendida. Francisco de Oliveira, morador do Bacuri e ex-aluno do MEB relatou como as aulas radiofônicas chegaram na sua comunidade:

Quando estudei pelo MEB, aprendi a escrever só anotando o que a monitora escrevia no quadro, eu passava pro meu caderno tudinho, o monitor escutava pelo rádio e ia escrevendo no quadro e eu ia escrevendo no caderno, mas pra ensinar a ler que não tinha, era isso que faltava pra mim, escrever eu escrevia, mas não sabia nem o que estava anotando¹⁶⁷(Francisco de Oliveira-Bacuri. Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2015).

¹⁶⁴ Ibidem, p.74.

¹⁶⁵ SILVA, F. V.; SOUZA, A. L.; ALFAIA, T. S. Conjunto didático para a educação popular. In: COELHO, Leni Rodrigues; PONTES, Cilene de Miranda; BEZERRA, Rita de Cássia Eutrópio. (org.). *Múltiplos Olhares em Educação*. Jundiá: Paco Editorial, 2015. p 73-92.

¹⁶⁶ Segundo Eder Sader (2001) no método Paulo Freire o aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça desse instrumental na vida prática e, postulando um despertar crítico do educando ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração de projetos de auto-organização. O método pressupõe um “saber popular” que requer categorias para ser elaborado opondo-se assim a uma concepção de educação como simples inculcação de um saber em seres puramente ignorantes.

¹⁶⁷ Francisco Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 20 de dezembro de 2015, na comunidade do Bacuri, na sua residência. Francisco é natural do Município de Tefé/AM, nascido em 24 de julho de 1948 no Igarapé Açu. Seus pais são Aristaque de Oliveira e Raimunda Barbosa da Silva. Francisco estudou até

Ao explicar o funcionamento das aulas radiofônicas, Francisco Oliveira pontuou as dificuldades dos alunos para assimilar as aulas. Reforça que dominava a escrita, mas não aprendeu a ler em razão das limitações da monitora. Sua fala demonstra que o método de alfabetização defendido pelo movimento não alcançou a todos. Conforme sua narrativa, os discentes, embora tenham estudado pelo movimento, muitos não conseguiram dominar as técnicas de leitura e escrita. No caso de Raimundo, ele abandonou as aulas, pois além das dificuldades escolares, sendo o filho mais velho, tinha a responsabilidade de trabalhar na roça para ajudar o pai no sustento da família.

A partir da análise das fontes orais, notou-se a aquisição de uma educação política nos monitores e nas lideranças das comunidades que assumiram diversos cargos e participaram de formações constantemente durante o período que o movimento atuou na zona rural. Estas pessoas hoje são articuladas, possuem um raciocínio rápido, riqueza de vocabulário, vasto conhecimento prático e um amplo conhecimento sobre movimentos sociais. Passados aproximadamente mais de quarenta anos, algumas continuam ativas na comunidade em que vivem, atuando ainda como catequistas, presidentes e vice-presidentes e agentes de saúde.

No Lago, as aulas radiofônicas foram importantes para uma população que teve seu primeiro contato com a educação formal. Inicialmente o MEB, não enfrentou problemas para efetivar suas ações nas localidades do Lago, em virtude da influência que a Igreja Católica tinha no meio rural, através das ações de evangelização, batismo e casamentos feitas pela Prelazia de Tefé-AM. Uma parte desta influência estava no fato dela ser vista como uma instituição que assumia muitas vezes o papel do estado, ocupando espaços não assistidos pelo Estado. Isto lhe conferia autoridade para discutir e ou decidir questões que não eram exclusivamente da Igreja. Além de dominar os meios de comunicação (rádio), até a década de 90 a igreja era responsável pela criação e administração de escolas e hospitais no município.

2.3 MEB e Estado: promoção humana a libertação ou desenvolvimentismo?

O MEB além de atuar na educação básica com suas escolas radiofônicas, também realizou também o trabalho de Animação Popular e formação política¹⁶⁸ com os ribeirinhos na

a segunda série do Ensino Fundamental, mas aprendeu apenas a assinar seu nome, ainda hoje não sabe ler. Francisco casou-se com Clara Moraes de Oliveira, com quem teve 9 filhos. Considera-se agricultor, pois sempre trabalhou na roça, atualmente é aposentado, mas ainda desenvolve seus roçados. Afirma ter assumido a função de presidente da comunidade, porém durante sua experiência como liderança sentiu que não tinha autonomia para liderar, motivo este que o fez desistir da função. Em 1997 desvinculou-se da associação da comunidade pelo fato de Lázaro Rodrigues na época presidente ter iniciado uma ação contra ele para tomar parte de sua terra.

¹⁶⁸ Veremos no Capítulo 3, A formação das Comunidades no Lago de Tefé-AM: Organização Social e Política das Comunidades Rurais.

região norte, em Tefé¹⁶⁹, Parintins e Santarém¹⁷⁰. A Animação Popular (ANPo), termo usado pelos dirigentes do MEB Nacional era considerada como:

[...] um processo global de promoção do homem, através de sua própria ação. A Animação Popular significa, trabalho animado por elementos populares. No caso do trabalho educativo, serão elementos do povo que assumem sua própria educação e os consequentes engajamentos. [...] É um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos [...]. É uma tarefa da comunidade. Faz-se através da transformação de um conjunto de indivíduos, que vivem juntos, em uma integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos como membros da comunidade local, sem desvinculação da problemática nacional e internacional.¹⁷¹

Assim, Kadt ressalta que:

De 1963 em diante, o povo e sua autopromoção aos poucos emergiram como tema central em torno do qual a organização tentou dirigir suas atividades. Depois do golpe, por algum tempo, esta orientação foi fortalecida, apesar de ocasionalmente parecer o contrário e apesar das restrições dos bispos. A importância das ‘opções livres e conscientes’, cujas possibilidades deviam ser mostradas ao camponês sem impor a escolha de nenhuma delas, tornou-se o princípio da orientação ideológica do Movimento; gradativamente, o pessoal viu-se saindo de cena - deixando o povo dirigir seus próprios assuntos. A implicação era de que os técnicos não deveriam liderar efetivamente; o máximo que podiam fazer era aconselhar. E os conselhos tinham de ser oferecidos não em forma de diretivas de ação (ou pensamento), mas na forma de dados e técnicas aos quais os camponeses não tinham acesso. O próprio povo iria escolher e decidir: nenhum forasteiro poderia questionar essa escolha.¹⁷²

A Animação popular imprimia a ideia de promoção humana que se dava por meio do desenvolvimento de ações coletivas em que o cotidiano da população seria transformado nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim, o movimento procurou prestar assessoria técnica às populações das localidades isoladas de forma “não diretiva”, levando em conta seus anseios e a adesão da maioria dos moradores, sendo decidido democraticamente o que era prioritário e como as ações deveriam ser conduzidas¹⁷³. Desse modo, por meio da animação popular, o MEB Tefé, incentivava a participação social e a promoção integral dos moradores das localidades, para que refletissem acerca de suas realidades e da resolução dos problemas que enfrentavam.

Portanto, o foco do MEB não era apenas alfabetizar via escolas radiofônicas, mas também assessorar, treinar líderes locais para que adquirissem conhecimentos por meio de

¹⁶⁹ Médio Solimões.

¹⁷⁰ Médio e Baixo-Amazonas.

¹⁷¹ MEB, 1966, p. 26.

¹⁷² KADT, 2007, p. 241.

¹⁷³ COELHO, 2022 161-162.

atividades complementares, como, por exemplo, educação sindical, cooperativismo, associativismo e as ações direcionadas às mulheres: educação para o lar, alimentar, puericultura e clube de mães e assumissem a responsabilidade de conduzir suas localidades. Nesta perspectiva, o Movimento orientava as populações ribeirinhas a importância da autonomia por meio do trabalho individual e coletivo, como também a busca por uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

Para realizar o trabalho de Animação Popular, a equipe MEB local atuou junto com instituições parceiras (Banco do Brasil, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR/AM), Projeto Rondon, Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juntos visitavam as localidades e desenvolveram um trabalho de sensibilização da população quanto a seus direitos e deveres, bem como assessorar na criação de clubes esportivos, clubes de mães, clubes de jovens e conselhos de saúde, educação, cultura e lazer. Realizavam-se reuniões ou assembleias nas comunidades para explicar a importância destas ações para que o povo fizesse a escolha dos tipos de assessoria que deveria ser prestada e seus representantes para que fossem treinados em Tefé.

Maria José Rodrigues¹⁷⁴, iniciou sua trajetória no MEB em 1971. Primeiro como monitora, depois foi presidenta, catequista, tesoureira, liderou o clube de mães na sua comunidade. Mas dentre esses papéis, aquele que mais se identificou foi parteira e agente de saúde das comunidades do Lago, funções que desenvolveu até o ano de 2020 e sentia um profundo orgulho ao citá-las. Maria José Rodrigues, foi uma liderança ativa durante mais de 40 anos nas comunidades do Lago. Tornou-se defensora e disseminadora das ações do MEB no Lago de Tefé. A respeito das ações de Animação popular realizadas nas localidades do lago, registrou da seguinte forma:

Eles faziam muitos cursos na comunidade, de formação de liderança comunitária, formação, planejamento e agricultura familiar, planejamento para trabalhar com horticultura, com pomar, trabalhar com plantas nativas. Para tudo foi feito curso, para trabalhar com abacaxi, tudo isso era curso de preparação pro clube de mães, como trabalhar com corte costura, curso de bordado, pintura, crochê, como trabalhar com tala, artesanato, barro, argila, para fazer várias coisas, o guidá (pote), diziam que esfriava água, ninguém tinha geladeira, então tudo isso foi feito curso, por exemplo, o pessoal do IDAM ia lá para ensinar como a metragem para plantar a roça longe da outra, adubagem da terra para horta, qual é o espaço dos plantios, tudo isso, horte e cultura. Todo mundo tinha que ter o curso, aí quando não ia eles chamavam para Tefé, ia dois, três, depois eles vinham ajudar no plantio, na roça, no pomar. Para tudo, faziam cursos, diziam, não pode usar terra só pra mandioca, você usa terra pra deixar árvores permanentes, plantam pra vocês não ficarem plantando. Vocês vão vender a banana e comprar a bolacha, às vezes não dava pra nada, comprava aquela bolachinha,

¹⁷⁴ Maria José da Silva Rodrigues. Entrevista realizada Johmara Assis dos Santos, em 09 de julho de 2014, na cidade de Manaus.

mas era importante comprar, comer coisas que nem alimentava, com isso foi à implantação da horta, e da horta o pessoal dizia: eu não gosto de folha, isso é amargo, isso aí ruim. Eles ensinavam os valores nutritivos de cada alimento de cada verdura (Maria José Rodrigues, 71 anos -comunidade Bacuri).

Tive a oportunidade de conversar com ela em três ocasiões, muito solícita, todas as vezes que me via se aproximar da sua residência, parava, aguardava e respondia meus questionamentos. Durante as conversas se colocava como protagonista central das ações do MEB no Bacuri, onde participou ativamente.

Maria, desenvolveu reflexões da sua atuação e das ações do MEB, numa cronologia por ela elaborada. No relato, destaca vários cursos desenvolvidos pelo Movimento na perspectiva de Animação Popular. Estes eram planejados mensalmente e realizados de forma presencial nas localidades, no Centro de Treinamento Educacional Irmão Falco,¹⁷⁵ ou eram transmitidos via rádio.

Dentre os muitos cursos, dona Maria Rodrigues destaca o de Horticultura, realizado em parceria com o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-AM). Ele ocorria presencialmente e objetivava inserir na alimentação das populações ribeirinhas o consumo de verduras e legumes, sendo para isso necessário, capacitar os agricultores, principalmente as mulheres, técnicas e práticas de cultivo de hortaliças para implantação de hortas domésticas e comunitárias. Incentivava-se a busca de conhecimentos técnicos para o cultivo de verduras, hortaliças e raízes com a justificativa de que a alimentação da população interiorana era deficiente em razão do município “ser carente de verduras”. Segundo a documentação eram poucos e raros os plantios de verduras no interior, o que não atendia o consumo da população. A pouca verdura era importada de Manaus com muitas dificuldades “devido à distância com a capital e a falta de transportes”. Economicamente, “não se pode pensar em grandes plantios comerciais, mas a plantação de pequenas hortas no município atenderia ao menos satisfatoriamente, a população local”¹⁷⁶.

Dentre os cursos de horticultura desenvolvidos, citamos um ocorrido para a comunidade Missão Boca de Tefé, nos dias 10 e 12 de setembro de 1973 para vinte participantes, com carga horária de 24 horas, sendo nove horas de aulas teóricas realizadas no Centro de Treinamento Irmão Falco e 15 horas práticas para realização de uma horta na comunidade dos participantes. A programação deste curso distribuía-se da seguinte forma:

¹⁷⁵ Localizado na zona urbana de Tefé.

¹⁷⁶ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*: Curso Horticultura. 18/09/1973, p. 01. Arquivo da Prelazia de Tefé-AM.

Aulas teóricas: escolha do local da horta, limpeza, cercar, divisão do terreno para a construção dos canteiros, da sementeira, semeio, adubação, estrumeira, defensivos e preventivos, combate às pragas e doenças, colheita e mercado, consumo e preparo das hortaliças. Aulas práticas: limpeza do terreno, construção dos canteiros e sementeiras, adubação química e orgânica, aplicação e uso do inseticida, semeio - repicagem - transplante, preparo das hortaliças, pulverizações.¹⁷⁷

No geral, as aulas do curso abordavam temas como preparo do solo para plantação de verduras e higienização para o consumo. Os conhecimentos adquiridos iam na direção de auxiliar as mulheres a produzirem alimentos para a subsistência. No roteiro de aula sobre horticultura, apresentado no treinamento para monitores e líderes comunitários, sondava-se os conhecimentos prévios dos participantes sobre a importância de uma alimentação saudável e rica em nutrientes. Em outro treinamento desenvolvido em 1972 direcionado aos monitores, eram feitos questionamentos como “qual o tipo de verdura que você conhece? Para que serve? Quais as verduras que devemos comer? Quais as espécies de vitaminas? Para que serve essas vitaminas? Como plantar uma horta? Que utilidade econômica dá a horta? Para que vendemos as verduras?”¹⁷⁸

Embora tenha havido uma preocupação em relação ao plantio de hortaliças, não percebemos na programação, questões ligadas à conscientização do direito à terra e possíveis táticas para superar a exploração exercida por aqueles que detinham o poder¹⁷⁹. Esse fator talvez se explique pelo fato de que a equipe MEB/Tefé não ministrava os cursos de forma direta, estes eram desenvolvidos por profissionais técnicos das instituições do governo que o MEB recorria. Somente quando não era possível contar com a presença destes profissionais, o movimento fazia a contratação e pagamento pelo próprio sistema de Tefé. O MEB procurava acompanhar os formadores, interagir e assessorar a população nos assuntos abordados nas capacitações conforme podemos perceber no relatório de treinamento de horticultura, realizado na localidade “Jutica”, para 22 participantes, nos dias 27 e 28 de outubro de 1974:

Chegamos nesta localidade na tarde do dia 26 e procuramos entrar em contato com o pessoal assim que chegamos. As atividades do curso iniciaram no dia 27 às 7:30 da manhã. Com a palavra da pessoa do MEB, iniciou-se o primeiro bate-papo, pois conforme o planejamento o técnico da ACAR-AM ficaria com a parte de instrução dos assuntos de agricultura, enquanto o elemento do MEB ficaria com a parte de incentivação e assessoria [...]¹⁸⁰

Após a apresentação teórica no treinamento aos monitores que acompanharam os trabalhos de horticultura nas comunidades, os formadores partiram para o segundo momento,

¹⁷⁷ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1973, p. 4, grifos do autor.

¹⁷⁸ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1972, p. 5.

¹⁷⁹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹⁸⁰ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1974, p. 3.

direcionado a prática dos conhecimentos obtidos. Para isso, selecionou alguns participantes para escutar a aula radiofônica e depois transmiti-la aos colegas. Ao avaliar a atividade proposta, os formadores constataram falhas na retransmissão dos monitores, e concluiu ser necessário intensificar os treinamentos.

Outro curso citado por Maria José Rodrigues de destaque nas comunidades foi o de “Educação para o Lar”¹⁸¹, cujo objetivo era orientar as mulheres ribeirinhas sobre a preservação do lar, higiene da casa, cuidado com objetos domésticos, acondicionamento dos alimentos, boas maneiras e os cuidados com as crianças. Para realização deste curso, o MEB contava com o apoio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR/AM).

A partir das diretrizes para a efetivação do curso Educação para o Lar, realizado em uma comunidade Cuanaru, verificamos que este era:

[...] dedicado às senhoras, com duração de 2 horas por dia. Neste curso os aspectos abrangidos foram: conservação do lar - onde se fala sobre a higiene da casa, limpeza dos utensílios de cozinha, limpeza nos arredores da casa, higiene nos quartos de dormir. Falamos também do problema da promiscuidade nos lares, mostrando a todos o que pode surgir por causa dos filhos dormirem junto com os pais. Para evitar isso, explicamos como deve ser a divisão da casa, deve ter um quarto para os pais, e outro para os filhos, isso quando são pequenos, quando maiores deve ser uma para cada filhos. Frisamos bem este ponto, para evitar os problemas psíquicos que podem surgir para a vida da criança. Um outro ponto que salientamos foi a proteção dos alimentos, neste item tratou-se sobre como devemos proteger os alimentos. Tendo sempre alguma coisa para cobrir os alimentos contra as moscas, como uma toalha limpa, um cesto de palha, ou mesmo um prato. Isto tudo para evitar a contaminação de micróbios em nosso organismo. Falou-se ainda sobre a higiene que devemos ter com os alimentos antes de prepará-los, na hora de preparar, deixar ferver bem para matar os micróbios. Falou-se ainda das boas maneiras que devemos ter na hora das refeições, modo de sentar e maneira de comer. Outro ponto foi a educação dos filhos: maneira de tratar os filhos; relacionamento entre pais e filhos; responsabilidade dos pais para com os filhos; cuidados de uma gestante antes e depois do parto e tratamento dos recém-nascidos.¹⁸²

Em resumo, no curso educação para o lar discutia-se aspectos relacionados à família, ressaltando o cuidado com a casa, educação dos filhos, independente da faixa etária e a orientação sobre os cuidados das mulheres na gestação. Este curso era transmitido pela Rádio Rural nos finais de semana (aos sábados) quando as famílias folgavam do trabalho na roça. Mas quando possível, era ofertado presencialmente nas localidades em que havia escolas do MEB. Nele, questões sobre saúde, higiene e saneamento básico eram levantadas para a reflexão coletiva, tendo sempre como ponto de partida os conhecimentos prévios verificados a partir de perguntas como: “[...] como devemos conservar o nosso corpo? A saúde é importante para a

¹⁸¹ Com duração de duas horas diárias, dividido em teoria e prática.

¹⁸² MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1972, p. 2. Grifos do autor.

nossa vida? O asseio faz parte da higiene? Para que serve o calçado? Quando adoecemos, o que devemos fazer? Como evitar os vermes? [...] ¹⁸³”.

Na 13ª aula do curso radiofônico, por exemplo, intitulada “Higiene na casa e construção para o lar”, utilizou-se como metodologia para introdução do tema, a contação de história. A história tinha como personagens uma família de agricultores. A narrativa é construída ressaltando o cotidiano desta família, deixando transparecer de que são pobres, mas trabalhadores “limpos”. Vejamos:

Na comunidade do Estirão do Papagaio, havia chegado uma família que tinha quatro filhos, sendo dois meninos e duas meninas. Seus filhos eram bem engraçados, ao fazerem sua casa, apesar de serem pobres, mas o senhor José era muito trabalhador, tirou todas as madeiras necessárias inclusive palha, paxiúba, para colocar no lugar de tábuas, enquanto isso, sua esposa com os filhos, limpavam o terreno e quando todo o material estava pronto, começaram a construir a sua casa. Esta casa foi bem construída, seu José fez para seus filhos dois quartos, um para os meninos e o outro para as meninas, e o dele também, para dormir com sua esposa. A sala para receber seus colegas da comunidade e a cozinha, sua casa era bem pobrezinha, mas toda dividida, limpa e bem-feita. Dona Joana é uma ótima esposa. A dona de casa todos os dias de manhã e à tarde varria, suas filhas limpavam o terreiro, plantavam certas plantas para ornamentarem, tinha dia que havia muitas flores, tudo se tornava alegre, seus filhos por sua vez cuidavam de lavar as vasilhas pesadas como: pote, alguidar, camburão, carregavam água, enfim ajudava sua mãe. Alegria reinava naquela casa. Esta família até o momento conserva a sua casa em ordem, limpando sempre os bancos, cadeiras e mesas, e quando possível baldeiam, contando que quando chegamos em sua casa tudo estava em ordem. EXERCÍCIO: 1) Estudo das palavras: engraçado, trabalhador, construir, cuidavam, limpando. 2) O que você acha dessa família? 3) Quando você construiu sua casa, você se preocupou com a divisão? 4) Quando for consertar sua casa, o que você deve fazer?

De tal modo, o conteúdo variava e se procurava dar sequência para que, na aula seguinte, fosse possível retomar o assunto anterior, dando prosseguimento e ampliando, assim, a discussão. A partir do script do curso radiofônico de Educação para o Lar, verificamos que ele teve no total 37 aulas. Cada aula era finalizada com um exercício de interpretação de texto sobre as temáticas abordadas que era avaliado pelos monitores em sala. No quadro 5, é apresentado a sequência das aulas e as temáticas abordadas em cada dia:

Quadro 5 – Script Curso Radiofônico Educação para o Lar MEB- Tefê

Aula	Temáticas discutidas	Exercício de fixação
4ª	Cuidado com o umbigo do bebê	Por que devemos ter cuidado com o umbigo da criança? Qual o mal que causa? Cite um cuidado que devemos ter com o bebê. Estudo das palavras: contaminação e desinfetado.

¹⁸³ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1972, p. 9.

5 ^a	Como deve ser feito o curativo.	Quais os remédios que você deve colocar ao fazer um curativo? Quais os cuidados que devemos ter com o umbigo do bebê? Estudo das palavras: orifício e contaminação.
6 ^a	Recapitulação das aulas anteriores.	
7 ^a	Reconhecimento dos bebês: normais/prematuros.	Quando que a mãe deve preparar o enxoval do bebê? Quando se deve começar a dar banho no recém-nascido? Como é o bebê normal? Como é o bebê?
8 ^a	Como cuidar do bebê	Você já teve a oportunidade de ver um bebê? Como a mãe cuida do filho? Ela tem cuidado com ele? Se fosse sua mãe, como você ia ensinar como se deve tratar um bebê? Discuta com os colegas e dê sua opinião.
9 ^a	Primeiros sinais de doenças em crianças.	Dividir a classe em pequenos grupos de 4 alunos e comentar um caso de que acontece em sua localidade de criança ter adoecido e quais os cuidados que tiveram com ela.
10 ^a	Casal feliz	
11 ^a	Alimentação do bebê	Como deve ser a alimentação do seu filho? Já aconteceu de você não ter cuidado com a alimentação do bebê?
12 ^a	Recapitulação das aulas anteriores.	
13 ^a	Higiene na casa e construção para o lar.	Quando você construiu sua casa se preocupou com a divisão? Quando for consertar sua casa, o que deverá fazer? Estudo das palavras: trabalhar, construir, cuidar e limpar.
14 ^a	Conservação do lar: higiene da casa.	Como você cuida da sua casa? Se a casa da sua colega for suja, se tiver um terreno feio, poça de água, o que você deve dizer para a sua colega? Estudo das palavras: empoçar, jirau, baldear, arrumar.
15 ^a	Limpeza da casa	Como você cuida da sua casa depois das refeições? Comente um caso que já aconteceu em outra comunidade de uma casa que termina o almoço e fica tudo na mesa. Estudo das palavras: transmitir, combater e depositar.
16 ^a	Asseio na cozinha.	Comente com seus colegas como você limpa a cozinha de sua casa. Estudo das palavras: lavar, transmitir, contágio e aparência.
17 ^a	Recapitulação das aulas anteriores.	
18 ^a	Cuidados com as roupas.	Como você deve ter cuidado com a sua roupa? Estudo das palavras: aparência, conservação e contaminar.

19 ^a	Vestuário infantil	Como deve ser o vestuário infantil? Quais os cuidados que a mãe deve ter com a roupa das crianças? Estudo das palavras: folgado, apertado e recomendável.
20 ^a	Asseio do corpo	Como você cuida do seu corpo? Quais as espécies de banho que há? Quais os cuidados que devemos ter com as mãos?
21 ^a	Ouvidos e dentes.	Se depois dessa aula que acabou de ouvir você tiver que tomar banho, como fará a limpeza do seu corpo? Se você tiver que dar banho no doente de leito, quais os cuidados que você deve?
22 ^a	Higiene: olhos, unhas e menstruação.	Quantas vezes devemos escovar os dentes? Como devemos cuidar do nosso corpo? Na sua comunidade depois desta aula, o que você irá fazer?
23 ^a	Formação de bons hábitos.	Quais são os bons hábitos que você já ensinou aos seus filhos? Se depois desta aula, seu vizinho pedisse alguma explicação, como você daria?
24 ^a	Educação dos filhos.	Se seu filho brigar com o filho da vizinha, qual a sua atitude?
25 ^a	Recapitulação.	
26 ^a	Amor para com os filhos.	Depois desta aula que você acabou de ouvir, se alguém lhe perguntar como devemos tratar nossos filhos qual é a sua resposta?
27 ^a	A mãe deve conversar com os filhos.	Você que é mãe procura dar bons ensinamentos aos seus filhos? Você conversa com seus filhos? Ensina a ser bem-educado? O que você pode fazer se na sua comunidade as mães não ensinarem os seus filhos?
28 ^a	Ensinar a criança a ter responsabilidade.	Vocês procuram dar boa educação aos seus filhos? Se seus filhos não obedecem, sabem corrigi-los? Como?
29 ^a	Alimentação da família.	Como você pode melhorar a sua alimentação? Depois desta aula, como você explica para seus vizinhos a forma como deve ser a alimentação da família?
30 ^a	Alimentos limpos e frescos.	O que você faz com as frutas? Na sua comunidade tem várias frutas? Como você se alimenta? Quais são os cuidados que devemos ter com a nossa alimentação?
31 ^a	Aproveitamento dos alimentos.	Como você pode aproveitar as sobras de comida de um dia para o outro? Por que é importante saber aproveitar as sobras de comida?
32 ^a	Revisão	

33 ^a	Saúde no lar: a roupa.	Quais os cuidados que devemos ter com a nossa roupa? Do que depende a nossa saúde?
34 ^a	Saúde no lar: evitar doenças.	Quais são as doenças que podem ocorrer por falta de higiene? Como você vai procurar melhorar?
35 ^a	Resumo das aulas sobre a importância da educação.	O que é educação? Para se educar, basta saber muita coisa? Por que dizemos que os pais são os grandes responsáveis pela educação dos filhos? Você se preocupa com a educação dos seus filhos? Você acha que a educação é importante para a vida do homem? Por quê?
36 ^a	Resumo sobre a importância da alimentação.	Para que serve o leite materno? Quais os cuidados que você deve ter com a sua alimentação? Quais os alimentos que têm em sua comunidade?
37 ^a	Resumo sobre a importância da higiene.	Como você vem fazendo a limpeza de sua comunidade? Quais as coisas erradas que você vem fazendo na sua comunidade? Como podemos melhorar a higiene da nossa casa, dos alimentos e da nossa comunidade? Por que povo limpo é povo desenvolvido?

Fonte: Script Curso Radiofônico Educação para o Lar, MEB Tefé, s/d retirado da Tese de Leni Rodrigues Coelho (2022).

Visando complementar o curso Educação para o Lar, foi incluído o curso “Educação Alimentar” como mais uma opção para as mães de famílias. Este era desenvolvido de forma presencial e o objetivo era ensinar as mulheres a adotarem no seio familiar uma alimentação mais nutritiva e saudável. Durante o curso, aborda-se a importância dos alimentos, a melhor forma de preparo, o valor nutricional e os cuidados na higienização das frutas, legumes e verduras. Com esta ação, o MEB pretendia despertar nas mulheres a importância de comer bem e com qualidade. Este curso segundo relatórios do MEB, foi desenvolvido numa comunidade chamada Arauiri e:

[...] teve boa aceitação. Todos os participantes mostraram interesse pelo assunto e teve um número de 22 participantes [...]. No primeiro e no segundo dia tivemos um horário para falar um pouco sobre educação alimentar. O pessoal desta localidade ficou muito interessado em possuir sua horta, depois falamos na importância das verduras, e o pessoal ficou consciente de que devem comer verduras. O curso de educação alimentar foi dado por uma assistente social do **Projeto Rondon**, a metodologia que usamos foi: palestras, com perguntas dos participantes, houve uma boa participação. Em educação alimentar mostramos a importância de todos os alimentos, e como devem ser aproveitados.¹⁸⁴

De acordo com Leni Rodrigues Coelho, este curso foi pensado em resposta aos altos índices de mortalidade infantil presenciados na região Norte. O alto índice estava relacionado a fatores econômicos, à falta de saneamento básico e ao analfabetismo em que vivia a

¹⁸⁴ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Curso Educação Alimentar. 23 e 24/09/1972, p. 5. Prelazia de Tefé – AM.

população. Na região Norte, por exemplo, grande parte da população pobre, continuava enfrentando a fome, a subalimentação e consequentemente doenças. Em 1941, a cada 1000 crianças nascidas vivas, cerca de 203,33 acabavam morrendo ainda na primeira infância, mas esta realidade apresentou uma queda considerável em 1970, uma vez que a cada mil crianças nascidas vivas, 108,68 iam ao óbito. Este cenário preocupante levou o MEB Tefé a debater tais questões, salientar a importância da alimentação saudável, da ingestão de água potável e chamar a atenção das mulheres para os cuidados que deveriam ter na gestão e no pós-parto, pois a preservação da vida se iniciava antes do nascimento.

De acordo com a autora, embora a orientação fosse sobre o consumo de uma alimentação saudável com a ingestão de frutas, verduras, legumes, leite e cereais, não era algo fácil na região, tendo em vista que as localidades muitas vezes não tinham nem os alimentos básicos da região, como o peixe e a farinha. Os alimentos consumidos pelas crianças e adultos eram pobres em nutrientes e, por isso, a equipe do MEB apresentava alternativas para complementar a alimentação das famílias ribeirinhas. Desse modo, o curso Educação Alimentar era direcionado “[...] às famílias do interior, principalmente às mães. E abrangia tudo o que se refere à alimentação; importância dos alimentos, como aproveitar os alimentos, valor das vitaminas, como variar a alimentação. Sendo assim, orienta a dona de casa para a perfeita observação do lar”¹⁸⁵.

Na sequência observar-se no quadro as temáticas discutidas nas aulas radiofônicas do curso de Educação alimentar, desenvolvido para as mulheres residentes das comunidades ribeirinhas:

Quadro 6 – Aulas radiofônicas do MEB Tefé: Educação Alimentar

Aulas	Temáticas discutidas	Sugestão de atividade
1^a	O valor das vitaminas	O que acontece quando falta vitamina A e vitamina D no organismo de uma pessoa? Em quais alimentos encontramos estas vitaminas? Em sua localidade existem alimentos que contêm estas vitaminas? Eles fazem parte da alimentação da sua família?
2^a	Continuação sobre o valor das vitaminas.	Quais os remédios que você deve colocar ao fazer um curativo? Quais os cuidados que devemos ter com o umbigo do bebê? Estudo das palavras: orifício e contaminação.

¹⁸⁵ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Script Curso Radiofônico Educação Alimentar*. 18/01/1975, p. 6. Prelazia de Tefé-AM.

3 ^a	A alimentação das crianças.	Quais os tipos de alimentos que você tem em sua comunidade? Como deve ser a alimentação das crianças?
4 ^a	Aproveitamento dos alimentos.	Como você faz para adquirir seus alimentos? Você organiza horta individual ou comunitária?
5 ^a	Continuação sobre aproveitamento dos alimentos.	Você já teve a oportunidade de ver um bebê? Como a mãe cuida do filho? Ela tem cuidado com ele? Se fosse sua mãe, como você ia ensinar como se deve tratar um bebê? Discuta com os colegas e dê sua opinião.
6 ^a	Variação dos alimentos.	Atividade em grupo: Você pode fazer uma horta com o seu grupo? Então planeje como será e quando começarão a fazer. Façam uma reunião com o povo da comunidade e expliquem o que aprenderam nesta aula. Quando vai ser a reunião? Mande-nos dizer a data. Você já pensou como vai ser? Não esqueça de fazer o planejamento da reunião.
7 ^a	Revisão sobre a variação dos alimentos.	
8 ^a	Conservação dos alimentos.	Trabalho em grupo: Para você ter todos os alimentos que contém vitaminas, sais minerais e proteínas, o que você deve fazer? Como você deve conservar os alimentos para que possam durar vários dias? Você pode ensinar isso que está aprendendo aos amigos da sua localidade? Quando você vai fazer isso?
9 ^a	Revisão sobre conservação dos alimentos.	
10 ^a	Contaminação dos alimentos.	Atividade em grupo: Como os micróbios podem penetrar em nosso organismo através dos alimentos? Qual é a preocupação que você deve ter com a alimentação de sua família?
11 ^a	Conservação do lar: higiene da casa.	Revisão sobre contaminação dos alimentos
12 ^a	Higiene na preparação dos alimentos.	De que maneira devemos cuidar das verduras antes de comê-las? Quais são as doenças que podem afetar uma pessoa por falta de higiene no preparo da alimentação? Qual a primeira preocupação que se deve ter antes de preparar qualquer alimento na cozinha?
13 ^a	Revisão sobre higiene na preparação dos alimentos.	
14 ^a	Bons hábitos alimentares.	O que é mais importante: comer um prato de peixe com farinha ou comer um prato com carne, verdura, ovos, feijão e arroz? Por quê? O que pode acontecer quando uma pessoa se alimenta mal? Você conseguiria ter uma horta o mais depressa possível em sua casa? O que está faltando para isso? Quando poderá começar? Você acha difícil fazer uma horta? Quais as vantagens de uma horta em sua comunidade?

15 ^a	Revisão geral dos assuntos.	
-----------------	-----------------------------	--

Fonte: Script Curso Radiofônico Educação Alimentar, MEB Tefé, s/d retirado da tese de Leni Rodrigues Coelho (2022).

O quadro foi elaborado a partir do script do curso radiofônico: Educação Alimentar. Nele verificamos que o curso foi organizado em 15 aulas e, ao longo das discussões, abordou-se o valor das vitaminas, aproveitamento dos alimentos existentes, variação, conservação, higiene e proteção dos alimentos. Além disso, apresentava-se alternativas para a adesão de uma alimentação variada por parte da população do interior, utilizando outras opções regionais como a carne de caça e os ovos de galinha, de tartaruga e de tracajá.

A 9ª aula radiofônica retomou a discussão sobre a conservação dos alimentos e reforçou os cuidados necessários para uma alimentação saudável. Conforme o script do Curso MEB Tefé, s/d, p. 12:

Na aula passada, falamos como devemos conservar os alimentos, hoje ainda vamos falar mais um pouco neste assunto. É importante sabermos conservar os alimentos, porque assim evitaremos a falta de alimentos em nossa casa. Sempre em nossa casa devemos ter plantações de frutas [...]. As frutas podem ser ingeridas a qualquer hora do dia simples ou combinadas com outros alimentos [...]. Você que mora no interior onde é difícil encontrar a carne fresca e outros alimentos fortes, como o leite, deve completar a sua alimentação com os alimentos que tem aí em sua localidade como: frutas, ovos, carne de caça etc. Nós que moramos no interior, conservamos alguns tabus alimentares, que herdamos de nossos antepassados. Agora vamos ver como não devemos conservar tabus alimentares: 1- uma das coisas que devemos saber é que as frutas não fazem mal aos velhos. 2- Outra coisa é que à noite nós podemos comer frutas como também em qualquer hora do dia, pois as frutas não fazem mal algum. 3- As pessoas doentes de febre podem também comer frutas, pois as pessoas comendo frutas elas compensam a perda de vitaminas. 4- As frutas quentes do sol não fazem mal [...]. Se você possui um terreno, aproveite-o inteligentemente, plantando Laranjeiras, limeiras, e outras tantas árvores, cujos frutos irão contribuir para a melhoria da alimentação diária. Outro alimento que devemos conservar para termos sempre em nossa alimentação é o ovo [...] é um ótimo alimento, principalmente com leite. Tanto faz o ovo de tartaruga como ovo de tracajá e outros, todos são nutritivos. O ovo é um dos alimentos mais fortes, [...]. Você que tem um quintal, deve começar a criar galinhas, pois elas poderão ajudar na alimentação de sua família.

No término das aulas radiofônicas, havia questionamentos, sendo este momento acompanhado pelo monitor. Após a discussão da 9ª aula, as alunas foram divididas em grupos para refletirem sobre as estratégias para conseguir alimentos variados, bem como sobre os procedimentos para a conservação destes alimentos, já que não havia geladeira para o acondicionamento. Este curso, por vezes era ministrado presencialmente e, o desenvolvimento das atividades ficava na responsabilidade dos técnicos das instituições parceiras do MEB.

Através das reminiscências de Maria Rodrigues percebemos que ela participou ativamente destes cursos como liderança e moradora do Bacuri. E, incorporou os ensinamentos

numa linha de desenvolvimentismo, progresso e modernidade. Segundo ela, os moradores do Lago eram convidados a participar dos treinamentos cujo intuito era educá-los à maneira correta de viver”. Maria Rodrigues ressalta que neles eram ensinados comportamentos considerados “adequados”, a importância de consumir alimentos nutritivos da região bem como incorporar alimentos industrializados da cidade, como por exemplo, a bolacha que segundo ela “*nem alimentava, mas era importante comprar e ter na mesa*”. Segundo ela, as práticas de comer peixe e carne de caça no café da manhã passaram a ser combatidas e consideradas antigas porque remetiam a ideia de atraso.

Importante notar que apesar das “boas” intenções do MEB, os novos hábitos como “comer bolacha no café”, ignoravam os modos de vida e o cotidiano destes sujeitos sociais, que trabalhavam o dia nos roçados ou produzindo farinha, e voltavam a se alimentar no final da tarde. O consumo do peixe ou da carne de caça na primeira refeição era um “habitus” dos moradores do lago, comer peixe frito na primeira refeição do dia, era garantia de energia suficiente para exercerem suas atividades.

No término dos cursos, os líderes eram orientados a disseminar os aprendizados adquiridos na sua localidade, encorajar e ajudar os demais comunitários a colocarem em prática. Tarefa que segundo Maria José Rodrigues ocorria com muita resistência:

Maria José: Eu sozinha, lutava como uma doida lá (comunidade), pra querer, e o pessoal não entendia, o dia que eu fiz uma reunião, que eu vi que a higiene estava horrível, que não tinha higiene de jeito nenhum, pra nada, aí eu disse: vou fazer uma campanha de filtro pra cá, mas eu só faltei apanhar, eu chorei que inchou o olho, porque eles estavam acostumados a tomar água de qualquer jeito. Fizemos uma campanha de fossa para cavar, fazer buracos. No dia ia fazendo, cavando os buracos, depois já iam secar a paxiúba, cobrir de palha, e uma pessoa disse: ai meu Deus eu não consigo fazer isso, de jeito nenhum, eu não consigo fazer. Aí dizia que tinha mau cheiro, inventava um monte de coisa, muitos diziam que eu queria me aparecer. Porque antigamente o pessoal, não tinham onde fazer cocô, podia ser até no caminho do porto, chegavam aonde tinha um pau alto, lá era o local, que eles não tinham nem noção que ia pegar muita doença. Até hoje tem família que não tem o costume de tomar café, aí vai o peixe de manhã, o peixe assado, peixe frito. também comecei dar aula, eles tomavam café e comiam peixe de manhã, aí chegavam pitiú, então eu levava sabonete, tesoura, parava a unha, dava banho lá, na hora do recreio aí eu ia dar banho neles, esfregava. Tudo sujo.

Johmara: Eles tinham quantos anos nessa época? eram crianças?

Maria José: ... já era de 14 anos, já eram adolescentes¹⁸⁶. Eu lhe falo que era uma briga feia, mas o que eu fazia na época. Eu dava o exemplo de como ia melhorar o ambiente, então nós estamos em comunidade para melhorar, eu dizia: aí olha nossas casas, você pega a paxiúba e fecha todinha.

Maria José, disseminava os aprendizados na comunidade onde vivia e atuava como monitora. Ela se coloca como alguém que promoveu mudanças concretas na sua comunidade.

¹⁸⁶ Maria José Rodrigues, entrevista realizada em 09 de julho de 2014.

Depois que se tornou uma liderança, motivava seus vizinhos a buscarem melhorias e a “evolúem” com a aquisição de novos hábitos e comportamentos. Afirmou cheia de entusiasmo que uma das estratégias usadas para motivar e convencer os vizinhos era o seu próprio “exemplo”, sua residência estava pronta e servia de modelo aos demais moradores “*a minha já estava lá fechada, paxiúba raspada, mas tava lá ajeitadinha com porta e tudo*”. Maria José Rodrigues, estabeleceu em sua narrativa um parâmetro das novas casas que passaram a ser construídas no Lago neste período, com as já existentes. A nova casa (evoluída e moderna) deveria ser de madeira, dividida com cômodos (sala, quartos e cozinha e fossas sépticas no fundo do quintal), enquanto a casa de paxiúba, assoalhada de barro, passou a ser considerada feia e remeter a ideia de atraso. Consegue-se extrair das entrelinhas da entrevista a valorização do urbano em detrimento do rural.

Sobre este aspecto, Maria José dos Santos¹⁸⁷ afirma que essa valorização não é nova, iniciou ainda no século XIX, em algumas cidades da Europa, onde a emergente burguesia passou a ver na cidade a representação do limpo, do asfalto, do saber, da comunicação, da luz, da industrialização e do conhecimento, principiando um forte preconceito contra o mundo rural. Estes valores tornaram-se tão dominantes que a simples referência ao campo e ao mundo rural parecia trazer a imagem do passado, do atraso, do bárbaro, da ignorância, e da limitação. Esta visão acabou associada aos seus moradores e, a estes, a miséria, o “caipirismo” e a ignorância, construindo uma imagem deturpada do campo sobre os olhares do mundo.

Percebe-se que o sentido de “evolução” presente no discurso de Maria foi sendo incutido com a disseminação dos cursos religiosos e políticos do MEB, que tentavam conformar um novo tipo de morador local. O relatório de educação para o lar¹⁸⁸, reforça a fala de Maria. Nota-se que a higiene tinha lugar próprio (no programa dos cursos). Os princípios da higiene eram tema constante nas capacitações. Havia uma preocupação de que as comunidades não se transformassem num foco de doenças contagiosas. Deste modo, os educadores estavam preocupados em ensinar o cuidado da casa e dos filhos.

Quadro 7 – Relatório de Treinamento de Educação para o lar -MEB 1979

UNIDADES DO CURSO	OBJETIVOS
Higiene no lar	Limpeza da casa, limpeza dos vestuários, não jogar lixo perto da casa, manter os utensílios de cozinha em ordem.

¹⁸⁷ SANTOS, Maria José dos. *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

¹⁸⁸ Relatório de Educação para o lar. (1979). Movimento de Educação de Base disponível no acervo da Prelazia de Tefé.

Importância da alimentação	Comer alimentos diversos (frutas, ovos, legumes, leite, carne. Os alimentos devem ser bem cuidados, comer nas horas certas, saber aproveitar os alimentos que a própria região oferece, saber como aproveitar esses alimentos que ficam do dia anterior.
Saúde do lar	Como cuidar de uma pessoa afogada. Como lidar com uma pessoa que fraturou o braço ou perna. Como e com que deve fazer curativos. Como estancar uma hemorragia.
Puericultura	Como cuidar de um recém-nascido, dar banho, vestir adequadamente quanto a temperatura do dia, os cuidados com as mamadas, na hora certa.
Importância da Educação.	Como lidar com as crianças. Os pais devem entender os adolescentes. Saber que a educação vem de casa. Devemos ser educados desde pequenos.

Fonte: MEB-TEFE -Relatório de Treinamento de Educação para o lar (1979).

A preocupação com o cuidado doméstico, higiene e “maneira correta de cuidar da casa”, indicava um esforço de “mudança na formação da consciência”¹⁸⁹, uma transformação no comportamento das pessoas e a instituição de uma nova moralidade. A partir da narrativa de Maria José, percebe-se como ela passou a ver sua comunidade, como assimilou essa “mudança na formação da consciência” disseminada nos cursos e passou a considerar atrasados os hábitos de seus vizinhos, hábitos que até pouco tempo praticava. Na função de liderança, tomou para si a responsabilidade de mudar os “velhos hábitos” pois entendia que para haver mudança de vida e progresso no Lago, as casas, e os costumes dos moradores que “impediam” o desenvolvimento da região, logo deviam ser melhorados e substituídos.

Deste modo, foi disseminado massivamente nas comunidades, o consumo de novos alimentos; noções de bem-estar social, importância do consumo de água filtrada; necessidade da construção fossas negras, construção de novas casas com uso de madeiras e cobertas de alumínio (e não mais de palha ou barro e assoalho de paxiúba), com respectivos cômodos (cozinha, quartos e sala), as novas residências deveriam ser construídas em linha reta, obedecendo o imaginário de uma rua.

A descrição de Maria do padrão arquitetônico das novas casas está dentro do discurso desenvolvimentista da década de 1980 pensado pelos governos militares. Inclusive o melhoramento das casas, o consumo de alimentos da cidade é apontado como sinal de progresso. Batista *apud* Silva¹⁹⁰, afirma que “toda política desenvolvimentista requer tempo, paciência e a formação de uma mentalidade especial, para que leve a bons resultados, e assim compreendemos a imbricada relação passado e presente.

¹⁸⁹ SILVA, 2015.

¹⁹⁰ Ibid.

De acordo com a historiadora Maria José dos Santos¹⁹¹ havia um encantamento no discurso desenvolvimentista, evolucionista e civilizador do Estado muito em voga neste momento. Estes discursos traziam intrinsecamente um processo excludente e modernizador da região Amazônica, sob a justificativa da necessidade de inserção da região no processo de “globalização” e desenvolvimento Industrial” pelo qual o Brasil passava. Todavia, a narrativa de Maria José Rodrigues, nos diz sobre processos individuais e como os processos coletivos foram vistos e vividos pelos indivíduos. Nos mostra que apesar deste discurso desenvolvimentista, evolucionista e civilizador do Estado chegar fortemente este, não foi aceito com unanimidade pelos moradores e, suas ações ocasionaram revolta e resistência nos moradores do Bacuri.

Eu lutava como uma doida, pra querer e o pessoal não entendia”, “até hoje tem família que não tem o hábito de tomar café, aí vai o peixe de manhã”. Agora você quer mudar nossa vida? Teve uma pessoa que disse pra mim, quando comecei a convidar de casa em casa para participarem, estudarem, e participarem da comunidade. Uma família disse: eu vou estudar com você? Eu vou participar da comunidade com você? Porque eu sei que o que você aprendeu foi jogar pinico dos outros na casa de família, nunca esqueço. Mas é assim, 42 anos de luta, mas você vê que não é fácil lutar com pessoas. Muitos [moradores] eram de dá patada. Ali no Bacuri foi uma comunidade que encontrei estresse naquele pessoal. Até hoje tem uma família, que eles não sabem conversar, eles só falam assim, pra deixar você pra baixo, muitas palavras pesadas que assim, aí sabe, já veio das raízes né, o pai era assim, a mãe não, mas o pai não dizia uma palavra que não fosse pra não ofender, então esses já sabem que escutaram muitas coisas também, como eu ouvi (Maria José Rodrigues, 71 anos, comunidade Bacuri)¹⁹².

Maria José foi narrando que as transformações vivenciadas na década de 80 foram experienciadas de maneiras diferentes pelos habitantes, nos permitindo afirmar que estes sujeitos assumiram uma postura ativa. Não havia unanimidade nas opiniões sobre a atuação do MEB. A aceitação destas ações não agradou todos os moradores. Não havia um pensamento homogêneo a respeito “da preocupação da igreja para a transformação do homem sofrido em participativo e produtor da sua condição social”. Essa ideia nem sempre foi absorvida por todos que se encaixavam nessa categoria de sofrimento¹⁹³. As queixas “*eu não consigo fazer*”, a agressividade, os palavrões marcam a recusa na prática das orientações e a resistência aberta dos moradores. Um dos motivos para essas atitudes pode estar no fato das ações terem sido desenvolvidas de cima para baixo e não considerava que os modos de vida e as especificidades da localidade eram regidos por uma lógica diferente da cidade.

Apesar de o Movimento reforçar na documentação que sua ação junto à população do interior “não era diretiva”, e que valorizava o etnoconhecimento dos moradores, na prática

¹⁹¹ SANTOS, 2010, p. 69.

¹⁹² Entrevista realizada em 09 de julho de 2014 na cidade de Manaus.

¹⁹³ SILVA, 2015, p. 86.

traziam um roteiro definido com a intenção de mudar suas práticas cotidianas como: deixar de beber água direto do rio, parar de comer peixe no café da manhã; adaptações que, em parte, não faziam sentido para os moradores. A própria orientação da construção de fossas negras no quintal das residências não levava em conta a realidade deles, que trabalhavam todo dia nas roças, ou casas de farinha, distantes de suas moradias. Alguns caminhavam horas, pois seus roçados eram distantes, outros voltavam após dias. Embora as normatizações impostas visassem incutir novos modelos sanitários na escolha de um perímetro, uma inovação imposta pela vida moderna, não se adequa à realidade dos moradores que, percebendo isso, não faziam uso destas fossas.

Nas visitas às comunidades¹⁹⁴, percebi que muitos moradores mantêm o costume de beber água nos igarapés sem o uso do hipoclorito, realizam as necessidades no interior das matas, mesmo tendo as fossas negras construídas no fundo de suas casas. As falas “grosseiras” são evidências da recusa de praticarem as orientações. E, apontam para a defesa de valores pautados nos costumes, que segundo Edward Palmer Thompson¹⁹⁵, são práticas antigas, constantemente re-elaboradas na realidade e, uma vez que não são respeitadas ou violadas, tendem a gerar movimentos de rebelião. Thompson quando buscou compreender nos costumes, que compunham as tradições da plebe Inglesa no século XVIII, a inspiração para a resistência destes mediante as inovações e transformações vivenciadas, como a elevação do preço do pão, nos denominados “motins da fome” durante o século XVIII na Inglaterra.¹⁹⁶ Conseguiu inverter o foco da análise, centrando o olhar sobre a resistência do excluído na expansão do capital, mas também no reflexo desta resistência para a expansão do capital, afirmando dessa forma que esta não se faz em espaços vazios, sem envolver-se em conflitos com as populações tradicionais que desenvolveram resistência às mudanças impostas. Deste modo, permitiu inferir que as “grosserias” destinadas a dona Maria José são evidências das resistências dos moradores, em defesa de seus modos de vida.

As práticas das ações realizadas pelos moradores no chão de suas comunidades, eram supervisionadas pela equipe de supervisão do MEB/ Tefé. Os supervisores passavam quinze dias viajando pelo Lago visitando as localidades, tomando nota do andamento das atividades e das dificuldades, e prestando assessoria à população. Havia duas formas de supervisão: a direta, feita após os treinamentos e a supervisão indireta realizada através de correspondências e visitas aos moradores.

¹⁹⁴ 2015 e 2022.

¹⁹⁵ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16.

¹⁹⁶ Id., 1998.

Todo este trabalho do qual se abordou até o momento desenvolvido pelo MEB ao qual se denominou de Animação Popular contou com a participação do Estado. Para sustentar este argumento, partimos da afirmação de que a igreja apresentava diversas faces neste momento. Se de um lado era uma instituição que se colocou contra as injustiças sociais e a favor da população pobre, “sofrida” engajada na “luta”, do outro atuou enquanto um “braço” do Estado; conectada às diversas instituições estatais que vão se fazer presente no interior durante o período da Ditadura Militar.

Analisando a documentação do MEB, percebeu-se que apesar da Igreja está ativa na área rural, foi uma instituição que reforçou o discurso disseminado pelo Estado, da existência do “vazio demográfico” na Amazônia, retirando muitas vezes o protagonismo dos sujeitos que viviam na região. Todavia, o Lago estava longe de ser um território vazio. Nele, populações tradicionais, índios, extrativistas e tantos outros sujeitos sociais viviam nas florestas e confrontaram-se com vários outros personagens que foram inseridos na região, tais como os migrantes (maranhenses, cearenses).

Inicialmente o apagamento das comunidades rurais e dos diversos moradores/trabalhadores era evidenciado. Nos documentos quando apareciam eram retratados com termos generalizantes e pelo que não tinham: “população pobre, doente, passiva vivendo nas margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia, à espera das benesses do Estado”. Este discurso estava alinhado à política dos governos militares nas décadas de 1970 e 1980.

Neste período o Lago, territorialidade de comunidades rurais, foi palco da entrada dos grandes projetos promovidos pelos governos militares que visavam promover o desenvolvimento da região e sua integração ao sul do país. Os governos militares partiam da premissa de que a região norte era desabitada. O lema passou a ser “homens sem-terra para terra sem homens”, conferida ao presidente Médici que possuía como um dos objetivos de seu governo ocupar os supostos “vazios demográficos” na Região Amazônica. O Norte do Brasil seria o lugar do futuro, com auxílio dos governos militares e seus projetos destinados aos “desenvolvimentos da região”¹⁹⁷. Na verdade, estes projetos foram realizados sem a participação da sociedade civil e apresentaram conflitos e uma dinâmica singular no Médio Solimões.

Para viabilizar o desenvolvimento dos projetos desenvolvimentistas, o Estado e Igreja mantinha uma relação amistosa e de parceria mútua em suas ações. O Estado contava com o apoio da igreja que tinha uma presença ativa no Lago, enquanto a igreja contava com apoio

¹⁹⁷ SILVA, 2016.

financeiro em seus projetos, bem como contou com a parceria de diversas instituições do Estado nas comunidades. Segundo Queiroz¹⁹⁸, D. Joaquim de Lange na sua gestão, enquanto presidente local do MEB- Tefé contou com apoio de funcionário da “SUDENE, SUDAM, PIPMO, FUNRURAL, MOBREAL, ACAR, hoje IDAM”¹⁹⁹. Também fez parceria com o Projeto Rondon, acompanhando e auxiliando a instalação do Campus Avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), iniciado no ano de 1969 em Tefé.

A respeito da parceria MEB e Projeto Rondon, eram um meio de captar recursos financeiros e arcar com as despesas, principalmente de recursos humanos. Já que neste momento o MEB a nível nacional vivia crises financeiras em razão do período ditatorial. Embora Joaquim de Lange tenha demonstrado ser simpático à ala progressista e tenha transitado ao longo de 1970 e 1980 por vários eventos políticos, sociais, religiosos, e dialogasse com os diferentes segmentos que protagonizaram inúmeros debates, evitava conflitos diretos com o Estado. No tabuleiro, onde o jogo de poder estava sempre em pauta, percebeu-se um bispo articulado e atento às intervenções do Estado e fabulando táticas, para que o MEB sobrevivesse ao período de Regime Militar.

D. Joaquim abrigou os participantes do Projeto Rondon no prédio da Sociedade de São Vicente de Paula, pertencente à Prelazia, e promoveu o diálogo entre o Campus e a coordenação da pastoral facilitando, assim, o trabalho com as populações ribeirinhas. Para Camargo, à época diretor do Campus Avançado da UFJF, a parceria com Joaquim de Lange:

[...] facilitou muito no trabalho de atendimento das populações ribeirinhas e pudemos reforçar o trabalho desempenhado pela pastoral, quer nos cursos desenvolvidos para a população ribeirinha, quer no enfrentamento de seus problemas de saúde, ou nos cursos de formação cidadã. [...] Realizamos um trabalho muito gratificante com a pastoral da Prelazia de Tefé [...] aos ribeirinhos, através de palestras, cursos de capacitação de professores leigos, atendimento à saúde e inúmeros outros (2017, p. 177).²⁰⁰

O Projeto Rondon foi desenvolvido no município por dezenove anos. No período de 1969-1988 o projeto trabalhou com o apoio da Prelazia e o MEB, elaborando planos e cursos de formação nas áreas da saúde, educação, cidadania e assistência social, contribuindo para o desenvolvimento regional. Todos os projetos tinham como propósito a promoção humana nas comunidades ribeirinhas, por meio da prestação de serviços assistenciais, mas também na qualificação para funções técnicas. Estas ações foram caracterizadas da seguinte forma:

¹⁹⁸ QUEIROZ, 2018.

¹⁹⁹ O município foi escolhido para sediar o segundo “Campus Avançado na Amazônia”. Surgiu por um grupo de universitários e professores brasileiros na década de sessenta. Em 09 de agosto de 1969 chegou em Tefé a primeira equipe de estudantes a inaugurar as atividades do “Campus” Avançado da UFJF.

²⁰⁰ CAMARGO, 2017. p. 177.

[...] em geral são experiências que buscam promover a comunidade, mantendo instituições de serviço, temporariamente ou em caráter mais definitivo. Temos como exemplo o Projeto Rondon que presta serviços médicos, odontológicos. E diversas entidades que instalam postos de assistência, de saúde, escolas e cursos de capacitação técnica (datilografia, cabeleireiros, mecânicos.), muitos com a perspectiva de promover a comunidade pela elevação do nível produtivo de parte dos indivíduos que a compõem²⁰¹.

A presença do projeto RONDON, trazia o discurso de “melhorar” a qualidade de vida dos homens do campo, “orientá-los” sobre os cuidados com a saúde, educação, cidadania, assistência social e direito do consumidor. Com esta finalidade o projeto enviava equipes de professores, médicos, assistentes sociais as comunidades para ministrar cursos nas áreas citadas. Destaca-se que por trás do discurso de melhoria das condições de vida da população interiorana, estava o projeto de modernização da agricultura.

O projeto Rondon contou com a participação de acadêmicos das áreas de saúde, educação, serviço social, enfermagem, odontologia, direito, educação física e técnicos administrativos, sob a coordenação dos professores pesquisadores da Universidade. A respeito desse assunto, encontramos, no Jornal do Brasil, uma matéria apresentando uma síntese do trabalho realizado pelos professores e estudantes da UFJF. Segundo a reportagem, o grupo era composto:

[...] de 22 professores, estudantes e um casal de Juiz de Fora. Serão divididos os setores da saúde, educação, técnico, socioeconômico e agropecuário, propondo-se a promover o levantamento do município de Tefé, assessorar os órgãos municipais, estaduais e a colaborar no treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico de Tefé. O setor técnico trabalhará na prefeitura e fará o levantamento da área cedida para instalação do campus avançado da UFJF, levantará todo município, fará a planta cadastral, projetos viários, plano diretor da cidade, projetos para saneamento e melhoria das comunicações. Os estudantes de engenharia instalaram uma olaria para baratear a produção de tijolos, testarão o tipo de concreto usado na região e darão assistência técnica às obras que foram realizadas. Integrada por professores e estudantes das faculdades de medicina, odontologia, farmácia e enfermagem, a equipe de saúde trabalhará no hospital São Miguel, em ambulatório, enfermarias, centro cirúrgico, gabinete de raio-X, laboratórios, gabinetes dentários, farmácia e banco de leite. Os acadêmicos de farmácia, além de prestarem assistência na farmácia do hospital, realizarão exames de laboratórios, treinarão moradores de Tefé²⁰².

No campo educacional, o MEB/Tefé contou com um acordo realizado com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que representava a ideologia do regime militar. O MEB recebia recursos financeiros que destinava ao pagamento da gratificação dos monitores em troca, alfabetizava segundo o projeto educacional defendido pelo estado. Ao analisarmos as falas dos entrevistados, percebeu-se que a falta de recursos, ou o atraso no

²⁰¹ VIEIRA; SOUSA; BREDARIOL, MEB, s/d, p. 2.

²⁰² COELHO, 2022, p. 79.

pagamento dos monitores apresentava-se como entrave para a realização das ações do MEB Tefé. Entrave este, que em partes foi sanado com os acordos firmados entre Igreja, Prefeitura e Estado. No caso da prefeitura, Eliezio Souza, que atuou como supervisor do MOBREAL em Tefé, afirmou que este movimento “tinha parceria das prefeituras, inclusive boa parte dos funcionários eram contratados pela prefeitura” ²⁰³.

Outro aspecto que reforça a parceria entre Igreja e Estado é a presença das instituições da ACAR (1966), EMATER (1977), SUDAM e Banco do Brasil em Tefé e principalmente nas comunidades do Lago. Por meio da imprensa²⁰⁴ percebeu-se na região que estas instituições foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma política de incentivos fiscais para atender os interesses do Estado e transformar os trabalhadores rurais produtivos para o capital. Por meio do trabalho, eles teriam amplo acesso aos bens de consumo e colaborariam para o enriquecimento da nação.

O incentivo de culturas temporárias e a consolidação de assistência técnica e rural foram implementadas por estas instituições. Por meio delas, projetos prontos em gabinetes, e uma série de cursos e orientações cujo objetivo era ensinar o trabalhador do campo a plantar “corretamente” culturas temporárias para diversificar, aumentar a produção agrícola e implantar a pecuária na região eram ensinados. Todavia, parte dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras do Lago, não era de produção, mas a falta de estradas e transportes para o escoamento de sua produção.

Na prática as ações desenvolvidas no interior do Lago, queriam que os trabalhadores atendessem o capital através da modernização da agricultura. O homem novo, através do preparo, com um corpo vigoroso e disciplinado, seria capaz de artificar o ambiente a sua volta para alavancar o progresso territorial e nacional²⁰⁵. Nesse sentido, foram incentivados a trocar o cultivo de mandioca pelas culturas de ciclo curtos, quando a agricultura foi inserida nas políticas públicas de modernização. As décadas de 1970 e 1980 representaram um marco da intervenção do Estado na agricultura de forma sistemática como veremos abaixo.

Raimundo Pereira de Menezes, morador a 56 anos da comunidade Ipapucu, afirmou o seguinte a respeito da política de incentivos fiscais. A prática do cultivo de culturas temporárias (laranja, abacaxi, banana, macaxeira, tangerina, açaí, cupuaçu, cacau e verduras) era

²⁰³ Eliézio Souza. Entrevista de pesquisa concedida em 16 de abril de 2009, na cidade de Tefé-AM à pesquisadora Leni Rodrigues Coelho.

²⁰⁴ Nos referimos às notícias publicadas especialmente pelo Jornal do Comércio na década de 1980.

²⁰⁵ LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

incentivada massivamente na comunidade que morava desde 1970 para ser comercializada na Feira Municipal de Tefé:

Surgiu a necessidade de a gente não comer só a farinha, e ajuda muito, a gente tá aperreado junta um tucumã, tira a macaxeira, junta o cupuaçu e vende. Muitos membros da igreja católica e os técnicos do Estado a serviço, ressaltavam a importância junto aos agricultores. Vinham para cá, diziam que a gente devia fazer essa diversificação de plantio, ia ajudar muito a gente, meu pai ficou atento e a gente começou a plantar açaí, hoje tem um açaizal aqui que não tem fim, meu irmão vende de 300 a 500 litros de açaí por semana, é uma coisa que pra nós foi gratificante, a partir do momento que a gente participou de muitos encontros e reuniões. A questão era mais a técnica, né. Naquela época tinha a laranja incestada, tinha tangerina, eles davam apoio de plantar a roça de melancia na técnica. Tudo na técnica. Eles vieram fazer um trabalho de experimentação de plantar uma roça sem queimar, derrubava, tirava os paus grosso e deixava as folhas sem queimar, a gente fez um trabalho desse. [Johmara: deu certo?], deu certo, mas dava muito trabalho, porque tinha que tirar o pau todinho, era um trabalho que a gente achou inviável. Aí não fizemos mais, era muito pau grosso, na época a gente não tinha motor serra, era na base do machado, então era muito trabalho. Agora, se a gente fosse fazer, daria certo, porque temos o motor para ajudar. Mas era muito complicado. A gente também fez um trabalho aqui de plantação incestada, só que não deu certo porque começamos a criar carneiro também, criávamos muito carneiro, e carneiro já viu, onde ele come, não brolha mais. A laranja incestada a gente pegava o filho da laranja, o limão cidra, e cortava os galhos dessa laranja comum e você cestava nela, e deixa brolhar. Nossa, ela dava baixinha, só que a gente tinha muito carneiro. A gente cercava, mas o bicho era horrível, comeu tudinho. Aí depois não renovava mais. (Raimundo Pinheiro de Menezes, 57, comunidade Ipapucu)²⁰⁶.

Raimundo Menezes explicou como a política de modernização chegou à sua comunidade, através do forte incentivo para realização da agricultura diversificada e da pecuária. Os moradores passaram a realizar o plantio da laranja, melancia, açaí em grande quantidade, fazer roçados colocando em prática as técnicas ensinadas pelos técnicos das instituições citadas acima. Informou que a mudança de atitude surgiu da necessidade de melhorar as condições de vida, de completar a alimentação e amenizar o trabalho na roça, o qual percebeu como um trabalho árduo e exaustivo. Seus relatos nos colocam diante das alterações processadas no seio das práticas agrícolas no Ipapucu. E de como a incorporação do discurso da modernização foi ocorrendo a partir da prática do plantio dessas culturas temporárias.

Percebe-se como essa lógica capitalista de produção foi penetrando na comunidade. E como se posicionaram nesse processo de (des)estruturação de suas formas tradicionais de cultivo, buscando alternativas para continuar assegurando a sua existência frente à expansão capitalista. Apesar de afirmar que a decisão nasceu da necessidade das famílias, sua incorporação se deu através do convencimento de representantes da igreja e dos técnicos do

²⁰⁶ Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade Ipapucu.

Estado. Em sua avaliação a agricultura diversificada foi positiva para as famílias, pois gerava uma renda “rápida” para os comunitários.

Observa-se que as ações pensadas pelo Estado pretendiam substituir os modos de cultivar desenvolvidos em Ipapucu, por novos métodos. A técnica e a ciência entraram como aliadas das transformações nas práticas tradicionais, inaugurando novas relações com o meio natural. Entretanto, ignoravam-se intencionalmente os saberes tradicionais, ignorava-se o fato de os agricultores serem os produtores de grande parte dos alimentos que os sustentavam. E de que a sua relação com o ambiente em que vivia já era tecida por saberes, técnicas e alternativas estratégicas próprias do modo de vida desses atores sociais que na medida de suas possibilidades produzem formas de se reinventarem, assegurando a reprodução de sua existência.

Conforme a narrativa é possível dizer que o problema não estava no conhecimento tradicional, mas na ausência de investimentos do Estado, legitimado pela ideia de que a agricultura familiar saiu de “moda” pois se pautava-se no conhecimento tradicional. No geral, a realidade que se pretendia transformar através do ensino das técnicas agrícolas resistia, os trabalhadores não se amoldavam facilmente as investidas governamentais pleiteado pelo governo militar, os grandes roçados de culturas temporárias e o incentivo para criação de carneiros não lograram êxito nas comunidades do Lago. As técnicas modernas que almejavam ensinar a forma correta de lidar com os roçados e melhorar o trabalho destes sujeitos mostrou-se ineficiente, necessitando de um esforço maior do que os agricultores já realizavam. A forma como as ações foram realizadas não condizia com os modos de vida dos sujeitos interioranos.

O plantio de culturas temporárias serviu para atender necessidades pontuais e dos moradores. Coexiste com o plantio de roçados da mandioca e são feitos de forma coletiva, por meio do ajuri. Ou seja, estes trabalhadores, ainda resistem no interior de suas comunidades a fazer parte do mundo capitalista. Por outro lado, o capitalismo opera cada vez mais na desestruturação das relações de trabalho, golpeando a identidade, as formas de solidariedade entre os membros, enfim, o modo de vida dessas populações. Sendo assim, as populações locais vão criando estratégias para manter seus tradicionais modos de vida baseado na plantação e no comércio do que precisam para viver, defendem seu modo de produzir coletivamente e suas territorialidades.

Diante do exposto, fica evidente que o Movimento de Educação de Base (MEB) não se limitava apenas à implementação de escolas radiofônicas para a educação básica nas regiões ribeirinhas da Amazônia. Além disso, o MEB desdobrou-se em ações de Animação Popular, visando à formação política e à promoção humana das comunidades locais. A Animação

Popular, concebida como um processo de empoderamento e organização comunitária, foi fundamental para estimular a participação social, o desenvolvimento de lideranças locais e a busca por soluções para os problemas enfrentados pelas populações ribeirinhas.

Por meio de parcerias com instituições governamentais e organizações da sociedade civil, o MEB promoveu uma variedade de cursos e capacitações, abordando desde questões agrícolas até temas relacionados à educação para o lar e saúde familiar. Essas iniciativas visavam não apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também estimular reflexões sobre a realidade local, fortalecer valores comunitários e promover a autonomia das populações ribeirinhas. A atuação do MEB, exemplificada pelo relato de Maria José Rodrigues, destacada líder comunitária, demonstra o impacto dessas ações na vida das pessoas e na transformação das comunidades. Ao longo de décadas, o Movimento contribuiu para a construção de uma consciência coletiva, capacitou líderes locais e incentivou a adoção de práticas sustentáveis e saudáveis.

Portanto, é inegável o legado deixado pelo MEB nas regiões ribeirinhas da Amazônia, não apenas no âmbito da educação formal, mas também na promoção do desenvolvimento humano, da cidadania e da organização comunitária. A Animação Popular, como ferramenta de empoderamento e transformação social, evidencia o compromisso do Movimento com uma visão de educação integral e emancipatória, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NO LAGO DE TEFÉ-AM: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS COMUNIDADES RURAIS.

3.1 “Não era comunidade, só era localidade, morava umas dez famílias”: Comunidade Bom Jesus do Bacuri (1971-2002)

Além de atuar na Educação de Jovens e Adultos, Animação Popular, MEB mediu a organização social de comunidades rurais e a formação política dos moradores, principalmente das lideranças comunitárias²⁰⁷. A organização de comunidades no Lago de Tefé consistiu basicamente na organização nuclear/social dos sujeitos do lago dispostos no território de atuação da Prelazia de Tefé. O intuito desta organização social era aproximar as localidades rurais existentes. Bem como, propiciar uma organização e formação política aos moradores dos lagos em associações locais. A maioria das comunidades rurais do Lago de Tefé foi instituída no início da década de 1970. As cinco comunidades estudadas neste trabalho foram criadas entre 1971 e 2002. A primeira a ser formada foi Bom Jesus do Bacuri quando segundo Orlando Rodrigues: *O pessoal do MEB andava nas localidades, colocando rádios para ter aquelas aulas e aí eles pensaram em criar a comunidade, o primeiro estatuto foi o MEB que fez, naquele tempo não era comunidade, só era localidade, morava umas dez famílias.*²⁰⁸

Orlando Rodrigues, associa a criação da comunidade do Bacuri, como continuidade das ações do MEB na região no início da década de 1980. E demarcou bem a organização nuclear da comunidade rural em que mora ao diferenciar que antes Bacuri era uma “localidade”. “Localidade” e “Comunidade” são termos empregados na região com significados distintos para os moradores do Lago de Tefé. Ele sinalizou que “localidade” remetia a uma toponímia antiga, usado pelos moradores do lago para referir-se ao espaço físico e social, as casas dispersas ao longo do lago, aos antigos castanhais ocupados pelos ex-seringueiros e camponeses ribeirinhos após crise da borracha²⁰⁹. A unidade territorial “localidade” é sempre caracterizada pelo isolamento, distanciamento social e ausência de organização política.

²⁰⁷ MEDEIROS, 2017, p. 129.

²⁰⁸ Orlando dos Santos Rodrigues, comunidade Bacuri em entrevista concedida a Johmara Assis dos Santos, no dia 10 de janeiro de 2015, na comunidade de Bom Jesus do Bacuri, na sua residência. Ele é natural do município de Tefé, nascido na comunidade Igarapé açu. Orlando é filho de Lázaro do Carmo Rodrigues e Clair Lopes Rodrigues. Orlando veio para a comunidade Bacuri acompanhando seus pais no ano de 1967, casou-se com Maria José da Silva. Rodrigues com quem teve 7 filhos. Considera-se agricultor por desenvolver o trabalho na roça, mas concomitante desenvolve a função de serrador. Atuou diversas vezes como presidente da comunidade, onde ainda é sócio.

²⁰⁹ Período de 1910-1912.

Já a “comunidade” remetia a uma toponímia mais recente trazida pela Igreja a partir dos anos 60 e 70 do século XX. Até esse momento o termo não era usado na região²¹⁰. E, a proposta era organizar comunidades, instituir uma coletividade associativa e sindicalizada para substituir a “localidade” que se referia ao clássico núcleo familiar isolado.

No caso do Lago de Tefê, o termo comunidade foi disseminado como uma das ações desenvolvidas pelo MEB na década de 70 do século XX. Com uma base ideológica de união e coletividade²¹¹. Orlando explicou que a criação da Comunidade Bom Jesus do Bacuri ocorreu no dia 31 de maio de 1971, antes disso, Bacuri era uma localidade onde viviam dez famílias aproximadamente em casas dispersas. A área onde a comunidade foi constituída era uma localidade cujo dono juridicamente da terra era Lázaro Rodrigues, seu pai²¹².

Figura 10 – Lázaro Rodrigues no centro da foto.



Fonte: Na imagem à esquerda está Lázaro do Carmo Rodrigues no momento de sua entrevista. Na imagem à direita está Lázaro acompanhado de sua esposa, filho e neto. E, faz parte do arquivo pessoal de Lázaro.

A formação da comunidade Bacuri ocorreu quando Protásio Lopes Pessoa²¹³, na época supervisor do MEB, visitava as localidades do lago de Tefê convidando os moradores que viviam em seus sítios isolados ou nas localidades formadas a partir das antigas estradas de castanhais próximos dos furos e lagos para nuclear-se em comunidade. Isto, é aglomerar suas casas em torno de um núcleo central constituído pela igreja, escola, campo de futebol e sede

²¹⁰ SILVA, 2015, p. 93.

²¹¹ Ibid., p. 80.

²¹² Lázaro do Carmo Rodrigues tinha 90 anos no momento que entrevistamos. Filho de Clair herdou a terra de Brígido Franklin, como abordamos no capítulo I. Ao recebê-la como herança da parte do pai, mudou-se em 1962 para tomar posse, mas antes vivia na localidade: Igarapé Açu.

²¹³ Protásio Lopes Pessoa nasceu em 1932, tornou-se professor de História e o primeiro coordenador do MEB/Tefê no ano de 1963.

comunitária, onde as festas e reuniões dos membros da comunidade ocorreriam. As famílias que aceitaram viver em comunidades recebiam o direito de construir sua moradia numa territorialidade de uso comum. Segundo o Sr Francisco Lene²¹⁴, 72 anos, morador e agricultor do Bacuri, para a formação das comunidades havia reuniões. Logo nas primeiras reuniões os moradores escolhiam o local para constituição da comunidade. As comunidades deviam ser localizadas no rio principal (neste caso nas margens do próprio Lago de Tefé, e as casas deviam ser construídas próximas umas das outras, obedecendo o alinhamento como se fosse uma rua (caminho) de frente para o lago, conforme demonstra a imagem abaixo.²¹⁵

Figura 11 – Organização Social das Comunidades Rurais Católicas.



Fonte: Recorte de imagem retirada da tese do Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz.

Francisco Lene participou da primeira reunião para a formação da comunidade Bacuri onde mora. Ele afirma que “fizeram um acordo pra ver quais moradores entrariam na comunidade, então foram dando o nome, uns ficaram de fora, outros entraram depois, até que entrou quase tudo. Por meio do voto e aprovação”, assim a criação da comunidade foi formalizada.

²¹⁴ Francisco Lene, em entrevista concedida em 17 de dezembro de 2015, na comunidade Bom Jesus. Filho de Antônio Sirvergue de Lima e Albertina Moraes nasceu na comunidade do Curupira de onde saiu aos 12 anos de idade. Veio para o Bacuri com onze anos de idade. Casou-se com Joana Pinheiro, com quem teve sete filhos. Trabalhou sempre na roça e atualmente é aposentado. entrevista concedida no dia 17 de dezembro de 2015, na sua residência na comunidade Bacuri.

²¹⁵ PINTO, Ernesto Renan M. F. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. Dissertação de Mestrado, UFRS, Porto Alegre, 1982.

A formação de Bacuri enquanto comunidade é instigante, pois foi constituída numa área cedida por Lázaro Rodrigues, dono do terreno e “patrão” das famílias que viviam naquela terra. Segundo moradores, Lázaro Rodrigues cedeu verbalmente uma parte de suas terras para que a comunidade fosse estabelecida. A concessão foi feita durante a reunião, na presença dos comunitários, de representantes da igreja, no caso Protásio Lopes (supervisor do MEB), e representantes de instituições públicas (EMATER e Projeto RONDON). Inclusive a reunião ocorreu na sua residência e ficou registrada na ata da associação de Bacuri da seguinte forma²¹⁶:

[...] Fizeram-se presentes quinze famílias dessa localidade, com intuito de fundarem definitivamente a comunidade. Para esse fim a comunidade contou com o apoio da EMATER-AM, prelazia e projeto Rondon no sentido de orientações e esclarecimentos. Através de cursos, palestras e encontros com outras comunidades que já haviam concretizado esse objetivo, foi sugerido pelas famílias que fosse criada de imediato uma diretoria para encaminhamento e o processo de crescimento que passaria acontecer.

As famílias todas foram de acordo com a ideia e passaram então a formar a diretoria numa chapa única e por aclamação, ficando assim constituída: presidente: Orlando dos Santos Rodrigues; vice-presidente: José Pereira de Oliveira; tesoureiro: Lázaro do Carmo Rodrigues e secretário: José Pinheiro Oliveira (...), formada a diretoria foi sugerido à posse da mesma, e a leitura e aprovação do estatuto fosse feita dia trinta e um (31) do mês de maio. A professora da localidade solicitou a palavra para esclarecer aos presentes da importância de uma comunidade unida e organizada, disse ela: então vamos lutar para crescermos juntos e um dia nossos filhos se orgulham por aquilo que adquirimos com sacrifício²¹⁷.

Segundo a ata do dia 16 de maio de 1971, as lideranças que discursaram neste momento, compreendiam que a criação da comunidade iria trazer uma série de mudanças sociais, econômicas e políticas para os moradores como crescimento, superação dos problemas cotidianos. Acreditavam que elas seriam resultado da união, da organização e do desenvolvimento do trabalho coletivo dos comunitários. Um fato curioso nesta comunidade, foi que o dono da terra fez parte da primeira diretoria da associação como tesoureiro.

A criação da comunidade Bacuri foi formalizada com a escolha de um novo nome. De Bacuri como costumeiramente seus moradores se referiam ao local de moradia, passou a se chamar Bom Jesus do Bacuri, agregando o nome de um santo, demarcando ser uma comunidade católica.

Segundo o geógrafo Manuel de Jesus Masulo da Cruz²¹⁸, as comunidades católicas geralmente recebem de um nome de um santo, no qual seus moradores passam a realizar festejos para homenageá-los anualmente. Além de agregar o nome do santo ao antigo nome antigo das

²¹⁶ Cada comunidade tem sua associação comunitária e as atas das reuniões da comunidade ficam com sua diretoria.

²¹⁷ COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 16 de maio de 1971. Livro 1, p.01.

²¹⁸ CRUZ, 2007.

comunidades, elas também deveriam obedecer a um novo padrão arquitetônico de casa nova. As casas antes de palhas, assoalhadas de paxiúba, deviam ser construídas de madeira, com cômodos divididos. E possuir uma latrina construída no fundo do quintal delas.

Figura 12 – Casas do Lago de Tefé -AM (1970-1990)



Fonte: Arquivo do MEB- Prelazia de Tefé. Moradias construídas com divisão de cômodos.

Este novo padrão de moradia era incentivado pelos coordenadores do MEB às lideranças comunitárias como uma exigência de uma aparência externa a ser seguida. E, fazia parte de uma estratégia de propaganda das ações da igreja, um sinal diacrítico que permitisse a identificação automática das áreas assistidas pela organização social, onde o MEB estava atuando.

A formalização da criação da comunidade Bacuri, também ocorreu mediante a formalização da associação de moradores/produtores. A Associação Agroextrativista Comunitária do Bacuri (ASACOMB) como foi denominada, pretendia ser um espaço coletivo de união, discussão dos problemas enfrentados, encaminhamentos de ações para resolvê-los e desenvolvimento de trabalhos coletivos.

Na prática, a organização das comunidades além da reunião de pessoas, despontava para organização de associações comunitárias de moradores em cada comunidade. As associações de moradores/produtores possuíam na sua organização interna uma diretoria representada pelo presidente, 1º e 2º tesoureiro, conselho fiscal, monitor, secretário, catequista, responsável pela celebração das missas, parteira, representante de jovens e clube de mães. Neste processo destaca-se a figura do presidente da comunidade. Esses líderes comunitários eram eleitos a cada dois anos. Entre as suas funções estava a de representação junto ao poder público, especificamente

nas reivindicações por infraestrutura de transporte, serviços de saúde e educação. Eles também atuavam como mediadores de conflitos internos, coordenadores de mutirões de limpeza, do trabalho em roçado comunitário e da festa do santo padroeiro. Importante destacar que apesar dos moradores contarem com a mediação e assessoria do MEB, e das instituições do estado, a criação das comunidades era iniciativa dos próprios moradores.

Maria José Rodrigues relatou que a formação da comunidade Bom Jesus do Bacuri impulsionou a organização das demais comunidades do Lago abordadas na tese. Observe a seguinte narrativa:

Depois da nossa organização, fomos para São Benedito (Igarapé açu), fomos para Santa Luzia do Curupira e para o Turé. A nossa associação fundou essas comunidades, fazíamos a reunião, chegávamos dia de sábado, reunimos, colocava quem era os candidatos porque tinha que ter eleição primeiro, segundo quem ia participar e fazia a eleição, explicava tudo como deveria continuar, ensinava como fazer reunião, como planejar os trabalhos, dava exemplo. Porque eu sou comadre de quase todo mundo lá, ia por consideração. (Maria José Rodrigues, 71 anos, Lago de Tefé -comunidade Bacuri)²¹⁹.

Na narrativa ela reforça que as relações de parentescos e compadrios uma característica forte nas famílias das localidades foi um fator importante na formação das demais comunidades como, por exemplo: a comunidade Santa Luzia do Curupira.

Até aqui, demonstramos que a formação das comunidades rurais no Lago de Tefé, mediada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), representou um marco na história dessas localidades, transformando-as de localidades dispersas em organizações coesas e politicamente ativas. O trabalho do MEB não se limitou apenas à educação de jovens e adultos, mas também incluiu a animação popular e a mediação para a formação política das lideranças comunitárias. A distinção entre "localidade" e "comunidade" refletiu não apenas uma mudança semântica, mas sim uma transformação social profunda, onde a união e a coletividade se tornaram os pilares das novas organizações.

A criação da Comunidade Bom Jesus do Bacuri, em 1971, ilustra esse processo de transformação, marcando o início de uma série de iniciativas similares que se espalharam pelo Lago de Tefé. Essas comunidades não apenas trouxeram uma nova forma de organização social, mas também promoveram mudanças econômicas e políticas significativas para os moradores, incentivando o trabalho coletivo e a resolução conjunta de problemas cotidianos. A atuação das associações de moradores/produtores, lideradas por presidentes comunitários eleitos, desempenhou um papel fundamental na representação dos interesses locais junto ao poder

²¹⁹ Maria José Rodrigues, entrevista realizada em 09 de julho de 2014.

público, na mediação de conflitos internos e na promoção de atividades comunitárias. A formação dessas comunidades não foi apenas uma iniciativa do MEB ou de instituições externas, mas sim uma demonstração do poder de mobilização e união dos próprios moradores.

Portanto, a formação das comunidades rurais no Lago de Tefê não apenas fortaleceu os laços sociais e políticos entre os moradores, mas também contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, representando um exemplo inspirador de autogestão e empoderamento comunitário.

3.2 Comunidade Santa Luzia do Curupira: “Começou dali do Bacuri, o Bacuri que veio formar essa comunidade aqui” – Santa Luzia do Curupira (1988)

A criação da comunidade Santa Luzia do Curupira ocorreu em 1988, anos depois de Bom Jesus do Bacuri. A área onde a comunidade Santa Luzia do Curupira foi formalizada era um sítio da família de Deoclécio Lopes da Rocha e Maria Naide Rocha²²⁰. Foi nela que conheci o casal Deoclécio Rocha e Maria Naide, em maio de 2021.

Figura13 – Casal Deoclécio Lopes da Rocha e Maria Naide Rocha



Fonte: Google, 2022.

²²⁰ O sítio era terra do avô de Deoclécio, a quem ele se referiu como velho Lopes.

Quando conversamos, informaram que seus pais viviam naquela terra do trabalho da roça, pesca, caça, venda de farinha, goma e abacaxi. Quanto à organização social e política da comunidade, explicaram que a formação ocorreu quando as lideranças do Bacuri os convidaram para criarem sua comunidade.

Deoclécio: Começou dali do Bacuri, o Bacuri, que veio formar essa comunidade aqui, o Orlando, a Zene, e outros também vieram dar essa força, e a gente começou, diziam que era bom. Era bom mesmo a comunidade, trabalhei muito junto. Minha velha, fazia roça junto, assim da comunidade mesmo. O primeiro foi eu. Ajudava aqui, ajudava outro ali, eles vinham ajudar a gente.

Johmara: Quantas pessoas tinham?

Maria Naide-(esposa): aí tinha as famílias, o compadre Kino, o compadre Nertinho, aí a turma do Vesceslau, o Sabá, o cumpadre Tevaldo, daí entrou a turma do Ipapucaí. Tinha umas 20 famílias. (Deoclecio Rocha, comunidade Curupira).

O casal Deoclécio e Maria Naide, afirmaram que no momento que foram convidados, não sabiam o que era uma comunidade. Porém, as vinte famílias que viviam próximas em seus sítios ficaram motivadas com os trabalhos que os comunitários de Bacuri vinham realizando, então decidiram criar sua comunidade. O Sr. Etevaldo dos Santos, lembrou exatamente o dia da criação da comunidade Santa Luzia do Curupira. Afirmou:

Foi no dia 28 de agosto de 1988. Foi o compadre Orlando e o Lázaro. E, aí eles vieram, lá se juntaram e vieram para cá conversar com o pessoal se queriam formar uma comunidade, eu sei que formaram. Aí tinha muita gente, para cá morava muita gente, tudo era dessa comunidade. Tinha mais ou menos umas 15 famílias. O Sebastião, meu irmão, foi o primeiro presidente. (Etevaldo dos Santos, comunidade Curupira)²²¹.

Deoclecio Rocha, Maria Naide Rocha, Etevaldo dos Santos, moradores do Curupira, são unânimes de que a criação da sua comunidade e das demais do Lago foi marcada pela realização de um forte trabalho coletivo. Vejamos:

Eu achei que quando a comunidade foi criada, melhorou um pouco, no meu tempo, quando ela começou cada qual cuidava de si. Depois, a gente fazia assim, marcava uma reunião, marcava o dia de trabalho e se juntava para trabalhar, um ajudava o outro e ficava ajudando quem ajudava nós. Eu achava bom porque adiantava o trabalho e ficava ajudando quem ajudava a gente, terminava o trabalho mais rápido. Quando começou a comunidade já tinha esses trabalhos, só que a gente saía convidando de casa em casa, depois já era em reunião, era trabalho do seu fulano de tal, já tava tudo marcado, o cara se arrumava e ia marcar na comunidade. (Francisco Leme, comunidade Bacuri).²²²

O depoimento apresentado é do Sr. Francisco Lene, 72 anos, agricultor aposentado. Ele explicou que na década de 80, o trabalho dos produtores do Lago voltava-se principalmente para a agricultura de mandioca para produção da farinha. Para realização dos roçados os

²²¹ Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade Curupira na sua residência.

²²² Francisco Lene, em entrevista concedida no dia 17 de dezembro de 2015, na sua residência na comunidade Bacuri.

moradores tinham o costume de praticar o ajuri. Uma das manifestações de solidariedade mais conhecidas e praticadas pelas famílias em dificuldade de realizar seus roçados. Esta prática acontecia também em outras regiões rurais do Brasil. Em cada região essa prática contava com uma denominação específica: puxirum, adjunte, adjutório, dentre outros termos. Ocorria também em áreas urbanas, principalmente em bairros de periferia, onde é conhecido como *mutirão*.

Segundo a narrativa, a prática do ajuri ocorria no Médio Solimões antes da organização das comunidades. Era uma prática antiga já realizada informalmente pelas famílias do Lago. Os moradores tinham o costume de fornecer ajuda a uma família em dificuldades. Geralmente a família convidava seus vizinhos em suas casas, nos caminhos da roça ou na beira dos igarapés para realizar a derrubada da mata para “botar” uma roça, ou produzir farinha em grande quantidade. Neste momento as palavras de convocação tinham força de lei e valiam mais que os documentos escritos pois a cultura dos moradores do lago era basicamente oral.

Antes da formação das comunidades, a participação nos ajuris era espontânea e a retribuição da família que recebeu ajuda era uma norma coletiva, dada com um tempo equivalente de trabalho. Aquele morador que promovia o ajuri tinha a obrigação de fornecer as refeições no dia do seu ajuri. E, o dever moral de ir para o trabalho do seu vizinho quando este fizesse seu²²³. No ajuri não havia pagamento, nem venda de força de trabalho.

Esta prática supria as necessidades de trabalho familiar, como também a ausência de poder monetário. Era a solução encontrada pelas famílias para completar o trabalho que a família não conseguia ou demoraria realizar, pois em geral seus rendimentos monetários não permitiam pagar aos trabalhadores.

Na década de 80, com a constituição das comunidades houve mudanças na organização dos ajuris que passaram a ser organizados nas reuniões da associação dos moradores/produtores de cada comunidade, ganhando inclusive outra terminologia. O termo “mutirão” passou a ser empregado para definir o ajuri, pois, a igreja pedia para si, o lugar de promotora dessa prática.

Durante as reuniões, os comunitários, agendavam o dia do seu ajuri assumindo o compromisso de participarem dos ajuris dos demais associados. As narrativas evidenciam que o ajuri além de fornecer mão de obra complementar para as famílias menores, também fortalecia os laços sociais nas comunidades.

Essa prática de ajuda mútua passou a ser cada vez mais utilizada em tarefas que traziam benefícios para todos os moradores/as, principalmente nas que passaram a ser executadas na

²²³ MEDEIROS, 2017; SANTOS, 2016.

sede da comunidade. Por meio dos ajuris, os moradores passaram a construir seus espaços de uso comum, a saber: limpeza do terreno da comunidade (retirada do mato e vários entulhos: raízes, árvores, tocos e lixo), construção do prédio da escola, dos campos de futebol e sede comunitária. Também organizavam seus festejos.

Cada comunidade escolhia o dia de seu ajuri. Na comunidade Bacuri, por exemplo, eram realizados às quartas-feiras e no Igarapé Açu na quinta-feira. Com a escolha de dias distintos para os ajuris de cada comunidade, moradores de comunidades próximas passaram a se ajudar mutuamente. Esse trabalho ficou conhecido como “*comunidade ajuda comunidade*”.

As figuras (13) abaixo são representações dos ajuris organizados por moradores do Lago de Tefé. Nela estes sujeitos estão realizando a limpeza da comunidade, e após o ajuri estão reunidos para almoçar.

Figura 13 – Ajuris realizados nas comunidades do Lago de Tefé-AM.



Figura: Ajuri para limpeza do terreno da comunidade.



Figura: Ajuri: Almoço após a limpeza do terreno da comunidade (Lago de Tefé-AM).



Figura: Ajuri: Sociabilidade após o trabalho na roça comunitária da (Lago de Tefé-AM).

Fonte: Arquivo MEB/Tefé-AM.

Centros comunitários, igrejas, escolas, campos de futebol foram construídos com a prática dos ajuris. Com base nisso, cada comunidade construía sua casa comunitária para promover suas reuniões nos finais de semana. A historiadora Mônica Medeiros afirma que “os ajuris” eram mais que um modo de trabalho coletivo, também era um modo de vida e

resistência²²⁴ frente aos processos de exclusão vividos pelos trabalhadores rurais, posseiros ou pequenos proprietários na região amazônica²²⁵.

Os ajuris são fortemente recordados pelos moradores/produtores do Lago. União, alegria, festa, harmonia são palavras usadas quando relembrar dos ajuris realizados nas décadas de 80 e 90. É unânime a alegria vivenciada nos momentos de ajuris. Homens, mulheres, (adultos, idosos, jovens e crianças) participavam. Cada um ajudava *“levando um pouco de comida, farinha, banana, era comida, aquele que não tinha comida levava outra coisa aí se juntava tudo ali, às vezes era comida que sobrava”*. Ou como ressalta Deusdeth de Castro os comunitários costumavam pescar ou caçar para garantir as refeições coletivas de todos os trabalhadores:

Antes dos ajuris, eles iam pescar, pegavam um monte de peixe, trazia no panela, aí botava as cozinheiras para abrir e no dia o ajuri fazer a comida. Era a dona Joana, era a mamãe, a dona veta, era a tia Clair, era a dona Preta, a tia Jair, dona Chiquinha do Casemiro, tia Celina, a minha madrinha Maria Bela, era a Maria da Costa, Dona Carminha da boca do Igarapé açu, dona Áurea, todas essas mulheres eram cozinheiras na época do ajuri. A comandante na época era a mamãe, a Lícia Rodrigues e a Zeni (Maria José do Orlando), que juntavam e as comunidades, uma ajudava a outra, viviam todos em harmonia, no final do ajuri, que era dia de sábado, aí já era uma festa, juntava o pessoal e iam dançar. Era uma festa. (Deusdeth de Castro, ex-moradora do Igarapé -açú)²²⁶.

Conforme a narrativa, a realização dos trabalhos do ajuri era feita por homens, mulheres e crianças. Havia divisão de tarefas. Nos trabalhos da plantação da roça, os mais novos, crianças e adolescentes espalhavam as manivas que tinham sido cortadas pelos idosos. As mulheres pela manhã tinham a responsabilidade de preparar o almoço, que era servido na chegada do grupo dos trabalhadores na casa de farinha. A base da alimentação oferecida era a farinha, peixe, carne de caça e mais atualmente macarrão, arroz, feijão, frango de granja vendidos em supermercados de Tefé ou das comunidades maiores. À tarde, as mulheres se reuniam aos homens para trabalharem no roçado, e ficavam responsáveis pela plantação de manivas nas covas (buracos) feitas pelos homens.

O cotidiano dos ajuris era divertido, enquanto trabalhavam contavam piadas, músicas e histórias. Essas histórias eram narradas como prática de rememorar o vivido e intercambiar os saberes. Nestes momentos as crianças e os jovens aprendiam com os mais velhos. Pode-se dizer que os ajuris também formam o centro da vida social dos comunitários, o lugar onde se reuniam,

²²⁴ MEDEIROS, *op.cit.*, p. 51.

²²⁵ MEDEIROS, *op.cit.*, p. 51-66.

²²⁶ Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2015 na sua residência no município de Iranduba.

trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio sobre os acontecimentos das comunidades.

Segundo as narrativas, durante os ajuris era costume consumir bebidas alcoólicas, a prática configurou-se como uma prática social. Francisco Oliveira afirmou que durante os ajuris a cachaça não faltava. Alguns trabalhadores/as chegaram a exagerar no consumo e criavam confusão. A respeito das confusões, rememorou dois casos:

Era uma coisa sem limite, tinha muita bebida, às vezes comprava era de caixa de bebida, aí o cara bêbado não faz nada que preste, muitas coisas davam muita confusão, o motivo: cachaça na cabeça,”²²⁷.

No final do trabalho vieram bater bola nesse campo aí, vinham curtir aqui, quando dei fé estavam brigando, cortaram a bola, a sandália, porque o cara que vinha bater bola tira a sandália dele do pé né? Deixava tudo aqui, aí o cara brigava no campo, aí ele trazia o terçado dele, pegava o terçado e tchá, tchá, tchá. Por causa de uma teima no campo, o cara tava bebido ia teimar que outro fez falta, e começaram a discutir bêbado. Outra vez era marcação velha já, meu irmão Teodoro com Raimundinho Pereira brigou aqui, quando eu espiei, a cara de um tava só sangue e do outro também. Eu disse: eu vou acabar com essa bola aqui, vi que não dava para fazer ajuri com bebida. (Raimundo Oliveira, comunidade Bacuri)²²⁸.

Cada ajuri finalizado era comemorado com a realização de jogos de futebol ou festas. No caso relatado, o jogo foi interrompido pelo desentendimento de dois trabalhadores que excederam o consumo de bebidas. Estes brigaram, trocaram acusações de que as regras do jogo não estavam sendo respeitadas. Um deles no ataque de raiva cortou a sandália do vizinho. Deixar o chinelo em pedaços foi a solução encontrada para evitar uma agressão física, já que os demais comunitários não permitiram que o enfrentamento fosse adiante.

O segundo caso envolveu o Teodoro e o Francisco de Oliveira, ambos moradores da localidade Bacuri. Bêbados se agrediram, ficando com os rostos “lavados de sangue”. Francisco deixou subentendido que a briga foi causada por ciúmes de suas companheiras. Nos ajuris desentendimentos e brigas aconteciam, mas, no geral, os moradores não deixavam de participar dos ajuris.

Além da realização de jogos de futebol, era costume os comunitários finalizarem os ajuris promovendo festas. Deusdeth de Castro afirmou que:

No final dos ajuris, que era um sábado, aí já era uma festa, juntava o pessoal e ia dançar. Depois do ajuri, eles (comunitários), já deixavam um pouco do almoço para a janta e já deixavam aquela mandioca de molho para lavar, fazer beiju, que chamam de pé de moleque com umas castanhas para tomarem café a noite pra comer a noite. Era muito animado, o papai era músico, era o Isaías, Deolindo e o João e o resto da turma, era o Valter, o Nival, todo mundo lá. Era uma festa, e os outros bebiam e

²²⁷ Francisco de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 20 de dezembro de 2015.

²²⁸ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014 na sua residência na comunidade.

dançavam animadamente (Desdeth de Castro, 79 anos, ex-moradora da comunidade Igarapé-açu)²²⁹.

Na década de 1990, os ajuris foram intensificados, passando a ser usados para a realização dos *roçados da comunidade ou roça comunitária*. Raimundo de Oliveira²³⁰ nos explica o que eram e como eram feitas:

A gente quando fundamos a comunidade aí começou a desenvolver o trabalho, tinha roça comunitária e plantava um roçado grande, de dois hectares de terra, num dia só, todo mundo trabalhando. Plantava feijão, ananá, mandioca, criava porco, galinha, carneiro. A gente fazia assim, marcava uma reunião, marcava o dia de trabalho e se juntava pra trabalhar, todos se ajudavam. Todos levavam um pouco de comida, farinha, banana, era comunidade, aquele que não tinha, levava outra coisa aí se juntava tudo ali, às vezes era comida que sobrava. Era rapidinho ainda mais no trabalho de plantação que dava muito menino, menina, dava até 50,60 pessoas, rápido terminava o roçado, com a cachaça, dava muita cachaça, mas naquele tempo sabiam beber. Quando fosse o tempo da colheita ia fazer aquela farinha, vendiam tudinho e o dinheiro ficava pra comunidade. Aí quando precisasse, por acaso, se uma pessoa adoecesse, tirava o dinheiro de lá, emprestava da comunidade e aquele dinheiro por acaso quinhentos, mil reais, quando ele ficasse bom, ele ia repor aquele dinheiro de lá, tinha que devolver, porque se o cara precisar e não devolver acaba né, e aí? (Raimundo Oliveira, morador do Lago de Tefé- Comunidade Bacuri).

Os roçados da comunidade eram uma roça coletiva feita anualmente para constituir um fundo de caixa. A ideia foi motivada pela necessidade de cobrir despesas dos moradores. As formas de uso do dinheiro do fundo do caixa, recursos oriundos da venda das roças comunitárias eram decididos nas reuniões pelos associados/as. E, administrados pela diretoria da associação de cada comunidade seguindo as normas de controle destes recursos.

No geral, o dinheiro destinava-se a compra de equipamentos de uso comum (forno de farinha, canoa, motor e combustível, estes últimos deveriam ser usados prioritariamente para escoar a produção, levar moradores adoecidos para o Hospital da cidade, pois não havia nas comunidades.) para realizar os festejos das comunidades e custear despesas com viagens das lideranças para participação nas capacitações. Estes recursos também eram usados para dar suporte para um sócio/sócia que estivesse com problemas de saúde ou tratamento de doenças.

Inicialmente, os comunitários adoecidos tinham o direito de solicitar um valor na associação para custear o tratamento. Todavia, a dinâmica das situações vivenciadas a cada ano pelo grupo, demandava que regras fossem reformuladas ou desconsideradas. Dependendo da situação e da ineficiência no cumprimento de determinadas regras, cláusulas antigas poderiam

²²⁹ Entrevista realizada em 10 de agosto de 2015 em sua residência na cidade de Iranduba.

²³⁰ Raimundo de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 07 de outubro de 2014, na sua residência. Raimundo é natural do Município de Tefé/AM, nascido na comunidade Bom Jesus do Bacuri. É filho de Aristaque Oliveira e Raimunda Barbosa, casou-se com Maria Pereira com quem teve 12 filhos. Considera-se agricultor. Também é membro da associação da comunidade, mas atualmente não tem uma participação ativa, relembra que participou de muitos ajuris organizados no interior da associação.

ser inseridas novamente. Os comunitários concluíram que o gerenciamento do dinheiro no formato “ajuda/doação”, beneficiava alguns sócios, pois os recursos não eram devolvidos para o caixa da associação. Então reformularam a norma, optaram pela mudança no gerenciamento destes recursos, que passaram a ser feitos no formato de empréstimos²³¹. Raimundo de Oliveira, 67 anos, explicou que pagamento dos empréstimos ocorria: ²³²:

Quando o cara ficasse bom, ia repor, porque aquele dinheiro era da comunidade, tinha que devolver pra lá, porque quando precisássemos tinha dinheiro, porque se o cara emprestar e não pagar acaba né”. Eu nunca precisei, quer dizer só uma vez quando meu pai morreu, aí a comunidade me ajudou, eu emprestei porque eu não tinha dinheiro. Pobre já viu, só guarda dinheiro na mão dos outros, na mão dele fica não, daí depois tive que trabalhar mais para pagar (Raimundo de Oliveira, comunidade Bom Jesus do Bacuri)²³³.

Os empréstimos resolviam problemas urgentes dos comunitários. No entanto, diz Raimundo que os sócios mesmo necessitados evitaram recorrer aos empréstimos porque o valor ganho com a venda da farinha era irrisório. Na maioria das vezes dava apenas para custear o rancho do mês. Não costumavam guardar dinheiro para pagamento de dívidas. Logo, evitam os empréstimos de modo a manter o controle dos seus meios de produção.

Na percepção de Francisco de Oliveira,²³⁴ a experiência de viver e trabalhar em comunidade teve pontos positivos e negativos. Negativo porque dispositivos de controle foram criados paulatinamente. Segundo ele, os comunitários perderam o controle sobre o seu tempo de trabalho, em razão da “obrigação” dos ajuris.

Quando passou a ser comunidade passou a ser uma sociedade, o cara tinha por obrigação ajudar o outro, se o cara tirasse um trabalho lá [na reunião da associação], não era nem preciso tá convidando como a gente fazia antes: rapaz quer me ajudar em tal trabalho? Quando passou a ser comunidade, o cara tirava lá na hora da reunião, por mais que o cara não tivesse lá na hora, mas o outro participava pra ele: olha o cara tirou um dia de trabalho para tal, tal, tal, aí o cara por obrigação tinha que ir, se ele falhasse ia ficar devendo pra sociedade. Os trabalhos eram direto, não tinha folga, às vezes tirava de semana direto, não tinha nem tempo de comprar um ranchinho, era todo dia, segunda num, terça noutro, quarta em outro, quinta, sexta, sábado em outro, aí marcava pra outra semana tava cheia. (Francisco de Oliveira, comunidade Bacuri).

Segundo o Sr. Francisco Oliveira, com a criação social das comunidades, a prática do ajuri feito espontaneamente tornou-se uma “obrigação”, que consistia seguir uma agenda

²³¹ Os empréstimos deveriam ser pagos no período de 1 a 3 meses.

²³² Raimundo de Oliveira, entrevista realizada em 07 de outubro de 2014.

²³³ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014 na frente da sua residência na comunidade Bacuri.

²³⁴ Francisco de Oliveira, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, em 20 de dezembro na comunidade do Bacuri, na sua residência. Francisco é natural do Município de Tefé/AM, nasceu em 24 de julho de 1948, estudou até a 2ª série o ensino fundamental, trabalhou na coleta da castanha, e depois somente na roça, casou-se com Clara Moraes de Oliveira com quem teve seis filhos.

semanal de trabalhos agrícolas organizada na associação local. A agenda semanal sem descanso acarretava desgaste físico e sobrecarga de trabalho aos corpos destes trabalhadores. A “obrigação” citada por Francisco era simbólica e baseava-se na forte tradição oral das comunidades, cuja palavra de comprometimento tinha um significado relevante, como afirma Amadou HampâtéBâ.²³⁵ Nas comunidades de tradição oral, a ligação entre o homem e a palavra era mais forte. Lá onde não existe escrita, o homem está ligado à palavra que profere, está comprometido por ela. Ele é a palavra e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. Era um dever moral ir para o trabalho do vizinho quando este realizasse seu ajuri.

Faltar os ajuris era uma falta grave, que modificava as relações de cooperação, vizinhança e parentesco e causava conflitos no grupo. *“Todo mundo tinha que tá lá, tinha o dia, tinha o horário certinho, as vezes quando aquela pessoa não ia porque tinha um trabalho pra fazer, aí começavam a reclamar, porque uma vinha, aquele que não vinha, perguntava porque fulano não veio”*²³⁶.

Atualmente a prática dos ajuris tem sido utilizada com menor frequência entre as famílias do interior do Lago. Algumas comunidades como Ipapucu mantêm essa prática viva. Raimundo Pinheiro ressaltou que nela comunidade “ninguém paga ninguém”. Os ajuris continuam sendo praticados semanalmente e são responsáveis pela melhoria das famílias.

Até hoje tem, é um trabalho que dá resultado, olha com o roçado comunitário a gente comprou muitas coisas, e essa comunidade foi crescendo cada dia, cada momento mais para a frente. Quando tu olhas e ver essas casas toda pronta, tu vês essas voadeiras aí na polpa, isso tudo foi trabalho coletivo, trabalho comunitário, porque aqui o cara planta uma roça, o objetivo dele é comprar o quê? Um motor? Então vamos fazer farinha. Enquanto em outras comunidades, para ter um trabalhador precisa pagar, aqui não. Aqui vamos molhar mandioca e fazer a farinha, vamos fazer a quantidade de que tu queres fazer, vamos carregar para a beira e o cara vai vender. (Raimundo Pinheiro, Lago de Tefé -comunidade Ipapucu)²³⁷.

Ao contrário de Ipapucu, no Igarapé açú, Maria de Fátima Rodrigues Moraes²³⁸ apontou que a prática do ajuri entrou em declínio, e que atualmente é difícil ver ajuris como aqueles que eram realizados na década de 70, 80 e 90. Ao seu ver, tem ocorrido paulatinamente o esmorecimento na prática dos ajuris. Os motivos, segundo ela, são: a ida dos jovens (filhos) para o centro urbano e a “falta de vontade dos novos comunitários” de trabalhar coletivamente.

Foi fragilizando porque chegava certa época que os alunos iam estudar em Tefé, eles só viam nas férias, aí facilitava mais. Mas depois iam de novo. Tem aqueles que querem participar. Aquele que não vai a gente não força, porque às vezes pode estar doente, pode estar precisando comprar um açúcar, café na cidade.

²³⁵ HAMPATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1982, p.168-169.

²³⁶ Rocilene Rocha. Entrevista em maio de 2022, na comunidade Curupira.

²³⁷ Entrevista realizada em 08 de maio de 2021 no quintal da sua residência na comunidade Ipapucu.

²³⁸ Maria de Fátima Rodrigues Moraes. Entrevista realizada em 08 de maio de 2021.

Hoje a falta de vontade de certas pessoas que a gente ajuda e quando a gente precisa não querem ajudar. A gente se junta e ajuda. Mais antigamente quando começou a comunidade os homens iam roçar e as mulheres iam capinar. Até quando eles iam derrubar, nós mulheres íamos encoivarar os roçados dos que tinham roçados para encoivarar. Cortavam tudo no machado, agora não, que tem motor serra. Era muito bom! Quem tinha comida levava. Quando o dono do ajuri não tinha, um levava café, outro levava a farinha, outro a comida, seja uma fruta para fazer um suco. A gente se juntava. Agora tá dividido. O pessoal trabalha para si, por conta própria. Ali no compadre Zeca já é pago, no Jocivaldo só é pago. O pessoal do Bacuri quando vem, é tudo pago. Eu não sei qual a melhoria que eles acharam, porque o mesmo trabalho que eles fazem, nós fazemos também. Aí nós aqui que não gosta e não pode pagar, a gente se junta, eu trabalho com meus filhos: Odisson, Kennedy, Jefferson e o Canarana gente se ajuda: (Maria de Fátima Rodrigues Moares, comunidade Igarapé Açu)²³⁹.

Hoje os ajuris são realizados dentro da própria família e contam com um número reduzido de participantes. D. Maria de Fátima, conta com o apoio dos filhos para realizar seus roçados. Além da ida dos jovens para cidade, sua narrativa aponta para o esvaziamento e o enfraquecimento das redes de cooperações em virtude do surgimento de outras relações de trabalho vivenciadas nas comunidades do Lago de Tefé que passam a coexistir com os ajuris, fazendo surgir novos valores, concepções de sociabilidade e novas relações com o trabalho.

D. Maria apontou que a cooperação no trabalho na agricultura tem sido substituída pela contratação de diaristas para suprir a falta de força de trabalho suficiente no interior das famílias ou o pagamento à base da meia. Ela chega a não compreender como o trabalho pago pode ser bom para os moradores. No momento que conversamos, ela desabafa: “*O mesmo trabalho que eles fazem, nós fazemos também*”.

A monetarização das relações do trabalho, intensificadas com a expansão da agricultura, com um maior acesso às políticas públicas, gerou a procura por trabalho remunerado. A coesão social começou a se decompor, as famílias vão se desintegrando, os jovens vão deixando as comunidades para se unir à crescente quantidade de trabalhadores itinerantes na cidade.

Atualmente a sede da comunidade do Curupira, encontra-se no terreno do morador Etevaldo Santos, localizado na outra margem do igarapé do Curupira. Maria e Deoclécio não participam mais dos trabalhos comunitários em razão da idade que possuem e dos desentendimentos dos comunitários, após a criação da comunidade. A falta de entendimento levou a formação de uma nova comunidade, a comunidade Santo Antônio do Ipapucu.

3.3. Santo Antônio do Ipapucu- “Tá na hora da gente formar a comunidade aqui, vamos deixar o pessoal pra li” (2002).

²³⁹ Entrevista realizada em 08 de maio de 2021 na sua residência na comunidade Igarapé Açu.

A formação política de Santo Antônio do Ipapucu, ocorreu no ano de 2002, tardiamente, se comparada à Bacuri e Curupira. Isto porque Mário Pinheiro e Celina Menezes, responsáveis pela formação dessa comunidade, até 1988, eram associados à comunidade Santa Luzia do Curupira onde participavam das celebrações e dos trabalhos coletivos. A área de Ipapucu localiza-se ao lado esquerdo da comunidade Bacuri, nele o casal vivia na sua casa de palha, assoalho de paxiúba, trabalhavam na roça, criavam galinhas e possuíam árvores frutíferas, como açazeiro, pupunheiras, castanheiras e outras. Segundo Raimundo Pinheiro, filho do casal, sua família fundou a comunidade. Entretanto, foi em 2002 que decidiram formar a própria comunidade. Usando a seguinte frase, justificaram o motivo desta decisão:

Tá na hora de a gente formar a comunidade aqui, vamos deixar o pessoal pra lá". Porque a gente achava que já dava conta de fazer o serviço. Tá na hora da gente formar a comunidade. Teve uns problemas lá e a gente foi se desgostando, porque sempre acontece na vida. A gente disse: vamos deixar! e organizar nossa comunidade aqui. Trabalhamos, a gente se organizou, fizemos roça comunitária. Até hoje tem, é um trabalho que dá resultado. (Raimundo Pinheiro, comunidade Ipapucu).

O motivo que levou a criação da comunidade Ipapucu, foi o conflito envolvendo duas famílias de Santa Luzia do Curupira. Deoclécio Lopes da Rocha, afirmou que após a formação da comunidade Curupira não houve entendimento sobre a distribuição dos terrenos para os comunitários. O terreno escolhido para formação da comunidade era particular, pertencia a sua família, que não aceitou dividi-lo com os novos moradores para construção das casas.

D. Rosilene Rocha, filha de Deoclécio, ressaltou que o aumento das famílias tensionou a necessidade de terras para realização das casas e das roças pelas novas famílias. Segundo ela:

Quando só eram os antigos, os grandes pais, eles vão sabendo lidar. Mas quando vem os filhos, aí já vem a tribulação já começando. Então, por isso que a comunidade foi mudada pra lá. Porque eles são mais, são famílias, foi aumentando, foi aumentando, então eles tinham que ir pra lá. Porque aqui eles não podiam fazer casa. Quando é comunidade, tem que ter o espaço para lotear as casas, pra cada qual tomar o que é seu e trabalhar naquilo. E, como aqui é particular, os filhos, aí já começa. Então não teve continuidade. (Rosilene Rocha, comunidade Curupira)²⁴⁰.

O relato de Rosilene Rocha nos faz pensar que o elemento central que mantém a vida comunitária não são apenas os interesses comuns. Durham²⁴¹, assevera que ao contrário do que muitos pensam, a vida em comunidade é caracterizada por inúmeros conflitos de interesses. No Curupira, esses conflitos ficaram latentes. Embora as famílias buscassem manter as relações de vizinhança dentro da comunidade, surgiram mal-entendidos e desavenças entre elas, resultando no rompimento dos laços de união e solidariedade do grupo, na saída de moradores e na

²⁴⁰ Entrevista realizada em maio de 2021, na residência de seus pais.

²⁴¹ DUHHAN, E. R. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

mudança da sede da comunidade Santo Antônio do Ipapucu do terreno de Deoclécio para o terreno do morador Etevaldo Santos. Vale ressaltar que embora as relações tenham sido fragilizadas, os moradores de Santa Luzia do Curupira e do Ipapucu, tiveram lutas comuns em defesa de seus territórios, pautadas na preservação dos lagos e igarapés, como veremos no próximo capítulo.

Ipapucu é a comunidade mais próxima de Tefé situada no entorno da Floresta Nacional de Tefé (FLONA)²⁴². No período da cheia, com aproximadamente 15 minutos de lancha, chega-se a ela. E em torno de trinta minutos, no período da seca do rio, pois é necessário dar uma volta maior para alcançar a comunidade, de formação recente, com apenas de 10 anos de existência. Por isso, é também menor em número de famílias residentes, em torno de sete, totalizando cerca de 45 pessoas entre adultos e crianças, segundo o presidente da Associação de Moradores²⁴³.

Ipapucu ao contrário das outras comunidades estudadas, é uma das comunidades atualmente de Tefé agraciadas com a construção da Casa de Farinha Modelo Uarini, por integrar o projeto da Associação de Produtores Agroextrativistas da FLONA Tefé (APAFE). E, se enquadrar como uma comunidade pertencente ao entorno da Floresta Nacional (FLONA). A Floresta Nacional de Tefé foi criada em 1989 por meio do Decreto nº. 97.629, está localizada na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, e é administrada pelo Ibama. Com uma área de 1.020.000 hectares, dividida entre os municípios de Tefé, Alvarães, Carauari e Juruá. A Flona permite a presença de moradores, com 500 famílias vivendo em 30 comunidades ao longo dos rios Tefé, Bauana e Curumitá de Baixo²⁴⁴.

Sua conservação é favorecida pela localização remota e pelo acesso exclusivamente fluvial, com o rio Tefé sendo o principal meio de transporte. A Flona integra o Corredor Central da Amazônia e apresenta baixas taxas de desmatamento. Não há estradas ou ramais ligando as comunidades ribeirinhas dentro da unidade de conservação.²⁴⁵ Sua formalização ocorreu em 2002 por meio da celebração de um convênio entre o INCRA e o IBAMA visando alcançar a reforma agrária ecológica. A chamada reforma agrária ecológica tem como pressuposto a

²⁴² A Floresta Nacional (FLONA) de Tefé foi criada em 1999 na região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas, por meio do Decreto nº 97.629. É administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente- MMA. Sua grande superfície de 1.020.000 hectares está dividida entre os municípios de Tefé (47,3%), Alvarães (36,7%), Carauari (4,5%) e Juruá (11,5%), todos pertencentes ao estado do Amazonas. Seus limites hidrográficos são: ao norte, o rio Bauana; ao Sul, o rio Curumitá de Baixo; a oeste, o rio Andirá; e a leste, o rio Tefé. IBAMA, 2000.

²⁴³ Mario filho Pinheiro, católico, nascido e criado na comunidade. Se autodeclara agricultor e presidente da comunidade a sete anos. Entrevista realizada no dia 08 de maio de 2021 na sede comunitária de Ipapucu.

²⁴⁴ BRIANEZI, Thaís. A reforma agrária ecológica na Floresta Nacional de Tefé. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 153, 2007.p. 153-174.

²⁴⁵ BRIANEZI, 2007.

conservação da floresta, a assistência técnica agroflorestal, o estímulo ao associativismo e a geração de renda.

Após a celebração do convênio entre o Incra e o Ibama, o primeiro passo é o cadastramento voluntário das famílias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Para ser reconhecido oficialmente como assentado, o morador deve atender ao perfil estabelecido no Estatuto da Terra de 1964, incluindo restrições de renda e ocupação. Após o cadastramento, as famílias estão aptas a receber crédito do Incra para implantação, dividido em modalidades de compra de alimentos, equipamentos e construção de casa²⁴⁶.

Ipapucu por constituiu-se como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) da Flona²⁴⁷, seus moradores receberam uma Casa de Farinha, que foi construída no centro da comunidade para uso coletivo dos moradores para facilitar a produção, com objetivo único de aumentar a renda, conforme observa-se na figura (14). No seu interior a casa de farinha foi equipada com uma máquina elétrica para otimizar o processo produtivo da farinha na comunidade.

Figura 14 – Casa de farinha equipada com máquina elétrica.



Fonte: Santos, 2021-Fotografias realizadas durante a visita à comunidade.

Entretanto, mesmo com a instalação da máquina elétrica, a produção da farinha continua sendo realizada como antes, os agricultores e agricultoras continuam utilizando o trabalho

²⁴⁶ BRIANEZI, op. cit.

²⁴⁷ SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Naturezas: Epistemes inscritas nos conflitos sociais. *Terra Livre*, ano 29, v. 2, n. 41, p. 17-30, 2013.

familiar, sendo que cada família impõe seu ritmo de trabalho. A força de trabalho do chefe da família é somada à da esposa e da dos filhos, cuja intensidade também varia de acordo com a conjuntura. Há casos em que a unidade reúne várias famílias constituídas com o casamento dos filhos que, juntas, ou separadamente dividem a utilização produtiva do sítio. Dessa maneira, os indivíduos nas mais diferentes condições de forças físicas e vitalidades têm seu papel produtivo a desempenhar.²⁴⁸

Além da casa de farinha, no Ipapucu, no momento de nossa visita, estava em fase de implantação um projeto de Ecoturismo. Todavia, em razão da pandemia de COVID 19, o projeto estava paralisado, aguardando viabilização. O intuito do projeto é gerar renda para as famílias mantendo a floresta em pé. Por meio dele as famílias receberão visitas de turistas que terão a oportunidade de conhecer seus modos tradicionais de vida e de trabalho, bem como saborear os peixes e o açaí da região.

3.4 Formação da Comunidade São Benedito do Igarapé Açu

Figura 15 – Frente da comunidade São Benedito do Igarapé-Açu.



Fonte: Santos, 2021.

A figura (15), é uma representação da Comunidade São Benedito do Igarapé Açu, cuja formação social ocorreu na década de 1990, depois de Bacuri. Osvaldo de Oliveira, 66 anos, morador, afirmou que o terreno onde a comunidade foi formada pertencia à Secundino Rodrigues, seu pai.

²⁴⁸ PAULINO, E.T. *Por uma geografia camponesa*. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 2006. p.115.

Era do papai (essa terra aqui, ele deu em vida. Aí pediram para documentar a comunidade, para ter o documento da comunidade, ele (pai) perguntou de se queríamos só uma parte e ficar com a outra, dissemos que desse toda a terra, que tínhamos nosso terreno, como nós temos lá dentro, no Miriti. Ele foi no cartório e deu para comunidade, assinado. Todo mundo se admirou. Eu disse: foi bom, tem água, poço, luz, tudo tem. Eu pelo menos, tenho duas casas em Tefé, eu não moro em Tefé, prefiro viver aqui mesmo. O que era mais difícil era a luz, o gelo, a água encanada. Tu achas que vou para Tefé. Essa terra era da vovó e do vovô. E, foi passando, não foi vendida, foi o papai que deu mesmo. (Osvaldo de Oliveira, 66 anos, comunidade Igarapé-Açu ²⁴⁹)

Secundino²⁵⁰ dividiu seu terreno por decisão própria, e doou uma parte para que a comunidade São Benedito fosse criada. Segundo o depoimento, não houve conflitos na ocasião do desmembramento, porque os moradores todos eram parentes. Ao contrário de Bacuri, a divisão do terreno (área particular e de uso comum) foi realizada via cartório e o título definitivo repassado para a diretoria da comunidade.

A organização de Igarapé-açu enquanto comunidade ocorreu no dia 04 de março de 1982, e foi fundada seguindo o exemplo da comunidade Bacuri. Teve como fundadora Lícia Rodrigues de Castro, uma mulher. A respeito de como ocorreu a organização, Deusdeth Castro relatou:

A mamãe tinha 53 anos quando ela começou a trabalhar lá no Igarapé açu, reuniu o tio Secundino, o pessoal vê se aceitavam, aceitaram de bom gosto. O pessoal da comunidade deu o maior apoio, e foram formando ali. Era mato, botaram para cerrar, ela foi com um padre lá, o irmão Falco. Pediu logo gado, carneiro e foi logo aumentando a comunidade²⁵¹.

Lícia Castro e demais moradores da localidade Igarapé açu aderiram ao convite de Maria José de Bacuri e Antônio Carlos²⁵² para formar a comunidade São Benedito. Isto é, não foi uma demanda dos próprios moradores, e sim, uma demanda induzida por agentes externos. Entretanto, estes agentes externos não se constituíam como sendo completamente desconhecidos da comunidade, isto proporcionou confiabilidade ao trabalho que estava sendo proposto. Lícia quando foi eleita a primeira presidenta da comunidade já atuava como monitora do MEB, inclusive foi ela que redigiu o primeiro estatuto de São Benedito do Igarapé Açú. O convite não significou total clareza com relação a proposta que estava sendo feita para os moradores naquele momento. Apesar do apoio inicial dos presentes na reunião para criação da comunidade e do voto unânime para D. Lícia ao assumir o cargo de presidenta, ela enfrentou dificuldades na mediação das ações e mobilização dos moradores.

²⁴⁹ Osvaldo de Oliveira, 66 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 08 de maio de 2021 na sua residência na comunidade Igarapé Açú.

²⁵⁰ Irmão de Lázaro Rodrigues.

²⁵¹ Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2015 na sua residência no município de Iranduba.

²⁵² Morador da comunidade Agrovila que já havia realizado sua organização social e política.

As dificuldades do pessoal ser rude, eu falava uma coisa, e eles (homens) achavam que não era bom. Os homens não queriam, colocaram dificuldade. O primeiro era meu marido, tudo que eu queria fazer, derrubava”. Ele dizia que não queria ir, que não sabia ler. Eu respondia: Você aprende. Ele respondia: Não aprendi e nem quero, estou vivendo igual aos outros. Era aquela ignorância. Mas quando tinha uma festa com bebida, ele queria estar lá, por causa de ciúmes. O João não quis, aí ficou a mulherada comigo (Lícia de Castro Rodrigues, comunidade Igarapé Açu)²⁵³.

Lícia Rodrigues afirmou que nos primeiros anos de organização, enfrentou uma forte resistência masculina. Essa atitude de resistência era demarcada nas ausências das atividades organizadas por ela. Na sua percepção, em parte o motivo das ausências estava no fato dela ser mulher liderando a comunidade. No ano de 1982, os vizinhos a viam como uma mulher casada, mãe de oito crianças, que vivia restrita ao espaço doméstico, dedicando-se ao cuidado dos filhos e ao trabalho na roça como “ajudante do marido”. E, não como uma pessoa capaz de liderá-los e direcionar as atividades voltadas à organização da comunidade. Integrar à diretoria da comunidade era encarado como uma função que demandaria que as pessoas tivessem um conjunto de atributos: ter mais conhecimento, dedicar tempo para a função, ter responsabilidade e capacidade de atuar e liderar em espaços públicos.

Assim, Lícia sentia que sua voz não era ouvida. Segundo Lobo ²⁵⁴, a subordinação da mulher na sociedade capitalista fundamenta-se no papel que elas desempenham enquanto sexo. Elas são definidas pela função de reprodutora natural ligada à reprodução biológica. Daí a importância que assume o trabalho doméstico.

Não bastasse a resistência dos comunitários, Lícia no âmbito doméstico não tinha o apoio do marido, a quem se refere como a primeira pessoa a colocar obstáculos aos trabalhos que ela buscava desenvolver. Os momentos que precisava se ausentar da sua casa para participar de capacitações na cidade de Tefé, reunir o grupo ou liderar os trabalhos coletivos causava conflitos com o marido que não encarava de maneira positiva suas ausências.

Ao assumir o cargo de presidenta da comunidade notou-se uma mudança significativa de atitude em relação a sua postura enquanto mulher, esposa e mãe, nos permitindo questionar o estereótipo socialmente construído de mulher frágil e dependente. Apesar das resistências e dos desafios enfrentados no âmbito doméstico assumiu as responsabilidades de organização da comunidade Igarapé Açu vencendo a insegurança e a intimidação. Superou limitações de diferentes ordens, desde as restrições relativas à escolaridade como a capacidade performativa para gerir uma atividade. Passou a ter voz ativa recebendo posteriormente o reconhecimento dos moradores. *“Era um sacrifício, até que um dia fiz uma reunião e falei: Olha gente, vem as mulheradas*

²⁵³ Entrevista realizada em 05 de agosto de 2014 todas na sua residência na cidade de Manaus-AM.

²⁵⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias*. RURIS (Campinas, Online), v. 4, n. 2, 2010. p. 40.

para fazer comida e os homens vão fazer uma roça, vamos fazer uma casa comunitária para trabalhar todo mundo. Os meninos e as meninas eu vou matricular. Os meninos vão andar com o projeto para vacinar boi”.

Lícia afirmou que a falta de apoio do marido, afastava os demais moradores. Estes inicialmente, não participavam das ações coletivas. Ao perceber as resistências, criou estratégias para envolvê-los. Dentre elas, convidou Clodoaldo, para lhe dar suporte na gestão da comunidade. Ao que nos parece, Clodoaldo era exceção, acreditava na capacidade de liderança de Lícia e passou a auxiliá-la. Ele tinha bom relacionamento com os vizinhos (homens). Então ficou responsável por convidá-los para a realização de festejos, limpeza e roçado da comunidade, construção de cercas e limpeza de campos para criação de gados e participação nas reuniões.

Interessante observar na narrativa de Lícia a ênfase feita na entrevista, sublinhando a seguinte frase: *“ele convidava, mas era eu que planejava”*, denotando que o planejamento das ações era de sua autoria e responsabilidade. De acordo com seu depoimento, a estratégia logrou êxito, juntos conseguiram quebrar a resistência dos moradores, pois no decorrer das atividades foi ocorrendo adesão gradativa e um processo de apropriação pelos associados que se dispuseram a se envolver e construir um “projeto de trabalho coletivo”.

Em São Benedito do Igarapé Açu, os trabalhos coletivos e o fortalecimento da prática dos ajuris foram realizados intensamente. Todavia, destacou-se a prática da pecuária extensiva. Lícia formulou o projeto de criação de gado, carneiros e galinhas na comunidade com o objetivo melhorar a renda das famílias, uma vez que o preço pago à farinha era desvalorizado. *Eu não via vantagem na roça lá. O tio Constantino trabalhava e passava quase um mês vendendo, não tinha saída. A comunidade tinha que criar, aí quando chegasse o dia, dava o casal para um, um casal para outro. Todos iam ser beneficiados.*

A ideia de Lícia era fazê-los procriarem e dividi-los entre as famílias. Deste modo, os comunitários de Igarapé Açu reservaram uma área na comunidade para transformar em campo, construíram cercas para colocar gados e carneiros. Os primeiros gados que chegaram no Igarapé Açu foram doados pelo irmão Falco a pedido de Lícia. Ao questionar Lícia sobre o êxito da pecuária na localidade, relatou que com o passar dos anos foi desmobilizada pela falta de apoio e desmotivação dos comunitários dispostos a atuar nos trabalhos, pelos conflitos internos, migração de muitos para o centro urbano de Tefé visando acompanhar os filhos nos estudos.

Além da pecuária, o Igarapé Açu vivenciou um forte protagonismo feminino. Em razão da resistência dos homens, Lícia desenvolveu um trabalho junto às mulheres da comunidade que em suas palavras *“eram mais animadas”*. Juntas e recebendo assessoria do MEB, organizaram um coletivo de mulheres, denominado: Clube de Mães.

Os clubes de mães foi um modelo de organização incentivado na década de 70 pelo MEB, e contava com apoio de outras instituições locais: prefeitura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Tal modelo consistia em reunir as mulheres mães em pequenos grupos cuja proposta era realizar atividades coletivas que beneficiassem as mulheres e suas famílias. As atividades fomentadas eram aquelas já desenvolvidas pelas mulheres de forma individual ou familiar: plantio de roçados comunitários, atividades de corte costura, produção de artesanatos para venda, crochê e hortas comunitárias. Todas estas atividades eram consideradas: “trabalho de mulher”. Apesar da ideia de produzir para consumo das mulheres e suas famílias, existia também a proposta de comercializar na sede dos municípios parte da produção visando arrecadar recursos financeiros para o próprio Clube de Mães. E incentivá-las a mudarem suas perspectivas, principalmente de submissão e dependência financeira dos seus companheiros. Os clubes de mães eram compostos em média de 15 a 44 mulheres.

Antes da formação dos clubes de mães, as mulheres cuidavam dos trabalhos domésticos, dos filhos e trabalhavam com seus maridos na agricultura. Esse trabalho possibilitou aos grupos de mulheres a identificação de alternativas econômicas que contribuíssem com a renda familiar. Para oficializar o Clube de Mães, elas formavam uma diretoria²⁵⁵. Quem presidia o clube tinha as seguintes atribuições: Coordenar o Clube, orientar o planejamento dos trabalhos, convencer as sócias a participarem das reuniões, dá bom exemplo, desenvolver um trabalho de escuta ativa e imparcial das sócias, desenvolver um ambiente de paz e harmonia entre as sócias do grupo, fazer avaliação das atividades desenvolvidas pelo clube e aceitar opiniões.²⁵⁶

Inseridas nesta realidade, as mulheres do Igarapé Açu criaram seu “Clube de Mães” e passaram a desenvolver trabalhos coletivos. Todos os sábados se reuniam criando uma rede de apoio feminino e solidário que resultava no bem-estar de suas famílias.

Quando uma mulher ficava grávida, aquelas que eram do clube de mães, a gente já fazia o enxoval para dar para aquela mãe. Todas ganhavam seu enxoval, aquelas camisas todas bordadas, sapatinhos de crochê, que eram lindos. Agora a gente não vê mais. Ensinei as mulheres a bordarem, fazer corte e costura. A gente fazia desde o babador para a criança. Quando ia ter festejo na comunidade, não existia vestido, bermuda, camiseta, a gente se sentava na máquina e fazia para toda a família. Aí aquelas que não sabiam, iam aprendendo e já iam fazendo também. A gente também colocava para vender (Lícia de Castro, comunidade Igarapé Açu).²⁵⁷

No interior do clube, as mulheres do Igarapé Açu dedicaram-se aos trabalhos de corte e costura, bordados e crochê. Parte do que produziam chegou a ser vendido nas feiras e festas

²⁵⁵ Composta pela presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretária, primeira e segunda tesoureira

²⁵⁶ Marinho, MEB Tefê, 1979, p.1.

²⁵⁷ Entrevista realizada em 05 de agosto de 2014 todas na sua residência na cidade de Manaus-AM.

religiosas e culturais organizadas pela Igreja Católica. Como por exemplo, a festa da padroeira de Santa Tereza realizada no mês de outubro em Tefé, na praça da Matriz, a festa religiosa mais popular e considerada a mais oportuna para o comércio. As sócias vendiam as peças confeccionadas e dividiam o lucro entre si.

Segundo os relatos, o clube de mães foi desmobilizado com o passar dos anos pela falta de apoio e acompanhamento do MEB, pelos conflitos internos (principalmente fofocas), número reduzido de mulheres dispostas a atuar como líderes dos trabalhos, migração das lideranças para os centros urbanos visando acompanhar os filhos nos estudos e desmotivação das mulheres.

Fazendo um levantamento histórico, os clubes de mães foram ativos nas cinco comunidades estudadas neste trabalho. No entanto, estes se transformaram em um espaço de extensão da vida doméstica das mulheres da comunidade. Não houve um trabalho de formação política junto aos Clubes de Mães, visando discutir a atuação política e o papel das mulheres nestas comunidades. No interior dos clubes, o MEB aproveitava para disseminar as campanhas para serviço de artesanato, qualidade na alimentação, plantio de hortas, capina de roça das sócias, tecelagem com telas, confecção de objetos de cerâmicas e palhas já citados nesta tese.

A formação política ocorreu para algumas mulheres, principalmente para as que assumiram cargos lideranças, como Lícia de Castro, Maria José e Vicença Rocha ao aceitarem se tornarem monitoras, parteiras, presidentas, lideraram clubes de mães passaram por um processo de empoderamento feminino, bem como motivavam outras mulheres a participarem da comunidade de forma ativa. O engajamento no projeto de organização de comunidades proposto a estas mulheres demandou das mesmas uma nova postura diante das comunidades, de suas famílias, das organizações políticas locais e na sociedade de modo geral. Estas mulheres pobres, trabalhadoras rurais, não brancas, na sua maioria indígenas e negras, cujas histórias registram dominação e exploração de classe, gênero e raça/etnia foram tecendo a própria história, recriando-a, reinventando-a, imprimindo-lhes nuances resultantes da luta pela sobrevivência. Lutar pela sobrevivência não significava apenas trabalhar, mas também inserir-se nas lutas políticas e sociais dos trabalhadores em busca dos direitos negados.

Na medida em que aderiram a esse projeto passaram a se dedicar a um modelo de trabalho coletivo que trouxe modificações na sua rotina de vida, posto que demandava uma dedicação extra para participar das atividades do grupo bem como a aceitação do cumprimento das normas associativas que passam a vigorar dentro do grupo. Também passaram a se ver como trabalhadoras ao conquistar uma fonte de renda, oriunda principalmente da função de monitora e dos cargos futuros que passaram a exercer. Maria José concluiu a educação básica,

cursou graduação, passando a atuar como parteira e agente de saúde das comunidades do Lago de Tefé, alcançando autonomia financeira.

D. Lícia, rompeu a ideia da mulher considerada o sexo frágil, ganhou liberdade financeira, passou ter voz ativa, respeito e reconhecimento dos homens da comunidade que ativa. *Quando chegava alguém da cidade num motor lá (na comunidade), o Dionísio ou o tio Secundino, vinha chamar a mamãe. Diziam assim: D. Licinha, tem gente na comunidade. Ela brincando, dizia: porque vocês não resolvem? Ah, não vou resolver não, a senhora é que tem que falar*". Os primeiros efeitos de sua independência foram observados na compra de bens duráveis e artigos de uso pessoal para si e seus filhos, que anteriormente não conseguia.

Mesmo exercendo cargos de lideranças, estas mulheres continuam gerindo suas casas, cuidando dos filhos e trabalhando na agricultura. E, mantendo o equilíbrio da família, não como antes submissas aos seus maridos. O reconhecimento da participação das mulheres na organização das comunidades é também percebido pelas lideranças religiosas. D. Sérgio²⁵⁸ que acompanhou parte da trajetória do MEB/Tefé conclui afirmando:

Uma das coisas interessantes é que grande parte dos presidentes de comunidade são mulheres, são muitas presidentas, porque são as mulheres que acreditam na comunidade, que levam a comunidade para frente, que se dispõem a gastar tempo, dinheiro, energia pela comunidade (Sergio Castriani, Seminário de Tefé).

Portanto, o protagonismo feminino nas comunidades do Lago de Tefé durante as décadas de 1970 e 1980 foi fundamental para a organização social dessas localidades. Mulheres como D. Maria José e D. Lícia de Castro deixou um legado de resistência, liderança e empoderamento, inspirando gerações futuras a continuarem lutando por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária.

A organização social, política de Igarapé açu tornou-se referência e sua trajetória estimulou outras comunidades a formarem sua própria organização. Igarapé açu passou a sediar os encontros de "setores". Os setores representavam politicamente um conjunto de comunidades que passaram a tomar decisões conjuntas sobre o manejo dos recursos e as pautas políticas locais²⁵⁹. Foi nesses encontros que as lutas políticas das comunidades se desenvolveram.

²⁵⁸ D. Sérgio, entrevista realizada pela autora da pesquisa em 2008 no Seminário de Tefé. Na época era bispo da Igreja Católica.

²⁵⁹ Um modelo de organização promovido pela Igreja Católica por meio da Prelazia de Tefé em que as comunidades estão ligadas entre si por interesses comuns de cunho religioso e por interesses territoriais e de acesso aos recursos naturais. Tese Marília p.22

3.5 Comunidades formadas: organização política dos moradores do Lago de Tefé-AM.

A formação social das comunidades do Lago desdobrou-se para uma organização política na qual trabalhadores rurais passaram a ter força política e passaram a buscar direitos políticos e assistência básica garantidos em lei. Segundo Orlando Rodrigues:

Rapaz, antes a gente era acomodado, hoje em dia você tem pessoas tendo um pensamento diferente. Antes só era uma localidade, eram poucas famílias, depois que a comunidade foi fundada, começou a se desenvolver.

A comunidade somos nós que passamos a trabalhar em grupo. E eu achei muita vantagem o grupo trabalhar unido, fazendo trabalho comunitário, porque antes não tínhamos benefícios, antes ninguém tinha luz elétrica, não tinha água encanada, poço artesiano, e hoje a gente já tem tudo isso, tem luz, começou com um motorzinho de luz, usava o motor de luz na comunidade só na hora de assistir o jornal e a novela, depois era desligado e hoje já chegamos a ter luz para todos. Nós conseguimos motor, roçadeira, esse colégio pólo que atende dez comunidades próximas. Já tem outro colégio que o prefeito está fazendo, grande de alvenaria. Para conseguir essas coisas a gente fez reunião, discuti o que nós estávamos precisando, daí a gente fazia um requerimento para prefeitura, no caso da escola pedimos uma escola de cinco salas, com secretaria, cozinha, com tudo. Isso foi na época do prefeito Hélio Bessa, aí já era início de eleição, ele mandou fazer rapidinho que queria voto. Sempre quem vai é o presidente, quando eu era presidente eu que ia, todo o tempo corria atrás das coisas, dos benefícios. (Orlando Rodrigues- comunidade Bacuri)²⁶⁰.

Orlando Rodrigues, explicou que a organização social das comunidades resultou na organização política e no acionamento de uma identidade coletiva. Os moradores do lago, passaram a acionar o termo comunidade, comunitário e agricultor como uma identidade coletiva ao dialogar com o poder público municipal e estadual e lutar por políticas públicas antes negadas: educação, saúde, transporte e políticas do governo: aposentadoria, auxílio maternidade e bolsa família, importantes demandas dos moradores das zonas rurais.

Os primeiros efeitos desta organização observados por Orlando, foi a conquista de bens duráveis e artigos de uso coletivo para os comunitários. Itens estes que eram densamente almejados. Com a organização da comunidade as necessidades práticas são alcançadas paulatinamente, mediante a capacidade de mobilização do grupo. Dados evidenciaram a conquista de itens simbolicamente importantes: motor gerador de energia, (motor luz), construção de escolas, combustível. A ausência de escola, foi apontada nas entrevistas como principal fator dos deslocamentos regionais em direção à zona urbana de Tefé. Hoje a comunidade dispõe de uma escola pólo que atende alunos da própria comunidade e de 10 comunidades adjacentes do Lago.

Figura 16 – Escola Municipal Rural Bom Jesus do Bacuri



Fonte: ASCOM SEMEEC, 2023.

A Escola Rural Bom Jesus é considerada uma grande conquista, fruto do esforço, da mobilização e reivindicação dos moradores do Lago junto à Prefeitura. Ela foi criada por meio do Decreto nº 015 de 06 de agosto de 1981, mas desde o dia 10/03/1981, atividades educativas já eram desenvolvidas na comunidade escolar. Em 06 de agosto de 2023, a escola festejou o seu 42º aniversário. No momento da nossa pesquisa, a escola atendia 226 alunos da comunidade Bacuri, sede da unidade de ensino e uma grande parcela de estudantes oriundos das comunidades Santa Luzia do Curupira, Santo Antônio do Iapucu, São Benedito, São José do Madureira, Icanamã, Nova Jerusalém, Nova Esperança, São Sebastião do Turé, e moradias isoladas. Historicamente, em 2008, em parceria com a Rede Estadual de Ensino (SEDUC), a escola passou a receber alunos do Ensino Médio por meio de Mediação Tecnológica, da Escola Estadual Frei André da Costa.

Além da construção da escola polo, reivindicavam motor gerador de energia pois não havia eletricidade nas comunidades do Lago na década de 70. Estas conquistas provocaram transformações importantes na rotina do trabalho doméstico das famílias, sobretudo, porque os filhos não precisavam mais migrar para a cidade para concluir o ensino fundamental. O primeiro ganho foi de tempo e depois a redução do esforço físico.

Um dos aspectos destacado no conteúdo do relato de Orlando Rodrigues²⁶¹, que descreve os efeitos desta organização é que a constituição destes sujeitos em associações comunitárias resultou na construção de uma identidade política que foi sendo formulada no discurso e na prática como uma estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais. Homens e mulheres do Lago passaram a se enxergar como sujeitos políticos capazes de pressionar por políticas públicas e reivindicar a permanência e posse da terra.

Segundo Orlando, os trabalhadores/as rurais organizados em associações comunitárias, deixaram de ser ignorados pelos governos municipais e pelo Estado, tornaram-se protagonistas de suas vozes para reivindicar e promover ações voltadas para o manejo de recursos naturais. A percepção de Orlando é compartilhada por outros trabalhadores do Lago. O Sr. Deoclécio M. da Silva complementa esse entendimento ao citar que a organização de comunidades, afirma a existência coletiva de homens e mulheres do interior e os empoderou. Pois antes se sentiam envergonhados e inferiores intelectualmente em situações que necessitavam dialogar e reivindicar direitos sociais junto à prefeitura. Nestes momentos recorriam sempre a interlocutores.: *Tinha aqui um gaúcho, que era um veterinário. Quando a gente ia pra cidade, via a gente, já conhecia. Dizia: “eu vou falar com quem? rapaz viemos a fim de falar com o prefeito, “bora lá”. Tinha que falar com alguém do meio, do parlamentar para pedir pela comunidade. Depois, com as explicações que a coisa clareou, ninguém carecia de ir atrás de uma pessoa*²⁶².

Os moradores do Lago foram se empoderando como sujeitos de direitos. Na medida que acionaram uma identidade coletiva, tornaram-se protagonistas de suas próprias vozes e lutas, possibilitando a passagem de ações atomizadas para ações coletivas.²⁶³ A passagem de uma existência atomizada para uma existência coletiva pressupõe necessariamente segundo Bourdieu²⁶⁴ a ação de mediadores, em diferentes contextos históricos, mesmo que não resulte na tomada do Estado.

²⁶¹ Orlando Rodrigues, negro, católico, casado, 66 anos no momento da entrevista realizada em 10 de janeiro de 2015, na sua casa na comunidade Bacuri. Natural da cidade de Tefé, nascido na comunidade Igarapé Assu. Seus pais são Lázaro do Carmo Rodrigues e Clair Lopes Rodrigues. Orlando veio para a comunidade Bacuri no ano de 1967, quando os pais mudaram para a comunidade. Casou-se com Maria José Rodrigues e formou sua família com sete filhos. Orlando se auto identifica como agricultor. Hoje é aposentado, mas durante sua vida exerceu outras atividades, como por exemplo a de serrador. Atuou muitos anos como presidente da sua comunidade.

²⁶² Entrevista foi realizada no dia 09 de janeiro de 2021 na comunidade do Turé, na sua residência.

²⁶³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.124.

²⁶⁴ BOURDIEU; 1990, p. 192

4 LUTAS DAS COMUNIDADES RURAIS: PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E LUTA PELA TERRA

4.1 “As comunidades foram levantando a bandeira, porque é difícil confrontar, pro cara perder a vida assim, os caras eram muito revoltados, então era difícil”.

A partir deste capítulo, vamos acompanhar as lutas protagonizadas pelos trabalhadores rurais do Lago de Tefé. Sente-se conosco neste banco disposto no quintal da casa do Sr. Raimundo Menezes na comunidade Ipapucu (figura:16), e acompanhe o relato de um dos conflitos vivenciados por ele e outros moradores do Lago.

Figura 17 – Entrevista com Raimundo Menezes.



Fonte: Santos, 2021.

Nesse momento, o Sr. Raimundo Menezes Pinheiro nos conta o relato de abertura deste capítulo. Acompanhe:

A gente veio de uma situação aqui, na época de 80 aqui, acontecia uma grande depredação que chamava bomba. Bomba que o pessoal jogava. Aqui dentro tinha muito cardume de jaraqui. Aquilo era pra acabar com tudo, e aí foi uma luta muito grande, eu, Antônio Carlos, Lazineho, o pessoal do seu Etevaldo fomos muitas vezes ameaçados porque a gente denunciava e as pessoas não aceitavam essas denúncias.

Johmara- E vocês foram ameaçados por quem?

Raimundo Menezes- Pelos bombeiros, porque eles eram cascudos, não queriam aceitar. Além de estarem errados, achavam que eram donos da razão.

Johmara- E de onde eles eram?

Raimundo Menezes- Foi surgindo, foi surgindo que até os próprios comunitários começaram a fazer isso. Porque não tinha mais outra forma de pegar o peixe, tinha que

usar a mesma forma de pesca, o mesmo material. (Raimundo Menezes Pinheiro, 57 anos, comunidade Ipapucu)²⁶⁵.

Em seu depoimento ele nos leva a década de 1980, e apresenta o ápice dos conflitos vividos pelos moradores do Lago de Tefé com os “bombeiros” com relação a uma das principais fontes de proteínas: o peixe e a invasão de seus lagos e igarapés de uso comum. Conforme reiteramos, os lagos e igarapés foram e continuam sendo fundamentais, pois é dele que os trabalhadores (as) rurais, retiram parte significativa de seu sustento por meio da pesca.

No período anterior que vai até meados de 1960 o uso destes espaços aquáticos se restringia basicamente aos moradores da região. Estes tinham na agricultura sua atividade econômica principal. Porém, durante a folga do roçado ou à noite, dedicavam-se à pesca artesanal, voltada para o sustento de suas famílias.

Os trabalhadores (as) rurais se referem a década de 60 e 70 como sendo um período de fartura em razão da abundância de peixes existentes no Lago de Tefé, e que abasteciam o Médio Solimões (Tefé e Alvarães)²⁶⁶. Raimundo lembra desta época de fartura com saudades: *“Logo que eu fiquei com essa mulher, eu perguntava o que ela queria comer, ela dizia qual o peixe ela queria. Ninguém comia peixe pequeno não, só peixe graúdo, escolhido. Hoje é difícil, hoje tu tens que levar na tora, o que tu pegar, tu tem que comer, porque nu dá pra escolher mas não”*.

Segundo o comunitário, neste período não havia escassez na pesca, nem preocupação com relação a alimentação, pois havia facilidade de conseguir o peixe²⁶⁷. Inclusive a escolha do pescado a ser consumido cotidianamente era uma realidade vivenciada por eles.

A fartura de peixe nos lagos se dava porque os moradores, não tinham a pesca como profissão, dedicavam a atividade para o autoconsumo. Estes afirmaram que uma ou duas horas capturavam as espécies de escamas, que eram as mais desejadas, usando caniço, tarrafa, espinhel, arpão, zagaia, arco e flecha, instrumentos com baixo poder de depredação já tradicionalmente utilizados na região.

De certo modo, até a década de 70, os comunitários possuíam um relativo controle de suas territorialidades de pesca, as quais protegiam com rigor. Raramente permitiam pessoas estranhas pescarem nos lagos e igarapés localizados no fundo dos seus sítios.

A gênese do conflito a qual Raimundo se refere ocorreu paulatinamente como a implantação da Indústria pesqueira no Brasil e expansão do capital na pesca, que trouxe uma

²⁶⁵ Entrevista realizada em maio de 2021 no quintal da sua residência.

²⁶⁶ Município vizinho, localizado na margem direita do Lago de Tefé.

²⁶⁷ De acordo com Witkoski, os lagos ficam geralmente atrás das propriedades. Em razão da pouca quantidade de água presente no seu interior forma-se uma espécie de curral de peixes. Ao chegar nesse ambiente aquático densamente povoado de fauna aquática, de posse de uma canoa, com apetrechos artesanais como caniço, linha de mão, tarrafa, em 0:45 minutos o camponês consegue pescar uma quantidade de peixe capaz de suprir sua subsistência para aquele dia de trabalho. Ver: WITKOSKI, 2010, p. 324.

série de transformações capitalistas na pesca regional. Importante dizer que neste momento os recursos pesqueiros amazônicos eram percebidos como uma riqueza inesgotável a ser explorada. Deste modo, houve a introdução e expansão da frota pesqueira embarcada itinerante.

Assim, cidades amazônicas vão presenciar a expansão da pesca profissional embarcada, voltada exclusivamente para a comercialização nos principais centros urbanos da região. O resultado foi um aumento significativo da demanda urbana por peixes nestes centros.

Simultaneamente ao aumento da demanda do peixe, ocorreu uma série de avanços tecnológicos no transporte e armazenamento da pesca que contribuíram para a expansão da pesca regional embarcada. Masulo em sua tese elenca estes avanços, a introdução dos barcos de pescas (1940), aparecimento dos motores de combustão/explosão (1950), movidos a diesel e com caixas de gelo acoplado na parte central dessas embarcações, o aparecimento do nylon que permitiu a feitura de malhadeiras maiores e mais resistentes, o aparecimento do poliestireno (isopor) para conservar o pescado. Os primeiros barcos de pesca com a introdução do motor permitiram alcançar lugares de pesca até então inexplorada na pesca comercial intensiva, dedicar maior tempo de permanência nas viagens, utilizar embarcações maiores, tornando possível um aumento da capacidade de captura e certa regularidade de desembarque de pescado para as principais cidades amazônicas.

A utilização destes instrumentos mais resistentes e com maior poder de captura como a malhadeira foi determinante para a redução dos estoques de peixe na região amazônica. O uso intensivo da malhadeira na década de 1970 foi adotado nas pescarias executadas tanto pelos barcos pesqueiros como por muitos camponeses ribeirinhos, resultando na redução acentuada dos estoques pesqueiros, sobretudo nos lagos. Essa redução passou a ser sentida cotidianamente pelos moradores do lago de Tefé.

Além da implantação da pesca profissional, as transformações sociais vivenciadas nas cidades amazônicas na década de 70, pressionaram a demanda por pescado e ocasionaram a sua comercialização intensiva.

Dentre estas mudanças sociais, citamos o declínio das atividades extrativistas (jucicultura, castanhais,) que ocasionou o deslocamento de mão de obra para a pesca. Muitos camponeses ribeirinhos, por causa das crises agrícolas, deixavam as comunidades do interior, onde rareavam as oportunidades de emprego, e se dirigiam para a capital ou cidades menores, que também cresciam e se lançavam à pesca comercial. Muitos que antes se dedicavam à pesca como atividade de subsistência, passaram nas cidades, a ser pescadores a tempo integral, causando uma aceleração no processo de desenvolvimento da pesca comercial que passou a ser

vista como excelente saída para obtenção de lucros fáceis, pois este produto sempre teve bom preço e mercado garantido.

O deslocamento destes sujeitos sociais impulsionou o crescimento da população urbana das cidades amazônicas, principalmente de Manaus que vivenciava a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Conforme Witkoski²⁶⁸, para que Manaus pudesse se transformar numa cidade produtora de eletrodomésticos, televisores, rádios, sistema de som, motocicletas, foi necessário, criar uma política indutora de migração de força de trabalho do campo para a cidade. Como resultado da implantação da Zona Franca, a capital do Amazonas tornou-se um pólo de desenvolvimento econômico, transformando de modo radical a própria cidade, e a estrutura do campo. Trouxe como consequência o êxodo rural e a grande concentração urbana. Manaus tornou-se o maior consumidor de pescado da Amazônia Ocidental.

Para atender esse aumento da demanda urbana por peixes ocorreu concomitantemente uma expansão da frota pesqueira embarcada e motorizada bem como a instalação de grandes redes de frigoríficos no Estado do Amazonas. Segundo Masulo²⁶⁹ afirma, os números de frigoríficos instalados no final da década de 70 e início de 80 bem como a capacidade de armazenamento aumentaram significativamente no Estado do Amazonas, devido aos incentivos fiscais para essas empresas de pesca investirem na região. O estabelecimento desses frigoríficos ocasionou a criação de um mercado exclusivo de peixes lisos, que após lavados, filetados e embalados eram fornecidos para os supermercados, hotéis e restaurantes na cidade de Manaus. Como também eram exportados para outros estados do Brasil, bem como para diversos países, como EUA e Japão.

Essa frota esteve sempre direcionada para as espécies mais consumidas e de maior valor comercial. Em Manaus, o crescimento da frota pesqueira, nas últimas décadas, foi significativa²⁷⁰. O número de barcos pesqueiros cresceu assustadoramente, passou de 135 barcos, em 1970, para aproximadamente 1.200, em 1991. Segundo o processo BRI/00018/500/B5M/86²⁷¹, a atividade pesqueira no Estado do Amazonas, representou no período uma das mais importantes do setor primário na região, tanto ocupacional quanto pelo que produzia, já que o peixe era um dos alimentos da dieta básica da população local.

²⁶⁸ WITKOSKI, 2010, p. 138.

²⁶⁹ CRUZ, 2007, p. 197.

²⁷⁰ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PROCESSO BRI/00018/500/B5M/1986. Proibição da Pesca no Interior do Estado do Amazonas (1986) disponível na Biblioteca Nacional.

²⁷¹ *Id.* 1986.

Com todas essas mudanças na pesca, estabeleceu-se definitivamente, na Amazônia a comercialização do peixe fresco e congelado em detrimento do peixe seco-salgado. Portanto, é em torno das principais cidades amazônicas que se consolida esse tipo de pesca com estratégia itinerante, voltada exclusivamente para o abastecimento urbano e executada, cada vez mais por pescadores profissionais, completamente diferente da pesca tradicionalmente utilizada pelos camponeses ribeirinhos.

Face às grandes extensões dos rios da região, bem como a grande distância entre Manaus, maior consumidor da Amazônia Ocidental, e os lagos mais fartos, havia barcos com grandes capacidades de armazenamento que vinham de Manaus, Iranduba e do Estado do Pará para explorar os recursos pesqueiros da região, chegando às vezes a permanecerem mais de 40 dias em serviços de captura dos lagos. Os lagos eram os mais procurados pela pesca comercial, principalmente na seca, em razão da facilidade e rapidez com que pode ser realizada, assim como pela fartura de peixes capturados que esse momento propicia²⁷².

Diante deste cenário de mudanças, os comunitários do Lago de Tefé começaram a enfrentar sérias dificuldades para capturar peixes para sua alimentação. Cada dia passava mais tempo na atividade de pesca, prejudicando o trabalho no roçado. A pesca predatória²⁷³ começou a ser percebida e se tornar dramática, afetando diretamente suas vidas.

Os bombeiros citados pelo Sr. Raimundo na narrativa de abertura deste capítulo eram pescadores profissionais a quem os moradores do lago passaram a chamar de “os de fora”. Estes pescadores profissionais embarcados estavam sempre em busca de novas áreas que possibilitasse uma boa pescaria. Quando uma área de pesca, como lago, furo ou rio, apresentava sinal de esgotamento dos recursos pesqueiros, esses pescadores embarcados migravam para outras áreas. Eles são por natureza migrantes, seu território de pesca é instável, móvel, não cessa de se estender. Daí não havia por parte desses pescadores profissionais preocupações em proteger essas áreas de outros pescadores embarcados. A lógica das pescarias realizadas por

²⁷² WITKOSKI, 2010, p. 339.

²⁷³ Segundo WITKOSKI *apud* BATISTA, 1979 p. 46, a pesca predatória começou por volta de 1968. O estrago foi tão grande que em 1974, o armador Alfredo Jacaúna Pinheiro, secretário da Colônia de Pescadores Z-2, de Manaus, apresentou um relatório ao então ministro da Agricultura, Cirne Lima, denunciando que os peixes da Amazônia estão diminuindo de peso e tamanho. Entre os fatos relatados há alguns atemorizadores, em 1971, o rio Madeira, houve lances de rede que capturaram 30.000 exemplares de peixes diversos. Feito a seleção dos que serviam para o mercado sobraram 2.000 exemplares, sendo que os outros 28.000 foram lançados à água já mortos, gerando um mal cheiro insuportável nos remansos ou nas moitas de canarana, junto às margens onde se obtinham os peixes apodrecidos. Por outro lado, revelavam que os exemplares de tambaqui de 800 gramas de peso ou de pirarucu de 3kg eram trazidos para os mercados quando o primeiro ao atingir três anos de idade, idade em que a fêmea começa a postura, tem peso médio entre cinco a sete kg, e o segundo, só atinge a idade adulta com o peso mínimo de 25 a 30 kg [...] falou a mesma coisa o antigo delegado da SUDEPE em Manaus, Raimundo Neira Eulálio, em 1974, declarando que o “Amazonas está condenado a ficar sem peixe dentro de quatro anos se não for proibida a pesca na época da desova.

eles, era de quem chegasse primeiro, eles também partiam do pressuposto de que as águas são de acesso livre, sem dono.

Utilizando tal lógica, passaram a frequentar o lago principal de Tefé, os igarapés próximos dos sítios dos moradores, lançando dinamites na água matando indiscriminadamente peixes de todos os tipos e tamanhos.

Além do uso de explosivos, os bombeiros praticavam a batção²⁷⁴ que segundo D. Maria, moradora do Igarapé Açu, na região, “*é quando o homem lança a rede de pesca no rio e segue com um pedaço de madeira batendo na água para os peixes irem em direção a malhadeira*”. Essa técnica de pesca era proibida segundo os costumes dos moradores pois era considerada predatória. Quando utilizada “*espantava o peixe, (aí nem pra nós, nem pra eles)*” causando o seu desaparecimento dos lagos e igarapés próximos das comunidades.

Tanto o uso de dinamites quanto a prática de batção tornou-se uma realidade presenciada demasiadamente na região. Como o objetivo da pesca embarcada é o maior lucro possível, pescadores profissionais em embarcações de grande porte²⁷⁵, no afã de aumentarem a produção visando atender à crescente demanda urbana por peixes, invadiam o lago e praticavam não somente a pesca predatória, mas também a pesca seletiva. A pesca predatória e seletiva segundo Witkoski era:

Aqueles que depois de apanhar, por exemplo um cardume de branquinha, desprezam-nas mortas nas águas, em função da captura de uma outra espécie mais valorizada pelo mercado consumidor. A pesca “seletiva” subordinada à lógica do mercado, não levando em consideração a biodiversidade capturada, compromete dia a dia o estoque da ictiofauna amazônica. Esse tipo de pesca possui apetrechos para pescar durante todo o ano²⁷⁶.

As embarcações de pesca que passaram a ser vistas frequentemente na região vinham de Belém, Manaus, Manacapuru e Colômbia²⁷⁷. Nelas, pescadores profissionais faziam de uma só vez a carga que os comunitários e pescadores locais levavam semanas ou meses para fazer, dado a capacidade de captura e armazenamento dos barcos de pesca.

O Dr. Masulo, em sua tese chamou atenção, para o fato de que os camponeses não eram contra a pesca comercial, e sim, contra a pesca predatória e seletiva que vinha sendo feita no lago. Este tipo de pesca causava muito desperdício de pescado, pois barcos pesqueiros

²⁷⁴ Bate-se com os paus na água para espantar e empurrar os peixes em direção do apetrecho de pesca.

²⁷⁵ Sobre o tamanho dos barcos que compõem a frota pesqueira com os quais se defrontam os camponeses amazônicos. Ver: WITKOSKI, 2010. p. 340.

²⁷⁶ WITKOSKI, op. cit., p. 340.

²⁷⁷ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Luta pela preservação dos lagos no município de Urucurituba, Amazonas: uma proposta alternativa*, 1995. Disponível no Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

carregados com peixe inferior eram jogados assim que havia possibilidade de captura de espécies mais valorizadas comercialmente, como por exemplo, o tambaqui e a matrinhã.

O efeito deste tipo de pesca era devastador tanto concreto quanto simbolicamente. O relato do padre João Dereckx retrata bem a situação:

Tendo praticamente arrasado os lagos mais próximos da capital do Estado, através da pesca predatória e indiscriminada, os grandes pesqueiros sobem cada vez mais os rios do Amazonas, atrás da preciosa mercadoria. São grandes (e muitos) barcos particulares, com capacidade média de 80 toneladas de peixe, que sobem e descem os rios, invadem os lagos todos os dias. O principal instrumento de trabalho desse setor é a malhadeira que, na maioria das vezes, está fora do tamanho estipulado, arrastam peixes de todo o tipo e tamanho. A destruição e o desperdício são incalculáveis. Um barco fica abastecido com o jaraqui no gelo dos reservatórios, quando aparecem os cardumes de Matrinhã que têm um maior valor comercial, jogam-se toneladas de jaraqui no rio para reabastecer o barco com Matrinhã. Outras formas de pesca predatória: o uso de bombas. O Lago Tefé é constantemente atacado por pescadores que fazem uso deste utensílio criminoso. No Rio Japurá está acontecendo a invasão de pescadores colombianos [...] [em busca de] peixe liso e filhotes de aruanã [que são vendidos como peixes ornamentais]. Outro desrespeito à natureza é a pesca industrial que é feita no tempo da desova dos peixes²⁷⁸.

Inicialmente, os moradores do lago não acreditavam na falta dos recursos naturais. Todavia, a partir da década de 1980, a fartura vivida na região duas décadas antes, transformava-se em progressiva escassez, atingindo diretamente o seu cotidiano e a sua mesa.

Raimundo reitera que os moradores tomaram consciência dos impactos da pesca predatória, quando passaram a despende de mais tempo na atividade de pesca. E, ir cada vez mais longe de seus igarapés para conseguir alimentação, pois já não encontravam mais peixes nos igarapés adjacentes de suas comunidades. Inclusive, a alternativa dos comunitários para obter peixe na mesa foi usar os mesmos instrumentos de pesca utilizados pelos pescadores profissionais. No caso, as bombas, contribuindo assim para a depredação do meio ambiente.

Raymund Williams²⁷⁹, ao abordar as relações cidade-campo e campo-cidade, mostra como os sujeitos agem e se percebem dentro do seu fazer diário. Williams enfatiza que “campo e cidade” são realidades históricas em transformação em si próprias quanto em suas inter-relações. Tanto o campo quanto a cidade são espaços dinâmicos e passíveis de mudanças. Ambos não podem ser percebidos de maneira dissociada, onde campo é visto como espaço da natureza, da calma ou da vida simples. Espaço que a vida acontece de maneira idílica, sem conflitos e sem grandes perspectivas. Ao contrário da imagem que se criou como lugar parado,

²⁷⁸ DERICKX, João. *No coração da Amazônia*: Juruá: O rio que chora. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 59.

²⁷⁹ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 387.

ou até mesmo do passado, o campo é dinâmico, é vivo. Nele é possível perceber tensionamentos envolvendo diferentes sujeitos com interesses distintos.

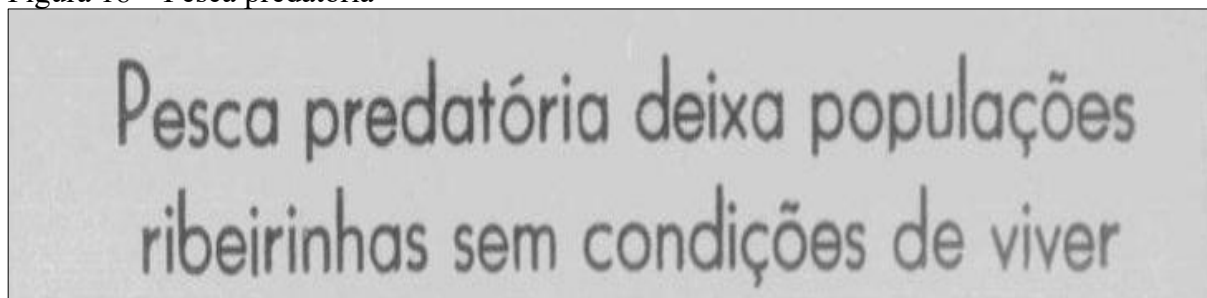
No lago, por exemplo esse tensionamento passou a envolver os agricultores que praticavam a pesca de subsistência, mas que não concordavam com a invasão dos seus territórios pesqueiros, camponeses-ribeirinhos (de dentro) que se lançavam na pesca comercial de um lado e pescadores profissionais embarcados (de fora). Estes sujeitos com diferentes interesses em jogo ocasionaram o aparecimento de conflitos pela apropriação e uso dos recursos aquáticos na Amazônia.

Spinola *apud* Masulo afirma que à medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina, os recursos são vistos como limitados e o sucesso da pescaria depende da pesca com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidos, os pescadores locais lançam-se na defesa do peixe no Amazonas²⁸⁰. Os rios e lagos, visto até então como espaços de domínio público “onde não tinha dono”, passam a ser revistos na perspectiva de ser um ambiente de uso comum do povo, que deveria ser conservado para as gerações futuras.

Nos anos 80, tem-se o início dos conflitos envolvendo pesca comercial/industrial (aquela que depreda e compromete os estoques pesqueiros rapidamente X pesca artesanal (mantém o estoque pesqueiro a nível satisfatório). Comunitários do Lago de Tefé prejudicados pelas ações predatórias dos “pescadores de fora” protagonizaram um destes conflitos amplamente noticiado no jornal do Comércio no dia dois de fevereiro de 1980²⁸¹. A notícia trazia a seguinte chamada:

²⁸⁰ SPINOLA, Henriqueta Barbosa. *O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas*. 1997. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

²⁸¹ “A exportação do pescado e a sua predação voltou a causar conflitos, dessa vez entre pescadores e moradores do rio Anari, município de Itacoatiara. Alegam os queixosos, que a pesca predatória vem esvaziando os rios de peixes, único meio de sobrevivência ao homem do interior. Semanas atrás, moradores de Maués e de Tefé, criaram atritos com os componentes de uma embarcação, acusando-os de realizarem a pesca predatória. Houve inclusive tiroteios e somente com a interferência de funcionários da Superintendência do Desenvolvimento de Pesca e autoridades policiais pode-se evitar incidentes maiores. Alegam os componentes da comunidade ribeirinha que os pescadores vêm acabando com os peixes dos rios. Eles realizam a pesca predatória e a exportação do pescado para partes longínquas do Amazonas. A área de atrito vem crescendo consideravelmente e caso nenhuma medida preventiva seja tomada, poderá ocorrer derramamento de sangue”.

Figura 18 – Pesca predatória²⁸²

Fonte: Jornal do Comércio, Manaus, 2 de fevereiro de 1980.

Observa-se que a reportagem denunciava as consequências da pesca predatória para as populações ribeirinhas. Além disso, citava os conflitos envolvendo a disputa pelos usos dos espaços aquáticos, ocorridos em dois municípios do Amazonas (Itacoatiara e Tefé). Esses conflitos começaram a ganhar visibilidade na imprensa devido à acentuada redução dos recursos pesqueiros.

No segundo parágrafo da notícia, moradores do lago de Tefé-AM são citados ao se envolverem no conflito após empatarem pescadores de realizar a pesca predatória na região. Na ocasião, houve tiroteios, mas nenhum dos envolvidos saiu ferido fisicamente ou morto tanto da parte dos pescadores quanto dos trabalhadores rurais. Autoridades policiais e funcionários da Superintendência de Desenvolvimento de Pesca se envolveram visando solucionar o conflito e evitar o derramamento de sangue. A mesma notícia também associava o acirramento dos conflitos de pesca como resultado das exportações do pescado capturado para atender o mercado nacional e internacional.

Esta não foi a única notícia publicada na imprensa, encontramos uma série de manchetes²⁸³ veiculadas na década de 90, denunciando o desaparecimento dos peixes, a pesca predatória indiscriminada durante a época da desova e os conflitos. As matérias reforçam os depoimentos dos moradores do Lago sobre a sobrepesca praticada no Médio Solimões, noticiavam o

²⁸² “Pesca predatória deixa populações ribeirinhas sem condições de viver”. A exportação de pescado e sua depredação voltou a causar conflitos, dessa vez entre os moradores e pescadores do rio Arari, município de Itacoatiara. Alegam os queixosos que a pesca predatória vem esvaziando os rios de peixes, único meio de sobrevivência ao homem do interior. Semanas atrás, moradores dos municípios de Maués e Tefé criaram atritos com os componentes de uma embarcação, acusando-os de realizarem a pesca predatória. Houve inclusive tiroteio e somente com a interferência de funcionários da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e autoridades policiais, pode-se evitar um incidente maior. Alegam os componentes das comunidades ribeirinhas que os pescadores vêm acabando com os peixes dos rios. Eles realizam a pesca predatória e a exportação do pescado para partes longínquas do Amazonas. A área de atrito vem crescendo consideravelmente e caso nenhuma medida preventiva seja tomada poderá ocorrer o derramamento de sangue.

²⁸³ JORNAL DO COMÉRCIO. “Fuga do pirarucu preocupa o governo”. 10.04.1980.

JORNAL DO COMÉRCIO. “Pesca criminosa nos rios merece condenação”. 13.05.1980.

JORNAL DO COMÉRCIO. “Pesca predatória e profissional esvazia o interior”. 31.10.1981.

JORNAL DO COMÉRCIO. “Pesca”, proibição da pesca no tempo da desova em todo o Estado. 13.01.1984.

aparecimento de barcos de 20 toneladas entrando e saindo do lago de Tefé carregados para abastecer os mercados locais, nacionais e internacionais.

Não somente a imprensa, mas membros da Igreja Católica corroboram com esta visão. Segundo Souza²⁸⁴, as primeiras “queixas” e reivindicações dos camponeses-ribeirinhos foram manifestadas no interior das dioceses e prelazias daquela unidade da federação.

4.2 “A gente precisa defender e preservar o peixe”: surgimento do movimento de defesa do peixe nas comunidades do Lago de Tefé -AM

A pesca predatória e os conflitos vivenciados no Lago causaram preocupação dos representantes progressistas da Igreja. Com o objetivo de apoiar a luta dos trabalhadores (as) rurais pela manutenção da vida, nasceu o movimento de defesa do peixe e de Preservação de Lagos. Esse movimento segundo Spinola²⁸⁵ surgiu nas prelazias e dioceses do estado do Amazonas a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

No município de Tefé, o movimento de defesa do peixe foi colocado em prática por meio do irmão Falco Michiels²⁸⁶, um padre da Prelazia de Tefé. Falco era holandês, da congregação do Espírito Santo, enviado pela Província da Holanda no final de 1963. Chegou em Tefé início de 1964²⁸⁷. E, desde então viajava pelos beiradões dos rios, visitando as localidades com o objetivo de formar comunidades eclesiais de base e evangelizar as famílias.

Piet Micheles (Pedro) era seu nome de batismo. Piet nasceu numa família agrária em Netersel²⁸⁸. Filho de agricultor, talvez por isso, durante toda a vida demonstrou apreço pela terra e pela alimentação do povo. Ficou conhecido pela luta realizada junto com trabalhadores(as) do interior pela preservação da natureza, dos recursos aquáticos e florestais. Ele pontuava que o mais importante para os pescadores e ribeirinhos das localidades era a

²⁸⁴ SOUZA, Luís Antônio Nascimento. *Proposta de reforma aquática do movimento de ribeirinhos do Amazonas em face às modificações das práticas pesqueiras*. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

²⁸⁵ SPINOLA, 1997.

²⁸⁶ O Irmão Falco é considerado uma liderança importante entre os comunitários da região. E, precursor da conscientização e da luta em defesa dos recursos naturais na região.

²⁸⁷ Veio fazendo parte de uma equipe, como profissional (mestre de obra), para realizar os projetos do bispo prelado, D. Joaquim de Lange, tais como: construção de prédios que serviriam para o campo da saúde, educação, comunicação e prática religiosa. Enquanto trabalhava nestes projetos, sentiu necessidade de se desenvolver pessoalmente como pessoa; matriculou-se no curso noturno de magistério, formou-se como professor, dedicando parte de seu tempo para ministrar aulas. Não satisfeito em ser mestre de obras e professor, sentiu vontade de servir melhor a Deus, fez o curso de teologia, o que levou a se integrar na Coordenação Pastoral, tornando-se mais especificamente o evangelizador que viajava pelos beiradões dos rios da Prelazia, visitando as localidades e vilarejos. Ver: Editorial do Boletim Especial da Prelazia; julho (2013).

²⁸⁸ Boletim Especial (2013, p.3), disponível no Arquivo da Prelazia de Tefé.

organização, união em torno de interesses coletivos. Argumentava que “o homem não vivia somente de pão”, era necessário ter “o espírito de luta e defender o peixe na mesa”. Tais argumentos o fez ficar conhecido como o precursor da conscientização ambiental em Tefé.

Nos anos de 1980, Falco tornou-se coordenador da Pastoral da Terra da Prelazia de Tefé.

O Irmão Falco veio pra cá como missionário. Chegando aqui em Tefé a necessidade era muito grande, porque tínhamos poucos padres, precisava formar uma pastoral que tratasse desses assuntos de comunidades. Ele era arquiteto-construtor. Era o ofício dele, construir prédios. De construtor de prédios, passou a ser construtor de ideias, de esperança, de luz mesmo. E então ele passou a coordenar a pastoral. Ele pensou em fazer visitas, conhecer a realidade da prelazia de Tefé, e conhecendo esta realidade ele se deparou com este disparte de sociedade, de injustiça, desigualdade. Por exemplo, você ia para o interior e lá não tinha comida nem para eles, nem para você. Então isso foi o que deu muito ânimo para ele trabalhar esta questão, porque nossa região é de potencial de recursos, mas o povo não estava tomando conta do que tinha. A ideia foi chamar, animar o povo para tomar conta do que é seu. Naquele primeiro momento o objetivo era: “pão na mesa”, “Vamos cuidar para ter pão na mesa”! Ele ia de Carauari até Caiambé falando disso. Viajei muito com o irmão Falco. Como pessoa era muito legal, era um cara de cabeça aberta, gostava de ouvir, conhecer a realidade. Tinha essa linha de libertá-los através da evangelização, mas sem querer forçar as pessoas porque a religião em toda a sua história, por si ela já tem esse peso, parece que você “encachola” as pessoas. Falco tentava tirar isso, fazer com que as pessoas acreditassem, seguissem, mas com liberdade²⁸⁹.

Pelas comunidades rurais que passava, Falco repetia incansavelmente para os moradores a seguinte expressão: “Preserve para você e para os outros” ou “Plante, crie e preserve! incentivando o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, sem perder de vista a preservação da floresta. Estas frases foram pronunciadas muitas vezes e já demonstraram suas preocupações a respeito das mudanças vividas no cotidiano do lago de Tefé. Falco era convicto de que no futuro não distante, os trabalhadores rurais do lago não teriam mais acesso ao “peixe nosso de cada dia”, devido à grande exploração praticada nos rios Solimões e Jutai. E, temia que a pressão sobre os estoques pesqueiros gerasse fome nas comunidades.

Durante os 24 anos que atuou a serviço da Igreja Católica do município, dedicou sua vida às famílias do interior. Para quem conviveu com ele, é lembrado como um colega de luta, corajoso e dedicado ²⁹⁰, por atuar fortemente na mobilização para a proteção dos lagos e na realização de Acordos de Pesca Comunitários, tornando-se um importante instrumento de resistência e denúncia na região.

O Movimento de Preservação de Lagos nasceu, portanto, da necessidade de sobrevivência das famílias do interior, que tinham limitado o acesso aos recursos. O relato da

²⁸⁹ Oscarina Martins, entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2012. Consultar artigo: PERALTA, Nelissa. A Teologia da Libertação, o ambientalismo e as Unidades de Conservação no Amazonas. *Contracorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, [S.l.], n. 18, p. 103-128, 2022.

²⁹⁰ Boletim Especial (2013.p.4), disponível do Arquivo da Prelazia de Tefé.

liderança Oscarina Martins citado acima mostrou que a motivação inicial de Falco foi garantir o uso presente do recurso (pão na mesa), e, para isso, as pessoas teriam que tomar conta dos recursos que tinham. As primeiras ações voltadas à questão da defesa do peixe e preservação dos lagos foi a sensibilização dos moradores do Lago. *“Dizia que era preciso preservar. Se quem está no lugar ali não cuida, que vai cuidar.”*²⁹¹ Levava a reflexão de que não bastava expulsar grandes barcos pesqueiros e os questionava: *Como garantir o peixe às populações do interior sendo que os mesmos ribeirinhos estavam acabando com o peixe?*

Assim, em Tefé, começou-se nas comunidades a discussão em torno de como preservar os peixes para manter a mesa farta. As comunidades passaram a formar grupos chamados de Comitês de Pesca. “Esses grupos discutiam com evitar que peixeiros de Manacapuru, Manaus ou de Coari vir aqui no nosso porto e levar o peixe com o uso da malhadeira”²⁹². As lideranças do movimento popular de preservação (GPD) traçaram algumas estratégias de ação. Através da criação de comitês de Pesca, os grupos faziam a delimitação das áreas das comunidades, a classificação dessas áreas em diferentes tipos de uso, o estabelecimento de formas de proteção e a mobilização popular para regulamentação do uso dos recursos. A inspiração para essa categorização de lagos parece ter vindo da região de Jutai, onde Irmão Falco conheceu um morador (seu Onorato) que ativamente “cuidava dos seus lagos”²⁹³.

De acordo com Nelissa Peralta Bezerra²⁹⁴ a ideia de guardar lagos sempre foi difundida na região. A diferença é que anteriormente, aqueles lagos eram guardados para uso privado, enquanto o movimento de Preservação reivindicava o direito de guardar lagos de forma coletiva para uso das comunidades. Com isso, o movimento tentava realizar um tipo de ordenamento territorial para regular o uso dos recursos (principalmente aquáticos), permitindo que as recém-formadas comunidades pudessem ter acesso exclusivo a porções do território (melhor dizendo, porções das águas) para sua sobrevivência. Raimundo Menezes Pinheiro, morador e liderança na comunidade Ipapucu participou do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD-Tefé), como agente ambiental. E teceu o seguinte relato a respeito:

²⁹¹ Francisco Andrade, entrevista concedida em 13 de março de 2012. In: PERALTA, 2022, p. 119.

²⁹² Ana Maria Motta, integrante do MEB. In: PEREIRA, Henrique dos Santos. *Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea* – Estudo do Amazonas – Estudo estratégico Analítico. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004, p. 49.

²⁹³ INOUE, Cristina. *Regime Global de Biodiversidade*. Comunidades Epistêmicas e Experiências Locais de Conservação e Desenvolvimento. Sustentável- O caso do Mamirauá. Brasília: Editora UNB, 2007.

²⁹⁴ BEZERRA, Nelissa Peralta. *“Toda ação de conservação precisa ser aceita pela sociedade”*: manejo participativo em reserva de desenvolvimento sustentável. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

Johmara- Essa questão do GPD, como funcionou na comunidade de vocês, saiu algum agente daqui? Como isso aconteceu no dia a dia? Vocês conseguiam inibir essas pescas de fora e dentro do Lago?

Raimundo Menezes- Aqui surgiu esse movimento. Funcionava assim, cada comunidade passou a cuidar da sua área dividindo os lagos preservados que tinha, os lagos de procriação e os lagos de manutenção. Os lagos de manutenção era só pra tirar os alimentos. De procriação era intocável. Mas com o tempo a gente foi esbarrando nos grandes pescadores, que eles eram muito bem-organizados, e entravam onde tinha peixe. Eles faziam negociação ou roubavam de noite. A gente prendia as malhadeiras e no outro dia eles estavam de novo. E assim, para não ter aquelas divergências todas, as comunidades foram levantando a bandeira, porque é difícil confrontar, pro cara perder a vida assim, os caras eram muito revoltados, então era difícil (Raimundo Pinheiro, 57 anos, comunidade Ipapcucu)²⁹⁵.

Raimundo afirmou que os comunitários participaram ativamente deste movimento em defesa do peixe. E, que passaram a dividir os lagos conforme seu tipo de uso. As comunidades definiam a categoria de lago com base nos critérios de acessibilidade, tamanho e produtividade. Os lagos de manutenção seriam aqueles reservados para as famílias que moravam perto. Nestes lagos todos podiam pegar o peixe necessário para alimentação, mas somente com instrumentos simples como caniço, zagaia, flecha e pequenas redes²⁹⁶. Nestes lagos, seria vedado o uso para comercialização. O lago de procriação seria aquele “sagrado” que nem um santuário. Ali ninguém pode pescar, nem o pessoal da comunidade. É o lago que os peixes vão procriar, crescer e multiplicar-se para depois povoar outros lagos e rios. A dificuldade de acesso era um dos critérios para a seleção dos lagos de procriação. Além dessas duas categorias de lagos havia também a categoria de lagos “livres”, sem o controle das comunidades, destinados à pesca comercial, tanto por parte das associações de pescadores municipais como comunitários. Ia além dessas categorias existiam lagos de “reserva”, que ficavam reservados para assumir a função de outros lagos que porventura não pudessem cumprir com sua função original.

A divisão dos lagos em seus tipos de usos revela os princípios norteadores do movimento de Preservação. Em primeiro plano há a escolha dos lagos de manutenção, pois, a motivação inicial era garantir “o pão nosso de cada dia”. Neles os comunitários não podiam realizar a pesca comercial. Em segundo lugar, havia a escolha dos lagos de procriação. A lógica era garantir com o tempo o “repovoamento” dos recursos pesqueiros. Além disso, o incentivo à seleção de lagos de procriação seria uma motivação importante, embora secundária do movimento. A categorização dos lagos como santuários e o impedimento de realizar a pesca comercial nos lagos de manutenção refletem o caráter preservacionista do movimento mediado pela igreja.

²⁹⁵ Entrevista realizada em maio de 2021 no quintal da sua residência.

²⁹⁶ DERICKX, 1992.

Os lagos “livres” seriam aqueles abertos à pesca comercial, todavia, não havia incentivo do GPD para que estes fossem controlados pelas comunidades. Seus líderes inclusive criticavam os ribeirinhos que arrendavam o acesso aos lagos aos pescadores industriais, por conta de “alguns trocados”, ou por conta de alguma necessidade pessoal.

A prioridade das ações de proteção sobre os lagos de manutenção e procriação e a falta de incentivo à comercialização do peixe mostra o alimento do sistema de ideias do Movimento de Preservação com as bases ideológicas na Teologia da Libertação, que se caracteriza por certa oposição ao modelo vigente de desenvolvimento capitalista²⁹⁷.

Depois de definidos os lagos de manutenção e procriação, os comitês de pesca formados nas comunidades se organizavam para a proteção deles. O GPD incentivava que as lideranças formassem, elas próprias, um sistema de proteção para impedir a entrada de pesqueiros em suas áreas. De acordo com Derickx²⁹⁸, a natureza tem milhares de fiscais dispostos a lutar pelo ambiente e sua sobrevivência.

As estratégias adotadas nas comunidades eram diversas. Em algumas, alguns “fiscais” faziam a vigilância dos lagos para garantir a preservação, muitas faziam um tipo de escala do “pessoal de plantão ou vigílias”. Cada noite um grupo vigiava a entrada do lago”, quando um barco pesqueiro entrava, essas pessoas faziam a abordagem explicando que não poderia pescar ali, pois a área “pertencia” e estava sendo guardada pela comunidade. Se os “invasores” não saíssem, o restante da comunidade era chamado para “enfrentar” a situação. Em algumas comunidades os moradores se reuniam coletivamente, mas apenas depois da entrada dos peixeiros nos lagos.

O Sr. Raimundo Menezes explicou que as primeiras ações do comitê nas comunidades estudadas eram feitas através do *método da ação não violenta*. Enquanto liderança, nas vigílias buscava convencer amistosamente os comandantes dos barcos a deixarem os lagos santuários e os de manutenção. Durante as abordagens, não prendiam apetrechos de pescas como por exemplo: malhadeiras para evitar confrontos com os invasores que se tornavam agressivos quando abordados. Raimundo enfatizou que a incidência de abordagens aumentava no período de novembro a março, época do defeso (estação da seca), quando os rios baixavam. E, a pesca comercial de muitas espécies ficavam proibidas.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de; CUNHA, Luis Henrique. Manejo de lagos na região do médio Solimões: a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) – Tefé – AM – Brasil. Informe final de estudo de caso “Amazon Community-Based Resource Management Research Initiative”. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental, 2001.

²⁹⁸ DERICKY, 1992, p. 62.

A expressão “*é difícil confrontar, pro cara perder a vida assim, os caras eram muito revoltados*” revelava que os trabalhadores do lago temiam os desdobramentos de uma abordagem. Temiam perder suas vidas durante possíveis confrontos”. Todavia, eles paulatinamente foram se organizando e fazendo resistências aos “*pescadores de fora*”.

Segundo a historiadora Katiane Silva²⁹⁹, nos “comitês de pescas”, os comunitários se articulavam para que alguns moradores não arrendassem os lagos. Para isso o GPD, trabalhava a conscientização ambiental para todos os moradores das comunidades, realizando reuniões e encontros com os comunitários, desenvolvendo uma política de desenvolvimento sustentável para a região e capacitando internamente seus membros com o intuito de consolidar a autonomia e o desenvolvimento de suas bases.

Raimundo Menezes, explicou que as dificuldades enfrentadas na luta em defesa do peixe e preservação dos lagos e igarapés eram muitas. Na primeira fase do GPD, não havia apoio das autoridades competentes, alguns moradores das comunidades por várias vezes permitiam a invasão de barcos pesqueiros nos lagos santuários na calada da noite. E, que mesmo com a de vigilância dos comitês, a contenção das invasões era um trabalho difícil:

Johmara- Teve alguma situação dessa de preservação de Lagos que o senhor achou perigosa?

Raimundo Pinheiro Menezes- Sim, vou citar aqui, o Lago do Icé, do Vavá. Eu vi por que eu vi. Lá tinha tambaqui imenso em grande quantidade, quando eles corriam debaixo da canoa eles faziam xxiixiii, eu conto por que eu vi. Nós íamos pra lá e esse lago era preservado por muitos anos, 12 anos. E aí o que aconteceu? Preservaram à toa, os caras entraram lá, levaram tudo, acabou tudo. Aí o pessoal desgostou, deixaram de lado, porque eles não queriam confrontar, não queriam matar ninguém. Então eles acharam melhor perder, porque não tinha como. Tu sabes que o pequeno hoje não tem força pra lutar com o grande.

Além das invasões noturnas, os comandantes de barcos pesqueiros profissionais, quando pegos em flagrante, ofereciam subornos a alguns moradores das comunidades oferecendo parte do pescado. Muitos aceitavam, pois não partilhavam do ideal de preservação da natureza.

O movimento de Preservação de Lagos espalhou-se por todo o Solimões, em municípios como Uarini, Fonte Boa, Jutai, Juruá,³⁰⁰ Itacoatiara e Parintins. Principalmente após a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²⁹⁹ SILVA, 2015.

³⁰⁰ Ibidem, p. 84.

4.3 CPT- Ampliação do debate sobre a preservação dos recursos pesqueiros no

Amazonas

A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

Sua criação teve como objetivo principal o acompanhamento das questões agrárias no Brasil, em especial as relacionadas à reforma agrária, aos conflitos de terra, aos direitos dos trabalhadores rurais e às questões ambientais ligadas ao meio rural. Foi justamente para servir de apoio aos posseiros envolvidos em conflitos pela terra, seja prestando assessoria, seja atendendo as reivindicações deles. Em todo país e em algumas partes da região norte (Pará, Maranhão, Mato Grosso, Acre) enquanto as CPTs locais se preocupavam em apoiar e organizar trabalhadores rurais, posseiros, meeiros e seringueiros que desejavam lutar pela posse da terra,

A CPT atuou de forma pastoral junto às comunidades rurais, apoiando e defendendo os direitos dos trabalhadores do campo, muitas vezes em situações de vulnerabilidade e conflito. Ela oferecia assistência jurídica, promove estudos, formações e denúncias de violações de direitos humanos no campo. A Comissão Pastoral da Terra ficou reconhecida nacional e internacionalmente pelo trabalho em prol da justiça social no meio rural brasileiro e pela defesa dos direitos humanos dos trabalhadores do campo.

Entretanto, segundo Masulo, os membros da CPT Norte I, cedo perceberam que a questão a ser tratada era completamente diferente do que estava acontecendo em outras áreas da Amazônia. No Amazonas, o que estava em jogo era a questão da apropriação e uso de recursos aquáticos. Ou seja, no Amazonas a realidade era completamente diferente do resto do Brasil. O autor defende que a população é anfíbia, logo dependia da água e da terra para sobreviver. Diante desta consciência, a igreja católica começou a se preocupar com isso, mesmo não tendo claro, como este trabalho de defesa seria desenvolvido. Foi a partir de 1983 que começou a entrar nos programas da CPT a questão da preservação, principalmente da pesca.

Dessa forma, a igreja católica por meio da CPT- Região Norte I, começa atuar como mediadora das reivindicações dos camponeses-ribeirinhos para a preservação dos lagos e da defesa do peixe. Para tanto, propôs-se a realizar um encontro estadual para discutir amplamente esse tema. Assim, em 1983, foi organizado na cidade de Tefé, no estado do Amazonas, o 1º

encontro de Ribeirinhos, denominado Encontro sobre a Pastoral da pesca³⁰¹. Participaram deste encontro representantes das prelações de Coari, Itacoatiara e Tefé. Ele contou com a assessoria da Comissão Nacional da Pastoral do Pescador (CPP- Nacional). E, foram tratadas reivindicações com relação a depredação dos recursos pesqueiros disponíveis nos lagos.

Dois outros encontros foram realizados, um em 1985, na cidade de Itacoatiara e outro em 1986, no município de Coari, fechando o que ficou conhecido como a primeira fase do movimento em defesa da escassez do peixe no estado do Amazonas. Resumidamente, os objetivos desses três encontros foi a troca de experiências e o esclarecimento dos motivos dos conflitos envolvendo pescadores profissionais embarcados e camponeses ribeirinhos³⁰².

Foi durante a realização do 3º Encontro (1986) que Falco Michelis, apresentou a proposta, trazida pela Prelazia de Tefé de Preservação dos Lagos, gestada entre os próprios comunitários do Lago de Tefé. Inclusive os trabalhadores rurais das comunidades Curupira e Ipapucu participaram da organização e elaboração da proposta concreta da Lei da Pesca, resumida no quadro a seguir:

Quadro 8 – Proposta dos ribeirinhos para preservação dos Lagos em Tefé.

Definição de lagos de repovoamento /lagos santuário.	Definir lagos para garantir o repovoamento de peixe para este lago e lagos vizinhos. Este lago é chamado de “lago santuário” ou “lago de procriação” que deve reunir certos critérios: ser fundo, nunca secar, estar coberto de árvores frutíferas. Este lago é intocável por tempo indeterminado, ninguém pode pescar de jeito nenhum.
Definição dos lagos de consumo/lagos de manutenção.	Definir lagos para garantir o peixe para os ribeirinhos da localidade. Estes lagos são chamados de lagos de consumo ou lagos de manutenção. Nestes lagos é permitido a pescaria, com certos critérios: Usar instrumentos artesanais (flecha, caniço, anzol), nunca usar malhadeira porque espanta o peixe. Proibido a comercialização de peixes destes lagos.

³⁰¹ CRUZ, 2007, p. 166.

³⁰² CRUZ, 2007, p. 168.

Definição de lagos para pesca e venda	Definição de lagos de comercialização ou lagos livres. Neles podem pescar pessoas que não moram na comunidade, com certos requisitos: proibido arrastão, e batidas.
--	---

Fonte: Dados baseados nos relatórios da CPT (1981-1985).

A proposta apresentava o manejo de três tipos de lago. Era a sistematização das ações que vinham sendo utilizadas pelos moradores do interior até aquele momento. Em primeiro lugar defendia o cercamentos dos lagos santuários que representavam 5% do total dos lagos perenes no estado do Amazonas, como criador natural para a procriação sendo totalmente reservado para a reprodução do pescado, por tempo indeterminado para qualquer tipo de pescaria. Dentro da proposta a ideia era preservar esse tipo de lago.

Os lagos de manutenção segundo a proposta representavam 15% dos lagos perenes, logo seu uso devia ser restrito. E, destinado ao uso exclusivo dos camponeses ribeirinhos por meio da pesca para o autoconsumo. Neles, a pesca com fim comercial devia ser completamente proibida, inclusive a praticada pelos comunitários que moram nas adjacências. Por último, o lago de livre acesso, na qual a atividade pesqueira era livre, tanto a pesca para o autoconsumo como a comercial. Esse tipo de lago representava 80% dos lagos perenes do estado do Amazonas. Esta proposta de preservação efetivada entre os ribeirinhos de Tefé, espalhou-se por outras cidades do Amazonas através dos demais encontros realizados anualmente. Em todos eles, a questão central de discussão continuava sendo a defesa do peixe e a preservação dos espaços aquáticos.

Outros encontros passaram a ser realizados nos anos seguintes, em média um por ano. Em todos, a questão central de discussão continuava sendo a defesa do peixe e a preservação dos recursos aquáticos³⁰³. No quinto encontro, ocorrido em Manaus no ano de 1988, após muitas reuniões, foi apresentada por intermédio de Falco a proposta de uma política de pesca e de comitês de pesca. Tal proposta de uma política de pesca antes, foi amplamente discutida no em um encontro realizado em Tefé, nos dias 27 e 28 de maio de 1988.

Nele 136 representantes de 68 comunidades de base, participaram com o objetivo de exercer pressão sobre a Superintendência de Pesca (SUDEPE) para que as propostas feitas em 1986 por meio da CPT se transformassem em Lei: reconhecimento e catalogação dos lagos protegidos, proibição da pesca de determinadas espécies em tempo de “defeso” e abaixo das medidas mínimas, bem como a proibição do uso de explosivos.

³⁰³ CRUZ, 2007, p. 168.

Com esta iniciativa, os moradores do interior, imbuídos de uma identidade coletiva, começaram a pedir respaldo legal às autoridades e ações efetivas, para empatar a entrada de “pescadores de fora” nas águas importantes para sua sobrevivência. Diante disso, passaram a pressionar as prefeituras sugerindo a criação de leis municipais de pesca. As leis eram consideradas instrumentos jurídicos importantes principalmente na hora de abordar os “invasores” e retirá-los das áreas em litígio. Segundo Neide Estercei,³⁰⁴ as portarias continuam sendo um instrumento para os moradores do interior que decidem alguma forma de regulação da pesca. Hoje elas são expedidas pelo IBAMA e têm respaldo legal. Esse movimento de resistência e pressão sobre o poder municipal (prefeito e vereadores) possibilitou a elaboração de leis para impedir as invasões em alguns municípios, como veremos adiante.

Antes da criação de leis, as lideranças do GPD, faziam diversas tentativas de acionar os poderes públicos para obter apoio, mas, na maioria das vezes, não conseguiam o apoio solicitado. Elas elaboraram diversos documentos com sugestões para a ordenação da pesca na região, e os encaminhavam aos organismos públicos competentes como a SUDEP³⁰⁵ e as prefeituras municipais. Transcorridos 180 dias sem uma resposta das agências governamentais, as organizações de base consideraram as sugestões acatadas e “fechavam” os lagos³⁰⁶.

A gente fazia reuniões todo mês com as comunidades. Aquilo que a gente acertasse na reunião, passava a ser lei, sabe? Quer dizer, não importava se o IBAMA ia aceitar ou não, a comunidade era que decidia. Então tinha pescadores que não aceitavam o que a gente fazia. Mas a gente fazia assim mesmo. Na marra tomava a malhadeira, tocava fogo, era assim. (Firmino Cavalcante Martins, liderança do Movimento de Preservação de Lago e ex-presidente do Grupo de preservação e Desenvolvimento, entrevista realizada em 15 de março de 2021)³⁰⁷.

O movimento não foi compreendido pelas autoridades sob alegação de que na legislação vigente não havia embasamento legal que amparasse aquela conduta.³⁰⁸ “O IBDF não apoiava além disso, incentivava os pescadores alegando que todos os lagos tinham boca franca e podiam ser pescados.”³⁰⁹ Outro argumento utilizado contra o movimento era que este representava uma violação dos direitos “ir e vir” dos cidadãos, pois os corpos hídricos eram as vias de circulação

³⁰⁴ ESTERCEI, Neide. *Clientelismo e conflito ambiental*. [S. l.: s. n.]. Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt11-8/4419-nestercei-clientelismo/file>. 2022. Acesso em: 11 ago. 2022.

³⁰⁵ A SUDEP foi criada em 1962 pelo Decreto-lei 221 dentro da Política de incentivo à Pesca e extinta em 1989.

³⁰⁶ REIS, Marise Batista dos. *Arengas & psicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no estado do Amazonas*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.

³⁰⁷ PERALTA, 2022. p. 120.

³⁰⁸ MARTINS, [s.d].

³⁰⁹ PESSOA, 1997, p. 114.

na região.³¹⁰ Por conta disso, o movimento precisava atuar para promover mudanças na legislação e em políticas públicas, que não eram vistas como adequadas à realidade da região.

A ausência de base legal para o movimento não só impedia que os invasores sofressem penalidades por sua conduta, mas também causou, em algumas ocasiões, a prisão das lideranças do movimento, depois que os invasores dos lagos denunciaram a ação dessas lideranças e conseguiam sua detenção provisória. O Sr. Firmino Cavalcante Martins e o Sr. Oscarina Martins, relataram duas ocasiões em que lideranças foram presas:

Em 86, eu era presidente do Icê e era a cabeça do movimento de preservação. Aí pegamos um pessoal lá dentro pescando e prendemos o material deles. Aí o cara foi lá em Alvarães falou que nós o prendemos, batemos nele, fizemos ele passar fome. Aí tinha uma vereadora chamada Julia Litaff, ela mandou o policial ir lá em casa no Icê e me levaram preso. Foram treze pessoas da comunidade presos em Alvarães, em 86. Eu era o cabeça e tal, por isso fiquei mais tempo preso. Quem soltou foi a missionária na época. Era chamada Carmélia, ela foi com o delegado e com o prefeito Ranolfo.

Foi uma época que a gente foi muito perseguido, massacrado, porque a gente batia de frente com as autoridades. O próprio IBAMA [IBDF], não queria saber disso, então era só nós. A força que nós tínhamos era o apoio das comunidades, dos mais simples, dos mais humildes. A gente andava com medo, por qualquer motivo que fosse, eles iam levando a gente pra cadeia. Quantas vezes eu fui parar na cadeia? Graças a Deus que o Bispo chegava lá e tinha peso e soltava. (a igreja sempre teve peso). Eu nunca cheguei a apanhar, mas ser empurrada, desacetada, isso me aconteceu muito³¹¹.

Deste modo, a política de pesca apresentada em Manaus em 1988 foi considerada um avanço importante para o movimento. Por meio desta política definiu-se que cada comunidade, podia organizar o seu comitê de pesca. Ficou estabelecido também que dentre os vários representantes dos comitês de um município seria eleita uma comissão municipal. E, das várias comissões municipais eleitas, escolhia-se uma comissão por região regional. As diversas comissões regionais estariam ligadas aos Ministério da Agricultura³¹².

No sexto encontro realizado em 1989, em Manaus, a proposta dos comitês de pesca foi retomada e aprofundada. Ficando definido que somente os ribeirinhos-agricultores poderiam participar dos comitês. Na prelazia de Tefé, criaram-se comitês de pesca de vigilância constante em algumas comunidades para preservar os lagos de procriação e manutenção e impedir as invasões e o uso de explosivos.

³¹⁰ LIMA, Deborah M. *Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões*. Boletim Rede Amazônia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

BENATTI, José Heder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 553-559.

³¹¹ Firmino Cavalcante, entrevista realizada em 15 de março de 2012. In: PERALTA, 2022, p. 120.

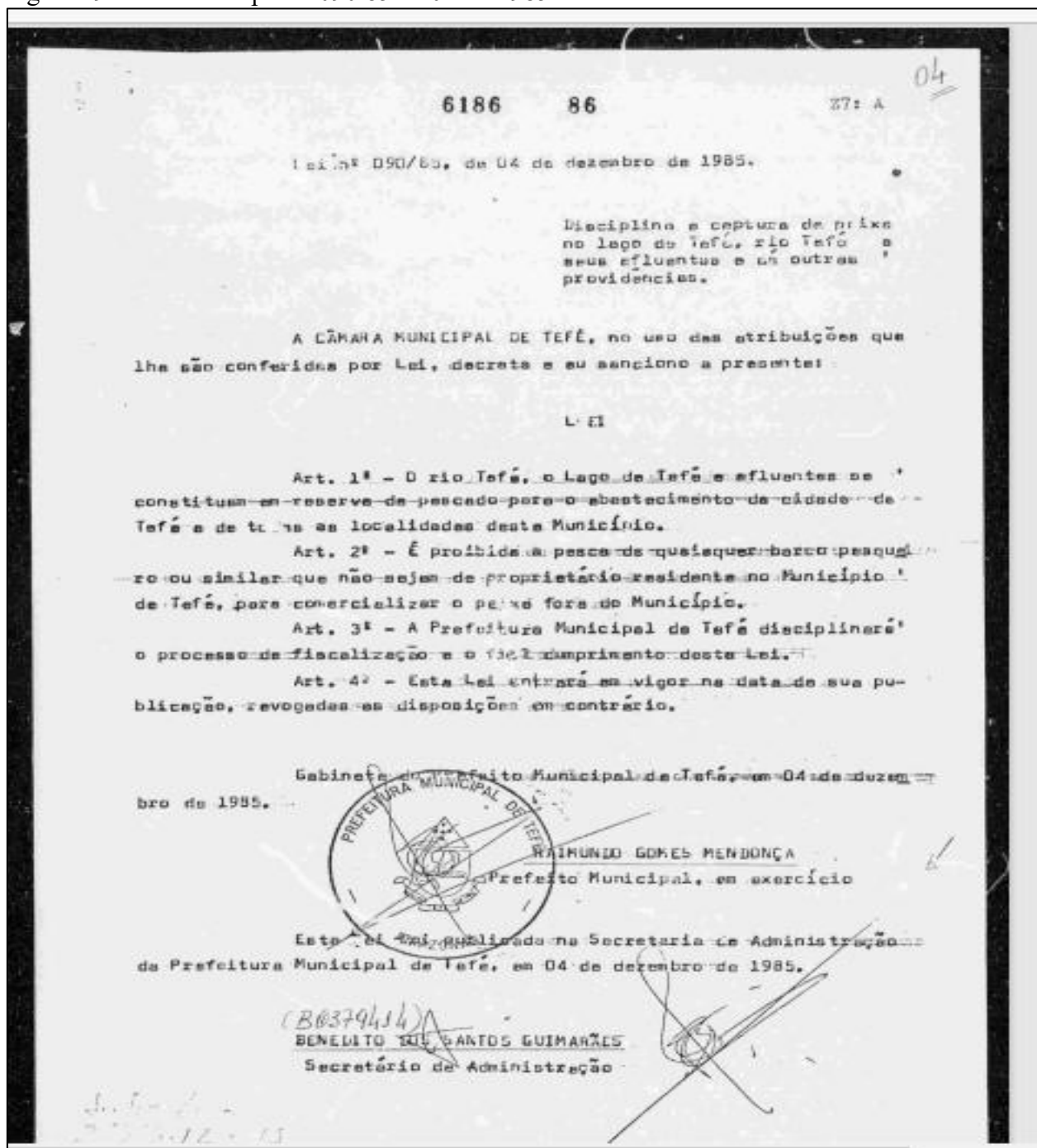
³¹² CRUZ, 2007, p. 169.

Já em 1992, houve a realização do 9º encontro, denominado de Assembleia Regional dos Ribeirinhos também realizado na capital do Amazonas. Nele avaliou-se os avanços, os recuos e as dificuldades do movimento nestes municípios. E, divulgou-se as propostas e lutas para a preservação dos lagos. Apesar das dificuldades citadas pelos comunitários, os avanços foram muitos. Na prelazia de Tefé, por exemplo, já são 22 lagos preservados.

Segundo Masulo, ainda no IX encontro foi lida, discutida e aprovada a Carta dos Ribeirinhos do Amazonas. A qual foi assinada por todos os participantes do evento e enviada para a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro de 31 de maio a 12 de junho de 1992. Na carta constava um histórico do movimento, o significado de desenvolvimento sustentável para os ribeirinhos nas condições do interior amazônico e a proposta de preservação dos lagos, surgida entre os ribeirinhos que estabelecia o manejo dos três tipos de lagos mencionados acima. De modo geral, estes encontros permitiram a sensibilização da sociedade em geral e principalmente o poder público, este último completamente ausente na gestão dos recursos pesqueiros na região. Aliás, a ausência de uma política pesqueira abrangente para esse setor favoreceu o crescimento dos conflitos nos diferentes espaços aquáticos amazônicos nas últimas décadas.

Em resposta às resistências e lutas dos sujeitos do lago de Tefé, as prefeituras municipais de Tefé e Barcelos, criaram o decreto lei municipal nº 090/85, no dia 04 de dezembro de 1985, representado na imagem a seguir.

Figura 19 – Lei Municipal nº 090/85 de 04/12/1985



Fonte: Biblioteca Nacional.

Arquivo: Serviço Nacional de Informações.

O decreto nº 090/85 é uma conquista dos trabalhadores rurais junto ao GPD, uma resposta às suas queixas e denúncias. Ele visava resguardar os recursos pesqueiros dos lagos e dos rios localizados nas proximidades dos dois municípios. Por meio dele, ambas as prefeituras, constituíram o Rio Tefé, o Lago de Tefé e seus afluentes, como reservas de pescado para o abastecimento do Município e de todas as suas localidades. Proibia a pesca de barcos pesqueiros

cujo proprietário não morasse em Tefé, a fim de comercializar o peixe fora do município. E, disciplinava o processo de fiscalização e seu cumprimento.

Apesar do importante avanço alcançado das comunidades rurais em defesa de seu sustento e de seu futuro, a promulgação do decreto levou ao surgimento de novos conflitos. Desta vez envolvendo os trabalhadores rurais com a colônia de pescadores, donos de barcos industriais e de fábricas de gelo na cidade de Tefé.

O decreto acirrou os conflitos com a Colônia dos Pescadores Profissionais (Z-4) de Tefé. A colônia era formada por aproximadamente 210 sócios³¹³. A Z-4 ao ter conhecimento do decreto solicitou a sua revogação à Coordenadoria Regional da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca no Amazonas (COREN-AM/SUDEPE) SUDEPE. Em ofício circular, assinado por 108 sócios solicitava providências para que suas atividades continuassem a ser desenvolvidas.

No documento, relataram ocorrências resultantes do decreto, asseverando os desentendimentos da Colônia com pequenos agricultores e grandes proprietários de terras da região. Afirmavam estarem sendo oprimidos por particulares que tomavam seus campos de trabalho (os rios). *“Nas investidas são utilizados métodos rústicos como cortar as redes de pesca com facas, ameaças de tiros com espingarda, essas medidas de proteção ameaçadora, são tomadas por conta própria, dos indivíduos”³¹⁴*.

Raimundo Nonato Ferreira Gomes, na época, coordenador regional da SEDEPE/Amazonas remete um telex do dia 17 de março de 1986, em virtude da proibição, solicitando do prefeito Francisco Hélio Bessa, a garantia do exercício profissional aos tripulantes dos barcos pesqueiros profissionais: “São José”, “Monteirinho” e “Murutinga”.

No documento ressalta ao prefeito que a lei 090/85, era uma violação da lei federal de pesca nº 221 de 28.02.1967, a qual determinava que o órgão competente para disciplinar a pesca era a SUDEPE. “Portanto, qualquer legislação sobre a pesca necessariamente deve emanar dessa autarquia federal, encarregada de tomar as medidas cabíveis em todas as circunstâncias em que solicitada”. No documento, o coordenador exigia a revogação imediata da lei municipal, e a divulgação urgente em todos os meios de comunicação aos órgãos públicos ou privados, da invalidade do decreto que vinha causando obstáculos à livre navegação e à

³¹³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PROIBIÇÃO DE PESCA NO INTERIOR DO AMAZONAS. RR1/00018/500/B5M/86. 1986. Anexo: Ofício Circular nº 003/77.

³¹⁴ Id., 1986.

pesca dos barcos pesqueiros legalizados na SUDEPE. Não conseguimos encontrar documentos com o desfecho deste conflito. Se houve a revogação deste decreto.

Mas podemos afirmar que apesar dos avanços, o movimento esbarrou em muitas dificuldades e recuos. Indagado sobre os resultados alcançados pelos moradores do lago, Raimundo concluiu: *"De ter, teve, foi pouquíssimo. Mas a partir do momento que surgiu a nova ideia de transformar a preservação de novo, aí os grupos foram maiores. [Que momento foi esse?], eu acho que foi já em 92.*

A nova ideia citada pelo Sr. Raimundo diz respeito à segunda fase do Grupo de Preservação em Tefé, na qual os trabalhadores rurais ganham reforço nessa luta com o crescimento do movimento ambientalista Sustentável. Segundo Medeiros³¹⁵, a luta em defesa dos lagos veio ganhando reforço desde a década de 80. Principalmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como ECO 92, que foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992.

A ECO 92 foi um marco importante na história do movimento ambiental global, reunindo líderes de mais de 170 países, organizações não governamentais (ONGs) e representantes da sociedade civil para discutir questões críticas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A conferência resultou na adoção de vários documentos-chave, incluindo a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), entre outros. A ECO 92 destacou a necessidade de abordar questões ambientais em conjunto com preocupações de desenvolvimento econômico e social, estabelecendo uma base para futuras negociações internacionais sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável. Foi um evento crucial que trouxe maior conscientização global sobre a importância de proteger o meio ambiente e promover práticas de desenvolvimento sustentável. Em consequência da mobilização social por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco/92); houve a emergência de uma agenda ambiental com a participação de organizações internacionais, como a ONU e o Banco Mundial que ocorreu em vários municípios do Estado do Amazonas como Barcelos, Parintins e em Tefé³¹⁶.

No caso do GPD em Tefé, este movimento ampliou-se. Nos anos 2000, a luta dos trabalhadores rurais do Lago de Tefé ganhou respaldo legal. O Sr. Etevaldo, morador e liderança na comunidade Ipapucu, neste momento tornou-se agente ambiental nas comunidades rurais do Lago de Tefé nesta nova fase. E, explicou como ela ocorreu:

³¹⁵ MEDEIROS, 2017.

³¹⁶ MEDEIROS, op. cit., p. 24.

Etevaldo: E aí o que aconteceu? apareceu a ECO 92, 7 países do mais rico do mundo doaram um dinheiro para o Brasil, pra preservação. Foi onde o MEB entrou e nos puxou. Aí eu os acompanhei.

Johmara: Como foi isso?

Etevaldo: Foi muito bom.

Johmara: Eles lhe chamaram para essa equipe?

Etevaldo: Sim, eles me chamaram. Como tinha esse dinheiro, eles me lançaram o convite aqui. Eu fui ao seminário. Reuniu 11 pessoas da comunidade, pouquinho, aí foi falado sobre esses grupos, a preservação, bora formar um grupo? bora. Nós achamos pouco nós 11, vamos lançar mais um outro convite, isso foi em 92, aí lançamos outro convite, deu 23 pessoas.

Johmara- Todas daqui do lago de Tefé?

Etevaldo: Tudo daqui do lago de Tefé, ali do Catuá, e uma comunidade Ipapucu, lá dentro do Japurá. Aí nós fomos nesse grupo, o GPD: Grupo de Preservação e Desenvolvimento, formamos a diretoria, uma diretoria provisória pra documentar esse grupo. Aí começamos a trabalhar através do MEB, foi aí que eu fui aprender, aí que eu fui estudar. Onde tinha um curso pra lá me mandavam, andei por Brasília, por Goiânia, Santarém, tudo por aí, Manaus eu fiz curso. Fiz curso pra tudo.

E nós tinha aqui em Tefé o GPD como coordenação o doutor Claudemir, ele era o advogado da Prelazia. Aí entrou no meio também.

Johmara: E o que que vocês faziam neste grupo?

Etevaldo: Olha, tudo a gente faz por necessidade, a gente viu a escassez, a fartura que tinha aqui nesse lago e tava se acabando! Entrava peixeiro aqui dentro, de Manaus em quantidade, e levava nossos peixes tudinhos, e nós já tava ficando sem os peixes. Existia aqui uma imensidade de bombeiros que aqui não dava tempo! Quando estava cheio, era porrada e bomba aqui pra todo lado!

Etevaldo: E vamos acabar com isso? vamos! E nós acabamos, graças a Deus.

Johmara: Como?

Etevaldo: Como que nós fizemos. Nós tínhamos 3 equipes aqui dentro desse lago, o que que nós fizemos, nós pegamos os pescadores daqui de Tefé e os de Alvarães, lá em Alvarães no outro lado. Aí nós pegamos 17 barco peixeiro, legal, na colônia! [Johmara]- Cadastrados, é?

Etevaldo: Cadastrado, legalmente! Então, só esses 17 barcos que podiam pescar aqui dentro no tempo da desova. E aí nós formamos 3 grupos, eu tinha 1 grupo, o Vavá tinha outro e o Erivan tinha outro. [Johmara- E quem fazia parte do seu grupo?]

Etevaldo: Era eu do GPD, um da polícia, um do IBAMA e um da Colônia. Nós pegávamos a baleeira e metia aqui, lá tá um barco, nós íamos pra lá, barco fulano de tal. Cada barco podia pegar, naquele tempo a demanda de peixe aqui em Tefé era pouca. Cada pescador podia pegar oito toneladas de peixe no mês, se ele desse um lance e pegasse 8 toneladas, ele podia pescar para outro canto, mas aqui não pescava não.

Johmara: E vocês ficavam controlando?

Etevaldo: Controlando! Você já pegou hoje quantos quilos? Tantos quilos, íamos anotando. Quando batia oito toneladas você não poderia mais pescar.

Johmara: E eles?

Etevaldo: Eles tinham que sair.

Johmara: E saíam mesmo? Etevaldo: Saíam, iam pra outro canto.

Johmara: É, porque tinha o apoio da polícia e o apoio do IBAMA, eles não iam discutir né? Etevaldo: Tinha o Bacural do IBAMA, tinha o Zequiú, tinha o, os outros eu não me lembro o nome deles, já faz muito tempo. Da Colônia também eu não me lembro, policial sempre mudava. Ficava mudando. Aí eu ia um dia, no outro dia eu não ia, já ia o outro, o Erivan. O outro grupo. Quando era no outro dia aquele não ia já era o do Vavá. Quando era no outro dia já era a minha turma, era assim que nós trabalhávamos, todo dia, até na barreira nós fazia isso³¹⁷. (Etevaldo dos Santos, comunidade Curupira).

Sua narrativa destacou que o GPD ganhou visibilidade mundial e se afirmou como um movimento de resistência na luta por uma reforma aquática que trouxesse reais melhorias da

³¹⁷ Entrevista realizada no dia 20 de outubro de 2020 no quintal da comunidade Curupira.

qualidade de vida no campo. Para além do seu ingresso no GPD, ele explicou como funcionou esse segundo momento do movimento. Ao que nos parece, neste momento o GPD vivia um enfraquecimento em suas atividades. Os moradores estavam desacreditados quanto à eficácia das vigílias, em razão das invasões que continuavam a ocorrer nos seus lagos.

Segundo ele, na segunda fase os trabalhos de vigilância dos lagos bem como as atividades de conscientização ambiental nas comunidades foram intensificados. Na função de agente ambiental, Etevaldo sensibilizou os demais moradores por meio de discussões a respeito de problemáticas da intensificação da pesca na Bacia Amazônica, direito ambiental, questões jurídicas relativas à utilização dos recursos naturais, desenvolvia uma política de Preservação para a região.

O marco importante da segunda fase foi a colaboração dos órgãos estaduais, principalmente com o IBAMA e Polícia Militar na luta em defesa dos lagos. Para o Sr. Etevaldo e outros comunitários do lago, o apoio destes órgãos contribuiu para o fortalecimento do movimento de luta em defesa dos lagos, para o cumprimento das leis ambientais e inibição das ações predatórias dos pescadores que continuavam estimulando as invasões. Ter um representante da Polícia Militar e do IBAMA durante as vigílias ao seu ver foram eficazes, “pois, o IBAMA tinha o poder de confiscar barcos, canoas, material de pesca e os peixes apanhados em situações ilegais”³¹⁸. O resultado deste trabalho foi a redução das invasões principalmente nos períodos de defeso.

Esse trabalho de fiscalização e conscientização inicialmente protagonizado pelos comunitários junto com a CPT no Amazonas, passou a contar com o reconhecimento de órgãos governamentais como INCRA e ICMBIO, políticos regionais e organizações não governamentais preocupadas com as questões ambientais. Sempre que convidados aos encontros anuais, essas lideranças têm a oportunidade de ter acesso a informações e compartilhar sobre suas experiências, enquanto grupo organizado. Em 1999, foi assinado o primeiro convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra e Ibama para a implantação da política de reforma agrária dentro de unidades de conservação- UCs³¹⁹.

³¹⁸ MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Manuscrito do padre Antônio Jansen. Escrito 23 do Padre Antônio Jansen. Arquivo MEB e CPT-AMAZONAS. Disponível na prelazia de Tefé.

³¹⁹ As Unidades de Conservação (UCs) são áreas de proteção ambiental criadas e normatizadas pela política do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), formulada pela Lei 9.985/2000, para conter o acelerado processo de exploração e dilapidação do meio ambiente por meio da preservação de áreas representativas dos biomas naturais, galgadas no conhecimento técnico científico que valorize os saberes locais e, ao mesmo tempo, que assegure as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida da populações locais que têm seus modos de vida, produção e reprodução social provenientes da exploração dos recursos naturais. Ver: ARAUJO, M.A.T. Direitos dos povos e comunidades tradicionais ao território: primeiras achegas à necessária reeleitura do direito agrário na Amazônia. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará*, Belém, p. 47-67, 2009.

É importante destacar que esse movimento possibilitou uma nova consciência na proteção dos recursos pesqueiros no Lago de Tefé. E que esta proposta de preservação dos lagos surgidos no interior do movimento dos trabalhadores rurais, resultou na criação de três reservas extrativistas na região de abrangência da Prelazia de Tefé. Em 2002 havia dentro da Prelazia de Tefé, três Resex, a do médio Juruá acima de Carauari com 253,226 hectares, a outra no Baixo Juruá (Caitaú), com 187,982 hectares e a Resex do Auti Paraná entre o Solimões e o Japurá, com 146.950 hectares. Além destas, duas estavam em fase de formação: a de Catuá-Ipixuna e a do Jutai. Em 2006 havia 40 Resex na Amazônia³²⁰.

Não podemos deixar de citar que esta proposta de preservação dos lagos também foi implementada no manejo dos lagos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, em Tefé-AM, e o resultado dessa experiência tem sido promissora. Atualmente mais de 70 acordos de pesca são reconhecidos no Amazonas. Entretanto, inúmeras comunidades lutam para conseguirem acordos. É importante salientar que a luta pela preservação dos recursos continua, os acordos não são o fim do problema, a fiscalização precária tem sido o grande gargalo para o cumprimento dos acordos.

Em suma, o relato das lutas dos trabalhadores rurais do Lago de Tefé evidencia não apenas os desafios enfrentados por comunidades tradicionais diante da exploração desenfreada dos recursos naturais, mas também a resistência e a resiliência desses grupos em defesa de seus meios de subsistência e da preservação ambiental. Ao longo das décadas, a pesca predatória e a expansão da indústria pesqueira comercial impuseram sérias ameaças à segurança alimentar e ao modo de vida dessas comunidades, desencadeando conflitos e confrontos. No entanto, a mobilização e as denúncias dos moradores locais, aliadas à atenção da imprensa e de organizações religiosas, trouxeram à tona os impactos negativos dessa exploração descontrolada, incentivando a busca por soluções e políticas mais justas e sustentáveis. A história das mulheres e homens do Lago de Tefé é um testemunho poderoso da importância da defesa dos direitos das comunidades tradicionais e da preservação dos ecossistemas para garantir um futuro mais equitativo e harmonioso para todos.

4.4 Luta pela terra: “Foi com muita confusão, fazendo reunião, brigando”: Bacuri-territorialização, demarcação e titulação da comunidade.

³²⁰ Cf. Ministério do Meio Ambiente: Amazônia, Reservas extrativistas, estratégias, 2010. BSB, MMA, 2002.

Neste tópico, analisaremos outra luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Lago de Tefé pela posse da terra de uso comum. Esta luta foi protagonizada pelos moradores da comunidade Bacuri contra a família Rodrigues. E, resultou na demarcação e titulação da terra em 2013, a favor dos trabalhadores rurais. Deste modo, este capítulo tem o objetivo de compreender, por meio das memórias e experiências destes sujeitos sociais, as dimensões desta luta, de forma a entender como eles atribuem significados às suas atuações nesse processo histórico da luta e de que forma o protagonismo desses sujeitos transformou a realidade regional. Para isso, buscou-se entender como os diferentes sujeitos sociais, participantes dessa luta na região, atribuem significados às suas atuações no processo histórico da luta no campo, no período estudado, especialmente em relação aos seus protagonismos na transformação daquela realidade regional.

Utilizei a história oral para a conhecer as histórias de vida que direcionaram esse estudo. Um dos aspectos dessas fontes orais é a possibilidade de conhecer as tensões que envolvem os sujeitos e o espaço social onde vivem, além de fornecer elementos que possibilitassem reconstruir práticas exercidas pelos sujeitos.

No dia 26 de abril de 2009 os trabalhadores rurais de Bacuri se reuniram para mais uma reunião da comunidade. Maria José e Orlando Rodrigues, lideranças, faziam a leitura da pauta da reunião: Luta pela terra. Naquela ocasião externalizam um sonho comum dos moradores, a demarcação coletiva da terra para a comunidade.

Segundo a ata, chegara o momento da mobilização dos moradores para legalizar a terra da comunidade, pois vinham enfrentando dificuldades para se aposentarem. As mães trabalhadoras não conseguiam o auxílio maternidade, a reforma da escola pleiteada pelos moradores junto a prefeitura estava parada porque a comunidade não dispunha de CNPJ. Protelar essa luta contra o ex-patrão e “dono” da terra Lázaro Rodrigues não era mais possível. Deste modo, o pensamento de uma luta coletiva foi despertado nos trabalhadores, ao se depararem com a primeira situação conflitante, a recusa do patrão de demarcar o terreno da comunidade.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes³²¹, a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses, para entrar na terra ou resistir contra a expropriação. Ela ocorre de maneira específica e é desenvolvida pelos sujeitos interessados que sempre lutaram, seja contra o cativeiro, pela liberdade humana, com ou sem projetos de reforma agrária. Levantaram lutas enfrentando o latifúndio e resistindo à classe dominante. Para o referido autor, a resistência do campesinato brasileiro é uma luta admirável. Em todos os períodos da história, desde as lutas

³²¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura Vozes*, v. 93, p. 9-17, 1999.

messiânicas ao cangaço, das ligas camponesas³²² ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. A luta existiu e persiste até os dias atuais, contra a expropriação produzida em prol do desenvolvimento do capitalismo. Isto porque no Brasil existe uma grande concentração da propriedade da terra. Isso gera pobreza, desigualdade e violência contra as comunidades tradicionais e trabalhadoras e trabalhadores rurais. A relação entre concentração, desigualdade e violência está no centro do que chamamos de questão agrária brasileira.³²³ A luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio e, diferentemente da reforma agrária, sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária, e é feita pelos trabalhadores.

“A luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história”. Assim iniciamos a luta pela terra protagonizada pelos comunitários do “Bacuri” contra a família Rodrigues³²⁴, após inúmeras tentativas de expulsá-los do território onde haviam construído suas vidas.

Busca-se compreender os significados, os momentos de tensões vivenciadas pelos trabalhadores e as táticas de resistência usadas para demarcar e titular a terra da comunidade. Tem-se em mente que a memória reconstrói o passado com base nas experiências significativas, sendo esta historicamente condicionada, mudando de cor e forma com o que emerge no momento. De modo que ela é progressivamente alterada de geração a geração, ganhando novos significados, na medida em que as pessoas reconstróem diferentes interpretações sobre ele, baseando-se nos papéis que cada um desempenha.

Reviver esse acontecimento de “luta pela terra” foi doloroso para os sujeitos envolvidos. Hoje eles sentem dificuldades de narrar o assunto ou evitam falar sobre ele. As informações do conflito narradas derivaram das lideranças de Bacuri, algumas inclusive fazem parte da família Rodrigues, mas no momento da luta, se posicionaram favoráveis a comunidade. Dentre elas citamos Orlando Rodrigues, (filho de Lázaro Rodrigues) e Maria José Rodrigues, esposa de Orlando. O posicionamento a favor dos interesses da comunidade deriva do fato de que ambos são lideranças desde o momento da formação da comunidade (1971), chegando aos dias atuais com grande influência e capacidade de persuasão entre os moradores.

Quanto aos demais moradores, quando questionados sobre a luta, sentiram-se incomodados, silenciavam, recusando-se a falar do conflito para evitar futuros conflitos. Era

³²² As primeiras Ligas organizaram-se no Nordeste para reivindicar direitos trabalhistas nas lavouras de cana, progredindo para lutas por terra e reivindicação de reforma agrária. Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980). Ler: GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabrício. *Histórias de lutas pela terra no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

³²³ GASPAROTTO; TELÓ. 2021.

³²⁴ Lázaro teve uma família composta de 10 filhos.

como se o assunto fosse proibido na comunidade. Alguns diminuíram suas vozes como se quisessem evitar que o assunto não saísse do local da entrevista. O silêncio demonstrou o quanto o episódio foi traumático, ao ponto de se sentirem incomodados de falar de uma luta que deveriam se orgulhar. Apesar das dificuldades de reconstruir os caminhos desta luta, narrarei algumas versões sobre ela.

A luta pela terra iniciou ainda na década de 1980, quando os moradores formaram a comunidade através da permissão de Lázaro Rodrigues (na época, patrão e proprietário da terra). Conforme as narrativas, a terra da comunidade, naquele momento pertencia a Lázaro Rodrigues, que havia herdado do pai. Lázaro tornou-se dono legal da terra no ano de 1967. Orlando Rodrigues, contou como ocorreu a divisão da herança:

A gente morava no Igarapé Açu, vivemos lá um tempo, eles fizeram o inventário, o pessoal do Rodrigues, a velha Isidória, o Custódio e tocou a herança pro papai e tio albino, essa comunidade, o Bacuri. Daí para a gente não deixar a terra à toa, a gente saiu de lá do Igarapé açu pra vim pra cá, morar aqui, a família toda veio. Quando o papai ganhou o terreno, esse pessoal já vivia aí, os antigos, o compadre Raimundo, Zeca e uma porção de gente, o Luiz Caiana, o Ambrósio, esse pessoal já vivia aí quando nós chegamos, já viviam aí, não tinha como tirar. E eles consentiram a deixar porque quando teve o inventário o advogado disse, eu era menino, mas eu me lembro, o advogado disse assim: Seu Lázaro e Albino chegou a hora, o terreno é de vocês e chegou a hora de vocês resolverem se querem esse pessoal aí ou mandam saírem. Aí eles entraram num acordo para o pessoal ficar. Não, eles já estão aí deixem eles ficarem. Foi! Eu me lembro disso! Aí eles ficaram e não tinha como tirar. O papai tem um documento da terra, tem escritura, tem planta do terreno, só não tinha o título definitivo, acho que perdeu, sei lá (Orlando Rodrigues, 66 anos, comunidade Bacuri)³²⁵.

O Sr. Orlando, informou que Lázaro Rodrigues morava na localidade do Igarapé açu³²⁶ quando recebeu a terra “Bom Jesus do Bacuri” de herança que na época era localidade e recebia apenas o nome de “Bacuri”, conforme citado anteriormente, tornando-se Bom Jesus do Bacuri, anos mais tarde. Neste momento, mudou-se para localidade para tomar posse, trazendo sua família.

Orlando reconheceu que no momento que o pai chegou, à terra estava tradicionalmente³²⁷ habitada por 15 famílias, descendentes dos filhos de Luiz Pinheiro. Do

³²⁵ Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2015 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

³²⁶ Atualmente a área conhecida como Igarapé açu trata-se de outra comunidade rural, com uma hora de distância de Bom Jesus do Bacuri. Essa também foi uma área requerida e demarcada por Brígido, que na época ficou conhecida como Goiabal 1 e Goiabal 2.

Conforme indica Almeida, as terras tradicionalmente ocupadas referem-se a uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Elas foram instituídas no texto constitucional de 1988 e reafirmadas nos dispositivos infraconstitucionais, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais. ALMEIDA, 2004.

³²⁷ Conforme indica Almeida, as terras tradicionalmente ocupadas referem-se a uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Elas foram

ponto de vista do direito, essas famílias não eram donas legítimas da terra, foram expropriadas desse direito quando Rodrigues, demarcou a área devoluta, na época livre de titulação no ano de 1927. Segundo Orlando, a mudança de Lázaro para o Bacuri, não alterou o modo de vida das famílias, estas não foram expulsas da terra e o seu pai passou a “ajudá-las” pois a maioria eram parentes. Todavia, na análise das narrativas observou-se que a permanência das famílias não esteve relacionada somente aos laços de parentescos, mas às práticas econômicas que passou a desenvolver.

O Sr. Lázaro, ao chegar, construiu sua casa e um barracão comercial ao lado da localidade, nela comprava farinha, castanha, peixes secos dos moradores e revendia as embarcações que passavam pela região comprando estes produtos. Ou seja, ele deu continuidade às relações de patronagem exercidas pelo avô. Isso demonstra que as relações de patronagem não desapareceram na década de 1970. O senhor. Lázaro reconheceu a existência desta relação afirmando: *“Essa comunidade era minha, dentro do meu terreno, esse pessoal que morava lá trabalhava comigo, todos trabalhavam, eu coloquei aquilo ali pra eles trabalharem comigo, mas não era comunidade, era pro povo que trabalhava lá”*.

Lázaro negou ter cedido a terra para as famílias, reforçou ser o dono legítimo da área e ter direito de posse. E, que a permanência dos sujeitos estava relacionada ao trabalho que desenvolviam. Vicença de Oliveira Barbosa, 77 anos, agricultora aposentada, viúva, afirmou ter trabalhado para Lázaro, a qual passados muitos anos se reporta a ele como chefe.

Vicença quando aceitou o trabalho, viu a oportunidade de ganhar uma renda e melhorar as condições de vida da família, nunca época difícil segundo ela. Relembra que não tinha mercado para vender o que produzia, passava semanas para vender algum produto. Por esta razão, ela e o marido decidiram trabalhar para Lázaro. Sobre as condições de trabalho, salientou: *“Trabalhava muito, todo dia, daí vimos que não tinha tempo de fazer roça pra nós, tinha tempo que eu trabalhava e a gente comprava até farinha pra comer, daí eu vi que não tinha nem tempo de fazer a roça”*.

D. Vicença, após vender sua força de trabalho, percebeu que não houve melhorias, recordou insatisfeita, que produzia farinha em quantidade para o patrão, mas nos momentos de suas refeições, a farinha não estava presente na mesa de sua família, porque não lhe era permitido o consumo, ao menos que pagasse. Lembrou da dificuldade de fazer sua própria roça, pois não sobrava tempo.

A falta de tempo para produzir seu próprio roçado ocasionava a falta de alimentação para seus filhos. A única alternativa que lhe restava era recorrer ao barracão do patrão para “pegar café, açúcar, tudo né”. O que lhe rendia, no final, uma parca remuneração, devido ao adiantamento de mercadorias.

Assim como Vicença, praticamente todos os moradores trazem em seus relatos aspectos de controle presentes nas relações de trabalho. Aqueles que não trabalhavam diretamente para o patrão, estavam ligados a ele pelo sistema de patronagem. Pois traziam castanha coletada, farinha e entregavam, às vezes por dinheiro, outras vezes só para pagar as despesas do rancho. Portanto, a permanência das famílias na localidade era lucrativa para Lázaro Rodrigues, e por isso, elas não foram expulsas.

Embora a chegada de Lázaro não tenha ocasionado a expulsão das famílias de forma imediata, os moradores viviam sofrendo constantes ameaças. Segundo Lázaro Rodrigues: *“quando me entregaram a terra, eu avisei logo pra eles: Olha o ‘Bacuri’ é meu”*. Além das ameaças, Maria José relatou que as famílias eram proibidas de plantar na terra de Lázaro:

Nós tivemos maior dificuldade porque o terreno não era nosso, era da família do meu marido, e eles não deixavam a gente plantar nada, nem uma árvore, porque era impedido, só plantava aquele que tinha coragem de enfrentar a situação, quando a gente plantava a gente era perseguido para não plantar. Hoje em dia a comunidade do Bacuri não tá com um sítio mais lindo porque ninguém tinha oportunidade (Maria José Rodrigues, 71 anos, comunidade Bacuri).³²⁸

O controle sobre os moradores de Bacuri para impedi-los de cultivar na terra onde a comunidade foi formada eram constantes. Dificultar o acesso à terra significava a continuidade da relação de patronagem. Adiantar os recursos para os trabalhadores exercerem suas atividades; era uma forma de mantê-las imobilizadas por meio dos endividamentos, o que permite dizer que os elementos de dominação continuavam presentes na comunidade, mesmo moldados e mascarados pela figura do patrão pai que ajudou seus parentes.

O fato de as famílias não terem permissão para cultivar, inicialmente não ocasionou o enfrentamento direto, pois escolhiam os terrenos fora dos marcos de Lázaro, nas terras públicas ou livres de titulação³²⁹, situadas no fundo da comunidade e se tornaram as terras de trabalho, denominadas de sítios. Quase todos os moradores do Bacuri, ainda hoje, apesar de morarem na comunidade, tem seu próprio sítio.

³²⁸ Entrevista realizada em 09 de julho de 2014 na cidade de Manaus.

³²⁹ De acordo com Loureiro e Pinto, até meados de 1960, as terras públicas pertenciam basicamente à União e aos estados, 87% delas constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal. Somente 1,8% das terras ocupadas com lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada. Ver: LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. *A questão fundiária na Amazônia. Estudos avançados*, v. 19, p. 77-98, 2005.

4.5 A gente travou uma batalha sobre a terra pra poder vim um benefício pra dentro da comunidade.

O processo de territorialização³³⁰ da comunidade não ocorreu repentinamente, foi lento e conflitivo. O conceito de processo de territorialização é usado por Pacheco de Oliveira. O autor chama de processo de territorialização um movimento através do qual as comunidades indígenas vêm se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismo de decisão e de representação, e reestruturando suas formas naturais.

De acordo com Orlando, as primeiras ações para demarcação iniciaram no ano de 1971, com a criação da comunidade:

O papai, foi o primeiro presidente da comunidade e aí mandou o pessoal escolher, onde queriam que fundassem a comunidade, ficassem as casas, aí a gente escolheu aquela área lá, e ele doou. Só que naquele tempo, a gente era assim parado que ninguém pegou um documento, uma assinatura dele, e com o tempo deu problema. Quando os filhos cresceram queriam já tirar a comunidade e foi aquela confusão (Orlando Rodrigues, 66 anos, comunidade Bacuri)³³¹.

O Sr. Orlando relatou que nesse ano uma parte da terra foi doada aos moradores para formação da comunidade, passando a ser de uso coletivo. Esse direito, contudo, permaneceu no campo do discurso, não houve o desmembramento da terra em termos jurídicos. O consentimento se deu a partir de um acordo verbal mediante algumas negociações, como por exemplo, Lázaro ser o primeiro presidente da comunidade. Esta decisão indica a necessidade de manutenção do controle sobre a terra e os moradores. Enquanto presidente, era possível inibir atitudes que lhe prejudicasse.

Sobre isto, Manuel Pereira de Oliveira narrou:

Lázaro foi o primeiro presidente da comunidade, ele liberou. Daí até aquela última casa lá, que se chama uma ressaca pra cá, deu pra comunidade, e de um tempo pra cá ele saiu daqui, então queria tomar, expulsar todo mundo que ele era o dono da terra, mas para resumir quando o pai dele, o avô dele veio morar pra cá, então já tinha morador aqui, então quer dizer que os invasores foram eles que botaram o olho na terra.

³³⁰ Ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “Índios Misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 47-77, 1998.

³³¹ Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2015 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

Com a desagregação e decadência dos castanhais na Amazônia desde 1970, os donos de castanhais perderam seu poder e uma nova modalidade de relação com os recursos naturais foi criada. Em virtude das atividades extrativistas, Lázaro migrou para a área urbana de Tefé-AM. Segundo Manuel Oliveira, a mudança para área urbana de Tefé impulsionou o surgimento do conflito e, conseqüentemente, a resistência³³² dos moradores de Bacuri, já que fez a primeira tentativa de expulsar as famílias que imediatamente se recusaram a sair. Para onde ir de uma hora para outra se toda uma vida foi construída naquela terra?

Sua fala desmistifica o sentido de posse da terra. Para os trabalhadores do Lago, não estava em jogo a propriedade privada, mas sim a territorialidade. As famílias não tinham o documento, mas construíram uma identidade na terra, apoiada na história de seus antepassados para justificar o direito da territorialidade.

Eles se percebiam como verdadeiros donos daquela terra, e lutariam por ela. Para Lázaro a terra era uma propriedade particular, certificada por um pedaço de papel escrito, lavrado em cartório que lhe garantia o direito à ocupação e ao usufruto da terra. Para os moradores que viviam a duas gerações, a territorialidade era pensada como um espaço de reprodução de suas vidas e de sua cultura.

Portanto, a narrativa de Manuel vai de encontro com a afirmativa de Alfredo Wagner de Almeida que considera a noção de territorialidade a partir de uma relação de “elementos identitários, elementos de natureza religiosa e outros elementos”.³³³

As narrativas indicam que Lázaro Rodrigues desistiu da primeira tentativa de expropriar os moradores em razão de vários problemas que passava. O primeiro foi a forte resistência dos trabalhadores de sair da terra, o segundo a morte de sua esposa e o terceiro, grave problema de saúde que o acometeu. Com problema cardiológico, Lázaro teve que mudar às pressas para Manaus e se submeter a uma delicada cirurgia.

Durante um bom tempo, os moradores sustentam que o terreno ficou “abandonado”. Orlando Rodrigues afirmou ter sido o único filho a ficar no “Bacuri”, pois casou-se com D.

³³²A noção de formas de resistência foi proposta por Scott (1995) e foi desenvolvida no livro intitulado: *Weapons Of Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. No qual centrou sua atenção nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local do que em conflitos de massa contra o governo. Dedicou-se a analisar formas de resistência cotidiana ou coletiva local no campesinato. Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, o autor entende que na maioria das vezes, a resistência às relações se expressa através de práticas cotidianas. Cujas expressões se constituem: fazer corpo mole, dissimulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, transcrição oculta e transcrição pública. Ver: MENEZES, Maria Aparecida de. *O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação*: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan-jun. 2002.

³³³ ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Conceito de terras tradicionalmente ocupadas*. Palestra. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/conceitos terras tradicionalmente alfredo wagner.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Maria José Rodrigues e vivia com sua família. Segundo ele, durante os anos que morou na comunidade sempre estabeleceu uma relação amistosa e de amizade com os vizinhos. Assumiu na associação da comunidade diversos cargos, foi presidente em várias gestões, defendendo os interesses comuns, e, contrariando a opinião do pai e irmãos quando o assunto era dividir e titular a terra da comunidade.

Sendo assim, tendo vivenciado certo período de “paz”, em 2009 o conflito intensificou-se, quando por meio da associação os moradores decidiram reivindicar a titulação da terra. Na ata de reunião do dia 26 de abril de 2009 a decisão ficou registrada da seguinte forma:

Aos 26 dias do mês de abril de 2009 às 09h da manhã, reuniram-se em Assembleia ordinária toda a diretoria da comunidade do Bacuri para deliberar as seguintes ordens do dia. Primeira: Organização da comunidade. Segunda: Planejamento e demarcação da área da comunidade. [...] O presidente passou para o segundo dizendo: a área que a comunidade, essa é uma situação que há muitos anos estamos trabalhando e reivindicando para que a comunidade tenha o título definitivo, medindo de frente 850 de frente com 500 de fundo. As lideranças disseram que estavam dispostas a reivindicar e lutar por essa área que é o grande sonho da comunidade. O presidente disse: É nosso direito, pois estamos legalizados e precisamos realizar o nosso sonho, para ficar para os futuros membros.³³⁴

O texto indicou que a luta pela terra era uma reivindicação antiga não efetivada pelas relações de patronagem que estavam submetidos, pela ausência de direitos, tendo em vista que, até 1988, a forma associativa e de ocupação em localidades não tinha reconhecimento legal.

As narrativas orais reforçam que o revigoramento dessa luta se deu quando o grupo concluiu que a falta do título definitivo vinha prejudicando os moradores. A ampliação da escola da comunidade, principal reivindicação junto a Prefeitura Municipal, parou porque não conseguiram comprovar a titulação da área onde seria instalada a escola, como sendo da comunidade. Soma-se a isso, a dificuldade dos moradores para conseguir benefícios sociais ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (aposentadoria, auxílio-doença, auxílio maternidade). Anualmente precisavam comprovar que residiam numa comunidade com o CNPJ da Associação e o título de posse, o que se tornava um grande problema.

Prejudicados e visando atender as exigências burocráticas impostas pelo Estado se mobilizaram para expedir o título definitivo coletivo. As estratégias utilizadas pelos moradores iniciaram com um movimento de negociação com a família Rodrigues, afinal Lázaro era o proprietário legal da terra. Sua autorização era necessária para demarcação e o desmembramento da terra para a comunidade. Os trabalhadores e suas lideranças organizaram

³³⁴ COMUNIDADE BACURI. Ata de reunião do dia 26 de abril de 2009.

um requerimento direcionado a Lázaro Rodrigues, solicitando autorização para medir a área cedida verbalmente em 1971.

Armando Pereira de Oliveira³³⁵, na época presidente da comunidade, rumou à cidade para conversar com Raimundo Rodrigues, filho de Lázaro, e entregar-lhe o requerimento. Dialogar com Raimundo Rodrigues tratava-se de uma tática inicial. Pois ele tinha um bom relacionamento com os comunitários. Esperava-se que ele se tornasse um mediador dos interesses da comunidade e sua família, visto que a relação de Lázaro com a comunidade fragilizou-se, por conta da primeira tentativa de expulsão.

Manuel de Oliveira apontou que Orlando e Raimundo conversaram:

O Armando, que teve um mandato de presidente da comunidade, procurou ele [Raimundo] e disse: Rapaz a comunidade tá perdendo muito benefício, porque não tem a área da comunidade, não é documentada a área da comunidade. Então ele disse: Eu vou mandar vocês medir lá. Sei que ele liberou (Manuel de Oliveira, comunidade Bacuri)³³⁶.

O diálogo reacendeu esperanças nos comunitários visto que Raimundo demonstrou boa vontade em ajudá-los e concedeu autorização para medir o terreno. Todavia, Raimundo, dias depois, recuou da decisão. *Daí ele [Raimundo] disse para os irmãos dele que ele não tinha liberado. Armando foi atrás dele e imprensou-o. Falou que ele era covarde, porque tinha voltado atrás: “Rapaz tu és covarde, tu liberaste a terra pra lá pra tirar e agora tu queres me fazer de besta”?*

Os irmãos de Raimundo, tomando conhecimento da situação e temerosos de perderem toda a propriedade, decidiram impedir a demarcação. A decisão foi anunciada aos moradores por Alberico Rodrigues, (filho do Lázaro). Alberico procurou Armando na comunidade para comunicar que a medição do terreno não devia ser feita, pois a autorização foi negada. O Sr. Armando respondeu que tinha a autorização de Raimundo. Alberico discorda, afirmando ter conversado com Raimundo. Armando sentiu-se traído, constrangido e não aceitou sair como uma pessoa mentirosa diante da comunidade.

³³⁵ Armando Pereira de Oliveira, em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2015, na comunidade Bom Jesus do Bacuri. Armando é natural do município de Tefé/AM, nascido na comunidade no ano de 1977, filho de Raimundo de Oliveira e Maria Pereira. Ele é solteiro, concluinte da Educação Básica, considera-se católico, agricultor por desenvolver o trabalho da roça, no ano da entrevista assumia a função de catequista e presidente da associação da comunidade.

³³⁶ Manuel Pereira de Oliveira, natural da cidade de Tefé, nasceu na comunidade Bacuri no dia 16 de março de 1981. Se auto identifica como agricultor, evangélico, casado, pai de três filhos. No momento da realização da sua entrevista ele era vice-presidente da comunidade. Entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2014 na sala de sua residência.

4.6 “Esse negócio foi feio eu não gosto nem de me lembrar”: Táticas do conflito

O trecho acima é contundente e uma das poucas considerações feita por Armando Oliveira sobre o conflito. Questionado sobre sua participação, recusou-se a responder, limitando a dizer a frase: “eu não posso falar”. Esse “ethos do silêncio”, de acordo com José Maurício Arruti³³⁷, não pode ser confundido com esquecimento. Esse *ethos* do silêncio, que marca uma forma de se relacionar com o passado, reveste de grande cuidado o trabalho com a memória, pois ela não pode ser vista como um simples ‘resgate’ ou compilação de histórias que estejam prontas para revelarem o que ‘realmente aconteceu’, a memória é produto de mobilização, ao mesmo tempo em que o ato de lembrar e instituir tal memória é parte desse processo.

Para o autor, os registros de memórias podem ser interditados por certos tabus e podem estar associados a determinada forma de se relacionar com o passado, no qual a transmissão das informações não é um valor, mas um risco. Sobre esse aspecto, Raphael Samuel³³⁸ argumenta que a memória não é um banco de “imagem do passado”, mas uma força ativa que molda a dinâmica, sendo que aquilo que a memória sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra.

No caso de Armando, embora este fato represente desconforto e vergonha, representa um marco na sua trajetória individual, representa uma referência do acirramento do conflito. Faz menção a tantos outros sujeitos que viveram o mesmo drama, portanto é sobretudo, um acontecimento coletivo, sucedido após a decisão de Armando, procurar Raimundo Rodrigues e exigir explicações.

O Sr. Armando insistiu no fato de que Raimundo não cumpriu sua palavra na conversa que tiveram. Com raiva, o acusou de covarde, Raimundo não revidou. Manuel completou o raciocínio, dizendo que, por causa da discussão, Lázaro e seus filhos aproveitaram para eliminar qualquer tentativa de demarcação. Reuniram-se e foram até a comunidade no domingo quando todos os moradores estavam na reunião da associação. Era por volta das 9 horas da manhã. Manuel afirma que eles foram pegos de surpresa, pois a visita da família não era esperada. Manuel lembra que este dia foi perturbador. Dentre vários motivos, citou que, ao chegar, Lázaro gritava expulsando as famílias, ameaçando que se elas não saíssem seriam retirados à força.

³³⁷ ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

³³⁸ SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 41-81, fev. 1997.

Ameaçava em alto tom de voz: “Se vocês não saírem, vão sair a peso de bala, vou trazer a polícia”. A ameaça não se cumpriu.

Escrever a história, especialmente a do tempo presente, nos permite caminhar na trama do vivido por cada morador do Bacuri, sujeitos que na perspectiva deste trabalho, é ativo, social e histórico. Sujeitos que traz consigo as marcas das experiências vividas. Esses homens e mulheres carregam na bagagem de suas vidas a construção de suas histórias, ao lembrarem um dado acontecimento, revivem, e nesse ato de reviver, estão mais uma vez “construindo sentidos” ou melhor, possibilitam na (re)escrita da História a partir de suas vivências.

Aumentar a voz foi o recurso utilizado por Lázaro para intimidar os moradores, de modo a garantir o controle da situação e a posse da terra. Os comunitários, contudo, conseguiram resistir às investidas de Lázaro, tentando dar novos significados àquela situação. Aproveitaram a ocasião para estabelecer um acordo, mas Lázaro não estava disposto a negociar. Seu único objetivo era expulsá-los. As astúcias³³⁹ encontradas para lidar com as imposições foram detalhadas pelo depoente quando nos contou que Armando, ao perceber a explosão de raiva de Lázaro, não se intimidou e revidou as ameaças enfaticamente:

Olha, ou vocês acabam por aqui, ou então nós vamos partir pra justiça. Ou nós ficamos com esse pedaço da comunidade que nos pertence, ou a gente vai passar a mão na área toda, porque vocês abandonaram. E como é que agora vocês querem retornar atrás e expulsar todo mundo, sendo que hoje a lei constitui que a pessoa morar um ano e pouco, vocês mesmo sabem, já tem o direito. Então aí vocês vão decidir. (Armando – comunidade Bacuri)³⁴⁰.

Na narrativa de Manuel, Armando aparece como uma figura heroica. Ele, enquanto presidente, tratou de defender os interesses da comunidade, dizendo que os moradores possuíam direitos e não estavam dispostos a serem tratados como invasores ou removidos compulsoriamente, porque moravam naquele espaço há anos e área da comunidade havia sido dada ainda no início da década de 70. Enquanto Lázaro havia perdido esse direito quando mudou para a cidade, abandonando aquelas terras.

O discurso, embora tenha sido circunstancial e individual, pretendia falar por toda a comunidade, expressava o sentimento dos moradores, o que vinham discutindo durante anos nas reuniões da associação como forma de enfrentamento. Sua fala visava expressar a indignação sentida pelos comunitários contra as ameaças sofridas.

³³⁹ Para Certeau as astúcias compõem uma rede de autodisciplina que parece quase sempre como resistência a imposições sociais. Ver: CERTEAU, 1998.

³⁴⁰ Entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2015, na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

Quanto mais acirrado ficava o conflito, maior era a liderança de Armando. Ele esforçava-se para tomar frente da situação, seu discurso pretendia ser uma forma de resistência para se opor às relações de poder. Ele se opôs abertamente, a ponto de não se intimidar com as ameaças, frustrando Lázaro, ao demonstrar sua força e ao propor a possibilidade de resolver a situação a partir das regras dos moradores. Nota-se que na simplicidade de articular as palavras, fez uso da lei que dá o direito à propriedade pelo uso usucapião constitucional de imóvel rural. Esse direito está presente no Código Civil e foi instituído pela lei 10406/2002, especificamente ao artigo 1.239, o qual dispõe:

Aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.³⁴¹

Nota-se que o uso deste dispositivo legal se configurou como uma tática de oposição à ordem estabelecida por Lázaro. Armando, ao perceber que não tinha nenhuma possibilidade de acordo por meio de uma atitude de respeito e deferência, munuiu-se de uma atitude de confronto. Recorrer ao direito da usucapião foi a maneira encontrada para lidar com a situação e confrontar, uma vez que Lázaro não considerava o argumento da imemorialidade daquelas terras. Sobre esse argumento, o próprio Lázaro contou:

Eu pelejei com eles, eles diziam que tinha direito. Mas como tinham direito, sem pagar nada? A terra a gente demarca, você tem que tirar o título, tirar a demarcação, tem que fazer o pagamento, tudo isso. Nunca pagaram terra nenhuma, como que a pessoa vai ter direito desse jeito acho que não tem direito não. (Lázaro do Carmo Rodrigues³⁴², ex-morador da comunidade Bacuri).

Lázaro, discordava do argumento usado pelos moradores, na sua perspectiva era ilegal. Era praticamente impossível conseguirem a terra. Ele estava convicto de que seus direitos estavam respaldados e garantidos, já que possuía documentos que comprovavam a posse da terra. Porém, ao ouvir o argumento de Armando sobre a usucapião, abalou-se. Maria Pereira, 76 anos, agricultora aposentada, mãe de Armando, contou que Lázaro, ao ver e ouvir Armando se posicionar, descontrolou-se e o agrediu: *“meu filho levou um tapa ainda, porque ele (Lázaro), não queria entregar a terra, mas ele é muito paciente”*.

Lázaro argumentava que os comunitários não tinham direitos e que estavam aproveitando sua saída do Lago para “tomar a terra”. Armando não reagiu em respeito à idade

³⁴¹ BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

³⁴² Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014 na sua residência localizada sede urbana de Tefê-AM.

de Lázaro, que na época estava com 85 anos. Para além do respeito, consideramos que o ato de não revidar foi uma expressão de resistência para defender os interesses da comunidade da melhor forma possível. A esse respeito, James C. Scott³⁴³, assevera que as expressões de resistência nem sempre são efetivadas por meio de movimentos organizados, mas também pela “dissimulação, condescendência, simulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência.”, discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.

Revidar a agressão desencadearia uma tragédia, como assevera Maria, “*ia ter morte*”, pois, ao reagir, os filhos de Lázaro iam defender o pai. As narrativas dão conta de que Lázaro não somente bateu no rosto de Armando, como ameaçou matar a moradora Maria José, (nora). A esse respeito, Maria José relatou:

Eu fui jurada de morte, ele foi lá, disse que ia me dar um tiro, e veio à mão no meu rosto pra me bater e eu virando de costa. Mas não tinha jeito, que a gente sempre foi da comunidade, eu fui presidente da comunidade uma porção de vezes e sempre puxei para o lado do povo, o povo tinha direito e eles ficaram com raiva. Até hoje meu sogro diz que ainda vai me matar, porque eu era a cabeça dessa comunidade, mas eu digo que o que fiz não é pra mim, é para o povo, eu não vou levar nada. (Maria José, entrevista realizada em 2015).

D. Maria afirmou ter sido ameaçada nesse episódio e em muitas outras ocasiões que esbarrava com Lázaro, principalmente quando ia à cidade. Por assumir uma atitude pública de resistência a favor da comunidade. Segundo Maria, sua atitude não poderia ter sido diferente, visto que sempre morou naquele espaço e tornou-se uma das principais lideranças da comunidade, sendo uma das primeiras pessoas a incentivar os moradores a lutarem por seus direitos. Por não concordar com o sogro, foi acusada de querer lhe tomar a terra. Ela contesta, afirmando: “*Não era pra mim, eu dizia: Meu Deus não é pra mim, é pra esse povo, vai ficar pra eles. A gente quando está dentro da comunidade tem que lutar até o fim, eu não tenho medo de morrer por uma causa*”.

A expressão: “não tenho medo de morrer por uma causa”, reforça seu lugar de fala, moradora da comunidade. Sua fala faz perceber que as mulheres participaram desta luta, e dos enfrentamentos em defesa de seus territórios. No entanto, muitas vezes não são visibilizadas

³⁴³ A noção de formas de resistência é proposta por Scott (1995) e foi desenvolvida no livro intitulado: *Weapons Of Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. No qual centrou sua atenção nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local do que em conflitos de massa contra o governo. Dedicou-se a analisar formas de resistência cotidiana ou coletiva local no campesinato. Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, o autor entende que na maioria das vezes, a resistência às relações se expressa através de práticas cotidianas. Cujas expressões se constituem: fazer corpo mole, dissimulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, transcrição oculta e transcrição pública.

junto à esfera de representação. Diante do terreno em conflito, Maria, se coloca como uma mulher ativa, que tomava decisões, que exigia e reivindicava o que acreditava ser o direito da comunidade. Patrícia Regina Silva, reforça este argumento, ao considerar que nas mais diversas formas de luta por direitos, especificamente luta por terreno, as mulheres aparecem como protagonistas. Elas se configuram como um relevante coletivo/político diante de uma questão social que se coloca diante de suas possibilidades de aquisição. Sendo assim, essas mulheres desmistificam o “sentido de posse” da terra como algo pertencente ao homem. Assim, Maria José e tantas outras rompem com o significado atribuído a posse da terra como atributo genuinamente masculino³⁴⁴.

As ameaças que D. Maria José sofreu são reforçadas na narrativa de Orlando Rodrigues:

Foi assim com muita confusão, fazendo reunião, eu brigando, o papai com raiva da minha mulher, queria matar ela. Meus irmãos ficaram com raiva de mim, da minha mulher, mas não teve jeito não, a gente foi indo e conseguimos, graças a Deus. Hoje eles falam comigo, a gente não rejeitou não (risos). Eles ficaram com raiva, mas nunca deixaram de falar comigo não, porque eu sempre falava a verdade: eu dizia: rapaz a gente tem que ver que o pessoal, quando nós chegamos aqui, quando o papai ganhou o terreno que pertenceu pra ele, esse pessoal já vivia aí. (Orlando Rodrigues, 66 anos- Comunidade Bacuri)³⁴⁵.

Orlando nos faz pensar que o comportamento agressivo de Lázaro à Maria ocorria pela forte presença política que ela tinha na comunidade. Presença esta que foi sendo construída pelas diversas funções que exerceu (professora, catequista, parteira e agente de saúde). Dedicou praticamente 40 anos de sua vida, as duas últimas, a qual se reportava com muito orgulho. Ela acompanhava os moradores adoecidos ao Hospital para tratamento, bem como realizava os partos das mulheres do Bacuri e das comunidades vizinhas. Ela sempre foi uma figura marcante e enquanto liderança, sua voz era ouvida e respeitada pelos moradores. Maria José era vista por Lázaro como uma ameaça, pois enquanto liderança seus discursos abertos era de que a luta da terra era a concretização de sonho para a comunidade.

O desfecho deste episódio foi um possível “acordo” estabelecido entre Lázaro e os moradores.

Então eles [Lázaro e os filhos] vendo que estavam errados, mandaram tirar, liberaram 900m de frente com 500 m de fundo, esse terreno da comunidade, que já tiramos o

³⁴⁴ BARROS, Ilena Felipe. *A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. A autora analisa a inserção das mulheres na luta pela terra em dois assentamentos, a saber, Vale da Esperança e Novo Horizonte II, ocorridos no Rio Grande do Norte. Onde evidencia o sentido da posse da terra para as mulheres diretamente relacionado com a unidade familiar. A manutenção e coesão da família é o que as mobiliza em lutar pela aquisição de um novo espaço social.

³⁴⁵ Entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2015, na comunidade de Bom Jesus do Bacuri, na sua residência.

documento. Hoje em dia sempre tem coisa, mas não tem como recorrer, porque essa terra dele não é documentada.

A versão de Manuel é a mais conhecida, recebendo status de legitimidade dentro do grupo. Lázaro, percebendo que os comunitários resistiam às suas tentativas de expropriação, autorizou a demarcação e titulação da área da comunidade. Ao contrário do posicionamento de Manuel, existem outras versões com relação à existência desse acordo. Segundo Scott, nas interações sociais mediadas pelo poder, “difícilmente se fala verdade”, pois essas interações são sempre orientadas segundo regras sociais de etiqueta e de boa educação. Desse modo, consideramos que os indivíduos orientam seu comportamento pela posição da pessoa com quem estão sempre se relacionando.

Enquanto historiadores que trabalham com as fontes orais, é importante atentar para os significados que os fatos nos dão, bem como com a subjetividade que é inerente deles. *Alessandro Portelli*³⁴⁶, ao falar da subjetividade presente nos depoimentos orais, afirma: “nenhuma pessoa, quer decida escrever sobre sua própria autobiografia, quer concorde em responder uma entrevista, aceita a reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia dos outros”.

O argumento de Portelli revela que a subjetividade é intrínseca aos seres humanos e é por meio dela que o mundo se revela. Permeadas pela subjetividade, as pessoas constroem seus modos de vida, colocam-se na sociedade e intervêm. Assim, antes de se configurar num obstáculo, a subjetividade se revela como elemento fundamental para historiadores que optam pelo trabalho com fontes orais, pois “A subjetividade se revelará mais do que uma interferência, será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”.³⁴⁷ Compartilhando dessa concepção, percebemos que a autorização é contestada por Armando. Ele diz: “A gente se reuniu, fizemos documento, foi lá, mas eles [família Rodrigues] não aceitaram, só que a gente demarcou e tirou o documento”. A existência de um acordo com Lázaro, foi negada por Armando. Embora a tentativa de negociação foi feita. Mas, Lázaro não cedeu. Diante da negativa, os comunitários seguiram adiante nas tentativas para conquistarem o documento, passando a utilizar formas públicas de resistência.

4.7 Resistindo: os mediadores da luta

Após suas reivindicações não serem atendidas, os moradores de “Bacuri” fizeram o uso de outras táticas. Nas palavras de Michel de Certeau³⁴⁸, táticas são saberes sem discursos, sem

³⁴⁶ PORTELLI, 1997.

³⁴⁷ PORTELLI, 1996.

³⁴⁸ CERTEAU, 1998.

escritura, solidários de operações múltiplas e anônimas, excluídos pelos saberes da administração e do controle, mas não menos criadores e subversivos. São ações desviacionistas, as quais geram efeitos imprevisíveis, ao trazerem à tona diferentes maneiras de fazer e resultam das astúcias do homem comum e de suas capacidades inventivas, possibilitando escaparem de controle e tomarem parte no jogo em questão.

Depois desse episódio, os trabalhadores rurais intensificaram o processo de articulação por seus direitos, buscando a orientação, via relações de parentesco e afinidade, para uma atuação mais protagonista. Eles foram orientados pelo Sr. Renivan, funcionário no setor de terras da Prefeitura de Tefé. As orientações foram facilitadas pelas relações de parentesco que Renivan tem com as famílias da comunidade, seus parentes.

Na ata de reunião de abril de 2013³⁴⁹, Renivan de Oliveira é citado como o principal apoio que comunidade teve para conseguir o título definitivo. Ele é filho de Francisco de Oliveira e Clara Moraes de Oliveira, que possuem um sítio ao lado da comunidade Bacuri, são descendentes da família Oliveira. Ele morou toda sua infância e parte da juventude no sítio do pai, saiu aos 17 anos para cumprir o serviço militar. Passou a morar na cidade, e nos finais de semana visita o pai que ainda hoje reside no sítio.

Essas visitas fizeram com que ele não perdesse o contato com as famílias da comunidade. Em 2006, tornou-se funcionário público da prefeitura de Tefé, no setor de terras. Enquanto topógrafo, era responsável basicamente pela demarcação de terras tanto na área urbana quanto rural no município. Sua função e os laços de parentesco, compadrio e amizades com os moradores de “Bom Jesus”, constituiu-se como base social de confiança e reciprocidade, bem como favoreceu o processo de luta da comunidade.

Os moradores referem-se ao Sr. Renivan como um agente mediador que possibilitou a aquisição do título definitivo de posse da comunidade junto ao setor de terras da Prefeitura de Tefé. Conversei com ele na sua residência, localizada na cidade de Tefé-AM. Na ocasião, ele teceu o seguinte relato sobre sua participação:

Então eles [moradores da comunidade] me procuraram, pra esclarecer se eles tinham direito, isso há uns sete anos atrás. Eu falei que eles tinham direito. Era só fazer o requerimento, porque ele [Lázaro], não comprova que era dono da terra. E eles [moradores], tinham a posse da terra. Passaram a não temer eles e me procuraram. E eu falei que podiam ter direitos. Era para fazer requerimento para o prefeito, na época era o Sidônio. Eles procuraram o Sidônio para verificar se ele [Lázaro] tinha título. Mas constatou que ele não tinha. O que ele estava querendo era enganar as pessoas [comunidade] querendo tomar a terra deles, querendo fazer uma documentação com o pessoal lá dentro.

³⁴⁹ COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2013. Livro 2, p. 78.

Em 2012, as lideranças da comunidade, dentre eles o presidente Armando³⁵⁰, foram à Prefeitura, procuravam por Renivan, em razão das ameaças sofridas. Chegando ao setor de terras, informaram-lhe o que vinha acontecendo, pediram orientação para resolver a situação. Também aproveitaram para comprovar se a terra realmente pertencia a Lázaro Rodrigues, pois ele alegava ter em mãos a documentação, mas os moradores não tinham certeza da sua existência.

Renivan nos informou que existia uma declaração de compra e uma planta do terreno feita à mão. Inclusive seu pai Francisco teve acesso a estes documentos no ano de 1997, quando Lázaro Rodrigues entrou com uma ação na justiça contra ele. Numa das audiências, alegava que Francisco invadiu sua terra.

O Sr. Francisco de Oliveira detalhou como ocorreu este conflito:

No ano de 1997, Lázaro questionou sobre a terra onde moro. Ele apresentou um documento falso e eu não sabia de nada, não tinha experiência. Mas naquele tempo Deus já estava ao meu lado. Deus me usou pra falar aquilo.

Cheguei lá no promotor ele disse: Seu Francisco, o Lázaro apresentou um documento aqui muito especial, esse documento é a planta da terra. Aí eu fiquei assim né, (confuso) porque passava dentro do meu terreno. Aí eu fiquei olhando. Como diz o ditado, todo abestado lá, sem ter orientação nenhuma, falando minhas coisas.

Daí ele perguntou: onde fica o seu terreno na planta da terra? Eu espiei assim, eu não sabia, porque o documento era tipo o mapa, aí eu espiei e perguntei: Onde fica o Igarapé do Bacuri? Aí ele perguntou: O Bacuri tem igarapé? Aí eu disse: Tem! Quando enche fica com até 200 metros de largura. Aí o promotor disse: Então seu Lázaro tá errado. Se o Bacuri tiver igarapé e o documento aqui só está terra seguida, esse documento não é de bem não.

Aí o velho Lázaro respondeu: doutor, até nisso, meu primo foi bandido, que tirou esse documento pra mim, assim ele falou lá. Aí o promotor conheceu que ele estava errado, né, porque tem um igarapé que todo mundo vê. Porque a planta é como o mapa, tiver uma ressaca, uma ilha, qualquer coisa, aparece lá. E lá só aparecia terra seguida, aí esse documento que ele apresentou lá pra mim, não era muito antigo não.

Agora não sei qual foi o primo dele, se foi o Chico Custódio, o Chico Ostons, foi um desses dois que tiraram esse documento. Aí me deu toda minha razão. Aí disseram: quando secar, que estava cheio, vou medir esse terreno lá para ver como que é. Aí eu disse: Mas não vai medir daqui pra lá, tem que medir de lá pra chegar no meu [terreno], e vão me chamar lá. Quando foram nem me avisaram, eu soube depois, que nem chegou perto da casa dele os mil metros, aí ficaram com vergonha porque tinha outra audiência pra gente ir lá, tomar a decisão. Daí ele foi pensando que ia ganhar, foi passar vergonha. Daí o Ramalho que foi medir lá disse: É o seguinte, a questão com seu Francisco não tem nada a ver, eu fui medir, nem chegou lá, ficou muito longe do terreno dele. (Francisco de Oliveira – comunidade Bacuri).

Francisco Oliveira narrou com riqueza de detalhes os fatos que quase o levaram perder sua terra. Lázaro iniciou uma ação na justiça, denunciando Francisco de ultrapassar os limites de seu terreno. No depoimento, percebe-se que a falta de instrução deixou Francisco

³⁵⁰ Primo de Renivan.

constrangido diante do juiz, ao ter que lidar com uma cultura letrada, à qual sentia não pertencer. Mas não o impediu de defender o pouco que tinha: a sua terra. Na audiência, foi convidado a devolver a área, caso fosse comprovada irregularidades nos limites. Após uma longa conversa de idas e vindas, afirmou: *Claro que entrego, onde que vou ficar com as terras de vocês no meu documento, a parte que chegar eu entrego, se for tudinho, eu cancelo o meu [documento] e entrego.*

A conduta do promotor chama atenção. Na condição de resguardar os direitos das partes envolvidas, pareceu inclinado a favorecer os direitos a Lázaro, em virtude dos documentos apresentados. Porém, no decorrer da conversa mudou de posição, concluindo que Lázaro queria tomar a terra de Francisco.

Francisco, atribui a mudança de inclinação do promotor a favor de sua causa como resultado de uma providência divina, já que não conseguia codificar a planta do terreno a sua frente. Irineu Wilges³⁵¹, nos diz que o papel desempenhado pela religião na vida de um ou mais sujeitos acontece dentro de dois sentidos: o sentido objetivo e o sentido subjetivo. O sentido objetivo diz respeito às práticas pertencentes a uma dada crença, assim como os ritos e leis que direcionam o homem a buscar um ser que considera supremo e com o qual estabelece uma relação tanto no âmbito pessoal como na troca de benefícios. O sentido subjetivo faz menção ao reconhecimento da dependência do homem em relação ao ser tido por ele como supremo, o que no caso de Francisco não foi diferente. Acreditou que Deus colocou as palavras certas, na hora certa e assim não perdeu sua terra. Francisco tentou apropriar-se daquela cultura letrada e situar-se naquela planta o que mostrou como uma importante astúcia. Na tentativa de resolver a causa, o promotor decidiu medir os terrenos e concluiu que o terreno de Lázaro “ficou muito longe”.

Deste modo, a experiência vivenciada no Bacuri não se constituía na primeira tentativa de expropriação realizada por Lázaro. A ação e a angústia sentida por Francisco ficou guardada na memória de Renivam (filho), pronta para ser acessada, como um mecanismo de defesa, no caso de futuras ameaças. Como de fato voltou a acontecer, mas, desta vez, com os moradores de “Bom Jesus”.

A experiência traumática vivida pelo pai fez Renivam se posicionar a favor dos interesses dos moradores. Decidiu ajudar a comunidade, pelo fato de os moradores serem “muito humildes e acolhedores” e estarem sendo injustiçados. Pautando-se na experiência traumática de sua família alertou a comunidade, chamando atenção para alguns aspectos. O primeiro deles era que, embora Lázaro afirmasse ter os documentos da terra, estes não tinham

³⁵¹ WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões do mundo*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.15.

legitimidade, devido à falta de informações precisas. Ressaltava que na documentação não estavam descritas as coordenadas geográficas. Não havia referência aos nomes de lagos, rios ou limites com outras propriedades. A única referência existente era uma dimensão territorial duvidosa que poderia ser em qualquer lugar, tratava-se de uma grande extensão de terra que perpassava os limites da área do Bacuri. Essa extensão territorial era de “20 mil por 10 mil”, portanto era enganosa.

O segundo aspecto era o fato de que os documentos eram falsos, conforme apontou Francisco: “Meu filho foi trabalhar no setor de terras, a primeira coisa que fez foi ver que eles estavam mentindo, ele me disse: papai não tem nada legalizado, só tem dois títulos no Lago de Tefé, não tem nada legalizado, daí o Reni alertou eles, se não ele tinha conseguido”³⁵².

No entendimento de Francisco, a confirmação da falsificação dos documentos apresentados por Lázaro veio quando Renivam passou a trabalhar no setor de terras da prefeitura. Ele pesquisou as áreas tituladas do Lago de Tefé, as quais apontaram a existência de apenas duas propriedades. Com relação à propriedade “Bom Jesus do Bacuri”, não foi encontrado documento de propriedade em nome de Lázaro Rodrigues ou de sua família. Deste modo, ele conclui que Lázaro estava aproveitando a boa-fé dos moradores.

O argumento dele apresentado às lideranças, a respeito da legitimidade da documentação, é contestado pela Secretaria de Política Fundiária³⁵³. Recorremos à Secretaria para entender as posições divergentes da autenticidade do documento. Nesse intuito, localizamos o processo da área “Bom Jesus”, ao qual recorremos mais uma vez. O processo indica que a documentação existe e é considerada legítima, tendo sido expedida pelo Governo do Estado do Amazonas.

O fato de ter sido requerida ao governo do Estado é uma das possíveis explicações para a ausência de informação no setor de terras do município. Sabe-se que ainda hoje não há um controle das terras no Brasil, pois o governo ainda não conseguiu implementar um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico. Também não há a articulação e o cruzamento de dados entre os órgãos fundiários existentes nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e uma fiscalização eficiente junto aos cartórios de registro imobiliário.

³⁵² Francisco de Oliveira. Entrevista realizada na sua residência na comunidade Bacuri no dia 20 de dezembro de 2015.

³⁵³ No ano de 2015 visitei a Secretaria de Política Fundiária do Estado do Amazonas, em busca de informações da comunidade Bom Jesus. Após uma longa burocracia, tive acesso aos processos de titulação das áreas demarcadas em nome de Brígido Franklin. Foram localizadas quatro áreas requeridas pelo Sr. Brígido: Bom Jesus, Goiabal, Limoeiro, Patauí. Entretanto, os processos não trazem informações pessoais sobre o requerente, o que nos dificulta compreender sua relação com o Estado.

Dessa maneira, vejamos a homologação do pedido de Brígido Franklin, publicado no diário oficial em maio de 1927 que estava junto ao processo:

De ordem do Engenheiro Diretor e em cumprimento ao despacho do Sr. Secretário Geral do Estado de 10 de outubro de 1927, faço público que pelo Sr. Brígido Franklin foi requerido por compra um lote de terra situado no município de Tefé no lugar denominado Bom Jesus que se limita: do Norte e este com terras devolutas, ao Sul com terras de José Mesquita e Benigno Praia e a Oeste com a margem direita do lago de Tefé. O referido lote foi medido e demarcado pelo profissional Antônio Matos Granjeiro que verificou ter ele uma área total de 5.26.412.50 metros quadrados, abrangendo por um perímetro de 10.417 metros lineares com a frente em linha reta de 3.570 metros e destina-se a indústria agropastoril.³⁵⁴

Assim como foi feita a homologação, a escritura foi concedida em nome do requerente Brígido. Entretanto, verificou-se que, na composição do processo, não existem referências sobre uma possível transferência a Lázaro Rodrigues. Isto indica o porquê Lázaro não tem o título definitivo a qual Orlando Rodrigues diz ter sido perdido: “tem a escritura, tem a planta do terreno, só não tinha o título definitivo, eles já correram atrás e não encontraram, ninguém sabe pra onde foi”.

Renivan, tendo como base as informações do setor de terras da prefeitura de Tefé, utilizou a favor das lideranças para conseguirem expedir o título definitivo, orientando sobre os próximos passos junto àquele setor. Ressaltou que a maneira mais efetiva era falar com o prefeito, na época Sidônio Trindade Gonçalves.

Sidônio Gonçalves esteve na gestão de Tefé entre 2006 e 2010, sua gestão foi marcada por grande aceitação popular, em virtude da figura paternalista que exerceu. Nota-se a efetiva participação do prefeito como agente articulador na aquisição da demarcação e expedição do título definitivo. O que chama nossa atenção para os interesses que estavam por trás de tal envolvimento. Esta articulação pautava-se ao espaço da política partidária, práticas comuns ainda em todo território nacional quando se trata do processo eleitoral. A política do “pão e circo” ainda persiste fortemente no município. Algumas semanas após o diálogo com Renivan, os moradores conseguiram se reunir com o prefeito, na qual reivindicavam o direito de permanecer na área onde se estabeleceram. Outra reivindicação era a brevidade na demarcação dos limites da comunidade. As lideranças relataram não compreender a atitude de Lázaro de empatar a demarcação.

O prefeito, tendo conhecimento da situação, procurou entender os fatos e resolver o litígio, não por uma questão de defesa dos direitos humanos. O posicionamento de Sidônio a

³⁵⁴ Processos de títulos em nome do Requerente Brígido Rodrigues Francalino encontrados na Secretaria de Estado de Política Fundiária.

favor dos comunitários só foi possível num campo de interesses políticos, foi utilizado como instrumento de futuras conquistas eleitoreiras, assim se colocou a favor dos interesses que proporcionaria dignidade às famílias do Bacuri. Diante da situação compreendeu que estava diante de um caso de grilagem e autorizou a emissão do título a favor da comunidade.

A atitude tomada por Sidônio fortaleceu a mobilização de luta da comunidade e representou um caso atípico, ao fugir do padrão habitual no qual as instituições tendem a ficar ao lado dos interesses dos grandes proprietários. Conforme Victor Ferri Mauro afirma sobre o tema que:

Em diversas ações apoiados ou perpetradas pelo próprio Estado, comunidades inteiras foram vítimas de violência, genocídio e de esbulho territorial. Em outros casos o Estado tinha conhecimento de expropriações e perseguições aplicadas aos povos indígenas e fazia vistas grossas, se omitindo da responsabilidade de agir para coibir tais práticas. Desta forma a grilagem de terras e outros desmandos, comandados muitas vezes por pessoas influentes na vida econômica e política do país puderam ocorrer impunemente.³⁵⁵

O autor assevera que, ao longo da história do Brasil, ocorreram inúmeros casos em que povos indígenas, remanescentes de quilombos e comunidades tradicionais foram forçados a deixar as terras que ocupavam, a migrar e se dispersar para sobreviver. Alguns jamais conseguiram reunir-se novamente e foram assimilados às sociedades envolventes, passando a ocupar, dentro delas, funções subalternas, tendo seus direitos ignorados ou sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos e pela ação do governo. Felizmente, os moradores de “Bom Jesus”, considerados uma população pobre³⁵⁶ do ponto de vista dos direitos civis, conseguiram demarcar a terra e a expedir o título da comunidade em dezembro de 2012.

José Murilo de Carvalho no seu estudo classifica os cidadãos do ponto de vista dos direitos civis e três categorias:

Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social. Os de segunda classe: que estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. São a classe média modesta, podem ser brancos, pardos ou negros, essas pessoas nem sempre tem a noção exata de seus direitos, e quando tem carecem dos meios necessários para os fazer valer, finalmente, há os “elementos” do jargão policial, cidadão de terceira classe. São a população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses elementos são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática ignoram seus direitos civis e os tem sistematicamente desrespeitados, receiam o contato com os agentes da lei, pois a experiência lhes

³⁵⁵ MAURO, Victor Ferri. *História, território e identidade Kraho-Kanela*. 2011. 434f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande, Dourados, 2011. p. 16.

³⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ensinou que quase sempre resulta em prejuízo próprio, para eles vale mais o Código Penal.³⁵⁷

A figura abaixo, é a representação do título expedido pela prefeitura em nome da associação comunitária dos moradores do Bacuri, concedendo a posse coletiva de uma área equivalente a 568.750,00 m². O título foi entregue à moradora Maria por Renivan, em fevereiro de 2013. A mediação de Renivan foi importante na luta dos moradores, pois ele assumiu pessoalmente a demarcação e titulação de “Bom Jesus”. Ele não somente orientou as lideranças, como também dificultou as tentativas da família Rodrigues para a expedição de um título durante o período de trâmite da comunidade, como aponta Manuel: *“A Dôra chegou lá pra tirar o título e disse que tinha uma declaração e o Renivan disse para ela: Essa declaração não vale’, ele trabalha lá e conhece né.”*³⁵⁸

Figura 20 – Título Definitivo da Comunidade Bom Jesus do Bacuri



Fonte: Santos, 2015. O documento foi fotografado durante a visita à comunidade Bacuri e estava na posse da diretoria da associação da comunidade.

³⁵⁷ CARVALHO, 2003, p. 215.

³⁵⁸ Manuel Pereira de Oliveira, em entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2014 na comunidade Bom Jesus do Bacuri, na sua residência. Manuel é natural do Município de Tefé/AM, nasceu na comunidade em 16 de março de 1981, filho de Raimundo de Oliveira e Raimunda Pereira. Ele considera-se evangélico, estudou até o Ensino Médio. Atualmente é casado, pai de três filhos e considera-se agricultor por desenvolver a atividade da roça. No ano da entrevista assumiu o cargo de vice-presidente da Associação da comunidade.

Em razão da mobilização dos moradores na esfera municipal, a família Rodrigues também fez tentativas junto ao setor de terras para expedir um título definitivo, mas não obteve êxito. Dôra Santana, nora de Lázaro procurou diversas vezes o setor de terras, alegando a perda do documento, mas dispunha da declaração, nossa velha conhecida.

Renivan, estando no setor barrava as tentativas, afirmando: *“Olha esse tipo de terra não existe, o limite era lá pro Bauana. E não tinha nenhum limite dizendo que a terra dele era ali [comunidade]”*.

No diálogo com a nora de Lázaro, ele utilizou os mesmos argumentos dados anteriormente às lideranças para impedir que a família Rodrigues expedisse o documento.

4.8 Contradições da luta: “Tem muita gente que diz: esse terreno é meu, mas não é, você não demarcou, não pagou nada de terra, como é seu?”.

As narrativas evidenciam que a família Rodrigues não declinou de suas investidas contra os trabalhadores rurais. Após terem conhecimento sobre o documento da comunidade, entraram com uma ação contra a prefeitura para anulação, ou recebimento de uma indenização da área demarcada. Sobre esta ação, quando entrevistei Lázaro ele relatou:

O Abel [advogado], que estava com as papeladas todinhas, ele recorreu. Eu falei para o doutor Abel sobre isso aí. Eu falei para o Sidônio e ele não agiu, ficou lá. E agora eu queria pelo menos que ele comprasse o terreno. O prefeito foi bandido. Entrou! Cadeia nele, a ordem que eu tenho do pessoal do INCRA é fazer isso. Aquele prefeito, o índio veio e ficou ali, aí eu me meti e disse: o Bacuri tem dono, ele tomou um pedaço que é demarcado, que têm título do terreno. O prefeito foi bandido. Entrou, cadeia nele, a ordem que eu tenho do pessoal do INCRA é fazer isso! (Lázaro Rodrigues)³⁵⁹.

Lázaro demonstrou-se indignado diante da atitude tomada pelo prefeito. Ele tinha esperanças de que o prefeito mudasse de atitude e anulasse o documento que beneficiava os moradores, o que não aconteceu. Por ser uma relação conflituosa mediada por um jogo de interesses, possibilitando ganhos e perdas para ambos os lados.

Sidônio Gonçalves, investido de uma figura paternalista, fez um acordo, no qual os moradores ficariam com a área já demarcada e titulada, enquanto Lázaro poderia expedir o título definitivo do restante de suas terras. Diante do prefeito, Lázaro, aceitou o acordo e expediu o documento no ano de 2013 pela prefeitura local. Enquanto a “A comunidade expediu em 2012, Lázaro conseguiu seu título definitivo em 2013”. Porém, ficou insatisfeito com o acordo, pois sentiu-se prejudicado pela decisão do prefeito. De acordo com ele, o prefeito

³⁵⁹ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014.

passou por cima de seus direitos ao conceder o documento para a comunidade. Foi omissos e fugiu da responsabilidade de impedir a regularização da terra de uso comum. Já os moradores eram coniventes. Logo, na percepção de Lázaro, o prefeito era o culpado de ter “perdido sua terra”. Salientou Lázaro:

Tem muita gente que diz: Esse terreno é meu, mas não é, você não demarcou, não pagou nada de terra, como é seu? Eles não têm título, não podem ter, pelejei com eles, eles sempre dizendo que tinha direito, mas como a pessoa tem direito, sem pagar nada? A terra a gente demarca, você tem que tirar o título, tirar a demarcação, fazer o pagamento, tudo isso. Nunca pagaram terra nenhuma, como que a pessoa vai ter direito desse jeito? acho que não tem direito não. (Lázaro Rodrigues, entrevista realizada em 07 de outubro de 2014)³⁶⁰.

A narrativa de Lázaro mostrou as tentativas frustradas empreendidas para que os moradores desistissem. Embora passados dez anos que a comunidade conseguiu o título definitivo, não reconheceu a legitimidade da terra como sendo dos moradores. Durante a última conversa que tivemos em fevereiro de 2016, mostrou-se desorientado sobre quais orientações tomar, pois embora tenha contestado junto à prefeitura, não obteve uma resposta favorável.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA³⁶¹, também não reconhece a legitimidade da terra da comunidade “Bom Jesus do Bacuri”. Na busca de informações sobre a questão fundiária do Lago de Tefé/AM, especificamente sobre esta comunidade, procurei o INCRA. Conversei com a supervisora na época Marilena Maria que relatou:

Depois de pesquisas nas nossas bases cartográficas, chegamos à seguinte conclusão: o título da área solicitada possui uma titulação antiga que foi expedida pelo Governo do Estado. Sendo assim, não se pode emitir outro título que seja. Nesse caso, os documentos emitidos pela prefeitura local não são válidos, sendo inconstitucional.³⁶²

Como representante do INCRA, Marilena defendeu a invalidação do documento. Afirmando que a terra já possui “demarcação antiga e legítima” feita pelo Brígido Franklin Rodrigues. Para o Instituto, isso significa que o documento dos trabalhadores da comunidade é inconstitucional, passível de ser anulado, uma vez que o município não poderia ter emitido um documento sobre uma área já titulada. Diante de suas explicações, concluímos que os comunitários, homens e mulheres, criaram um contra saber, constituíram micro resistências,

³⁶⁰ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014.

³⁶¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Foi criado pelo decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, atualmente está implantado em todo o território nacional, por meio de superintendências regionais.

³⁶² O nome da Supervisora é fictício, uma vez que as informações foram obtidas de forma não oficializada, por meio de um diálogo estabelecido em julho de 2016, na sede do INCRA em Manaus.

táticas, astúcias que resultaram na demarcação e titulação da terra, ou melhor, na conquista de direitos.

4.9 A conquista da terra: “Nós conseguimos, agora tá na mão o documento”

Nós tivemos maior dificuldade porque o terreno não era nosso, daí lutamos, lutamos juntos e hoje recebemos o título, com muita luta, com direito, com muita burocracia, fui jurada de morte, mas não é para mim, é para nossos filhos, para os filhos de vocês, vai ficar pra eles. Nós conseguimos agora está na mão o documento! (Maria José – comunidade Bacuri)³⁶³.

O trecho foi retirado da ata de reunião da comunidade, do dia 10 de fevereiro de 2013. Neste dia todos os moradores estavam reunidos em sua associação comunitária. Ao contrário de outras reuniões ocorridas na comunidade para discutir os passos da luta pela terra, esta seria especial, trazia a materialização do sonho dos moradores: a entrega do título definitivo para a diretoria da comunidade, responsável pelos bens materiais e imateriais da associação. Conforme a ata, D. Maria José Rodrigues, estava feliz e muito emocionada, pois tinha em suas mãos o título definitivo que passaria para guarda da diretoria.

Aquele documento trazia muitos significados, o fim das ameaças de expropriação dos moradores, a conquista de direitos sociais como os benefícios do governo. Com a frase: “Tá na mão o documento” Maria traduzia o desfecho de uma luta e saída de anos de controle e dominação. Era a concretização de que as políticas sociais seriam alcançadas, de que a escola seria reformada e seria referência e o local de estudo para os filhos e filhas dos agricultores do Lago de Tefé.

Portanto, esta luta demonstrou a coragem, a força política desses homens e mulheres que ameaçados se mobilizaram de forma autônoma e espontânea, superando as dificuldades e a constituição do território. E, mais do que isso, demonstrou uma luta de autoria dos próprios moradores, sem a mediação da Igreja demonstrando que os sujeitos do Lago conseguiram andar com seus próprios pés e protagonizar suas lutas.

4.10 Fragilização da organização das comunidades rurais no Lago de Tefé

Tendo conquistado lutas por políticas públicas de educação, direito à terra e a preservação dos lagos, as comunidades presenciam-se o esmorecimento deste processo de organização. Notou-se paulatinamente a fragilização da organização social e política a partir do

³⁶³ Maria José da Silva Rodrigues. Entrevista realizada em 09 de julho de 2014, na cidade de Manaus.

final da década de 1980. Os manuscritos do padre Jansen enumeram alguns fatores para a fragilização da organização política das comunidades a partir da década de 80, dentre eles estão o crescimento urbano de Tefé vivenciado, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento das religiões protestantes.

Com a organização das comunidades todas passaram a dispor de um motor de luz, viabilizando o uso dos primeiros aparelhos de tv que foram doados por prefeitos e colocados nas salas comunitárias, às vezes do lado da imagem do santo padroeiro. O povo preferia assistir às novelas que o Brasil, de Norte a Sul, assistia a ter que participar das reuniões na comunidade.

Com o passar dos anos cada família foi adquirindo seu próprio aparelho. Segundo o padre Antônio Jansen o “ajuri da palavra” não aguentou a concorrência e desapareceu. As missas dominicais realizadas aos domingos se esvaziavam em razão dos torneios de futebol, organizados nos mesmos horários. Na concepção do padre a grande maioria dos ribeirinhos deixava assim claro que a fase de formação de comunidades não se enraizara em conversões pessoais, mas em realidades sociológicas de parentesco e consanguinidade, e de atendimento de necessidades e desejos individuais ou familiares. Para ele, “*o que faltara era uma opção pessoal mais profunda por Jesus Cristo, vivida em comunidades convertidos, ou melhor, em processo de conversão*”³⁶⁴.

Outro fator atribuído ao esmorecimento das organizações comunitárias contribuiu foi a chegada das tecnologias. Em 1982, Tefé foi conectada ao resto do mundo por satélite. De repente, podia telefonar para Manaus até para a Europa. Lanchas velozes doadas pelos municípios para o transporte de doentes, encurtaram a distância das comunidades com as cidades e sedes de paróquia. Hospital e pronto socorro tornaram-se mais próximos.

Em razão do acesso a essas tecnologias, iniciou-se a tendência de os comunitários terem uma casa em Tefé e outra na comunidade. Uma residência para os filhos estudarem na cidade, ou para os comunitários ter um local onde ficar quando vinham cuidar da saúde, resolver seus benefícios sociais ou comprar o rancho na cidade.

Outro fator, segundo o padre, foi a vinda de ONGs e Institutos de pesquisas que se tornaram presentes na região da Amazônia e em Tefé após a ECO 92. Após a realização da conferência, o Instituto de Desenvolvimento de Pesquisa Mamirauá foi instalado na região, torna-se mais influente, pois este instituto veio acompanhado de financiamentos de projetos para a população rural. Muitos leigos que antes trabalhavam para a igreja na organização das comunidades de forma voluntária passaram a trabalhar a serviço dessas organizações. A própria

³⁶⁴ MANUSCRITO DE ANTÔNIO JANSEN. Caderno 19. Arquivo Prelazia de Tefé. p. 1744.

estrutura de comunidades reunidas em setores, serviu também para que nela fosse enxertada a ação, por exemplo, do Mamirauá. Em parte, este órgão parecia tomar o lugar da Prelazia.³⁶⁵

De modo geral, diante de todas essas transformações, atualmente as associações das comunidades estudadas estão inativas. As reuniões são realizadas com um número cada vez menor de moradores que sentem a necessidade de manterem os nomes nas atas da associação para atenderem às imposições das instituições federais, estaduais e municipais, que incorporaram a linguagem dos movimentos sociais.

Essa mesma reflexão é pontuada pelo morador Orlando Rodrigues quando afirma que o movimento comunitário dos moradores do lago encontrava-se enfraquecido. Na sua narrativa, ressaltou que as reuniões em sua comunidade e os trabalhos coletivos já não têm a mesma força dos anos 70 e 80. A participação dos comunitários reduzia a cada ano:

Antigamente a gente fazia uma reunião dava muita gente, agora dá uma minoria, eles alegam que é por causa do trabalho, que é muito trabalho, mas eu tenho o meu trabalho, e não me ajudam, e a gente só um dia não vai ficar mais pobre do que já é né. Nas reuniões todos os sócios presentes assinam. Quando vão fazer auxílio maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, precisam comprovar que é sócio, que está participando (Orlando Rodrigues, 66 anos, comunidade Bom Jesus do Bacuri)³⁶⁶.

O Sr. Orlando afirmou no momento de sua entrevista que a associação da comunidade Bacuri passava por um período de enfraquecimento, que a participação política dos comunitários tem sido mínima e direcionada apenas para representar as necessidades, interesses e objetivos comuns dos associados junto ao poder público nas políticas e programas governamentais. A necessidade de atenderem à linguagem burocrática do estado tem impulsionado alguns moradores a se manterem organizados.

As pautas de algumas atas de reuniões desta mesma comunidade reforçam o esmorecimento das atividades coletivas dentro da associação nos anos seguintes:

Em 08 de fevereiro de 2010, com os seguintes assuntos: convocar os membros para ver o que está acontecendo com os faltosos, que está sendo prejudicada a comunidade com a falta deles.

Em 02 de março de 2010 com os seguintes assuntos: falar sobre as dificuldades. Como melhorar o andamento dela. E procurar meios para voltar à participação em trabalhos em grupos e continuar em conjunto.

Em 17 janeiro de 2010 o presidente Orlando Rodrigues dos Santos falou sobre a participação dos membros que estão faltando muito nos trabalhos e assim prejudicando o andamento da comunidade, completou dizendo da importância de viverem unido em grupo, todos os membros falaram sobre as dificuldades que está enfrentando e assim foram encontradas as soluções. O Armando completou dizendo que é só uns que sempre estão participando. O Armando falou que os associados que

³⁶⁵ MANUSCRITO DE ANTÔNIO JANSEN. Caderno 19. Arquivo Prelazia de Tefé.

³⁶⁶ Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2015, na comunidade de Bom Jesus do Bacuri, na sua residência.

não trabalharem não vão ter direito aos benefícios (...) e os que faltarem terá que pagar a diária para a associação.

Os fragmentos que constam nas atas apontam que as lideranças passaram a questionar a ausência dos moradores durante a realização dos trabalhos coletivos e nas reuniões da comunidade. Nos discursos, eles começam a aparecer como faltosos, responsáveis pelos atrasos das atividades comunitárias e sobrecarga dos moradores ativos nas atividades comunitárias. No intuito de reverter a ausência dos sócios medidas foram tomadas. Uma delas foi observada na ata de reunião do dia 22 de maio de 2011. Nela, o Sr. Orlando, na época presidente da comunidade, ao mediar a reunião, leu para os sócios presentes os artigos 7 a 9 do estatuto da associação, referente aos direitos e deveres dos comunitários com a associação. A finalidade da leitura foi reforçar a importância da continuidade das ações coletivas e da existência do grupo, após a leitura dos artigos, Orlando lembrou os benefícios conquistados até aquele momento pelo grupo. Asseverou a importância da participação do grupo para realização dos trabalhos e consequentemente para continuidade de uma existência coletiva.

Ao final da reunião, lideranças e demais sócios chegaram a um acordo, o qual estabelecia que o comunitário sócio que acumulasse um número relativo de faltas nas atividades coletivas perderia o direito de usar as atas de reuniões nas ocasiões que necessitasse apresentar esse documento aos órgãos públicos. Apesar do acordo prática, acompanhamos por meio das atas e das narrativas orais, que os comunitários participam algumas vezes das reuniões, o suficiente para garantir algumas assinaturas nas atas e continuem sendo portadores dos benefícios quando precisarem. Ou participavam apenas quando convocados por meio de assembleias ordinárias que, no contexto local, significava demandar ações de interesses comuns para reivindicar lutas imediatas. As justificativas das ausências dos moradores era uma maneira de burlar as próprias regras institucionais que lhes eram impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando os rastros das experiências vividas e sentidas pelos homens e mulheres do Lago de Tefé, foi possível trazer lembranças que permitiu investigar como essas comunidades se constituíram, as relações sociais e os valores traçados em sua organização e as transformações vivenciadas no cotidiano vivido dos agricultores e agricultoras do lago de Tefé. Nas múltiplas vozes ouvidas, identificamos como as localidades foram ocupadas, como homens e mulheres do interior descreveram o lugar quando chegaram, o que nos possibilitou criar um cenário a partir de suas lembranças do processo de constituição.

Nas margens esquerda do Lago de Tefé- Amazonas, formaram-se, desde o final do século XIX, localidades de pequenos produtores, que se estabeleceram em função da presença de um padrão ao qual entregavam produtos da floresta, tais como o látex da seringa, madeiras, caucho e peles de animais, castanha, mamona, juta, produtos da pesca ou ainda da agricultura, como a farinha de mandioca. Ao longo do século XX, esvaziamentos ou deslocamentos se produziam em função das alterações mais ou menos radicais do espaço nas áreas de terra firme³⁶⁷, do esgotamento ou da perda do valor comercial desse ou daquele recurso natural explorado. A partir dos anos 60, enquanto tudo isto continuava a acontecer, outros fatores vieram alterar ainda mais a vida dos moradores dessas localidades, conforme consta nas narrativas dos muitos moradores do Lago.

É significativo nos depoentes que não havia comunidades, existiam apenas localidades, sendo que foi juntamente com o crescimento das famílias que a comunidade foi se constituindo, passando a ser transformada dada a relação desses sujeitos com o meio que através de suas atividades sociais, econômicas e culturais (re) criaram a natureza, humanizando-a, ou melhor, construíram uma historicidade, desvendando as relações desses habitantes com o uso dos recursos naturais que por sua vez engendram relações sociais, políticas e culturais³⁶⁸.

Antes da existência da configuração político-territorial das comunidades, essas famílias se distribuíam nas localidades, geridas por padrões aviados nas grandes casas comerciais de Manaus e Belém. Partindo de um contexto marcado por histórias de privação e miséria, de acordo com os relatos, construímos uma narrativa baseada em relatos dos mais antigos, relacionando-os aos documentos pesquisados, descrevendo nessas histórias os mecanismos de

³⁶⁷ LIMA, D. M; ALENCAR, E. F. *A Lembrança da História: identidade, ambiente e memória social na várzea do médio Solimões*, AM. Edition Lusotopie, Paris, France, 2001. p. 27-48.

³⁶⁸ DUARTE, R. H. *História e Natureza*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

resistência e de busca de melhores condições de vida. O novo padrão não tinha o controle dos corpos e das vidas das pessoas, mas sua autoridade se baseia na posse efetiva de um território, considerado um patrimônio local e comunitário. Ao seu lado, encontramos também os regatões enriquecendo à custa da exploração do trabalho dos comunitários. Durante as décadas de 1970 e 1980 a Prelazia de Tefé por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) promoveu a alfabetização popular, via Rádio Educação de Tefé, e o reordenamento territorial das famílias provenientes dos antigos castanhais que se encontravam dispersos ao longo da calha do Lago de Tefé. A ideia dos representantes era a reunião e a comunhão dessas pessoas em torno de um objetivo comum, mudar sua condição social.

A igreja apresentou diversas faces e constituía-se como “braço” do Estado; se de um lado era uma instituição engajada na “luta” contra as injustiças sociais e a favor dos indígenas e da população regional “sofrida”. E inspirada por esta causa cria diversos mecanismos que subsidiavam a nova forma de ordenamento territorial: as comunidades rurais. De outro, reforçava o vazio demográfico, o preconceito e colocava em prática as ações do Estado nas comunidades. Os cursos de formação efetivados pelo MEB contribuíram na organização de comunidades ribeirinhas na defesa e no manejo dos lagos, com vigília para evitar a entrada de barcos pesqueiros que utilizavam principalmente o batimento. A reincidência poderia acarretar ações diretas, como o confisco do material de pesca, prática que os moradores do lago evitam, pois, suas vidas estariam ameaçadas. O início dessas lutas foi marcado por problemas entre comunitários e ditos “pescadores de fora”.

A documentação do Jornal do Comércio, do Movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Igreja Católica e a História oral evidenciam um apagamento das comunidades rurais e seus moradores/trabalhadores no período da Ditadura Militar. Segundo a ideia disseminada pelo Estado, neste período existia um grande “vazio demográfico” na região, uma “esparsa população pobre, doente, passiva vivendo nas margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia, à espera das benesses do Estado”. Discordamos desse argumento, ressaltamos que no interior das matas homens e mulheres, constituíram família, e trabalhando na terra compuseram suas vidas, lutando por dias melhores.

No Lago não havia vazio demográfico, e sim a ausência de políticas públicas e omissão do Estado e Município para a população que ali vivia. Nas localidades que viviam, teceram alianças, confrontaram-se com outros personagens (Igreja, Estado, grandes empresas e latifundiários) que foram se inserindo na região principalmente a partir da década de 70 em razão do declínio do preço da castanha.

As comunidades rurais de Tefé-AM e seus trabalhadores estreitaram suas relações com a Igreja, que esta época se inclinava para uma ala mais progressista, por conta da Teologia da Libertação e da opção preferencialmente pelos pobres, para evidenciar suas demandas por bens sociais imediatos, organizaram suas comunidades.

A constituição de comunidades ficou caracterizada por uma série de mudanças vivenciadas e protagonizadas pelos moradores do lago. Estes buscaram construir diálogo com a igreja e instituições públicas e alcançar melhorias. Estas melhorias foram percebidas pelos moradores como resultantes da organização sociopolítica. Entre as principais, destacaram a construção de casas novas com banheiros com latrinas no fundo dos quintais, aquisições coletivas feitas pelas associações de moradores, como a compra de canoas para escoamento da farinha, para condução de comunitários adoecidos para o hospital da cidade, motor gerador de energia.

Outra mudança perceptível vivenciada nas cinco comunidades estudadas diz respeito a criação de associações juridicamente constituídas, uma exigência formal da igreja e posteriormente do Estado para a distribuição de créditos. Eram no interior das associações locais os moradores se reuniam para debater seus problemas e criavam suas possíveis soluções. Nas associações houve o fortalecimento dos trabalhos dos ajuris, (trabalho coletivo realizado mesmo antes da intervenção da igreja). Os colaboradores na nossa pesquisa perceberam a constituição de associações como algo positivo e as relacionaram aos benefícios sociais e as políticas públicas que o Município e o Estado trouxeram para suas comunidades (escola, bens coletivos como canoas, baleeira, motor gerador de energia). Nestes espaços homens e mulheres “pobres” protagonizaram lutas e tornaram-se protagonistas e resistiram às investidas do Estado de torná-los bons trabalhadores para o desenvolvimento da nação.

A maior mudança identificada nesta tese na configuração territorial do Lago de Tefé, entretanto, não é física, mas identitária. Os moradores passaram a se identificar como agricultores ou comunitários e reconhecer-se como responsáveis pela fiscalização e gestão de suas terras e águas de trabalho. A partir da análise da documentação oral e escrita, concluímos também que o processo de organização de comunidades não teve efeitos na produção e comercialização da farinha (fonte principal, quase exclusiva) de renda das comunidades estudadas.

A pesquisa demonstrou as lutas protagonizadas pelos moradores do lago e resultantes de sua organização social e coletiva. Lutas por políticas públicas (educação e saúde), luta pela preservação e gestão dos seus lagos e luta pela terra efetivada pelos moradores da comunidade Bacuri.

Com relação a luta pela preservação e gestão dos lagos e igarapés, essa luta foi vivida e protagonizada na década de 80 e 90, e apresenta o ápice dos conflitos envolvendo moradores do Lago de Tefé com os “bombeiros” com relação a uma das principais fontes de proteínas: o peixe e a invasão de seus lagos e igarapés de uso comum. Conforme reiteramos, esses espaços foram e continuam sendo fundamentais, pois é dele que os trabalhadores (as) rurais, retiram parte significativa de seu sustento por meio da pesca. A gênese do conflito ocorreu paulatinamente com a implantação da Indústria pesqueira no Brasil e expansão do capital na pesca, que trouxe uma série de transformações capitalistas na pesca regional. Diante das mudanças, os comunitários do Lago de Tefé começaram a enfrentar sérias dificuldades para capturar peixes para sua alimentação.

A pesca predatória³⁶⁹ começou a ser percebida e se tornar dramática, afetando diretamente suas vidas. Desse modo, o surgimento e desenvolvimento do movimento de defesa do peixe e preservação dos lagos nas comunidades do lago de Tefé, no Amazonas, representou uma resposta aos desafios enfrentados diante da pesca predatória e exploração desenfreada dos recursos naturais na região. Este movimento, nascido da preocupação dos representantes progressistas da Igreja e liderado por figuras como o irmão Falco Michiels, demonstrou o poder da mobilização comunitária e da ação coletiva na promoção da sustentabilidade ambiental e na defesa dos direitos das comunidades locais.

Ao longo das décadas, o movimento de defesa do peixe e preservação dos lagos não apenas promoveu a conscientização ambiental nas comunidades, mas também desempenhou um papel crucial na organização e capacitação dos moradores para proteger seus recursos aquáticos. Através da formação de Comitês de Pesca e da delimitação das áreas de uso dos lagos, as comunidades conseguiram implementar medidas de proteção e regulamentação do uso dos recursos, garantindo assim a sobrevivência e segurança alimentar das famílias locais.

³⁶⁹ Segundo WITKOSKI (2010) *apud* BATISTA, (1979 p. 46) a pesca predatória começou por volta de 1968. O estrago foi tão grande que em 1974, o armador Alfredo Jacaúna Pinheiro, secretário da Colônia de Pescadores Z-2, de Manaus, apresentou um relatório ao então ministro da Agricultura, Cirne Lima, denunciando que os peixes da Amazônia estão diminuindo de peso e tamanho. Entre os fatos relatados há alguns atemorizadores, em 1971, o rio Madeira, houve lances de rede que capturaram 30.000 exemplares de peixes diversos. Feito a seleção dos que serviam para o mercado sobraram 2.000 exemplares, sendo que os outros 28.000 foram lançados à água já mortos, gerando um mal cheiro insuportável nos remansos ou nas moitas de canarana, junto às margens onde se obtinham os peixes apodrecidos. Por outro lado, revelaram que os exemplares de tambaqui de 800 gramas de peso ou de pirarucu de 3kg eram trazidos para os mercados quando o primeiro ao atingir três anos de idade, idade em que a fêmea começa a postura, tem peso médio entre cinco a sete kg, e o segundo, só atinge a idade adulta com o peso mínimo de 25 a 30 kg [...] falou a mesma coisa o antigo delegado da SUDEPE em Manaus, Raimundo Neira Eulálio, em 1974, declarando que o “Amazonas está condenado a ficar sem peixe dentro de quatro anos se não for proibida a pesca na época da desova.

Embora tenham enfrentado desafios e resistência ao longo do caminho, os membros do movimento perseveraram em sua luta, defendendo com coragem os lagos e igarapés de sua região. Suas ações exemplificam o poder da união e da solidariedade comunitária na proteção do meio ambiente e na promoção do bem-estar de todos. Portanto, o movimento de defesa do peixe e preservação dos lagos do lago de Tefé serve como um exemplo inspirador de como as comunidades podem se mobilizar e trabalhar juntas para enfrentar os desafios ambientais e construir um futuro mais sustentável e justo para todos. Ao preservar os recursos naturais, essas comunidades não apenas garantem sua própria subsistência, mas também contribuem para a proteção do meio ambiente e para o bem-estar das gerações futuras.

A partir da análise da evolução do movimento liderado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Amazonas, constatou-se a importância da mobilização comunitária na defesa dos recursos pesqueiros e na promoção do desenvolvimento sustentável. Desde sua criação durante a ditadura militar, a CPT tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na conscientização sobre questões ambientais na Amazônia.

O surgimento da preocupação com a preservação dos recursos aquáticos na região do Amazonas representou um marco importante na atuação da CPT, mostrando sua capacidade de adaptação às demandas específicas de cada localidade. A partir de encontros e debates promovidos pela organização, os moradores ribeirinhos conseguiram elaborar propostas concretas de preservação dos lagos, que ganharam visibilidade e respaldo legal ao longo do tempo. A colaboração entre a CPT, órgãos governamentais, organizações não governamentais e comunidades locais demonstrou a importância da união de esforços para enfrentar os desafios ambientais e sociais na região. O estabelecimento de reservas extrativistas e acordos de pesca é resultado direto dessa mobilização, proporcionando não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também o fortalecimento das comunidades tradicionais.

No entanto, os relatos também destacaram as dificuldades enfrentadas pelo movimento, incluindo a resistência por parte de alguns setores da sociedade e a precariedade da fiscalização. Apesar dos avanços conquistados, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva preservação dos recursos pesqueiros e o sustento das comunidades ribeirinhas.

Em suma, a experiência do movimento liderado pela CPT na região do Amazonas oferece lições valiosas sobre a importância da participação comunitária, da articulação entre diferentes atores e da luta contínua pela justiça social e ambiental. É um exemplo inspirador de como a mobilização popular pode gerar mudanças significativas em prol de um futuro mais sustentável e equitativo.

A respeito da luta pela terra, ela foi resultado do amadurecimento e da organização coletiva dos moradores do Lago, especificamente da comunidade Bom Jesus do Bacuri. Mas tem uma especificidade. Ela foi pensada, articulada e protagonizada pelos moradores, os protagonistas sem a mediação da Igreja. Os moradores e moradoras do Bacuri desenvolveram táticas de resistência para não serem expropriados da comunidade. Desenvolveram discursos ocultos e públicos, ora negociando, ora no enfrentamento direto que resultou na titulação coletiva da terra a favor dos comunitários em 2013.

Tendo sido conquistadas algumas lutas por políticas públicas de educação, direito à terra e a preservação dos lagos, no interior das comunidades presencia-se o esmorecimento deste processo de organização. Muitas associações estão inativas. As reuniões são realizadas com um número cada vez menor de moradores que sentem a necessidade de manterem os nomes nas atas da associação para atenderem às imposições das instituições federais, estaduais e municipais, que incorporaram a linguagem dos movimentos sociais. Novos anseios surgiram e nem sempre eles eram compartilhados por todos os moradores. Ao que nos parece está havendo uma espécie de retorno à organização informal existente antes do aparecimento das ações do MEB. Neste modelo de organização não menos importante os moradores das comunidades dão preferência a uma ausência de formalidade, observada principalmente no cotidiano desses trabalhadores, em especial no trabalho na roça.

A organização informal baseada nas necessidades imediatas das famílias. Na maneira como desenvolvem seus trabalhos eles demonstram um modelo de organização própria, dado a partir das relações sociais face a face, no caminho da barraca de farinha, no momento da produção da farinha, nos momentos das refeições é que emergem as relações de sociabilidade, nos momentos dos ajuris cujas relações de solidariedade são evidenciadas e na própria divisão sexual do trabalho.

Consideramos que ambos os modelos de organização seja a informal e a formal continuam a existir e são modos de resistência diante das dificuldades, dos sofrimentos enfrentados cotidianamente pelos moradores em razão da ausência do Estado e da falta de políticas públicas para o interior do Lago.

Acompanhar a trajetória das comunidades estudadas nesta tese significou conhecer a dinâmica do mundo rural, rever de diferentes formas esses trabalhadores que vivem nessa territorialidade, e se organizam de maneiras diversas que escapam aos nossos próprios olhos. Esperamos que este estudo sobre as comunidades do Lago tenha contribuído para iluminar lacunas acerca da dinâmica rural da região do Lago de Tefé/AM, que possa contribuir para a reflexão a respeito dos estudos regionais acerca das trajetórias de vidas desses trabalhadores

rurais, de modo a suscitar novas reflexões desse mundo ainda pouco conhecido, mas muito estigmatizado.

Portanto, espero ter evidenciado ao longo desta tese esse emaranhado de experiências, vidas e lutas das comunidades do Lago de Tefé.

Obrigada!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio. 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Conceito de terras tradicionalmente ocupadas*. Palestra. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/conceitosterrastradicionamentealfredo wagner.pdf. Acesso em: 21 mar. 2016.
- AMAZONAS. *Tribunal de Contas do Estado. Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas*. Manaus, 2015.
- ARAÚJO, M.A.T. Direitos dos povos e comunidades tradicionais ao território: primeiras achegas à necessária releitura do direito agrário na Amazônia. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará*, Belém, p. 47-67, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BARROS, Ilena Felipe. *A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.
- BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, F. Teixeira da; FORTES, A. (org.). *Culturas de Classe*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004, p. 287-314.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53, p.71-86, abril, 2005.
- BENATTI, José Heder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 553-559.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. v. 1: Magia e técnica, arte e política.
- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BEZERRA, Nelissa Peralta. *“Toda ação de conservação precisa ser aceita pela sociedade”*: manejo participativo em reserva de desenvolvimento sustentável. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.124.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRIANEZI, Thaís. A reforma agrária ecológica na Floresta Nacional de Tefé. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 153, 2007.p. 153-174.

CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARNEIRO, Aldair José Dias. *Castanheiros, agricultores e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do médio Tocantins (1948-1980)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, L. R; SILVEIRA, C da. Educação de Jovens e Adultos: Movimento de Educação de Base em Tefé, Amazonas (1963-1980). *Revista de Educação Popular*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2013. DOI: 10.14393/REP-v12n12013-art02. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20314>. Acesso em: 16 ago. 2022.

COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de adultos no cenário amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1982)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DERICKX, João. *No coração da Amazônia: Juruá: O rio que chora*. Petrópolis: Vozes, 1992.

DUARTE, R. H. *História e Natureza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUHHAN, E. R. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ESTERCI, Neide. *Clientelismo e conflito ambiental*. [S. l.: s. n.]. Disponível em <http://anpocs.org/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt11-8/4419-nester-ci-clientelismo/file>. Acesso em: 11 de ago. 2022.

FAULHABER, Priscila. *O Lago dos espelhos: Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/AM*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth. (org.). *Tastevin e a Etnografia indígena: coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008. p. 161-162.

FAVERO, Osmar. *Uma pedagogia da Participação Popular: análise da prática pedagógica do MEB- Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura Vozes*, v. 93, p. 9-17, 1999.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. 2001. 508f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabricio. *Histórias de lutas pela terra no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

GRUYTERS, Antônio; FERREIRA, Domingos da Rocha. Cem anos de Presença Espiritana em Tefé. *Missão Espiritana*, Ano 1, n.1, p. 55-66, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.

HAMPATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1982, p.168-169.

INOUE, Cristina. *Regime Global de Biodiversidade. Comunidades Epistêmicas e Experiências Locais de Conservação e Desenvolvimento. Sustentável- O caso do Mamirauá*. Brasília: Editora UNB, 2007.

JAMES, Daniel. A História de Dona Maria, História Oral e Questão de Gênero. In: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, F. Teixeira da; FORTES, A. (org.). *Culturas de Classe*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004, p. 287-314.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederic. *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LESBAUPIN, Ivo. A Igreja e a ditadura militar. In: ASSIS, João Marcus Figueiredo; RODRIGUES, Denise dos Santos. (org.). *Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II*. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II*. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIMA, D. M; ALENCAR, E. F. *A Lembrança da História: identidade, ambiente e memória social na várzea do médio Solimões, AM*. Edition Lusotopie, Paris, France, 2001. p. 27-48.

LIMA, Deborah M. *Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões*. Boletim Rede Amazônia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 57-66, 2004.

LIMA, Mara dos Santos de. *Comunidade Agrovila: História(s) de mudanças, sonhos, organização e transformação de (1997- 2007)*. 2016. Monografia (Graduação em História) – Centro de Estudos Superiores de Tefé,

LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, p. 77-98, 2005.

MARINHO, Maria Dirce Batalha. Jornada Missionária de Dom Joaquim de Lange, no município de Tefé, suas maiores inspirações no setor educacional de evangelização In: SCHAEKEN, Raimunda Gil; QUEIROZ, Raimundo Gil; QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de (org). *As obras e os desafios de Dom Joaquim de Lange*. Manaus: Editoração Eletrônica, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAURO, Victor Ferri. *História, território e identidade Kraho-Kanela*. 2011. 434f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande, Dourados, 2011.

MCGRATH, David. *Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, 2009.

MEDEIROS, Mônica Xavier. *Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENEZES, Maria Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan-jun. 2002.

MOURA, E. A. F. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas, Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia. 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “Índios Misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.

PAIVA, Marlúcia Medeiros de. *As escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro/UFRN; Natal: 2009.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular de adultos*. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento local dos Seringueiros: o Caso do Alto Juruá. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, ano XVI, n. 15., dez, 1997.

PAULINO, E.T. *Por uma geografia camponesa*. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 2006.

PEIXOTO, Rodrigo. Ação cultural e concepção política entre a igreja católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991. p.151.

PERALTA, Nelissa. A Teologia da Libertação, o ambientalismo e as Unidades de Conservação no Amazonas. *Contracorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, [S.l.], n. 18, p. 103-128, 2022.

PEREIRA, Henrique dos Santos. *Iniciativa de co-gestão dos recursos naturais da várzea – Estudo do Amazonas – Estudo estratégico Analítico*. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004, p. 49.

PESSOA, Protásio Lopes. *Da educação radiofônica à educação política: assim é contada a nossa história*. Caderno do MEB, Tefê, 2002a.

PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Teresa D’Avila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo, 2002b.

PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Tereza de D’Avila dos Tupebas – Tefê*. Manaus: Novo tempo Ltda, 2005.

PINTO, Ernesto Renan M. F. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. Dissertação de Mestrado, UFRS, Porto Alegre, 1982.

PINTO, Paulo Vitor de Souza. *Movimento de Educação de Base (1967-1971): caminhos da sobrevivência em tempos autoritários*. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2021.

POLLACK, Michel. Memória e identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*. Rio de Janeiro. v.6, n.2, p. 2-13. 2010.

PORTELLI, Alessandro. *O momento da minha vida*”: funções do tempo na história oral. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d’Água, p. 313, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo, n.14, p, 25-39, fev.1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Revista Projeto História*, n. 15, abril, São Paulo: EDUC, 1997. p. 13-33.

QUEIROZ, Raimundo Claudemir Bezerra de. *História de Tefé para estudantes*. Manaus: Gráfica Manaus, 2018.

REIS, Marise Batista dos. *Arengas & psicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no estado do Amazonas*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTOS, Franco Lindemberg Paiva dos. *Povo de fibra (mundos do trabalho no universo da juta (Baixo Amazonas: 1940)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SANTOS, Johmara Assis dos. *Comunidade Rural Bom Jesus do Bacuri: memórias, experiências e luta pela terra 1971-2013*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SANTOS, Maria José dos. *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SCHAEKEN, Raimunda Gil. *Centenário da presença espiritana na Prelazia de Tefé-AM*. Tefé: [s. n.], 2004.

SCHWAMBORN, Thomas. *Rádio Educação Rural de Tefé: evangelizando e comunicando*. Tefé: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2013.

SENA, Raylene Rodrigues de. *Sistema de produção em casas de farinha: uma contribuição ao processo de consolidação da indicação geográfica da farinha Uarini*. 2019. Tese

(Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961- 1981)*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, F. V.; SOUZA, A. L.; ALFAIA, T. S. Conjunto didático para a educação popular. In: COELHO, Leni Rodrigues; PONTES, Cilene de Miranda; BEZERRA, Rita de Cássia Eutrópio. (org.). *Múltiplos Olhares em Educação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 73-92.

SILVA, Katiane. *Parente é serpente: ambientalismo, conflitos sociais e uso de recursos naturais no Auati-Paraná, Amazonas*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio Janeiro, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias*. RURIS (Campinas, Online), v. 4, n. 2, 2010.

SILVA, Patrícia Regina de Lima. *Do espaço lembrado ao espaço vivido: narrativas orais de mulheres nordestinas em Parintins-AM, na segunda metade do século XX*. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SILVA, A. D. Geotecnologias e a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé, AM. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SOUSA, Arinaldo Martins de. *“Arribando aos Mururus”*. Os pescadores de Tefé na fronteira de Desenvolvimento Sustentável. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SOUSA, Marília de Jesus da Silva. *Teçumes e Teçumeiras: etnografia da construção de identidade política das artesãs da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – AM*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, Cláudia Moraes de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o rádio nos anos 1960*. São Paulo: Alameda, 2013.

SOUZA, Luís Antônio Nascimento. *Proposta de reforma aquática do movimento de ribeirinhos do Amazonas em face às modificações das práticas pesqueiras*. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de; CUNHA, Luis Henrique. Manejo de lagos na região do médio Solimões: a experiência das comunidades do Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) – Tefé – AM – Brasil. Informe final de estudo de caso “Amazon Community-Based Resource Management Research Initiative”. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental, 2001.

SPINOLA, Henriqueta Barbosa. *O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas*. 1997. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Naturezas: Epistemes inscritas nos conflitos sociais. *Terra Livre*, ano 29, v. 2, n. 41, p. 17-30, 2013.

TEIXEIRA, Pery. *Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do médio Solimões*. EDUA, 2007.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9. ed. Manaus: Editora Valer, 2000.

VITORINO, José Artur Renda. Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson. *História Social*. Campinas, SP, n. 4/5, p. 157-173, 1997/1998.

WILGES, Irineu. *Cultura Religiosa: as religiões do mundo*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.15.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras,

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

WOLFF, Cristina S.; MARIAS, Franciscas. *Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945*. São Paulo: USP, 1998.

Documentação do Movimento de Educação de Base – MEB/TEFÉ

Livros de matrículas (1960 a 1970). São fontes manuscritas produzidas pelos supervisores e coordenadores do Movimento. Neles são descritos os alunos/ moradores das localidades as escolas do MEB eram instaladas. Tais registros descrevem o funcionamento da escola: turnos, monitora/ moradora da comunidade.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Livro de matrícula dos alunos nº 6*. Tefé, 1966. Arquivo da Prelazia de Tefé-Amazonas.

Relatórios de viagens às comunidades (1970 a 1980) (manuscritos) eram anotados discursos das viagens de supervisão feita pelos supervisores e coordenadores nas comunidades, são descritas as atividades realizadas nas comunidades assessoradas pelo MEB, como também é possível encontrar anotações sobre as dificuldades na implantação das atividades e queixas das lideranças comunitárias. Eles dão uma visão das atividades nas comunidades, do engajamento dos trabalhadores.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Contextualização/Marco Situacional do MEB Regional*. Tefé, S/D. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório Nacional*. Tefé, 1963, p. 03. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*. Tefé, 1966, p. 6-7. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Livro de matrícula dos alunos nº 6*. Tefé, 1966. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*. Tefé, 1971. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*. 21/03/1972, p. 5. Arquivo da Prelazia de Tefé – AM.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de Atividades*. Tefé, 1973, p. 1. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de treinamento: Curso de Horticultura*. 18/09/1973, p. 4. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades: Curso Horticultura*. 18/09/1973, p. 01. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Curso Educação para o Lar*. 28/10/1974, p. 3. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de atividades*. Tefé, 1991. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Da Educação Radiofônica à Educação Política*. 2002, p. 8. Arquivo da Prelazia de Tefé – Amazonas.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Relatório de Educação para o lar*. (1979).

Arquivo da Prelazia de Tefé-Amazonas.

MEB. VIEIRA, Maria do Carmo Gomes; SOUSA, Luselene Veras de; BREDARIOL, Celso Simões. *Metodologia da ação educativa do MEB*. Rio de Janeiro, s/d.

Manuscritos do Padre Antônio Jansen disponível no arquivo do MEB e CPT

MANUSCRITO 19. Padre Antônio Jansen, caderno 19, p. 1738. Arquivo MEB e CPT-AMAZONAS.

MANUSCRITO 23. Padre Antônio Jansen. Disponível na prelazia de Tefé. Arquivo MEB e CPT-AMAZONAS.

FRAGMENTO TOMBO Geral. Prelazia de Tefé-AM (1980-2000).

Scripts dos Programas do MEB/ Tefé-AM

Boletim da Prelazia de Tefé, janeiro de 1980, n.p. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Boletim da Prelazia de Tefé, janeiro de 1981. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script: programa conversa com as comunidades. Tefé, 14/08/1971. MEB. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script: programa conversa com as comunidades. Tefé, 21/08/1971. MEB. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script: curso radiofônico de sindicalismo. Tefé, s/d. MEB. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script: curso de cooperativismo. Tefé, s/d. MEB. Script: curso radiofônico educação para o lar. Tefé, s/d. MEB. Script: curso radiofônico educação alimentar. Tefé, s/d. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script: Curso Educação para o lar. 25 e 26/09/1972, p. 2. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Script do Curso Educação para o lar. 21/03/1972, p. 9. Arquivo Prelazia de Tefé-Amazonas.

Documentação da Secretaria de Política Fundiária do Amazonas (SPI)

SECRETARIA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. Processo do Título em nome do requerente Brígido Franklin Rodrigues. Processo n. 29847. 1929.

Documentação escritos da comunidade Bom Jesus do Bacuri

1. Atas da Associação da ASCOMB - Associação da comunidade Bom Jesus do Bacuri de 1970 a 2016. As atas permitem encontrar as atividades coletivas realizadas pelos trabalhadores, suas demandas e reclamações junto ao poder público.
2. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 16 de maio de 1971. Livro 1.
3. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Estatuto da Associação Agroextrativista Comunitária do Bacuri – Reformulado. 2008.
4. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2010 de maio de 1971. Livro 2.
5. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 02 de março de 2010. Livro 2.
6. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 17 de janeiro de 2010. Livro 2.
7. COMUNIDADE BOM JESUS DO BACURI. Ata de Reunião realizada no dia 16 de maio de 2011. Livro 2.

**Documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI)- DISPONÍVEL NA
BIBLIOTECA NACIONAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PROCESSO BRI/00018/500/B5M/1986.
Proibição da Pesca no Interior do Estado do Amazonas (1986).
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PROIBIÇÃO DE PESCA NO INTERIOR
DO AMAZONAS. RR1/00018/500/B5M/86. 1986. Anexo: Ofício Circular nº 003/77.

**Entrevistas realizadas (2014)
-2021)**

1. *Andrea da Costa Pinheiro*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri. Entrevista realizada em 15 de março de 2016 em sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.
2. *Armando Pereira de Oliveira*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri. Entrevista realizada em 17 de setembro de 2017 na comunidade Bom Jesus do Bacuri.
3. *Cosmo Vasconcelos da Cruz*. Nasceu na comunidade do Igarapé Açu em 05 de janeiro de 1984, e migrou para a comunidade Bacuri no ano 2000. Entrevistas realizadas em 10 de fevereiro de 2015 na barraca de farinha na comunidade Bom Jesus do Bacuri.
4. *Dalton Oliveira de Assis*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri em 25 de Abril de

1988. Entrevistas realizadas em 10 de fevereiro de 2015 na sua barraca de farinha na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

5. *Dayseane Oliveira de Assis*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri em 30 de abril de 1989. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2015 na sua barraca de farinha na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

6. *Deusdeth de Castro Santos*. Nasceu na comunidade Igarapé Açu. Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2015 na sua residência no município de Iranduba.

7. *Francisco de Oliveira*. Nasceu em 24 de julho de 1948 na comunidade do Igarapé Açu. Entrevistas realizadas em 20 de dezembro de 2015 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

8. *Francisco Lene*. Nasceu no município de Tefé, na comunidade Curupira. Entrevista realizada em 17 de dezembro de 2015 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

9. *Lázaro do Carmo Rodrigues*. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014.

10. *Lícia Rodrigues de Castro*. Comunidade Igarapé Açu. Entrevista realizada em 05 de agosto de 2014 todas na sua residência na cidade de Manaus-AM.

11. *Manuel Pereira de Oliveira*. Comunidade Bacuri. Entrevista realizada em 09 de outubro de 2014 na sua residência na comunidade.

12. *Maria de Jesus Moraes de Oliveira*. Comunidade Curupira. Entrevista realizada em 05 de agosto de 2014.

13. *Maria Inês Pereira*. Comunidade Curupira. Entrevista realizada em 07 de agosto de 2015 todas na sua residência no Bacuri.

14. *Maria José da Silva Rodrigues*. Comunidade Bacuri em 1951, mãe agricultora, doméstica e professora. Entrevista realizada em 09 de julho de 2014 na cidade de Manaus.

15. *Maria Valdenora Pereira de Oliveira*. Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2016 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

16. *Maria Vaníria de Oliveira*. Comunidade Ipapucu. Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2015 todas no seu sítio.

17. *Orlando dos Santos Rodrigues*. Nasceu na comunidade Igarapé Açu, hoje mora na comunidade Bacuri. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2015 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

18. *Raimunda Pereira*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014 na sua residência na comunidade Bom Jesus do Bacuri.

19. *Raimundo de Oliveira*. Nasceu na comunidade Bacuri. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2014 na sua residência na comunidade.

20. *Renivan Moraes*. Entrevista realizada em 30 de junho de 2021 na sua residência na cidade de Tefé-AM.

21. *Vicência de Oliveira Barbosa*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Bacuri. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2014 na sua residência na comunidade Bacuri.

Entrevistas realizadas durante o doutorado (2020-2021)

1. *Abdon Guimarães Pinheiro*. 64 anos. Nasceu na comunidade. Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2020. Nasceu no Bacuri, depois mudou para o Ipapucu.

2. *Alberto Felício*. Nasceu na comunidade do Turé. 54 anos. Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2020.

3. *Cristina Monteiro da Rocha*. 69 anos. Nasceu na comunidade do Turé. Entrevista realizada em 08 de abril de 2020 na sua residência na cidade de Tefé-AM.

4. *Deoclécio Lopes da Rocha*. Nasceu na comunidade Curupira. Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade Curupira.

5. *Deoclécio Monteiro da Silva*. Nasceu na comunidade Bom Jesus do Turé. Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2020 na sua residência na comunidade Turé.

6. *Etevaldo Lopes dos Santos*. Nasceu na comunidade Curupira. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2021 na comunidade.

7. *Felicia Monteiro da Silva*. Nasceu na comunidade do Turé. Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2021 na comunidade.

8. *Francisco Rocha*. Morador do Lago de Tefé. Entrevista realizada em janeiro de 2020.

9. *José Raimundo Belo de Oliveira*. Entrevista realizada em maio de 2021 na sala de sua residência na comunidade Igarapé- Açu.

10. *José Raimundo Rocha de Oliveira*. 64 anos. Nascido na comunidade Igarapé Açu.

11. *Luziete Felício de Menezes*. 58 anos. Nasceu na comunidade Ipapucu. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Tefé-AM. Nasceu no Ipapucu.

12. *Maria de Fátima*. Moradora da Comunidade do Igarapé-Açu. Entrevista realizada em maio de 2021.

13. *Maria Dirce Batalha Marinho*. Entrevista realizada em janeiro de 2020 na sua residência localizada no Centro da cidade de Tefé. Coordenadora do MEB (1969).

14. *Mario Filho Pinheiro*. Nascido na comunidade do Ipapucu. Entrevista realizada na sede da comunidade Ipapucu.

15. *Osvaldo de Oliveira*. 66 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 08 de maio de

2021 na sua residência na comunidade Igarapé Açu.

16. *Raimundo Pinheiro Menezes*. Nasceu na comunidade Ipapucu. Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência na comunidade.

17. *Tereza Monteiro de Moraes*. 78 anos. Nasceu na comunidade do Turé.

Jornal do Comércio

JORNAL PORONGA, Fonte Boa, n. 31. Localizado no Arquivo da Prelazia de Tefé-AM.

JORNAL DO COMÉRCIO. “*Fuga do pirarucu preocupa o governo*”. 10.04.1980.

JORNAL DO COMÉRCIO. “*Pesca criminosa nos rios merece condenação*”. 13.05.1980.

JORNAL DO COMÉRCIO. “*Pesca predatória e profissional esvazia o interior*”. 31.10.1981.

JORNAL DO COMÉRCIO. “*Pesca*”, proibição da pesca no tempo da desova em todo o Estado. 13.01.1984.